

Infâncias Escoadas



EDITORA **UEMS**

Estudos no Setor Sucroalcooleiro,
nas Fronteiras e na BR-163

**COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA E DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE MATO GROSSO DO SUL
COMCEX-MS**

INFÂNCIAS ESCOADAS

**ESTUDOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO,
NAS FRONTEIRAS E NA BR-163**

Versão e-Book



2016

Infâncias escoadas: estudos no setor sucroalcooleiro, nas fronteiras e na BR-163

Copyright© 2016 - COMCEX-MS - Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, desde que citada à fonte.

Aprovado pelo Conselho Editorial da UEMS

Organizador

COMCEX-MS - Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul

Apoio Institucional ao Livro

Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul (ESP/MS)

Ministério Público do Trabalho - 24ª Região (MPT)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Apoio nas pesquisas

Governo Federal - Secretaria de Direitos Humanos

Ministério Público do Trabalho - 24ª Região (MPT)

Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável | Centro-Oeste (IBISS|CO)

Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul (CPI/MCT-MS)

Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Mato Grosso do Sul (CETRAP/MS)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul (ESP/MS)

Capa

Nancy Angélica Costa

Nota sobre a capa

Paulo Robson de Souza

Apresentação

Simone Beatriz Assis de Rezende

Normalização

Marcos Rubens Alves da Silva

Arte Finalista

Joelson Aparecido dos Santos Soares

Diagramação

GrafiQx

**COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA E DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE MATO GROSSO DO SUL
COMCEX-MS**

INFÂNCIAS ESCOADAS

**ESTUDOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO,
NAS FRONTEIRAS E NA BR-163**

Versão e-Book



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor

Fábio Edir dos Santos Costa

Vice-Reitor

Laércio Alves de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Márcia Regina Martins Alvarenga

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Paulo Henrique Pressotto

Editora

Eliane Souza de Carvalho

Conselheiros

Agenor Martinho Correa, Ana Cláudia Duarte Mendes, Aparecida Antonia Oliveira,
Beatriz dos Santos Landa, João Mianutti, Luciana Ferreira da Silva,
Rogério Dias Renovato, Rony Gonçalves de Oliveira,
Sandro Márcio Lima

EDITORA UEMS

Bloco A – Cidade Universitária

Caixa Postal 351 – CEP 79.804-970 – Dourados-MS

Fone: (67) 3902-2698

editorauems@uems.br – www.uems.br/site/editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica

C727

Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul - COMCEX-MS:

Infâncias escoadas: estudos no setor sucroalcooleiro, nas fronteiras e na BR-163. -- Dourados, MS: UEMS, 2016.
266p.; e-Book.

ISBN: 978-85-99880-99-9

1. Crianças. 2. Adolescente. 3. Exploração sexual. I. Título.

CDD - 23. ed. - 362.70448171

MOBILIZAÇÃO NACIONAL E A NOSSA FLOR



Num contexto de intensa mobilização, o movimento de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes criou, em 2000, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Este colegiado, com várias organizações e redes, visa realizar incidência política a fim que o Brasil se comprometa e construa uma política para infância e adolescência tendo o enfrentamento dessa grave violação de direito como uma das prioridades.

O Comitê Nacional tem como estratégia fortalecer as ações em rede e há 15 anos no 18 de Maio, busca mobilizar toda a sociedade por meio da Campanha Faça Bonito – Projeta nossas Crianças e Adolescentes. Nosso símbolo oficial, desde 2010 é uma flor, como uma lembrança dos desenhos da primeira infância, além de associar a necessidade que a flor tem de ser cuidada para crescer saudável, com a de uma criança.

Nossa mobilização chama a sociedade para assumir a responsabilidade de prevenir e enfrentar a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no Brasil e trabalhamos em seis eixos estratégicos: Prevenção, Atenção, Defesa e Responsabilização, Comunicação e Mobilização, Participação e Protagonismo, Estudos e Pesquisas.

Todas as pessoas, organizações e redes podem e devem se envolver. Tem lugar e demanda para todos. Então vamos fazer bonito, não esquecendo que crianças e adolescentes são patrimônio do Brasil.

Karina Figueiredo

MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL

A partir de 1990, foram intensificadas as denúncias mundiais sobre o aumento da prostituição em todos os lugares e, foi da Tailândia que brotou esta voz coletiva. Nasceu a ECPAT (End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes), uma rede de organizações pelo fim da prostituição, pornografia e tráfico de crianças para fins sexuais.

Em 1996, em parceria com o UNICEF e o Grupo de ONGs para os Direitos da Criança (agora conhecido como Child Direitos Connect), ECPAT co-organizou o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial, na Suécia, atraindo apoio e participação dos governos pela causa em todo o mundo.

Tem como principal missão monitorar e impulsionar os governos nacionais a enfrentarem a exploração sexual de crianças e adolescentes em suas diversas formas de manifestação. Em 2001 e 2008 ajudou a organizar o Segundo e Terceiro Congressos Mundiais contra Exploração Sexual Comercial de Crianças (Yokohama, Japão - 2001, Rio de Janeiro, Brasil - 2008).

No Brasil, a rede ECPAT, existente desde 1997, se articula com o Comitê Nacional de enfrentamento da violência sexual, Fórum Nacional DCA, Associação Nacional dos Centros de Defesa e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, construindo articulações e fazendo incidência coletiva junto aos governos como também acompanhando o Plano Nacional.

No âmbito internacional e internamente nos países, tem trabalhado para implementação do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e Turismo, a proteção em contexto de megaeventos esportivos, a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança entre outros, assim como participação em campanhas internacionais que visam salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes.

O grande desafio não é estar em rede e sim atuar em rede.

Tiana Sento-Sé (em memória)
Membro da Coordenação Colegiada

SOBRE A CAPA

À primeira vista, é de se estranhar que antas estejam representadas na capa de um livro dedicado ao enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Não por causa dos graciosos bichinhos estampados em patchwork e prontamente associáveis ao universo infantil — obra da jornalista Nancy Angélica Costa de Oliveira — mas pelo animal em si.

Isto porque, embora a anta (ou tapir) seja um dos mais importantes animais a dispersar diversos tipos de sementes, prestando um fundamental serviço à conservação das florestas, geralmente é associada ao despreparo e às trapalhadas, provavelmente por causa do seu jeito “estabanado”: ao pressentir o perigo, a anta sai em disparada, derrubando o matagal à sua frente com seus quase trezentos quilos e dois metros de comprimento, até alcançar um rio ou lagoa, onde se joga velozmente.

Também dizem que anta é bicho burro. Como acreditar nisto, se ela consegue reconhecer incontáveis tipos de plantas comestíveis e prefere habitar matas próximas a cursos d’água justamente por nadar e mergulhar tão bem?

Por esses motivos, na linguagem coloquial do povo brasileiro “anta” é xingamento dos mais pejorativos. “Aquele sujeito é uma anta” é expressão nada elogiosa, e geralmente vem acompanhada de fúria, gargalhada ou desdém de quem a pronunciou.

Embora sejam cinco as espécies de antas existentes, a mais conhecida dos brasileiros é a anta-sul-americana (*Tapirus terrestris*), o maior mamífero terrestre do nosso continente. De hábito noturno e solitário, tem como principais características uma pequena tromba que auxilia na obtenção do alimento, sua gestação dura em média 385 dias com uma cria por parto. Diferentemente dos pais, o filhote apresenta faixas brancas horizontais na pelagem que desaparecem aos seis meses. Por ter suas populações

declinando devido à perda de habitats, caça ilegal e competição causada pelos rebanhos de gado, esta espécie é considerada vulnerável pela União Internacional para Conservação da Natureza.

Com todos esses atributos físicos, comportamentais e ecológicos, além de ser uma joia da evolução e possuir outros e outros encantos, chamar alguém de “anta” é uma injustiça, fruto do desconhecimento; ao contrário, “ser uma anta” deveria ser um elogio.

No seio da sociedade brasileira pairam sobre os principais assuntos abordados nos relatos de pesquisas deste livro incompreensão, preconceitos, estigmatizações e injustiças, de certa forma similares ao que o senso comum impinge à Jardineira da Floresta. Eis porque considero apropriada a escolha da anta para a capa desta obra e, por que não, simbolizando as principais causas humanitárias defendidas pelas pessoas que a assinam. Acrescento que este livro, assim como as antas, dispersa sementes e é jardineiro, possibilitando que florestas carregadas de bonanças possam surgir de solo erodido pela ignorância humana.

Paulo Robson de Souza

Professor de Prática de Ensino de Biologia/UFMS,
Estudioso de Formigas e Poeta

“Não se pode escrever nada com indiferença.”

Simone de Beauvoir

APRESENTAÇÃO



Poucas coisas causam tanta indignação como a tortura¹ de crianças e adolescentes. E é o que representa a angústia, a dor e o sofrimento que advém da exploração da mão de obra infantil, seja em atividade lícita ou ilícita.

Para salvaguardar o desenvolvimento integral da infância e da adolescência, como garantia de direitos fundamentais, o Brasil acolheu a teoria da proteção integral à criança e ao adolescente com a finalidade de “colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (art. 227 da Constituição Federal de 1988).

Diante da atual legislação brasileira, não é permitido o trabalho de crianças e de adolescentes até 14 anos; dos 14 aos 16 anos, os adolescentes só podem exercer atividade laboral como aprendiz; dos 16 aos 18 anos, os adolescentes podem trabalhar normalmente exceto em atividade insalubres, penosas, perigosas, noturnas ou que possam comprometer seu desenvolvimento (art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal). Além disso, o Decreto n. 6.481/2008 lista 93 atividades como piores formas de trabalho infantil.

Entretanto, a realidade não reflete o comando da lei. De acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2000, havia 55.314 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupados em Mato Grosso do Sul. Em dez anos, esse número caiu para 50.369 ocupados de 10 a 17 anos, correspondendo a uma redução de 8,9% no período.

1 **Significado de tortura segundo** <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tortura> Acesso em: 06ago2015: “tor.tu.ra *sf* (*lat* *tortura*) 1 Ato ou efeito de torturar. 2 Dobra, curvatura, volta tortuosa. 3 Angústia, dor, sofrimento, suplício, tormento. 4 Tormento que se infligia a um acusado para conseguir dele certas respostas ou denúncias. 5 Lance difícil; apertos. 6 Embaraço, esforço. 7 Tortuosidade.”

Embora o Censo e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) utilizem indicadores e faixas etárias diferentes para o levantamento dessas estimativas do trabalho infantil, de 2007 a 2011 os números da PNAD também apontaram uma sensível e crescente redução das estimativas do trabalho infantil no Estado. Em 2007, a estimativa apontava 66.993 ocupados, índice equivalente a 11,83% do total da população na faixa etária de 5 a 17 anos, o que colocava Mato Grosso do Sul no 14º lugar do ranking nacional de trabalho infantil.²

Quatro anos depois, em 2011, o Estado tinha 36.665 pessoas com idade entre 5 e 17 anos que estariam em situação de trabalho infantil conforme o IBGE, índice de 6,63% do total desta população e ocupava o 22º lugar no ranking nacional.

No entanto, em 2012, mesmo mantendo-se bem abaixo da marca de mais de 66 mil, registrada em 2007, esse número voltou a crescer, passando a 44.380 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos ocupados (índice de 8,53% do total da população). Nesse ano, Mato Grosso do Sul passou a ocupar a 16º posição no ranking do trabalho infantil. Em 2013 também houve aumento, com 45.125 ocupados (índice de 8,63% do total) e 11º no ranking nacional, posição ainda mais negativa que a de 2007, mesmo com números menores. De 2012 a 2013, houve variação positiva de 1,17%.

Observa-se que os dados da PNAD apenas dimensionam o problema do trabalho infantil. No Mato Grosso do Sul, os casos constatados nas fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam que em 2014, 485 crianças e adolescentes foram flagrados em situação de trabalho infantil nas 614 ações fiscais. Em 2015, de janeiro até o início de junho nas 253 ações fiscais, 255 crianças e adolescentes foram encontrados.

Impressiona também o número de trabalhadores menores de 18 anos flagrados em situação de trabalho escravo.

² Ranking elaborado a cada ano pelo programa Peteca, do Ministério Público do Trabalho no Ceará, com base nos dados divulgados pela PNAD. Esse ranking, no qual os primeiros colocados são os estados com as piores estimativas de trabalho infantil, é elaborado a partir da análise dos números proporcionais de cada Unidade de Federação em relação à população total da mesma faixa etária. Em 2010, foi utilizado o Censo como referência porque a PNAD não é aplicada nos anos de realização do Censo. A PNAD é realizada anualmente por amostragem - exceção feita aos anos de Censo - e o Censo Demográfico é realizado com periodicidade decenal.

Segundo a Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE) do MTE, dentre os 3.899 trabalhadores resgatados, 155 tinham menos de 16 anos e 257 tinham entre 16 e 18 anos. As informações foram extraídas dos relatórios de fiscalização produzidos pelos Auditores Fiscais que coordenaram as operações de combate ao trabalho escravo no período de 2009 a 17 de julho de 2015.

Os dados estatísticos acima apresentados referem-se a atividades desenvolvidas em vários locais como: domicílio, comércio, carvoarias, construção civil, pecuária, agricultura, oficinas mecânicas, etc. O combate é feito mas nem sempre com a efetividade desejada, esperada e necessária.

E quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes? Quais são os dados estatísticos consolidados?

A resposta encontra-se no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – Segunda Edição (2011-2015) que, após apresentar os dados estatísticos da PNAD de 1992 a 2009, declara:

A exploração de crianças e adolescentes no comércio sexual, narcotráfico e trabalhos em condições análogas à escravidão ainda permanece no cenário brasileiro sem dados estatísticos precisos (p. 14).

Ora, o combate aos trabalhos considerados como “piores formas” é imprescindível, caso contrário não seria objeto da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho e do Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008 (Lista TIP).

Entretanto, como combater a exploração sexual de crianças e adolescentes sem sequer ter ideia da dimensão do problema?

O tratamento dado à questão foge à razoabilidade, ou seja, há priorização de intervenção estatal em uma grave situação que causará danos de maior ou menor monta dependendo do caso, como no trabalho doméstico de criança de 12 anos, em detrimento da intervenção em outra gravíssima situação de exploração sexual de uma criança de também 12 anos, que trará, sem qualquer sombra de dúvida, dano irreversível à sua subjetividade.

Essa desídia da nação brasileira é antiga e desvelada pela ausência de estabelecimento dos princípios fundamentais dos direitos da criança nas Constituições anteriores a de 1988, posto que já era consenso, na comunidade internacional, a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959.

Antes de 1988, vigorava o Código de Menores. Amparava-se tal legislação na necessidade de que a criança e o adolescente tivessem bem-estar e ambiente harmônico. Tal preocupação, todavia, não era estruturada como direito, o que impossibilitava a exigibilidade da concretização dessas garantias. A postura essencialmente assistencialista e punitiva da lei não via a criança como titular de direitos, mas como mero objeto de proteção do Direito.

Com a Constituição Federal de 1988, tal panorama se altera radicalmente, ao prever, em seu art. 227, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Carta Magna teve, pela primeira vez, um dispositivo que sagrou efetivamente direitos às crianças e aos adolescentes. O artigo inaugurado pela Constituição prevê um modelo baseado em garantias plenas, fundamentando-se na doutrina da proteção integral.

Assim, é inquestionável que o dever de proteger a criança e o adolescente é responsabilidade não apenas do Estado, mas também de toda sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo ao exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Percebe-se que a doutrina da proteção integral é o arcabouço, princípio lógico da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), a qual outorga à criança o direito indisponível às integridades física e moral:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

[...]

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, **exploração**, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

[...]

Art. 17. O direito ao respeito consiste na **inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente**, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

[...]

Art. 18. É dever de todos velar **pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.** (grifos nossos)

O ECA também tipifica o delito de exploração da mão de obra de crianças e adolescentes para fins comerciais ilícitos, além de incumbir ao Ministério Público a propositura de Ação Civil Pública para fins de proteção da infância e da adolescência (arts. 201 e 244-B).

Essas alterações legislativas acima mencionadas impactaram sobremaneira as instituições estatais, dentre elas o Ministério Público do Trabalho (MPT) que apenas com a Constituição de 1988 passou a atuar como órgão agente, ou seja, com atribuições investigatórias e não somente como órgão interveniente.

Desta forma, o MPT elencou, dentre suas prioridades, o enfrentamento ao trabalho infantil e proteção ao adolescente, como ficou sedimentado no Seminário “Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente – Avanços e Estratégias – Perspectivas para o Futuro – 10 anos de ECA”, realizado em Fortaleza, em setembro de 2000, no qual os Procuradores do Trabalho presentes redigiram a “Carta de Fortaleza – Pelo Resgate da Cidadania das Crianças e dos Adolescentes que Trabalham”.

Consta desse documento o compromisso de exercer, em parcerias, as atribuições referentes ao combate do trabalho infantil e da exploração do trabalho do adolescente “a fim de que o conjunto integrado de ações possa resgatar a cidadania plena das crianças, bem como dos jovens que trabalham”.

E, diante da necessidade de uma ação concreta, articulada e em parceria de enfrentamento à exploração do trabalho da criança e do adolescente, foi criada pela Portaria n. 299/2000, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA), que conta com representantes, Procuradores do Trabalho, em todos os Estados da Federação.

Outrossim, os Procuradores, reunidos em Brasília nos dias 11 e 12 de dezembro de 2008, com objetivo de discutir formas de enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, juntamente com entidades estatais e não estatais interessadas na temática, redigiram a CARTA DE BRASÍLIA - DO ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS COMERCIAIS, que resultou em atuação coordenada.

Não há dúvida de que há uma preocupação mundial acerca do combate da exploração de crianças e adolescentes, tanto para fins lícitos como ilícitos, que os responsáveis sejam punidos de forma severa e ainda que o Brasil vem construindo estratégias com essa finalidade.

Ao aprovar o novo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, reafirma-se o compromisso de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, mormente daqueles que se

encontram em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável e, para cumprir esse mister, volta-se à indagação acerca de como se pode combater a exploração sexual de crianças e de adolescentes sem sequer ter ideia da dimensão do problema.

Daí a relevância das pesquisas e dos estudos efetivados e ora apresentados, quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, em três segmentos no Estado de Mato Grosso do Sul, quais sejam, no setor sucroalcooleiro, na fronteira e na BR – 163.

Veja-se que, após a explanação acerca dos “caminhos percorridos” (Capítulo 1), faz-se uma reflexão acerca do posicionamento conceitual da exploração sexual de crianças e adolescentes em busca de respostas mais compatíveis com a contemporaneidade, isto é, levando-se em consideração “poder econômico, ideológico e político presentes na singularidade de cada situação, e, que configuraram não somente as violações de direitos, como também as respostas dadas pela sociedade” (Capítulo 2).

A seguir, parte-se para a contextualização da realidade da exploração sexual de crianças e de adolescentes no solo sul-mato-grossense (Capítulo 3), diante da necessidade de fazer a interface da violação de direitos e as “conjunturas do capital e suas fraturas sociais e econômicas” para se analisar e compreender, de forma concreta, os cenários similares entre os segmentos analisados.

Registre-se que, para compreender a realidade do mercado sexual e trabalho (Capítulo 4) e discutir os direitos decorrentes, na produção do conhecimento as pesquisadoras contaram com mulheres trabalhadoras sexuais, que podem e devem atuar como parceiras no enfrentamento da exploração infantil, sob pena de se construir estratégias dissonantes da realidade e da real necessidade.

O resultado da pesquisa “Exploração Sexual de Meninos e Meninas brasileiros nas fronteiras Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul”, realizada entre os anos de 2009 a 2011, deu ensejo ao capítulo 5 que integra a presente coletânea, cujo estudo deu-se em 12 (doze) municípios fronteiriços.

O capítulo 6 versa sobre os impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul e o capítulo 7 sobre os direitos das crianças e adolescentes vinculados à circulação de bens e de pessoas na BR-163.

E para concluir, os dois últimos capítulos, UM OLHAR FEMINISTA SOBRE OS RESULTADOS DAS PESQUISAS “SETOR SUCROALCOOLEIRO” “FRONTEIRAS” e “BR-163”; ESPERANÇAS REBELDES BORDAM HOJE, O AMANHÃ, cujos títulos dispensam explicações.

Assim, o livro é resultado do trabalho de doze pesquisadores, de inúmeras instituições, tanto governamentais como não governamentais, e do envolvimento de mais de uma centena de colaboradores, entrevistados e partícipes.

Além disso, a presente publicação contou com o apoio do Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Campo Grande e de servidores da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, aos quais agradeço.

Todos em prol do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Boa leitura !!!

Simone Beatriz Assis de Rezende
Ministério Público do Trabalho
24ª região

LISTA DE SIGLAS

- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- BEC – Batalhão de Engenharia e Construção
- BIOSUL – Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul
- BR – Rodovia de Responsabilidade Federal
- CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CEP/UFMS – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- COMCEX-MS – Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPIFCT/MS – Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul
- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes
- DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
- EAD – Ensino à Distância
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- ESP-MS – Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
-

IBISS | CO – Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável | Centro-oeste

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Integração Nacional

PM – Polícia Militar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRF – Polícia Rodoviária Federal

RGD – Rede de Garantia de Direitos

SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência

SEDH – Secretaria Direitos Humanos

SEPROTUR – Secretaria de Desenvolvimento Agr. Prod. Ind. Com. e Turismo de Mato Grosso do Sul

SUS – Sistema Único de Saúde

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNEI – Unidade Educacional de Internação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

WAS – World Association for Sexology

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	IX
CAPÍTULO 1	
Pesquisa coletiva comprometida com transformações da realidade – os caminhos construídos e percorridos	25
1.1 Porque pesquisar é importante para o enfrentamento	25
1.2 As pesquisas a partir do COMCEX-MS	27
1.3 A escolha dos pesquisadores e a educação permanente	30
1.4 Coleta de dados	32
1.5 Organização dos dados	35
1.6 Análise de dados	37
1.7 Preceitos éticos.....	39
CAPÍTULO 2	
Posicionamento (político) conceitual da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA)	43
2.1 Apresentação	43
2.2 Humildade Epistemológica: revisitando quem já pensou direitos sexuais de crianças e adolescentes.....	44
2.3 O percurso conceitual da exploração sexual.....	50
2.4 Conceitos certos não existem: este é o nosso!	54
CAPÍTULO 3	
Conjunturas do capital nos contextos sul-mato-grossenses e suas implicações na exploração sexual de crianças e adolescentes	59
3.1 Introdução	59
3.2 O Setor Sucroalcooleiro	60
3.3 As Fronteiras	65
3.4 A BR-163	69
3.5 Desmistificando vilanias.....	73
3.6 À guisa de pensar perguntas...	80

CAPÍTULO 4

Mercado sexual e trabalho: conversa entre mulheres para compreender a realidade e atuar na garantia de direitos	85
4.1 Do lugar que falamos e das aproximações sucessivas da realidade . .	85
4.2 Aprendizados sobre trabalho e mercado sexual	87
4.3 Desaprendizados sobre riscos e desgastes no trabalho sexual	93
4.4 Por fim, o que podemos e devemos fazer?	99

CAPÍTULO 5

Dinâmicas da exploração sexual de meninas e meninos brasileiros nas fronteiras Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul	103
5.1 Introdução	103
5.2 Violações de direitos e exploração sexual	105
5.3 A (i) mobilidade nas fronteiras	112
5.4 Algumas considerações sobre aliciamento, clientes e rede de exploração	116
5.5 Onde estão os meninos e as meninas?	124
5.6 Considerações Desafiantes	127

CAPÍTULO 6

Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul	133
6.1 Introdução	133
6.2 Os territórios e suas transformações	134
6.3 Os trabalhadores e o entorno do setor sucroalcooleiro	146
6.4 Práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes	152
6.5 Exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de atenção . .	163
6.6 Alguns aprendizados	165

CAPÍTULO 7

BR-163: escoamento de riquezas e direitos de crianças e adolescentes	171
7.1 Apresentação	171
7.2 Eixo 1: Discursos sobre a exploração sexual e vínculo com a BR-163	172
7.3 Eixo 2: Discursos sobre a dinâmica da exploração sexual	176
7.4 Eixo 3: Discursos sobre responsabilidades na ESCA	184
7.5 Eixo 4: Discursos sobre a Rede de Garantia de Direitos – RGD . .	197
7.6 Considerações finais	204

CAPÍTULO 8

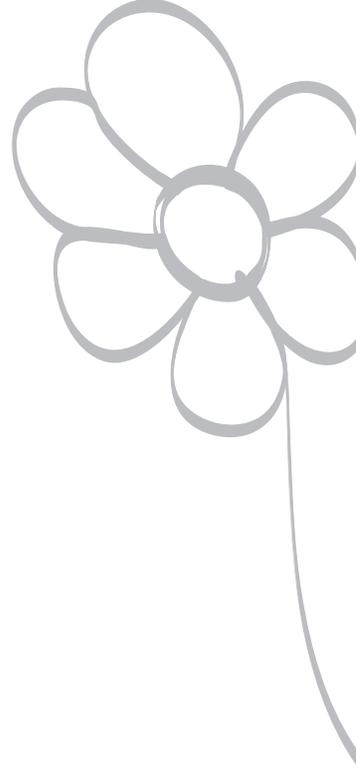
Um olhar feminista sobre os resultados das pesquisas “setor sucroalcooleiro”, “fronteiras” e “BR-163”	211
8.1 Introdução	211
8.2 Gênero: aproximação conceitual.....	212
8.3 O patriarcado está nas políticas públicas?	215
8.4 A culpa das mães?	219
8.5 Quem é protagonista?.....	223
8.6 Considerações Finais.....	226

CAPÍTULO 9

Esperanças Rebeldes Bordam Hoje, O Amanhã	231
9.1 Do tempo, espaço e sentimentos que emergem esperanças.....	231
9.2 Quando a pergunta é O QUE fazer no enfrentamento da ESCA... ..	233
9.3 E se a pergunta é COMO fazer para enfrentar a ESCA?	239
9.4 PARA QUE enfrentar a ESCA?	248

REFERÊNCIAS	253
-------------------	-----

SOBRE OS AUTORES	259
------------------------	-----



O carvão e o bordado

Maria Teresa Horta (2013)

O carvão do desenho

A tornar-se invisível

Debaixo das lãs, dos fios e das linhas

Que o copiam

O bordam

O abordam

Pela parte de cima

CAPÍTULO I

PESQUISA COLETIVA COMPROMETIDA COM TRANSFORMAÇÕES DA REALIDADE – OS CAMINHOS CONSTRUÍDOS E PERCORRIDOS

*Estela Márcia Rondina Scandola
Antonio Henrique Maia Lima
Oswaldo dos Passos Pereira Júnior
Cássia Barbosa Reis*

1.1 Porque pesquisar é importante para o enfrentamento

Como agir diante do desconhecido? Quando algo é desconhecido e assim permanece, as ações tendem a ser de afastamento, fuga, e não de enfrentamento. O desconhecido veste a realidade de imutabilidade – não é mudado, porque os caminhos para a transformação são ignorados uma vez que não se sabe sequer o que é e como é a realidade.

A transformação também não ocorre quando o desconhecido “se revela” em sua aparência superficial, simplória, isolada e descontextualizada. Se assim for percebida, a realidade não só continuará desconhecida, como também provocará falsos conceitos, conceitos apressados ou pré-conceitos. A realidade, vista em sua aparência deturpada, torna culpadas as pessoas vitimadas em seus direitos; faz dos “fatos” uma entidade autônoma, que existe por si só, sem interferência humana; promove a continuidade e não a ruptura e provoca a cumplicidade e não o enfrentamento.

Conhecer criticamente a realidade é uma tentativa de pensar contra a “realidade” que se mostra pela experiência cotidiana a-crítica, sem reflexão. Isso significa contrariar o processo de naturalização do real e negar a autonomia e desumanização da realidade (um mundo objetivo, que produz a si mesmo, sem ação humana). É um esforço de compreender as questões apresentadas (ou, mais apropriadamente, escondidas) pela realidade em sua complexidade, em suas contradições. Esse esforço é o que caracteriza, fundamentalmente, uma pesquisa.



Em se tratando de violações de direitos sexuais de crianças e adolescentes, as práticas e pensamentos comuns, sem as reflexões provocadas por uma pesquisa, podem ser, de modo geral, de duas formas: a de “olhos vedados”, metáfora que significa aqui a ignorância do real, a não percepção da problemática; ou dos “olhos míopes”, que enxergam, ofuscadamente, a realidade, percebendo-a como discorrido anteriormente. Essas duas (falta de) atitudes e (des) entendimentos justificam o real, deixando-o como está.

Discursos e comportamentos verificados durante as pesquisas (setor sucroalcooleiro, fronteira e rodovia BR-163) ilustram essa relação superficial com a realidade da violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Fontes diversas apresentaram, em seus discursos, as violações como naturais, como se elas se integrassem, de forma necessária, às paisagens locais. Por exemplo, em um dos relatórios de campo da pesquisa “Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes de Mato Grosso do Sul”, uma fonte relata a situação de duas irmãs, de dez e doze anos, que fazem programas sexuais e que vendem material reciclável catado no lixão da cidade. Em sua fala, aparece o comentário: “todo mundo sabe disso”. O “todo mundo sabe disso”, por um lado, e a continuidade da situação, por outro, indicam a naturalização da problemática e percepção da realidade como imutável.

Em razão da “visão míope”, encerrada em preconceitos, valores machistas e adultocêntricos, crianças e adolescentes se tornam os próprios responsáveis pelas violações que sofrem. Ainda na pesquisa relativa ao setor sucroalcooleiro, consta, entre outros, um discurso que ilustra essa questão. Um homem, em frente a um bar, conversa com o pesquisador. Uma menina, aparentando entre 13 e 15 anos, passa pela rua. O homem diz: “Essas meninas, hoje em dia, estão todas gostosinhas (...) Elas provocam demais”. Nessa realidade invertida, a adolescente se torna a autora, e não a vítima, do crime que venha a ser cometido contra ela.

Nesse sentido, as problemáticas, como a da violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, podem não ser sequer notadas e, quando “vistas”, podem ser entendidas como imutáveis.

A importância da pesquisa está no esforço de superar a fronteira do desconhecimento ou do “conhecimento míope”, de arrancar a



carça que torna a realidade sem contradições, inatingível. Por essas razões, a pesquisa deve ser compreendida como necessidade anterior, posterior e concomitante às ações de enfrentamento pois dizem respeito às violações de direitos sexuais de crianças e adolescentes.

É preciso enfatizar, ainda, que pesquisar não é encontrar “a verdade” da realidade, como se houvesse, em uma concepção positivista, fatos “duros” a ser dissecados pelo pesquisador. A realidade a ser pesquisada é construída cotidianamente em uma interação dialética entre ação humana e mundo objetivo. A pesquisa jamais será conclusiva e nem abarcará a totalidade do real. Portanto, nos planos e ações de enfrentamento é preciso sempre revisitar a realidade por meio de novas pesquisas e revisitar as pesquisas através das novas demandas da realidade.

No Brasil, desde o I Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual cometida contra crianças e adolescentes, há um eixo específico destinado ao conhecimento da realidade. No Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes (COMCEX-MS), optamos por colocar em prática esse eixo estratégico por meio de pesquisas coletivas, envolvendo várias pessoas na coleta, na sistematização e na análise de dados. É um posicionamento político que teve impacto pedagógico significativo nos pesquisadores, posto que também redescobriram realidades antes tidas como normalidade.

O ganho pedagógico se estende a todos os envolvidos e àqueles do seu entorno pois aprendeu-se e desaprendeu-se coletivamente!

1.2 As pesquisas a partir do COMCEX-MS

As pesquisas são frutos de um trabalho coletivo realizado por pesquisadores integrantes do COMCEX-MS, do IBISS|CO e da ESP-MS. Os temas das pesquisas foram decididos nas reuniões do COMCEX-MS, cuja demanda foi levada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. O trabalho de articulação foi realizado no âmbito do primeiro, a gestão financeira e administrativa pelo IBISS|CO e a responsabilidade técnica compartilhada entre as três organizações.



Para a concretização do estudo, foram buscadas parcerias locais. Nesse processo tem destaque para a pesquisa “Sucroalcooleiro” a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul (CPIFCT/MS) e a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA) do Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Comissão Permanente e a COORDINFÂNCIA colaboraram, fundamentalmente, para a coleta de dados no primeiro momento de estada em campo. A participação dessas entidades facilitou significativamente o acesso do pesquisador aos territórios das usinas. Essas instâncias também colaboraram na formulação das estratégias para os contatos e para a coleta de dados em campo.

A realização dos estudos passou, portanto, por diferentes desafios: a construção política, técnica e ética do projeto de pesquisa; articulação de apoiadores e instituições parceiras; capacitação permanente de pesquisadores; coleta dos dados; redefinição operativa do projeto técnico; sistematização e análise coletiva dos dados; produção do relatório final e apresentação dos relatórios aos parceiros institucionais.

É importante ressaltar que todas as etapas constituíram-se em um trabalho conjunto, cuja gestão das diferentes visões sobre as formas de apreensão da realidade, os prazos estabelecidos pelo convênio financeiro e a articulação das parcerias e processos envolvem mais que conhecimento teórico. As características da coordenação da pesquisa e o firme desejo da necessidade do trabalho coletivo nortearam todo o processo.

As pesquisas deste livro são integrantes do projeto Fortalecimento do COMCEX/MS e previram a realização dos estudos com dados empíricos de diferentes realidades e ao mesmo tempo articulados entre eles. Os detalhamentos de cada estudo, no entanto, foram construídos coletivamente pelos técnicos do IBISS|CO, integrantes do COMCEX/MS e pessoas ligadas à defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

A decisão político-ideológica pela pesquisa qualitativa decorreu da necessidade de compreender a realidade a partir dos significados que ela contém, ou seja, realizar imersão intencional



considerando esta como intrínseca ao comprometimento sócio-histórico dos pesquisadores. Por outro lado, responde também ao compromisso de evidenciar as vozes das pessoas envolvidas, posto que muitos dados existem a partir de outros levantamentos, como os números de denúncias no “Disque 100”, os registros de atendimento pelos Conselhos Tutelares, Delegacias e Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Mato Grosso do Sul (CREAS-MS) e o mapeamento de pontos vulneráveis da Polícia Rodoviária Federal.

Para tanto, a realização das pesquisas com desenho qualitativo vem com o intuito de proporcionar o conhecimento da realidade em sua profundidade e complexidade. Isso para que se possa considerar os seus resultados na discussão de instrumentos capazes de incidir sobre a problemática estudada.

Assim, a pesquisa qualitativa nos apoia para enfrentar dois sentimentos que nos mobilizam: a) quando há muitos casos de violação de direitos pode gerar o sentimento de incapacidade para o seu enfrentamento ou mesmo considerar de tal forma difícil que imobilizam os grupos sociais no seu enfrentamento; b) quando são poucos os casos existentes, também imobiliza a sociedade por não considerar a situação relevante.

No comprometimento com os direitos humanos, ao optarmos pela pesquisa qualitativa, consideramos que se apenas uma criança ou adolescente teve seus direitos violados ou, se houve o risco de violação de direitos, esta realidade, por si só, já deve ser objeto de estudo e denúncia. Corroborando com esta linha de pensamento, reconhece-se na pesquisa qualitativa que o objeto de pesquisa está imbricado na historicidade que se expressa em bens materiais e simbólicos, sendo necessário que ao evidenciar a realidade, a dialeticidade dos contraditórios apareça como sendo inerente ao inacabado e, portanto, podendo ser modificado ao longo do processo de coleta, organização e análise dos dados.

Na pesquisa qualitativa reconhece-se a inexistência da neutralidade. A neutralidade traz o discurso falacioso positivista que não considera o poder do pesquisador na relação com o objeto de pesquisa, nem os valores e contextos sócio-históricos que estão engendrados no trabalho de pesquisar. É a partir deste reconhecimento que a objetividade é fundamental na coleta, organização e análise de dados. Para isso, também se



considera que os pesquisadores, partícipes da mesma realidade que estão pesquisando ou mesmo imergindo nela, constituem-se em fonte de pesquisa, ou seja, vivem o mesmo mundo, modificam e são modificados por ele.

O pesquisador além de desvelar os significados e símbolos é, ao mesmo tempo, sujeito e pesquisador da realidade e o dinamismo desta incide sobre ele nos múltiplos olhares que vai (re) (des) construindo. Por isso, os instrumentos e técnicas da pesquisa vão promovendo “a aproximação da suntuosidade e da diversidade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória” (MINAYO, 2010, p. 42-43).

A condição de fazer pesquisa qualitativa coletiva tem o diferencial que em si já constitui uma metodologia carregada de um objetivo não explícito e profundamente concretizado: contribuir para formar pessoas com capacidade de desvelar a realidade e agir sobre ela e fazer isso em forma de movimento com os demais.

Esta forma de pesquisar confirma um pressuposto da historicidade proposta por Minayo (2010), no qual o pesquisador deve estar integrado no mundo em estudo. Nesta pesquisa, os pesquisadores são também partícipes das iniciativas de mudança da realidade, ou seja, afirma-se que esta não tem nenhuma intenção de neutralidade, comungando do firme propósito de objetividade.

1.3 A escolha dos pesquisadores e a educação permanente

Estes pesquisadores compuseram um conjunto heterogêneo do ponto de vista de gênero, idade, escolaridade e inserção no mundo a ser pesquisado. Além disso, existiu uma coordenação técnica-política e para cada território em observação houve um perfil necessário de observador.

Na pesquisa sucroalcooleiro, grupos mistos de homens e mulheres fizeram a observação inicial, inclusive com participação importante de membros da Comissão Permanente no intuito de precisar os



locais de observação participante. Mulheres e homens, com experiência em entrevista, realizaram a abordagem aos gestores públicos dos municípios e somente homens fizeram observação participante no mercado sexual em suas diferentes organizações. Para o colóquio, o perfil de educador popular, a capacidade de registro e síntese e sobretudo de mediação de conflitos foram os perfis necessários para a consecução dos objetivos. Havia pesquisadores conhecedores do mercado sexual, dos direitos de crianças e adolescentes e do setor sucroalcooleiro. Pesquisadores com conhecimentos amplos nesses três temas concomitantemente seria o desejável, entretanto alguns estavam focados em temas específicos e não houve prejuízo do trabalho desenvolvido.

Na pesquisa realizada na fronteira, houve um importante levantamento realizado por jornalistas ganhadores do Prêmio Tim Lopes, integrantes de diferentes organizações do COMCEX-MS. Além da inserção deles nos municípios da pesquisa, foram inseridos estudantes e profissionais locais, construindo assim um olhar compartilhado entre pesquisadores exógenos e endógenos.

A pesquisa “BR-163” envolveu pessoas de diferentes procedências. O grupo de pesquisadores de campo da BR-163 foi composto por trabalhadoras sexuais e trabalhadores da saúde, especificamente dos programas de AIDS de dois municípios, além de pessoas indicadas por organizações do movimento LGBTTT. Na organização dos grupos focais foram envolvidos pesquisadores com experiência na realização dessa técnicas, bem como apoiadores para registro.

Este universo complexo possibilitou uma educação permanente na medida em que conhecimentos tão diversos necessitaram de equalização de conceitos, técnicas e conhecimento sobre a realidade. Este processo intrínseco à pesquisa foi essencial para a coerência em todas as outras etapas.

Embora diferentes capacitações tenham ocorrido antes do levantamento dos dados empíricos, soube-se desde o princípio que a realidade é mais rica que o que já estava estudado, bem como os olhares sobre ela são carregados pela historicidade dos pesquisadores. Assim, independentemente do letramento de cada um dos pesquisadores, a



elaboração dos relatórios constituiu-se em momentos de colaboração na equipe.

1.4 Coleta de dados

Dada a diversidade de contextos, de agentes envolvidos e de dinâmicas da ESCA em cada tipo de território, optou-se por seis técnicas diferentes, porém complementares de coleta de dados para as pesquisas em foco, quais seja:

- 1) Entrevista aberta ou exploratória: Setor Sucroalcooleiro, Fronteira e BR-163.
- 2) Entrevista semi-estruturada: Setor Sucroalcooleiro.
- 3) Grupo focal: BR -163.
- 4) Colóquio: Setor Sucroalcooleiro.
- 5) Observação participante: Setor Sucroalcooleiro, Fronteira e BR-163.
- 6) Levantamento documental: Fronteira.

Compreendemos os conceitos metodológicos empregados nas pesquisas a partir da perspectiva de Minayo (2010). Nesse sentido entrevista aberta ou exploratória, ou ainda, em profundidade, é aquela em que o entrevistado tem liberdade para falar sobre os temas propostos, sendo que as perguntas do pesquisador vêm com o objetivo de aprofundar as reflexões, como também de “inserir-se” num universo que conhece pouco.

Ainda corroborando com o pensamento da autora, sobre as entrevistas semiestruturadas, entendemos que são aquelas em que se estampam questões fechadas e abertas, independentemente da proporção entre elas. Neste tipo de entrevista, o entrevistado tem a possibilidade de falar sobre o assunto abordado sem se fixar nos limites da pergunta fechada, ampliando assim a possibilidade de proferir elementos de importância para



o escopo da pesquisa. O que difere a entrevista aberta ou exploratória da entrevista semi-estruturada é que, nesta última, o pesquisador tem uma linha de conhecimentos que quer levantar, ou seja, embora possa agregar diferentes conhecimentos não planejados, há alguns que objetiva buscar.

Na pesquisa “BR-163”, uma das formas de coleta de dados empregados foi por meio grupo focal, técnica que permite levantar dados para a pesquisa em um tempo relativamente curto, pois que reúne, em um único momento, diversos sujeitos com características homogêneas em relação ao objeto pesquisado. Minayo (2010) sobre essa metodologia advoga no sentido de que por ela o pesquisador pode construir uma série de possibilidades de informações que lhe permitem absorver distintas opiniões sobre o assunto de interesse da pesquisa. Ademais, permite a formação de consensos sobre o assunto ou cristalização de opiniões díspares a partir de argumentações, ao contrário de entrevistas que ocorrem de forma solitária.

Na referida pesquisa, a coleta de dados nesta metodologia foi feita por meio de oito grupos focais, sendo sete organizados nos municípios pesquisados, envolvendo os atores sociais partícipes da Rede de Garantia de Direitos de cada cidade contemplada, convidados formalmente pela coordenação da pesquisa e um grupo organizado a partir de fontes privilegiadas como trabalhadoras sexuais, moradores da região e trabalhadores da saúde de programas de DST/AIDS e militantes LGBT. Este grupo focal, realizado em Coxim-MS, composto por 6 (seis) pessoas, foi precedido de observação na BR-163 no mesmo tramo da pesquisa durante 2 meses.

Já o instrumento colóquio, utilizado na pesquisa do setor sucroalcooleiro foi evento realizado na Câmara Municipal de Rio Brillante com 45 pessoas representantes das várias entidades envolvidas na Rede de Garantia de Direitos, das empresas e de movimentos sociais dos cinco municípios da pesquisa. Essa metodologia contempla a técnica de entrevista aberta. Nela, as pessoas discorrem, com relativa liberdade de tempo, sobre um determinado assunto a partir de questões geradoras. A característica pedagógica é que no Colóquio não há saberes hierarquizados, nem tampouco ideias certas ou erradas, ou seja, trabalha com a perspectiva do encontro de saberes compreendidos como diversos, contraditórios, complementares, dissonantes e, todos eles, importantes para a aproximação com a realidade em estudo.



No colóquio referente ao estudo do setor sucroalcooleiro, foram lançadas as seguintes questões: 1) Desde quando o setor sucroalcooleiro está presente no seu município? 2) Que mudanças o setor sucroalcooleiro trouxe para o município? 3) Por que as usinas vieram para o seu município? 4) Quais são nossas dificuldades para conhecer a realidade dos municípios? 5) Como se caracteriza a exploração sexual de crianças e adolescentes no seu município? O colóquio foi importante na composição do material para análise, pois possibilitou a externalização de discursos de pessoas que, de alguma forma, atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e/ou de pessoas que sofrem interferências das transformações provocadas pela presença de usinas de cana-de-açúcar.

Em todas as pesquisas foi utilizada também a técnica da observação participante, tida como uma técnica fundamental para a coleta de dados nas pesquisas que imergem na realidade, em territórios a serem compreendidos num processo de aproximação e identificação primária de símbolos, contextos e significados. A observação participante não significa isolar-se na observação, mas integrar-se, reconhecendo as limitações de alteridade, expondo-se sem realizar entrevistas ou abordagens diretas. Como afirma Minayo (2010, p.70)

Um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

Foram realizadas observações participantes em momentos e locais distintos:

a) primeiramente em locais diversos (boates e bares, estações rodoviárias e imediações, postos de combustíveis, praças e ruas com concentração de pessoas) com o propósito de perceber eventual situação de presença e de possível exploração sexual de crianças e adolescentes. A maior parte das observações foi realizada à noite, tendo os pesquisadores



frequentado diferentes locais do mercado sexual. Essa estratégia permitiu que as pessoas desses locais se sentissem à vontade para falar de prostituição e presença da adolescentes. Em razão dessa forma de abordagem, não foram registrados dados dos informantes que pudessem identificá-los, mas em forma de relatório de campo.

b) no segundo momento de estada em campo visou centrar a observação em possíveis alterações nos locais a partir dos dados que já tinham sido obtidos nas pesquisas. Neste sentido, na pesquisa Sucroalcooleiro, voltou-se em época de pagamento dos trabalhadores das usinas, horários diversos e novos locais indicados pelas entrevistas. No caso da pesquisa BR 163, intensificou-se a observação em período de colheita de grãos e maior fluxo de caminhões e, na pesquisa fronteira, no período de intensificação do turismo.

Na pesquisa Fronteira a base de coleta de dados foi documental. Duas fontes foram importantes: reportagens produzidas por jornalistas integrantes do projeto no âmbito do Prêmio Tim Lopes e os relatos dos pesquisadores de campo, cujo critério de associação à pesquisa foi serem moradores das localidades abrangidas pelo estudo.

A riqueza de fontes de dados e instrumentos de coleta oportunizou a própria formação dos pesquisadores que, como temos reafirmado durante todo o trabalho, são eles também fontes de dados, sobretudo, analisadores desses na medida em que foram impactados pelo levantamento sistematizado da realidade, o que confirma um pressuposto da historicidade e da profunda humanidade expressa mediante indignação e movimentação em direção às mudanças no seu próprio território de vida. Esta realidade precisa ser levantada em pesquisas sobre os impactos nos pesquisadores.

1.5 Organização dos dados

O conjunto de pesquisadores envolvidos em cada estudo tornou a organização dos dados também um exercício que, embora específico de cada um, foi um grande exercício de apoio para que os relatos



pudessem ser os mais objetivos possíveis sobre as realidades observadas, as entrevistas realizadas ou as transcrições de grupos focais e colóquio.

Na pesquisa sucroalcooleiro, os registros vindos das atividades de campo foram transformados em relatórios de viagem, relatórios de observação e relatórios de entrevistas. Todos esses dados já estavam parcialmente estudados quando ocorreu o Colóquio. Portanto, os dados deste evento passaram a ser organizados posteriormente aos demais.

Por meio de oficinas de leituras coletivas, o grupo designado para elaborar o relatório final elencou quatro eixos norteadores de análise a partir da reiterada recorrência dos assuntos e/ou da singularidade de uma determinada realidade. São eles: alterações territoriais ocorridas a partir da instalação e/ou implementação das destilarias; mudança e aumento do fluxo de pessoas na cidade e no entorno das indústrias ou alojamento de trabalhadores; relatos de situações de práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes; rede de atenção local em situações de ESCA.

Na pesquisa Fronteira, a organização de dados ocorreu mediante a descrição das situações de exploração sexual em que os critérios para inclusão na pesquisa foram trânsito pelas fronteiras geográficas e diversidade de identidade de gênero e orientação sexual, ambos com registro na Rede de Garantia de Direitos (RGD). As situações foram organizadas e renomeadas para que pudessem dar mais vida a cada situação.

As 26 situações foram organizadas em um documento base para análise. A partir deste documento, os pesquisadores encontraram quatro blocos de informações: as violações de direitos e a exploração sexual; a mobilidade dos jovens e dos aliciadores em detrimento da imobilidade da RGD; o funcionamento do aliciamento, do mercado sexual e dos clientes; a atual realidade das crianças e adolescentes citados nas situações descritas.

Na pesquisa BR-163, a organização dos dados captados nos grupos focais ocorreu a partir das suas transcrições. Os discursos coletados e transcritos tornaram-se a fonte de dados para a organização dos mesmos a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003), em que as falas dos sujeitos formam discursos-síntese a partir de debates em grupos focais.



A organização dos dados seguiu os seguintes passos: 1) leitura exaustiva visando encontrar os principais eixos existentes no discurso; 2) construção dos discursos-síntese, ou seja, ideias que representam o pensamento coletivo dos integrantes da rede de garantia de direitos dos municípios do norte sulmatogrossense perpassados pela BR-163, bem como das fontes privilegiadas; 3) identificação das ideias centrais presentes nos DSC.

Os eixos encontrados foram: 1) existência da exploração sexual nos municípios e relação com a BR-163; 2) identificação dos responsáveis pela exploração sexual; 3) fragilidades e/ou vulnerabilidades que potencializam a existência da exploração sexual nos territórios que envolvem a BR-163; 4) atuação da rede de garantia de direitos.

Esta forma de organização está baseada nas representações sociais, concebidas como aquelas que expressam os pensamentos, sobretudo os valores que estão subjacentes no conjunto da sociedade. Por isso, a construção dos DSC considera todas as ideias como válidas e organiza suas contradições na perspectiva de compreender a realidade na dialeticidade sócio-histórica.

Segundo os autores, o DSC é um procedimento metodológico próprio de pesquisas sociais empíricas de corte qualitativo, que consiste numa forma de representar o pensamento de uma coletividade, agregando num só discurso-síntese, conteúdos discursivos de sentido semelhante emitidos por pessoas distintas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003). Dentro dessa perspectiva metodológica, os discursos-síntese são redigidos na primeira pessoa do singular, pois, o eu do discurso-síntese expressa um pensamento que, apesar de verbalizado numa forma individualizada, é socialmente compartilhado e traduz melhor a natureza do pensamento coletivo.

1.6 Análise de dados

As análises dos dados dessas pesquisas foram realizadas por eixos, ou seja, buscou-se a compreensão de todos os discursos num



contexto que contemplasse as contradições apresentadas pelas bases de dados. Mesmo considerando que a organização por eixo pode dar a ideia de um pensamento linear, esta forma de organizar os dados permitiu o aprofundamento e a aproximação com o real. Por outro lado, as análises puderam intercambiar compreensões entre um eixo e outro numa perspectiva de complexidade, singularidade, particularidade e totalidade.

Em todas as pesquisas, a forma de coleta e organização dos dados permitiu analisar na teoria sócio-histórica as representações sociais e, ao serem realizadas de forma coletiva, sistematizou os consensos possíveis.

A noção de representação social, considerada neste estudo, filia-se à tradição dialética materialista. Por essa perspectiva, a construção da representação social resulta do movimento dialético entre consciência e mundo objetivo (que não são instâncias estanques). Tendo sua consciência edificada, a partir de seu meio sensível imediato, o ser humano passa a ver o mundo social com determinado olhar, passa a representá-lo conforme sua consciência embebida de seu contexto. Essa representação guia, dialeticamente, a ação do ser humano sobre o mundo material (MARX e ENGELS, 2001).

Como afirma Moscovici (1978), a representação social é um sistema de interpretação da realidade que não dualiza o individual e o coletivo, é o encontro desses dois âmbitos que expressa as ideias advindas do processo de formação das nossas crenças, ideias e da forma como interagimos com a realidade concreta.

A forma de expressão da representação social é a palavra, e a captação desta, inserida no contexto, permite compreender as crenças, as imagens, as metáforas e os símbolos compartilhados coletivamente. Portanto, mesmo a palavra sendo a expressão da representação social por uma pessoa ou conjunto delas, somente pode ser decifrada no exercício de alteridade, posto que o pesquisador em si, sendo partícipe do mesmo mundo, é outro ser social. Por isso, entre a representação social expressa por meio do discurso e a compreensão dela há o processo de aproximações sucessivas com o real, podendo ocorrer de forma sempre inconclusa.

A representação social também permite compreender e evitar a dualidade entre o subjetivo e objetivo na medida em que a expressão pela



fala é o processo de objetivação que resulta da subjetivação construída a partir das relações concretas estabelecidas no modo de ser e viver. Assim, o foco da pesquisa não é subjetivo ou objetivo, são processos permanentes de influências recíprocas que constituem o ser social. Então, os discursos nos fornecem dados subjetivos cuja construção se dá na dialética entre o indivíduo e a sociedade, mediados pela emoção e pela linguagem (LANE, 2002).

A ideia que se faz sobre uma realidade e o seu papel ocorre mediante as relações que se estabelecem entre o que já foi vivido e o concreto, construindo percepções sobre si e sobre a realidade. Nota-se que a relação é dialética, uma vez que a percepção também pode transformar a realidade do indivíduo e do seu meio.

Dessa maneira, sinteticamente podemos afirmar que as representações sociais são substratos verbais ou verbo-narrativos explicitados nos discursos e mostram o posicionamento individual sobre o tema pesquisado (LEFÈVRE, LEFÈVRE, MARQUES, 2009).

Dado então que a expressão da representação social de um indivíduo é também a expressão de um pensamento coletivo existente, pode-se, de posse desses, analisar a compreensão de um discurso do sujeito coletivo conforme proposto por Lefèvre, Lefèvre e Marques (2009).

Quando se usa o DSC realiza-se um diálogo entre o discurso empírico e o científico num mesmo nível de relevância de forma a fazer todo o conjunto se apresentar harmonicamente, no entanto deve-se observar que o discurso organizado pelo pesquisador é a produção de sentido sobre os discursos produzidos, que dão forma ao texto final da pesquisa.

1.7 Preceitos éticos

O projeto Fortalecimento do COMCEX/MS previu, em suas ações, a realização de diferentes estudos sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Os detalhamentos de cada um desses foram construídos em



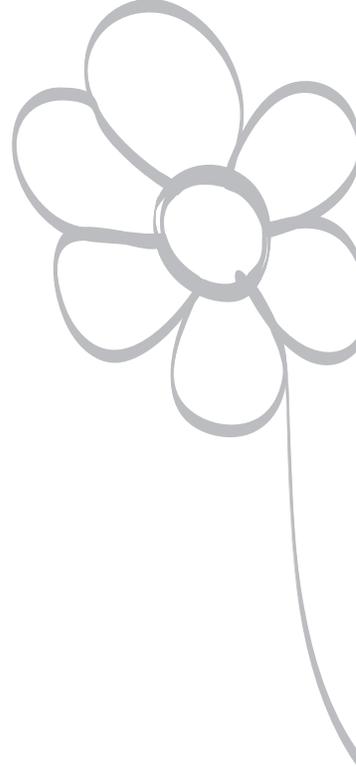
forma de projeto apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CEP/UFMS), com os seguintes protocolos:

- Projeto “Setor Sucroalcooleiro”: 1513.
- Projeto “Fronteira”: 1428.
- Projeto “BR-163”: 1409.

Foram consideradas todas as orientações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As devolutivas dos relatórios ficaram a cargo do COMCEX-MS sendo apresentados pela equipe de pesquisadores ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA). Os relatórios foram disponibilizados online no site do IBISS | CO, enviados ao Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e também às instituições envolvidas.

Os resultados das pesquisas, no que se refere ao compromisso de socialização do conhecimento, foram apresentados em eventos de movimentos sociais, científicos e utilizados para repactuação dos conteúdos formativos no âmbito da garantia de direitos de crianças e adolescentes.





*Desista da necessidade de simplificar tudo...
Reconheça que a vida é complexa.*

M. Scott Peck

CAPÍTULO 2

POSICIONAMENTO (POLÍTICO) CONCEITUAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (ESCA)

*Estela Márcia Rondina Scandola
Antonio Henrique Maia Lima
Giany da Conceição Costa
Maria Beatriz Almeida Maia
Rosana Santos de Oliveira
Tânia Regina Comerlato*

2.1 Apresentação

O intuito neste capítulo é apresentar uma das formas de compreender as violações de direitos sexuais como violação de direitos humanos, especificamente respondendo: o que é exploração sexual de crianças e adolescentes? Ao examinar os diferentes posicionamentos que tratam da sexualidade de crianças e adolescentes tornam-se perceptíveis as contradições nos grupos de estudiosos e movimentos sociais na busca de causalidades das situações de violência sexual. A rigor, a resposta mais encontrada é aquela que dualiza culpabilizando, ou seja, responde de maneira simplista sobre a violência imediata, identificando vítima e violador. Para buscar respostas mais contextualizadas no processo sócio-histórico há que se considerar as relações de poder econômico, ideológico e político presentes na singularidade de cada situação e que configuraram não somente as violações de direitos, como também as respostas dadas pela sociedade.

Não se pode falar em exploração sexual de crianças e adolescentes na sociedade capitalista sem se considerar o mercado e as relações de produção, consumo e trabalho em um processo permanente de recriação da sociedade de consumidores. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes são consumidoras, trabalhadoras e, também, consumidas na forma de mercadorias.



O trabalho no mercado sexual tem diferentes formas de paga, podendo ser em espécie, produtos ou simbólico e envolve crianças e adolescentes de diferentes classes sociais dependendo da perspectiva de consumo.

Dessa forma, ao se buscar um posicionamento político a respeito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é necessário inquirir a teoria existente, analisando criticamente a origem da exploração, reconhecendo as bases materiais e simbólicas de cada conceito, sobretudo na perspectiva de definir este novo posicionamento a partir de um compromisso de transformação global e emancipatório da sociedade. Por isso a necessidade de fugir das explicações fáceis e das respostas rápidas e compor compreensões a partir do reconhecimento dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

A operacionalização deste capítulo foi elaborada a partir da técnica bola de neve, ou seja, as publicações e relatórios das pesquisas anteriormente desenvolvidas no âmbito do COMCEX-MS/IBISS-CO e as bibliografias citadas foram revisitados e ampliados com a inserção de autores das temáticas de direitos sexuais e mercado sexual.

2.2 Humildade Epistemológica: revisitando quem já pensou direitos sexuais de crianças e adolescentes

Este capítulo está baseado nos resultados das pesquisas que compõem este livro e tem por objetivo responder ao questionamento básico que guiou os pesquisadores: “o que é exploração sexual de crianças e adolescentes?”.

No Brasil a legislação maior protetora dos Direitos Humanos na infância é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nogueira Neto (2009) ao discutir os significados do ECA afirma que, de forma geral, a atuação das políticas públicas pendulam entre dois extremos: a) a proteção integral com o significado de desconsideração da criança e do adolescente como pessoa e com direitos emancipatórios e, portanto, tutela-a em nome



da proteção e viola exatamente os direitos fundamentais; b) de outro lado, de forma também irresponsável, jogam meninos e meninas ao seu próprio processo educativo, retirando-se do papel educador dos adultos, família, comunidade, sociedade em geral e Estado. O discurso de garantia da autonomia é, na verdade, uma fachada para a não realização dos processos educativos com aqueles grupos sociais resistentes à ideologia dominante. Em ambas as posturas, a violação de direitos é a regra.

Há que se considerar que a sociedade vive uma intensa contradição no que se refere à sexualidade das crianças e dos adolescentes. As crianças sempre participaram do mundo adulto no interior das famílias até o século XVII e isso significava também a participação nas brincadeiras e jogos sexuais. A tentativa de dessexualizar as crianças e quaisquer atividades serem consideradas impróprias têm a ver com o “alvo de controle por parte das autoridades médicas, religiosas e jurídicas” (NECKEL, 2003, p. 59).

No mundo capitalista as contradições são acentuadas, pois crianças e adultos são transformados em consumidores e, ao mesmo tempo em que o discurso é de proteção dos direitos da infância, esse é utilizado na sedução e estimulação para o consumo. A transformação dos direitos sociais em direitos de consumo é uma das regras necessárias à manutenção do modelo de desenvolvimento imposto pela mundialização do capital, sendo que a avaliação da garantia de direitos pauta-se na capacidade de apropriar-se de bens e mercadorias individualmente, desconsiderando as necessidades coletivas. No caso da infância, por exemplo, o acesso ao celular é um dos quesitos para avaliação de acesso aos direitos em detrimento de bens como a educação emancipadora. Neckel (2003, p. 56) afirma que ao mesmo tempo, a criança é transformada em consumidora, veículo de consumo e “objeto a ser apreciado, desejado, exaltado, numa espécie de ‘pedofilização’ generalizada da sociedade”.

As relações de poder econômico, político e ideológico formam a base material e simbólica dos territórios que na dialética sócio-histórica reconhece o tensionamento nas suas formas de resistência e dominação. No caso dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, é a visão machista e adultocêntrica que se manifesta de forma a dar visibilidade aos valores hegemônicos dos territórios. Corroborando com Nogueira Neto (2009), há



uma tendência de restrição teórico-conceitual e de ação política preponderantemente maniqueísta, ou seja, para cada situação de violência sexual, encontra-se apenas um abusado ou um abusador. A culpabilização ocorre de forma unilateral com atuação penal ou, quando muito, psiquiatrizada e demoniza, “livrando” a própria sociedade de um pensamento contextual complexificado e expia sua responsabilidade.

Nesta linha de pensamento conceituar a exploração sexual exige não somente o esforço de estudar os autores, sobretudo compreender o que foi discutindo até então. Já se sabe, por diferentes fontes, que a exploração sexual é, por vezes, definida como abuso, prostituição infantil e até pedofilia. Não são meras palavras, mas o movimento das forças sociais traduzidas, inclusive nas ciências, vão dando o tom de que é preciso um esforço de desvelamento.

O termo pedofilia se infiltra e se expande nas discussões a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) denominada “Pedofilia”. O relatório, apresentado em 2010, manteve o seu título e desconsiderou as recomendações feitas pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) relativas ao crime que se estava investigando. Tal CPI, além de arregimentar forças religiosas conservadoras em relação aos direitos sexuais de crianças e adolescentes, carimbou a “pedofilia” como sinônimo de violência sexual e, na sequência, todos aqueles que cometem violência sexual como “pedófilos”. O uso impróprio e estendido das expressões pedofilia e pedófilo desconsidera que a primeira é uma parafilia relacionada à perversão sexual e que esta ocorre em número infimamente pequeno em relação a todas as situações de abuso e exploração sexual. Esta nomenclatura, portanto, desvia a discussão de suas verdadeiras raízes, ou seja, as assimetrias de poder econômico, machista, adulto e etnocêntrico.

Reafirmando os direitos sexuais de crianças e adolescentes como direitos humanos é preciso considerar que não é possível fazer um retorno destituído de críticas a uma história escrita hegemonicamente pelo pensamento judaico-cristão, que linearmente considerou a infância como sendo ingênua, terna e destituída de sexualidade. Mais que isso, é preciso registrar que a sexualidade na infância esteve datada por diversos



pensamentos baseados nas práticas sexuais existentes em cada particularidade sócio-histórica. Isso também significa reconhecer que “as representações sobre sexualidade, corpo e gênero veiculadas, em especial, pela mídia tem subjetivado não só adultos, homens e mulheres, mas também tem trabalhado minuciosamente para formação das identidades infantis e juvenis nos nossos dias” (NECKEL, 2003, p. 64).

Internacionalmente, a World Association for Sexology (WAS), aprovou em seu XV Congresso Mundial, em 1999, realizado em Hong Kong, China, a Declaração Universal dos Direitos Sexuais que passaram a ser assim registrados:

1. O direito à liberdade sexual. Liberdade sexual abrange a possibilidade para as pessoas de expressar seu potencial sexual completo. No entanto, isso exclui todas as formas de coerção sexual, exploração e abuso em qualquer momento e situações da vida.

2. O direito à autonomia sexual, integridade sexual e segurança do corpo sexual. Este direito envolve a habilidade de tomar decisões autônomas sobre a vida sexual dentro de um contexto da própria ética pessoal e social. Ele também engloba o controle e o gozo de nossos corpos livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.

3. O direito à privacidade sexual. Isto envolve o direito às decisões individuais e comportamentos sobre intimidade desde que eles não intrometer-se sobre os direitos sexuais dos outros.

4. O direito de equidade sexual. Isto refere-se a liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião ou deficiência física e emocional.

5. O direito ao prazer sexual. Prazer sexual, incluindo autoerotismo, é uma fonte de bem-estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.

6. O direito de expressão sexual emocional. Expressão sexual é mais do que um prazer erótico ou atos sexuais. Os indivíduos têm o direito de expressar



sua sexualidade através da comunicação, toque, expressão emocional e amor.

7. O direito de associar-se livremente. Isto significa a possibilidade de casar ou não, divorciar e de estabelecer outros tipos de associações sexuais responsáveis.

8. O direito de escolhas reprodutivas livres e responsáveis. Isto engloba o direito de decidir se deve ou não ter filhos, o número e espaçamento dos filhos e o direito de pleno acesso aos meios de regulação da fertilidade.

9. O direito à informação sexual, com base na investigação científica. Este direito implica que informação sexual deve ser gerada através do processo de inquérito livre e ainda cientificamente ético e disseminado em formas apropriadas em todos os níveis da sociedade.

10. O direito à educação sexual abrangente. Este é um processo ao longo da vida desde o nascimento ao longo do ciclo de vida e deve envolver todas as instituições da sociedade.

11. O direito aos cuidados de saúde sexual. Cuidados de saúde sexual devem estar disponíveis para a prevenção e o tratamento de todos os problemas e transtornos e todas as preocupações sexuais.

Reconhecendo os direitos sexuais de crianças e adolescente, é necessário considerar que a violação desses, em muitas situações, está vinculada ao trabalho, ou seja, a sexualidade é disponibilizada a serviço de outrem. Internacionalmente, a Convenção 182 de 1999 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), registra a exploração sexual de crianças e adolescentes como uma das piores formas de trabalho infantil.

O artigo 3º da referida Convenção explicita que as piores formas de trabalho infantil ocorrem por escravidão ou condição análoga à escravidão, servidão, trabalho forçado (inclusive conflitos armados), utilização na pornografia e prostituição, atividades ilícitas, produção e tráfico de entorpecentes, sobretudo “o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças” (BRASIL, 2000, p. 3).



Pensar a partir do trabalho é pensar as contradições do mundo do trabalho que podem trazer desgastes diversos, mas que também podem ser a centralidade do viver a identidade do ser social. Na história, o senso comum foi ditando que o trabalho significa aquele que tem preço, ou seja, produz um salário. O mundo do trabalho reprodutivo, particularmente aquele executado pelas mulheres no âmbito doméstico, que tem valor, mas não é apreçado, este geralmente é desconsiderado.

No caso do mercado sexual a depender do grupo de discussão, há o deslocamento para a violência ou para o trabalho. Quando há centralidade na violência, desconsidera-se o trabalho e, portanto, destitui-se os direitos dos trabalhadores.

A sociedade de consumidores, incluindo aqui o mercado sexual, está pautada pela ascensão social e pela capacidade de consumir. O atributo de consumir, tanto para quem procura o mercado ou para quem trabalha nele, está na reprodução da força de trabalho, bem como na inserção no mercado consumidor. Assim, o desejo de consumo é uma forma alienada de prazer.

Para Scandola e Sanches (2015) a ideia de discutir prostituição e exploração sexual a partir da ótica do trabalho é reconhecer que pouco se tem feito nos campos de conhecimento e das políticas públicas. E acrescenta que o trabalho sexual como o uso do corpo sexuado e criativo incomoda a todos, posto que restitui às pessoas a existência da sexualidade. Isso significa também forçar o repensar do senso comum e dos pré-conceitos a respeito do mercado sexual, dos significados de honra, de honestidade e dos papéis sexuais que envolvem a nossa cultura.

A questão não está em avaliar como certo ou errado os diferentes conceitos de exploração sexual que envolvem crianças e adolescentes, mas em considerar os vários contextos e transformações dos quais participam. Torna-se importante compreender a realidade como um todo, as assimetrias de poder e as situações particulares que vulnerabilizam e/ou potencializam as violações dos direitos humanos a partir das violações dos direitos sexuais.

Faleiros (*apud* Castanha, 2008) afirma que há estudiosos que negam o caráter de trabalho às atividades desenvolvidas por crianças e



adolescentes no mercado sexual. No entanto, a pesquisadora diz que é importante distinguir neste ramo os trabalhadores adultos, os adolescentes e as crianças. No caso dos adultos pode-se considerar que há explicação do trabalho como também há o status de profissionais do sexo, com diferentes níveis de autonomia. Crianças e adolescentes, ao contrário, em sua condição de pessoa em desenvolvimento, são sempre explorados como trabalhadores infanto-juvenis. Ressalta-se que mercado sexual é uma alternativa de trabalho para adolescentes e crianças não alcançados pelas políticas sociais ou quando essas não respondem às suas necessidades, ou seja, têm seus direitos fundamentais previstos no ECA violados.

Sendo assim, há que se contextualizar cada construção conceitual, datá-la e, mais que isso, considerar os processos sócio-históricos em que estão inseridos os grupos e/ou autores no sentido de compreender a sua formulação.

2.3 O percurso conceitual da exploração sexual

Na busca de situar conceitualmente a exploração sexual, Santos (2007) critica o uso genérico dessa expressão que, muitas vezes, é tomada como sinônimo de prostituição. O autor considera exploração sexual somente a prática involuntária da prostituição, quando há a figura do agenciador. Segundo ele, esse conceito estrito funciona como uma estratégia de superação do tratamento moralizante comumente conferido à prostituição e como uma forma de salientar o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de prostituição. Para o autor, a equivalência entre ESCA e “prostituição infanto-juvenil” corresponde a uma visão moralizada que rejeita o direito de adolescentes de exercerem o trabalho sexual, ou seja, toda “prostituição infanto-juvenil” passa a ser proibida como se fosse sempre exploração sexual.

Faleiros (2009) inclui no conceito de exploração sexual a possibilidade de trabalho sexual autônomo. Conforme a autora, na exploração sexual os trabalhadores são submetidos a dois contratos: o sexual (com os clientes) e o de trabalho (com os empregadores), na maioria



das vezes informal. Segundo essa concepção, no contrato sexual, o cliente explora o serviço e, no contrato de trabalho, o empregador explora a força de trabalho.

A questão não está apenas em incluir ou excluir a modalidade “trabalho sexual autônomo” no e do conceito de exploração sexual. Mais que isso, é preciso considerar, no conceito, cruzamentos de aspectos diversos – essa consideração é necessária para que seja possível a percepção das violações de direitos humanos sexuais em meio às transformações dos contextos dos quais participam as crianças e os adolescentes. Esses aspectos são: a produção constante e paulatina de pensamentos a partir das alterações da realidade material, o desenvolvimento da sexualidade e as situações que vulnerabilizam as potencialidades de crianças e adolescentes provocadas pelas alterações dos meios em que vivem.

A atenção dirigida às múltiplas dimensões em que está inserida a ESCA (econômica, histórica, cultural, social) nos faz compreendê-la como camadas indissociáveis que se movimentam das totalidades para as particularidades e vice-versa.

Para Libório (2007), a violência sexual, e nela incluída a exploração sexual, está inserida no conjunto das demais violências assim identificadas:

[...] a violência estrutural (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis de mercado), a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/etnia e geracional), a violência interpessoal (presente nas relações interpessoais, tanto intra como extrafamiliares), aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilização), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência/violência e violação de direitos (LIBÓRIO, 2007, p. 26).

A compreensão de que a violência ocorre simultaneamente em diferentes âmbitos não significa minimizar a importância da prática sexual com criança e adolescente, independentemente de ser autônoma ou agenciada e compreendê-la como impactante no seu processo de pessoa em desenvolvimento. A relação não se estabelece, nesta linha de pensamento,



apenas interpessoalmente. Ou seja, mesmo que não haja exploração visível com o contrato e execução do trabalho sexual, há que se considerar que as demais dimensões da violência vão incorrer em aprendizados de normalização ou estranhamento do que pode ser violação ou cuidado de direitos.

Scandola (2011) afirma que além dos âmbitos acima explicitados, há a violência institucional estabelecida entre as diversas violações e ações das políticas públicas, especialmente no que se refere ao descumprimento do ECA na medida em que não garantem os direitos sexuais de crianças e adolescentes. Ainda conforme a autora, as dimensões da violência colaboram entre si para a manutenção e aprofundamento da violação de direitos:

[...] percebemos a indissociabilidade, a simultaneidade e potencialização entre estas. Ou seja, sedimentam a “normalidade” da realidade vivenciada e ainda aprofundam a assimetria entre a violação de direitos (a partir da ordem estabelecida) e a garantia de direitos (que significaria uma nova ordem econômica, social, cultural, institucional e interpessoal) (SCANDOLA, 2011, p. 7).

Há situações registradas no terreno da pesquisa em que meninas e meninos não recebem explicitamente pagamento material pelo ato sexual. Tais situações, no entanto, não podem ser entendidas como abuso sexual. Trata-se de uma violação sexual que não é somente abuso, e ocorre sem a ocorrência de uma transação comercial explícita, característica comum na ESCA. Nesses casos, percebeu-se que a relação de troca era de outra ordem: a “recompensa” pela prática sexual correspondia à provocação, pelo autor, de situações de consumo ou de possibilidades de consumo excepcionais (lazer, viagens, vestuário e alimentação) ao cotidiano dessas meninas e meninos com os direitos violados, o que suscita uma ilusão além do consumo, de status e de ganho, ou seja, trata-se de um pagamento simbólico.

Deve-se dizer que essas duas dimensões – material e simbólica – ajudam a compreender a complexidade da ESCA para além da criança e do adolescente. Bourdieu (2005) afirma que no espaço social capitalista, pessoas e grupos se distanciam e se aproximam conforme seus capitais



materiais e simbólicos. A ascensão no espaço social decorre da acumulação desses capitais. No contexto da ESCA, identifica-se pelo menos quatro atores que se beneficiam de formas diferentes: para o agenciador, a ESCA representa, sobretudo, ganho de capital material; para o homem em situação de cliente, elevação de capital simbólico (visto como o macho, em um contexto machista e adultocêntrico); para intermediadores diversos (donos de bares, de hotéis, taxistas, trabalhadores sexuais, familiares, etc.) ganho material; e para a criança e o adolescente, retorno material (dinheiro, “presentes”) e simbólico (elevação à posição de mulher adulta, valorização da homossexualidade ou travestilidade, condição de autonomia e liberdade). É importante salientar que essas “elevações de status” ocorrem numa estruturação social capitalista e atendem às necessidades criadas por esse sistema. Assim, as demais redes de produção capitalista, ainda que não explicitamente, participam desse processo.

As violações de direitos não nascem simplesmente da vontade das pessoas que, assim como os desejos, são alimentadas pelo contexto material e neste caso, marcado por relações que se estabelecem com o sistema capitalista não restrito à dimensão econômica, mas abarcado às demais dimensões: sociais, culturais, políticas, etc. É necessário observar a presença do capital e as características dos territórios particulares para se compreender a ESCA.

Nas pesquisas “Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul” (COMCEX-MS/IBISS-CO, 2010), e “Exploração sexual de meninas e meninos brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul” (COMCEX-MS/IBISS-CO, 2011) o conceito construído foi:

Exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito aos relacionamentos sexuais, nos quais se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre a criança ou adolescente, podendo existir ou não, intermediação para a prática sexual e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico.

Scandola (2011, p. 9), aprofundando a responsabilidade das organizações empresariais na violação de direitos de crianças e adolescentes, pauta o conceito como:



exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito à utilização da sexualidade infanto-juvenil na qual se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto, de um grupo ou mesmo de uma organização, podendo existir, ou não, intermediação para as práticas sexuais e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico, visando a satisfação sexual de si ou de outrem.

A autora ainda afirma que a exploração sexual serve ao mercado sexual como cadeia produtiva própria e às demais cadeias produtivas, como os grandes empreendimentos do agronegócio, do turismo, da siderurgia, ou seja, ao modo de produção capitalista que está organizado em cada território. Isso leva a compreender que a exploração sexual não é de responsabilidade somente individual, é também dos grupos, das organizações e do próprio Estado que se coloca ausente no enfrentamento real desta fratura social (SCANDOLA, 2011).

Essas considerações permitem traçar o posicionamento conceitual de ESCA que, em diferentes estudos realizados no âmbito do COMCEX-MS, foi tomando forma não somente de aprendizado, sobretudo de concepção política, na medida em que esta se constitui como uma violação dos direitos humanos sexuais agravada pelas condições materiais e pelos pensamentos construídos num determinado território.

Portanto, há que se exercitar a construção de um conceito de exploração sexual aproximado do real, ou seja, que responda num determinado território ao que lhe é peculiar.

2.4 Conceitos certos não existem: este é o nosso!

Ao buscarmos a conceituação sobre o significado de exploração sexual de crianças e adolescentes, reafirmamos que se trata de um conceito historicamente construído e que o papel desempenhado nesta pesquisa é, a partir da realidade, potencializar a crítica necessária. O mundo real, por sua complexidade e riqueza, exige um processo permanente de questionamento à teoria existente. Minayo (2010, p. 177) instiga que o



processo de desconstrução e reconstrução ocorre em bases materiais e simbólicas datadas, ou seja, os conceitos devem ser “analisados em sua origem e percurso de forma crítica”.

Considerando a dialeticidade da pesquisa qualitativa, seu objeto é colocar em evidência a realidade e suas múltiplas contradições, podendo-se ancorar no pensamento de Horkheimer (1972, p. 219) a orientação que conceitos certos não existem e, é intrínseco à teoria crítica, defini-los a partir de um compromisso emancipatório que “reclama pela transformação global da sociedade”.

O sentido de um texto sempre supera o seu autor e buscar a compreensão de um conceito é discuti-lo primeiramente como preconceito, colocando-o sob suspeição. A compreensão parte da alteridade diante de um conceito dado (portanto, pré-conceito) e “começa aí onde algo nos interpela [...] (e) de suspender por completo os próprios preconceitos” (GADAMER, 1999, p. 448).

Consideramos que os direitos sexuais se inserem no contexto dos direitos humanos e são balizadores de uma infância saudável e livre de discriminações, tanto do ponto de vista das crianças quanto da educação destas no relacionamento com as demais pessoas. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 3º temos que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Os direitos sexuais, desta forma, estão garantidos como sendo intrínsecos a todos os direitos e a garantia deles, ocorre sob responsabilidade compartilhada com a família, a comunidade, a sociedade e o governo. Além disso, como inscreve o Art. 5º da mesma Lei, a criança deverá ser livre de quaisquer formas de violação de direitos como “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990).



A negligência das políticas públicas e da família em informações e proteção; discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ou por gravidez; violências de gênero e de geração no que se refere à erotização precoce; opressão religiosa e não acesso às informações seguras e livres de preconceito, como também a crueldade do abuso sexual e da exploração no mercado sexual, constituem condicionantes à ocorrência e à manutenção do que poderíamos descrever como violação dos direitos sexuais.

Para a compreensão da ESCA devem ser consideradas as dimensões social, étnica, histórica, cultural, política e econômica que a determinam, ou seja, o modo de produção nos territórios. E é de responsabilidade de indivíduos, famílias, grupos, organizações e do Estado. A sua manifestação visível, se dá pelo trabalho de crianças e adolescentes cuja sexualidade é utilizada no mercado sexual, em suas diferentes formas de organização, no qual a paga pode ser financeira e/ou material e/ou simbólica, associados ou não.

Este debate ainda não está terminado!



ALMA E LAMA

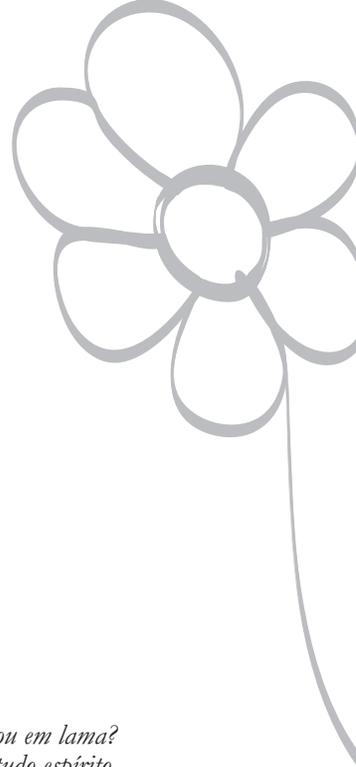
Raquel Naveira

*Quando foi que a lama se transformou em alma?
Era tudo brejo,
Terra agitada,
Fermentada
E plástica,
Solo palpitando de bolbas,
De larvas,
De insetos,
Rabinhos com olhos de feto
E vieram o sopro,
O ar nos pulmões,
A vida pelo sangue,
Pelo fígado,
Pela medula e ossos,
Pulsando quente
Como chama.*

*Quando foi que a alma se transformou em lama?
Era tudo espírito,
Energia,
Fio de prata,
Palavras e gestos,
Imagens que brotavam
Do intelecto,
De uma fonte de amor
Luminosa e intacta
E vieram os desejos,
As paixões,
As trevas,
A ausência de sombra
E a alma rolou no lodo,
Vagando*

*Corpo nu,
Contaminado,
Enterrado na lama,
Tumor que lateja
Coberto de lesmas,
Lêndeas
E gosmas;
De repente, as águas da chuva
Lavam o corpo
E da boca
Sai uma borboleta.*

*Lama e alma,
Apenas uma asa,
Uma letra.*



CAPÍTULO 3

CONJUNTURAS DO CAPITAL NOS CONTEXTOS SUL-MATO-GROSSENSES E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*Antonio Henrique Maia Lima
Estela Márcia Rondina Scandola*

3.1 Introdução

A história do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul é intrínseca aos três diferentes contextos de pesquisa apresentados neste livro. Embora habitado desde sempre pelas nações indígenas, a intensificação do povoamento desse território por grupos exógenos, inclusive no sentido econômico capitalista, teve impulso em decorrência da Guerra do Paraguai, ou seja, a ampliação das fronteiras brasileiras. Sendo a guerra um dos mais importantes momentos históricos dessa região, o que lhe confere desde aqueles tempos, estratégica localização geográfica, caminho para terras paraguaias e bolivianas, foi portanto chamamento de invasores legalmente constituídos para a agregação ao modo de produção já desenvolvido no centro-sul brasileiro ou, no mínimo, corredor de riquezas de “cá para lá.”

No fim dos anos 1970, a verificação, por parte do governo central, de vocações econômicas distintas de interesses de grupos políticos diversos entre o norte e o sul do então estado de Mato Grosso, fez nascer o estado de Mato Grosso do Sul, com características próprias e multifacetadas, econômica, social e culturalmente. Essas características constituem o que podemos chamar de “povos sul-mato-grossenses”, cuja hegemonia econômica foi, historicamente, o agronegócio e a pecuária extensiva.

Para contextualizar o chão sul-mato-grossense, no sentido particular e geral aqui proposto, é preciso evidenciar as interfaces das



conjunturas do desenvolvimento do capitalismo e suas fraturas sociais e econômicas e, nas pesquisas aqui apresentadas, a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes neste contexto. Ou seja, é preciso, a partir das condições concretas dos modos de produção e as relações de poder econômico, político e ideológico, compreender os cenários em comum das três pesquisas que serão expostas adiante: Setor Sucroalcooleiro (2010), Fronteira (2011) e BR-163 (2013).

3.2 O Setor Sucroalcooleiro

A crise energética mundial do início do século corrente, somada aos impactos negativos ao meio ambiente da intensa exploração das fontes não renováveis, fez com que o mercado procurasse a alteração da matriz energética mundial, trazendo à tona a necessidade de novos combustíveis cujos efeitos colaterais de sua utilização não fossem tão caros e intensos – os biocombustíveis. E soma-se a isso a pressão do movimento ambientalista que culmina com a assinatura de diferentes protocolos visando a diminuição dos efeitos da contaminação ambiental pelos combustíveis fósseis.

O Brasil, dadas as suas características geográficas e políticas, imerge na corrida para a produção de formas diversas de agroenergia vistas, pelo senso comum e pelo discurso oficial, como menos poluidoras e mais baratas, com destaque ao etanol proveniente da cana-de-açúcar. Nessa altura, internamente, o desenvolvimento da tecnologia para a produção já estava consolidada e o país buscava, em cada período, expandir ou não internamente a sua produção, de acordo com os interesses do mercado e a partir dos incentivos financeiros públicos. Além disso, iniciou sua inserção com a expansão da atividade sucroalcooleira em países da África e da América Latina, buscando consolidar externamente a expansão de suas divisas.

Esse movimento político-econômico resultou na exaltação da cana-de-açúcar à “cultura do momento” no agronegócio nacional, elevando o volume de áreas plantadas a partir dos anos 2000. No caso de



Mato Grosso do Sul, essa expansão ocorre a partir dos municípios do sul do estado. A área total cultivada com cana atingiu 425.539 hectares na safra 2009/2010, aumento de 36,95% em relação à safra anterior, conforme mapeamento de imagens via satélite realizado pelo projeto Canasat. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de cana atingiu, no estado, 36.520.000 toneladas na safra 2010, muito acima das 4.845.000 toneladas alcançadas, em igual período, pela produção de soja, que aparece em segundo lugar, elevando o estado ao primeiro lugar em avanço no cultivo da cana-de-açúcar em todo o país.

Paralelo ao crescimento da produção canavieira, foi verificada a expansão de usinas sucroalcooleiras em Mato Grosso do Sul. Até meados de 2009, havia 14 usinas no Estado e em 2010 já eram 21 unidades, conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur).

A corrida do etanol repercute em iniciativas do Governo Estadual para atrair empresas sucroalcooleiras. Além de propagar que Mato Grosso do Sul está numa posição geográfica estratégica e possui terras e condições climáticas propícias para o plantio da cana-de-açúcar, o Governo ofereceu incentivos fiscais aos grupos empresariais do setor que se expandiram no estado. Segundo dados recentes da Conab (2015) no estado de Mato Grosso do Sul na safra de 2013/2014 produziu-se cerca de 10% de todo o etanol do Brasil, cuja produção total fechou em 23,64 bilhões de litros na safra 2012/2013 e 27,17 bilhões de litros na safra de 2013/2014.

As ações do agronegócio canavieiro se baseiam em uma contradição importante, pois ao mesmo tempo em que tem adotado simultâneas tecnologias de ponta na produção em larga escala, com alta produtividade na monocultura voltada à exportação, mantém condições de exploração de recursos naturais e de trabalhadores como se ainda não tivesse chegado ao século XXI. Como afirmam Domingues e Thomaz Jr. (2012), alia-se a isso o Estado, com seu papel de ampliar o processo de concentração de riquezas no meio rural, gerando divisas para elevar o superávit da balança comercial.

Grandes empreendimentos, como as usinas de cana-de-açúcar, provocam alterações significativas nos locais onde se instalam. Impactos ambientais e sociais passam a ser expressados pelos movimentos e pelos



estudiosos: a manutenção de condições de trabalho degradante, o aumento populacional das cidades e a sobrecarga da rede de atendimento das políticas sociais, a contaminação ambiental, o aumento do custo de vida local, o comprometimento da sociabilidade dos moradores, especialmente no que se refere às violências e aos acidentes, são alguns dos aspectos levantados pelos que veem na expansão sucroalcooleira não apenas crescimento econômico.

Para Domigues e Thomaz Jr. (2012), as atividades canavieiras no estado de Mato Grosso do Sul estão se territorializando em zonas outrora predominantemente pecuárias. Isso, segundo os autores, omite um processo paralelo que consiste na inversão da distribuição de riquezas, ou seja, cada vez mais haverá uma maior concentração de terras nas mãos de grandes grupos internacionalizados e menos terras disponíveis à reforma agrária. Nesse sentido, não haverá uma distribuição de riquezas, muito pelo contrário, uma vez que em uma propriedade de 20 hectares se produz o suficiente para uma família inteira, ao passo que na produção em larga escala do setor sucroalcooleiro, que é voltada para a exportação, são necessárias gigantescas extensões de terra.

Outra realidade mascarada pelo mote desenvolvimentista perdurante é sobre a quantidade de empregos criados pela atividade sucroalcooleira. Segundo a Seprotur (2009), estimava-se que o setor criaria 37 mil empregos entre o campo e a indústria. Isso pode acontecer de fato, uma vez que, ainda segundo o órgão, cada um dos empreendimentos emprega em média 1,2 mil pessoas. No entanto, a mesma instituição pública não divulga a qualidade dos empregos e as condições de trabalho, ou seja, é uma visão míope da realidade a partir da própria divulgação do Estado.

Apesar dos números aparentemente promissores, Domigues e Thomaz Jr. (2012) salientam que em muitas unidades agroindustriais essa não é a realidade, uma vez que a mecanização (principalmente da colheita) está cada vez mais ganhando espaço no Mato Grosso do Sul. Alguns empreendimentos trabalham com 100% de sua colheita mecanizada, diminuindo, ao contrário das expectativas oficiais, a quantidade de empregos em cerca de 25%. Dessa forma, ainda segundo os autores, “os números apresentados pelo governo estadual não mostram a realidade, o que deve diminuir drasticamente a quantidade de empregos citados pelo



governo e criados no setor” (p. 151). Assim, já não há quase, e cada vez haverá menos no Mato Grosso do Sul, a figura do “boia-fria”, do cortador de cana tradicional, que em nome da produtividade/modernidade são substituíveis pela mecanização.

Além desses impactos, há aqueles que reivindicam atenção específica, ou seja, violação de direitos dos grupos sociais mais afetados pelo desenvolvimento como o caso das mulheres, crianças e adolescentes. Cite-se, no caso das pesquisas, os direitos sexuais. Esse olhar é imprescindível às pessoas e aos grupos que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, posto que a violência sexual é uma das violações expressas, intrínseca às demais violências ocorridas no território e adensadas pelo processo de des-envolvimento.

A inquietação advinda dessa constatação possibilitou pensar a Pesquisa em tela e traçar como objetivo geral “a compreensão das relações entre as transformações provocadas pela presença da cadeia produtiva sucroalcooleira e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul”. Para isso elencou-se cinco municípios do centro-sul que compuseram o referencial empírico. Esses municípios foram: Maracaju (duas usinas), Sidrolândia (uma usina), Rio Brillhante (três usinas), Nova Alvorada do Sul (duas usinas) e Nova Andradina (uma usina) (ver Mapa 1, p. 73).

Como necessidade produtiva do setor, as áreas de plantio da cana-de-açúcar têm se expandido acentuadamente na região, de acordo com a Canasat. À exceção do município de Nova Andradina (avanço de pouco mais de 50%), os municípios presentes neste estudo registraram crescimento da área com cana-de-açúcar superior à casa dos cem por cento em cinco anos. Em Rio Brillhante, onde estão instaladas três usinas, a área com cana aumentou mais de 700% em dez anos, saltando de 13.629 hectares na safra de 2003 para 96.491 hectares na safra de 2013.

Esses municípios também apresentam crescimento populacional muito acima da média do estado de Mato Grosso do Sul, conforme os dados IBGE (2000, 2007 e 2014):



Quadro 1: Crescimento populacional dos municípios pesquisados

Unidade	População (2000)	População (2007)	População (2014)
Maracaju	26.219	30.915 (+ 17,89%)	42.100 (+ 36,20%)
Nova Alvorada do Sul	9.956	12.026 (+ 20,79%)	19.086 (+ 58,70%)
Nova Andradina	35.381	43.495 (+ 22,93%)	50.019 (+ 15%)
Rio Brillhante	22.640	26.560 (+ 17,31%)	34.078 (+ 28,5%)
Sidrolândia	23.483	38.147 (62,44%)	49.712 (+ 30,40%)
Mato Grosso do Sul	2.078.001	2.265.274 (+ 9%)	2.619.657 (+ 15,65%)

Fonte: IBGE.

Os territórios incorporados à produção do setor sucroalcooleiro constituem-se basicamente de municípios pequenos que tiveram toda a sua infraestrutura alterada em favor de organizar-se para a produção e seu escoamento. No entanto, tiveram pouca ou nenhuma alteração na estrutura dos serviços oferecidos para a população seja ela dos moradores locais ou dos migrantes.

A rigor, as empresas, praticamente todas transnacionais, tiveram os empreendimentos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a título de investimento subsidiado e pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os recursos advêm do próprio banco e do tesouro nacional que aporta fundos para manutenção dos financiamentos a este setor. Com a sazonalidade do próprio setor, a produção varia entre açúcar e álcool conforme a demanda internacional.



3.3 As Fronteiras

De início há que se observar que o conceito de fronteira pode ser compreendido, de um ponto de vista bastante reducionista, como o mero limite entre Estados-nações, podendo ter sido definida a partir da geografia como rios e serras. É uma linha divisória que separa territórios e é dotada de uma grande representatividade e simbologia para cada um de seus lados.

No caso de Mato Grosso do Sul, a demarcação de suas fronteiras com outros países, ocorreu a partir de guerras que incorporaram territórios, ou seja, as fronteiras foram desenhadas a partir de disputas que ceifaram muitas vidas a serviço da divisão de poder entre países, inclusive o Brasil. Se considerarmos os territórios fronteiriços antes disso, os lados de cá e de lá não foram definidos a partir da população local, mas pelos reinos de Portugal e Espanha, no Tratado de Tordesilhas que imputou, dentre tantas separações, a língua oficial de cada lado, desconsiderando os povos tradicionais que aqui viviam. Tem, pois, os territórios fronteiriços, histórias de longa data de violências e significados, cuja participação da população local foi pouco ou nunca considerada.

O conceito de fronteira também é afetado pelos processos históricos do Brasil e da América Latina. Gadelha e Costa (2006) ao comentarem sobre o estabelecimento da faixa de fronteira, remetem esta firmatura constitucional como resultante de ditaduras, sendo que pouco desses países vivenciaram curtas experiências de democracia. Neste sentido, a delimitação do espaço nacional e a fronteira têm uma representação social como aquela que possibilitava a “invasão de território”, ou o acobertamento de guerrilheiros. Assim, tanto de um lado quanto de outro, os países viam com desconfiança os moradores ou transeuntes dos territórios fronteiriços. Essa marca simbólica, construída ideologicamente mantém-se em grande parte dos discursos da população em geral, dos gestores públicos, dos pesquisadores e mesmo da comunidade local.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, define a faixa de fronteira, em seu parágrafo segundo, do artigo 20 como:



“A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres (...), é considerada fundamental para defesa do território nacional” (Brasil, 1988). Segundo Gadelha e Costa (2006), esta ideia está baseada na lei 6.634 de maio de 1979, onde o controle das fronteiras terrestres estava posto como defesa do território, dentro da concepção nacionalista do período ditatorial. O resultado prático desta concepção é que a ocupação desses espaços por cidadãos com direitos a serviços e bens públicos é suplantada pela ideia de perigo, portanto, de ações de segurança nacional. Essa definição jurídica também impõe construção simbólica de fronteira em detrimento de territórios fronteiriços, ou seja, marca o conceito a partir da divisão e não do encontro.

Ocampo (2006) observa que o território fronteiriço pode ser um espaço do limite do Estado e que não dispõe de infraestrutura, portanto, espaços vazios. Esses vazios no encontro natural com o outro Estado integram-se formando uma espécie de terceiro espaço, gerando uma sociedade peculiar daquele território e, por conseguinte, nem deste, nem daquele país, mas o território fronteira. O autor definiu fronteira observando suas características:

“fronteira” é um espaço territorial, sociológico e econômico, de relações de interdependência, de diversas manifestações da vida em sociedade e que é compartilhada, promovida e executada por grupos populacionais que se estabelecem de um e outro lado do limite externo dos países e que passam a construir um mesmo ambiente de interação no qual criam uma cultura própria de vida, às vezes diferente de cada uma de suas nações de origem (OCAMPO, 2006, p. 110).

Para compreender os sentidos de fronteira e territórios fronteiriços, há que se considerar os olhares exógenos e endógenos sobre eles. É pois, ideológica a construção do conceito, posto que carrega sentidos para além de linhas geográficas estabelecidas em acordos entre autoridades políticas. O senso comum, no entanto, tem tratado a temática considerando pouco o povo que compõe os territórios e, por isso, parte de ideias consolidadas no contexto latinoamericano de uma história de ditaduras e, portanto, controle de fronteira, em detrimento das riquezas que a compõem.



As diferentes concepções de o que é fronteira certamente possibilitariam, em si só, uma ampla discussão, por isso optamos trabalhar com a compreensão de territórios fronteiriços, especialmente a partir de quem os vê de dentro, visto que os significados determinam realidades a serem consideradas e, pelo menos teoricamente, têm mais a dizer sobre si mesmas que aqueles olhares mais distantes, embora academicamente elaborados.

Os territórios fronteiriços de Mato Grosso do Sul compõem diferentes territorialidades numa complexa teia que se imbricam. Mesmo considerando que possuem características similares e diversas, cada encontro-divisa tem particularidades a serem contextualizadas e, estão diretamente vinculadas ao processo de intensificação capitalista e resistência dos grupos que vivem nessas localidades.

A fronteira é ativa, podendo ser identificada como o local onde se reconhece a existência de vínculos de solidariedade nas comunidades vizinhas, em ambos os lados de uma linha, que nem sempre divide países. Embora pertencentes a diferentes jurisdições nacionais no limite dos estados, a fronteira possui uma base demográfica estabelecida pela somatória de cada uma de suas populações (Ocampo, 2006). Toda essa atividade na fronteira permite a eclosão de inúmeras e diversas manifestações sociais e práticas culturais de toda ordem, elencáveis de um ponto de vista exógeno e endógeno como positivas ou negativas, de acordo, novamente, com o ponto de focalização de cada um.

Nesse sentido “[é] na fronteira que se evidenciam as distinções e semelhanças entre as normas legais e os hábitos culturais de diferentes países.” (OLIVEIRA, 1998, p. 9). As fronteiras também são pontos de passagem, territórios pelos quais as pessoas transitam num intenso vai-e-vem e, em sendo consideradas regiões integradas econômico e socialmente, as pessoas que por ali passam também fazem parte, com menor ou maior aderência das culturas locais.

Uma vez na fronteira, os seres sociais comportam-se de acordo com o conjunto de valores e possibilidades ali colocados, sejam próximos ou distantes dos valores que já carregam em si. A fronteira é comumente compreendida e até colocada à prova como um território de permissividade, dada a ausência de instituições contínuas e de valores



compartilhados. Por isso, indivíduos terminam por permitir-se viver experiências que em suas terras de origens não lhes seriam possibilitadas, inclusive viver fantasias sexuais com crianças e adolescentes. (SASTRE, 2010).

Há, em detrimento dessas mazelas, também um discurso que se contrapõe: “embora a fronteira seja vista como “covil de delinquentes e desalmados”, é um local de muita cultura: “longe desse clichê desbotado e mesquinho, aqui temos gente, vida, cultura, paixão, luta e muita história de vida, sempre presente” (HANY, 2011, p. 25). É uma diversidade cultural proveniente da histórica miscigenação de povos, vista em poucos municípios de Mato Grosso do Sul, que corroboram para o grande potencial de talentos na música e nas artes cênicas, apreciadas e consolidadas ao longo dos anos. Isso cria um evento de fronteira, pois em ambos os lados acontecem atividades culturais que agradam a todos (RUBENS, 2012).

Como afirmam Costa e Oliveira (2014, p.239), ao estudar os ‘esquemas de fronteira’, os territórios fronteiriços são lugares privilegiados para questionarmos a dicotomia que querem imputar entre o legal e o ilegal, e confundir esses lugares como se fossem a “excelência da ilegalidade”, o que não é verdade. Conforme os autores, não é diferente de quaisquer outros lugares do território brasileiro, apenas os “esquemas variam, adquirindo características próprias nessas regiões”.

Feitas essas primeiras colocações, vale lembrar que estamos considerando como territórios fronteiriços aqueles que estão no entorno das fronteiras, cuja delimitação está colocada pela legislação vigente. Assim, o recorte do estudo proposto abrange doze municípios que se encontram nas regiões de fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia, são eles: Corumbá, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo, cujas respectivas localizações são visíveis no Mapa 1. Eles têm diferentes relacionamentos com os demais aglomerados urbanos/rurais do Paraguai e Bolívia, sendo alguns deles contíguos, outros precisam percorrer pequenas distâncias por caminhos e estradas para chegar à fronteira, ou ainda, como é o caso de Porto Murtinho, atravessar o Rio Paraguai.



É nesses pequenos municípios que o Mapa da Violência (2010), elaborado pelo Instituto Sangari encontrou 13 das 300 cidades brasileiras com taxas médias mais elevadas de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos.

3.4 A BR-163

Embora existissem diferentes experiências de mobilidade na região da BR-163 desde o século XVI, esta sempre foi ocupada por comunidades tradicionais com suas mobilidades autoprojeadas, porém a rodovia não nasceu com o intuito de potencializar essas mobilidades pelo território e sim com o propósito de integração nacional no período da ditadura dos anos 1960-1980. Esse propósito integra um “projeto de nação”, cujo slogan era “integrar para não entregar” do então Presidente da República General Castelo Branco. Sendo uma das rodovias de maior extensão, a BR-163 tem significado de circulação de mercadorias, principalmente, para o setor produtivo monocultor do então estado de Mato Grosso.

A construção dessa rodovia se dá no início da década de 1970 com o Plano de Integração Nacional (PIN), criado para ligar a região Norte ao Centro-Oeste e ao Sudeste do país. Continuando o “projeto de nação”, o governo Médici (1969-1974) expunha que era necessário expandir a fronteira econômica da Amazônia, pressionado pelas forças internacionais que visavam a extração de suas riquezas para fins de exportação. O discurso oficial retratava as regiões Oeste e Norte como “abandonadas” e “terra de ninguém”, visto que o acesso externo a essas regiões somente era possível por barco ou avião, com alguns tramos de ferrovia. A mobilidade interna era feita por pequenos barcos, tração animal e veículos militares.

A história da BR-163 é intrínseca à mobilidade dos municípios de Mato Grosso do Sul que estão no seu entorno, bem como à passagem de pessoas e mercadorias em distintos processos migratórios que ocorreram nas regiões norte e oeste. Trata-se de uma rodovia longitudinal que liga os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul,



Mato Grosso e Pará, e é fundamental para o atual modelo de escoamento da produção agropecuária da parte paraense da Região Norte e do norte da Região Centro-Oeste do Brasil para os estados do Sul e do Sudeste, visando a exportação por intermédio dos portos de Paranaguá (PR) e de Santos (SP), sendo assim a principal artéria do escoamento de riquezas nessas regiões.

Importante dizer que em Mato Grosso do Sul, com exceção dos municípios de Campo Grande e Dourados, a BR-163 está constituída por municípios pequenos em seu entorno, a maioria com menos de 50 mil habitantes, ou seja, ela se torna um importante elemento no território com diferentes significados percebidos e sentidos pelos moradores. Essas cidades têm suas economias baseadas na monocultura como, por exemplo, gado, soja, sorgo, suínos, açúcar e álcool. É uma rodovia fundamental para o atual modelo de escoamento da produção agropecuária.

Além de sua vocação para o agronegócio, a região perpassada pela BR-163 conta com grande potencial turístico, destacando-se o turismo de pesca em Coxim e os balneários de Rio Verde de Mato Grosso. No discurso majoritário sobre a economia regional há uma invisibilidade da pequena produção, da agricultura familiar e da própria geração de emprego e renda propiciados pelas políticas sociais.

Esse cenário é o palco empírico da pesquisa “Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento - representação da rede de garantia de direitos” apresentada mais adiante. Percorre 316 quilômetros e abrange desde o município de Jaraguari (localizado no centro-sul do estado, próximo à capital) até Sonora (divisa com o estado do Mato Grosso), e passa por cinco municípios e, em apenas um, Pedro Gomes, a BR-163 não compõe a zona urbana.

O fluxo de veículos na BR-163, no contexto do tramo desta pesquisa, é bastante heterogêneo, e é considerado trânsito de meio, isto é, a região é caminho e não o destino da grande maioria dos transeuntes interestaduais no perímetro Jaraguari-Sonora. Quanto aos transeuntes intermunicipais, verifica-se que o destino destes, na grande maioria dos casos, é a capital estadual ou outros municípios que ofereçam serviços de



saúde, educação e trabalho. Nesse sentido, por conta da proximidade dessas cidades entre si, alguns nichos de trabalhadores compõem uma parcela do fluxo da BR-163 que assegura diariamente diversos serviços essenciais nas áreas da saúde, educação e assistência social. Por outro lado, também há uma significativa mobilidade de trabalhadores da economia predominante, como a agroindústria (frigoríficos, laticínios e cana-de-açúcar), cerâmica, serviços de alimentação e abastecimento, além dos estudantes. A dinâmica se dá, na maioria dos casos, a bordo de veículos de grande porte, ou seja, de transporte coletivo (ônibus e vans) e de carga. Segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes (DNIT, 2013), o fluxo diário da BR-163 compõe-se majoritariamente de veículos longos (Classe D - mais de 15 metros de comprimento), 50,81% do total. Em segundo lugar, no total de veículos que transitam pela BR-163, estão os veículos com comprimento entre 10 e 15 metros (Classe C), com 24,16% do total. Na terceira posição, estão os veículos com comprimento entre 5 e 10 metros (Classe B), 18,72% do total. Por fim, respondendo por apenas 6,3% do fluxo total diário no território da pesquisa estão os veículos pequenos (Classe A- menos de 5 metros de comprimento).

Esses dados sobre o tipo de veículo que majoritariamente transita na BR-163 poderia, em princípio, sugerir que a maioria dos trabalhadores são os caminhoneiros, conforme se verificará no capítulo “BR-163”. E há que se considerar que nesses veículos, geralmente, estão somente um ou dois trabalhadores, na sua grande maioria, homens. Esses profissionais são culpabilizados pela exploração sexual de crianças e adolescentes nas BR e foram invisibilizados na grande corrida desenvolvimentista do fim do século XX. Somente conseguiram visibilidade aos olhos da sociedade capitalista a partir das grandes greves de 1999 e 2000. Do ponto de vista de Santos (2004), as reivindicações feitas pelos caminhoneiros serviram como denúncia de uma série de problemas enfrentados nas rodovias brasileiras cotidianamente, tais como: longas jornadas de trabalho, corrupção, má conservação das vias, noites sem dormir, etc. Esses problemas influenciam diretamente nas suas condições de trabalho, dignidade e comprometimento das condições de saúde. A relevância econômica dos caminhoneiros no cenário nacional pode ser traduzida numa simples frase estampada nas traseiras dos grandes veículos: “sem caminhão este país não anda” (SANTOS, 2004, p. 286).



Segundo a autora, entre os mais de 1 milhão e 200 mil caminhoneiros, menos de 30% são autônomos, ou seja, proprietários dos veículos. Mais de 70% trabalham nas 12 mil empresas transportadoras rodoviárias de carga. Os motoristas de caminhão constituem-se numa categoria heterogênea que retorna, diariamente ou não, ao convívio familiar. Dentre aqueles que estão vinculados às longas viagens, as condições de trabalho estão determinadas pelo tipo de carga e metas de quilometragem e o domínio sobre seus corpos é uma das condições necessárias à execução do trabalho. Por isso, a virilidade é construída dentro deste contexto e realizar atividades de convívio em pontos específicos de abastecimento dos caminhões torna-se, em grande parte das vezes, o único momento de relacionamento com as pessoas. A parada pode significar a tessitura de “um rápido convívio social, rompendo o silêncio sob o qual permanecem em quase toda a longa jornada de trabalho” (SANTOS, 2004, p. 318).

A verdade expressada pelos caminhoneiros, a classe que move a economia do país, corrobora com as estatísticas já mencionadas do DNIT, já que cerca de 75% do tráfego no trecho da pesquisa é composto de veículos com mais de 10 metros de comprimento. Essa abundância de grandes veículos (genericamente caminhões) se deve à função econômica da BR 163 que é o escoamento da produção agrícola de todo o oeste e parte do norte brasileiro, ou seja, serve à exportação brasileira de grãos e carne, parte fundamental da balança comercial brasileira.



MAPA 1: Os contextos das três pesquisas



FONTE: Os autores.

3.5 Desmistificando vilanias

Desmistificar é, a grosso modo, derrubar um mito, ou seja, destituí-lo de suas prerrogativas de uma pretensa verdade. Nos mitos é comum o uso de simbologias e de personagens com personalidades cativas que circundam as emoções humanas e, assim, surgem as figuras dos mocinhos, dos heróis e dos vilões em enredos quase sempre parecidos e fixados em figuras masculinas.



Sem a pretensão de provocar a discussão já há muito existente sobre os mitos, abrimos mão dessa prazerosa peleja intelectual em troca da seguinte proposição: enquanto nas histórias os mocinhos, os heróis e os vilões sempre têm suas finalidades bem definidas, no mundo da ESCA essas figuras se misturam, se desconfiguram diante das expectativas de seu papel-a-fazer e se reconfiguram em personagens, cujas funções na história já não são mais evidentes. Assim temos os mocinhos-heróis, os heróis-vilões, os vilões-heróis, os mocinhos-vilões, etc. Esta é a realidade dos contextos, essencialmente complexos, de ESCA abordados neste livro.

Nesse sentido, as complexidades da fronteira, das conjunturas do capital sucroalcooleiro e do que ocorre na BR-163 nem sempre são consideradas para visualizar os problemas pelos quais passam as diferentes mobilidades existentes, como também a população adstrita. Na BR-163, uma das formas mais recorrentes é considerar que a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre apenas em “pontos de vulnerabilidades”, ou seja, o contexto mais abrangente tem tido pouca incidência na análise desta expressão da questão social.

Um dos principais dados utilizados sobre exploração sexual nas BR está contido no “Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras”, de 2011/2012 realizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) juntamente com a Childhood Brasil, a Organização Internacional do Trabalho e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nesse mapeamento, as instituições consideraram pontos vulneráveis os ambientes ou estabelecimentos nos quais os agentes da Polícia Rodoviária Federal identificaram características como: iluminação, prostituição adulta, pouca vigilância, aglomeração de veículos de trânsito, consumo de álcool, etc., como sendo cenários suscetíveis ou propensos à ESCA.

Ainda no mesmo estudo ficou evidenciado que 91,9% dos pontos de vulnerabilidade detectados contavam com a presença de caminhoneiros no local, e apenas 33,1% desses pontos de alguma forma eram assistidos pelo Conselho Tutelar. Nessa perspectiva, entende-se que não é plausível apontar o caminhoneiro como o único responsável pela exploração sexual, na medida em que o mapeamento foi realizado especificamente na BR e não em todos os territórios que a circundam. Se os postos de combustíveis são os locais de apoio logístico a esses trabalhadores



e o mapeamento ocorreu exatamente nesses locais, encontrar os caminhoneiros era a única (ou a principal) possibilidade. Uma vez que os “heróis” dessa história, que deveria ser o poder público na figura dos conselhos tutelares, aparecem em apenas 33,1% dos pontos de vulnerabilidade, não se pode apontar o caminhoneiro como o único ou o maior “vilão”, já que a vilania também se dá pela negligência dos pretensos “heróis” – o Estado e seus braços, além de diversas outras tramas da sociedade, cujas intervenções em si mesma mascaram a realidade e ratificam o não direito.

Ao buscarmos a evidência da ligação de contextos específicos e, dentro destes, um culpado específico da exploração sexual de crianças e adolescentes, torna-se necessário desmistificar quaisquer possibilidades dualistas, ou seja, relacionar uma vítima indefesa com um réu vilanizado. Ao vincular a exploração sexual apenas à presença de caminhoneiros, de turistas, de forasteiros nas fronteiras ou ainda de cortadores de cana nas regiões sucroalcooleiras, focaliza-se o problema no seu âmbito primário. Esta forma alienada de apenas visualizar o que é oferecido pelo senso comum, impossibilita compreender que todos os trabalhadores e transeuntes que chegam, saem, passam e circulam vivenciam as mesmas condições de depreciação de políticas sociais para si e para os moradores das localidades.

Mais que isso, é fundamental compreender a inserção desses contextos nos diferentes territórios em que se inserem, e os significados de cada região do Brasil no desenvolvimento capitalista, com políticas neoliberais de pouca ou nenhuma incidência nas problemáticas causadas por este sistema de produção.

Ao não pautar um modelo de desenvolvimento que pudesse incidir na garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens, as realidades municipais ficam à mercê da implantação de médios e grandes empreendimentos de forma que viabilize sua inserção na mundialização do capital. Em torno desses empreendimentos criam o imaginário do pertencimento ou não ao desenvolvimento. Conforme Scandola (2011), há por parte do capital mundializado, a necessidade de expandir-se territorialmente e para isso constrói consensos sobre o des-envolvimento que é a desvalorização do que existe e a supervalorização da industrialização como forma de inserção mundial. Para isso, incide em localidades com



baixa organização dos trabalhadores, com desemprego, ou seja, com menor poder de resistência e, inclusive, desresponsabiliza o capital pelos problemas gerados.

Com as condições de poucos empregos nos pequenos municípios, dentro dos padrões industriais aliados à ideologia desenvolvimentista, com apelo à inserção global, pode-se afirmar que as comunidades locais, incluindo gestores e população, “absorvem” as necessidades e os impactos criados [...] e “absolvem” os donos do capital dos problemas gerados, geralmente culpabilizando a população local pelos problemas, sendo estes vistos na sua imediatividade, longínquos do real (SCANDOLA, 2011, p. 9).

A inserção subalternizada dos territórios ao capital transnacional é de fácil visualização: quase ou nenhum investimento em atividades de sustentabilidade local; políticas sociais precarizadas; intensificação de privatização imposta pelo neoliberalismo com projetos de responsabilidade social empresarial; e, afronta aos direitos trabalhistas e de proteção social. Essas realidades compõem um quadro de negligência do Estado brasileiro frente à garantia de direitos de toda a população. As crianças, adolescentes e jovens, de forma evidente, tornam-se as maiores vítimas deste modelo de desenvolvimento. Isso porque a condição das pessoas em desenvolvimento e dos sujeitos de garantias de direitos não está considerada como prioridade que deveria ser absoluta mas não ocorre de forma alguma.

O papel dos territórios, se não fosse pelos grupos de resistência locais, seria somente de responder à circulação e escoamento de riquezas com vistas à economia globalizada. Nesse sentido, o fluxo de trabalhadores gera uma demanda de serviços públicos que é adensado também com a intensificação do comércio que traz aumento ao custo de vida. A esta realidade é, no senso comum, imputado aos que vem de fora, a “culpa” por esta condição.

A partir das reflexões das pesquisas é possível compreender que, além do imbricamento entre elas, a forma de buscar os “culpados” ocorre a partir das camadas mais frágeis da cadeia produtiva, a força de trabalho. Há alienação sobre os fundamentos geradores das violações de direitos. É a própria organização do des-envolvimento que ocorre nos



territórios e a bênção dada pelo Estado, tanto em financiamento quanto no não investimento em políticas sociais efetivas, são os responsáveis pela realidade violadora.

Há que se considerar também que o próprio capital muda seu modo de organização da produção quando fica acuado diante de um conjunto de denúncias. No caso específico do setor sucroalcooleiro, as denúncias de trabalho escravo, de exploração do trabalho indígena e das violações de direitos de crianças e adolescentes, não fizeram com que estes problemas fossem enfrentados. Pelo contrário, implantou-se a mecanização do corte da cana e desviou-se a problemática para longe dos canaviais, inclusive desempregando milhares de trabalhadores sem nenhuma perspectiva de reinserção no mercado de trabalho.

A partir dessas mudanças tecnológicas, a figura do cortador de cana deixa de ser o protagonista deste ciclo e também o alvo das denúncias. Passa a constituir grupos de desempregados, cujos questionamentos poderiam ser: que papéis desempenharão nas comunidades indígenas? Retornarão ao nordeste brasileiro ou se constituirão em levas migratórias? Quem haverá de assumir o papel de vilão na ESCA?

Nesses contextos, os mercados sexuais conjugam diferentes formas de organização, mantendo-se ou não atrelados às cadeias produtivas oficiais e legais, como ocorre nos territórios em estudo. Podem ter locais de referência para todos da localidade, intensificado e adequado também aos ciclos de desenvolvimento econômico. Não são um fato novo na região, mas uma realidade que foi se modificando de acordo com as exigências do mercado, podendo utilizar-se de mulheres e meninas de outras localidades visando suprir as demandas sazonais a partir do que é legalmente organizado como a agricultura, o turismo, o transporte... Em situações verificadas, isso pode ocorrer mediante a contratação de trabalhadoras com maior ou menor autonomia, a depender das necessidades do mercado.

Nas pesquisas “Setor Sucroalcooleiro” e “Fronteira” ficou evidente que, no mercado sexual tradicional dos territórios identificados fisicamente como presença de prostituição, há pouca ou nenhuma presença de crianças e adolescentes. A política brasileira de enfrentamento da exploração sexual por meio de campanhas de sensibilização e de operações policiais fizeram mudanças nas formas de aliciamento e nos locais de



prestação de serviços sexuais com crianças e adolescentes. A utilização de agenciamento por telefone e mídias diversas, especialmente aquelas de internet, são as principais redes utilizadas para o aliciamento. Os locais de exploração sexual de crianças e adolescentes são diversos e estão dispersos em hotéis, motéis, taxis, bares e outros pontos de encontro.

Na BR-163 o fluxo de trabalhadores integrantes do mercado sexual tem significados diversos pois ao mesmo tempo serve ao direito migratório deste público e também acontece com diferentes níveis de autonomia e/ou engano. Nos municípios pesquisados é possível verificar a existência de trânsito permanente desses profissionais e, em algumas épocas do ano, observa-se um aumento significativo desse fluxo para cada um dos municípios, de acordo com suas atividades econômicas e turísticas. Como exemplo pode-se citar: Festa da Cana em Sonora, Festa do Peixe em Coxim, Carnavais de Rio Verde de Mato Grosso, Porto Murinho e Corumbá, Motoroad em Ponta Porã, Festa da Linguíça de Maracaju e Festa do Porco no Rolete em São Gabriel do Oeste. Estes eventos atraem turistas de todo o estado e de outras regiões do país e atrai também um mercado sexual que se mostra de forma mais ou menos velada a depender dos constrangimentos locais.

Como também é apontado na pesquisa “Fronteira”, a adolescência é também caracterizada pela necessidade de aventurar-se, tendo nas viagens um ponto culminante desta peripécia. As viagens remetem aos sonhos de conhecer outros lugares, bem como a necessidade de sair dos seus locais. A saída em busca de outros territórios relaciona-se, muitas vezes, com a inexistência de quaisquer atrativos de lazer, cultura e esporte nos seus municípios e com a existência de situações de violência.

As migrações juvenis, inclusive aquelas que atravessam fronteiras internacionais precisam ser compreendidas na contradição entre as fortalezas e fragilidades da juventude e, exatamente pela existência desta, ocorre a utilização dessas crianças, adolescentes e jovens em diferentes formas de aliciamento, alojamento e utilização no mercado sexual complexo e diverso. As estradas e as festas precisam ser contextualizadas como integrantes de diferentes possibilidades de violação e de garantia de direitos e não somente como palco de situações de exploração.



Nesse sentido, ações de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes devem considerar que a mobilidade humana é inerente aos processos de des-envolvimento e, para além deste, é um direito. Nestes contextos migratórios, sejam eles de pequenas ou grandes distâncias, estão praticamente todos os moradores e aqueles que vão e vem nesses territórios: turistas, trabalhadores de diferentes camadas econômicas e também os integrantes das redes de violação e de garantia de direitos.

É preciso, pois, desmistificar as ideias: “o vilão vem de fora” ou “o vilão passou por aqui”, já que não correspondem à realidade e sim ao senso comum que desresponsabiliza a complexa rede violadora de direitos por negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e que está presente nos territórios, seja pessoalmente ou por representantes, como ocorre com as empresas transnacionais.

É fundamental analisar as realidades que propiciaram crianças, adolescentes e jovens terem seus direitos garantidos e/ou violados nas localidades e impuseram condições de vulnerabilidades à exploração sexual. Quaisquer atitudes e análises maniqueístas podem induzir ações de enfrentamento equivocadas e, possivelmente, violadoras de direitos. Uma vez que se concentram forças sobre aqueles que “vêm de fora” certamente brechas permissivas são criadas para os que “são de dentro”, fortalecendo uma rede de serviços que mobiliza crianças e adolescentes para atender as demandas do trabalho sexual.

Pode-se afirmar, portanto, que os projetos de des-envolvimento foram planejados sem participação dos grupos populacionais que seriam afetados. Quando a aprovação ocorreu, esta teve consentimento viciado e alienado dos reais problemas que poderiam advir.

Desfazer vilanias, maniqueísmos e visões superficiais sobre as responsabilidades na exploração sexual requer ir em busca das raízes que promovem a violação de direitos. Por certo não é apenas uma pessoa ou um grupo, mas a forma de organização da sociedade em cada território e como este serve à concentração de poder e renda, sobretudo como resiste a essa concentração que modificará esta dura realidade.



3.6 À guisa de pensar perguntas...

Diante dessa pequena demonstração de alguns dos muitos contextos possíveis em que a ESCA pode se manifestar, é preciso ampliar o debate e propor reflexões, sobretudo indagações que possam possibilitar um horizonte no enfrentamento da questão, uma vez que, a erradicação da exploração em seu sentido mais profundo ainda não está alcançável do ponto de vista das políticas públicas, especialmente em termos de extensificação e intensificação do capital nesses territórios.

A ESCA é muito dinâmica e rápida em se amoldar às condições impostas pelos jogos de poder para sua existência, nesse sentido, como deveria ser a atuação das políticas públicas para acompanhá-la no mesmo ritmo?

Se, por um lado, existe um discurso que cultua a culpa ou a busca de culpados, o que pensam essas pessoas apontadas como culpadas? São elas capazes de refletir criticamente sobre suas condições de vida e de trabalho ou estão consumidas pelo discurso predominante, ao ponto de culpar a si mesmas?

Ao defendermos a responsabilização ampliada para além dos “culpados” pelo senso comum, como difundir esta ideia e construir novos processos locais, regionais, nacionais e até internacionais visando novas regras legais e sociais para ir em busca dos responsáveis individuais, institucionais e empresariais?

Existem grupos que ainda resistem nesse multifacetado, multidinâmico e multidimensional processo? Se sim, quais são? Como juntar movimentos e grupos para construir poderes contra-hegemônicos mais efetivos?

Que lições podem ser aprendidas desse contato com as dinâmicas da exploração sexual de crianças e adolescentes? O que pode ser aproveitado pelos pensadores das manobras do Estado e das políticas públicas? Estariam realmente esses pensadores querendo o fim da ESCA ou apenas pensando tratamentos paliativos para essa problemática?



Teria os direitos sexuais de crianças e adolescentes, assim como todos os demais direitos humanos, individuais, inalienáveis e de responsabilidade do Estado a garantia de seu gozo pleno? Como enfrentar o fundamentalismo que avança sobre nossos corpos e mentes?

Que experiências de enfrentamentos precisam ser potencializadas? Como realizar processos educativos que tenham como finalidade a retomada da indignação e da ação desejosa de mudanças?

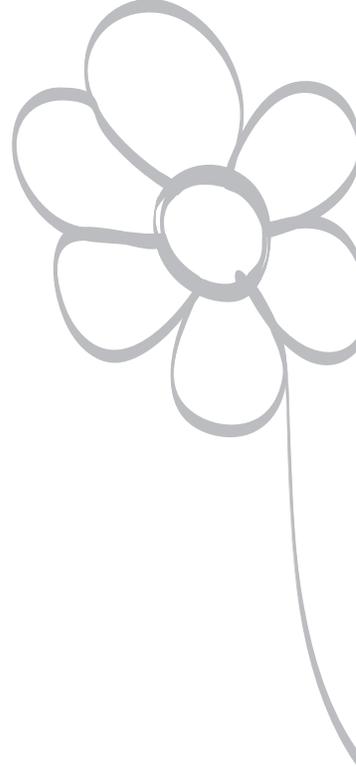
Como construir processos de acompanhamento das políticas públicas que propiciem aos seus trabalhadores encontros desalienantes sobre a realidade e que o coração e os pés caminhem pelos territórios para além dos prédios dos serviços públicos?

Como enfrentar a ESCA nas suas raízes de violação capitalistas, machistas, etnicorraciais, heterossexistas e adultocêntricas?

Como transformar realidades para que a alegria das crianças, adolescentes e jovens esteja em nosso cotidiano em marcha, com potencialização da nossa humanidade rebeldemente pensante?

Mantenhamos a nossa vida nos territórios pensando, sentindo e agindo neles, descobrindo possibilidades de resistência e (por que não?) de avanço!





Maria, Maria

Milton Nascimento

*Maria, Maria
É um dom, uma certa magia,
Uma força que nos alerta
Uma mulber que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas agüenta
Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca*

*Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida*

CAPÍTULO 4

MERCADO SEXUAL E TRABALHO: CONVERSA ENTRE MULHERES PARA COMPREENDER A REALIDADE E ATUAR NA GARANTIA DE DIREITOS

*Estela Márcia Rondina Scandola
Silvana Colombelli Parra Sanches*

4.1 Do lugar que falamos e das aproximações sucessivas da realidade

Vive-se em meio a contradições econômicas, políticas e culturais. Pensar sobre elas por vezes é um árduo exercício, cujas respostas já não nos satisfazem. Por exemplo, como em uma região de muita riqueza, o centro-oeste brasileiro, há tanta precarização de políticas públicas? Como há tantos serviços criados, tantas leis protetivas e concomitantemente tantas pessoas desassistidas? Por que em tempos de discurso de avanços de liberdades, inclusive a sexual, há tanta violência, tanta compra de sexo? As respostas fáceis e lineares não revelam a complexidade dos acontecimentos. A aproximação com a realidade sem dispor-se a pensar, re-pensar também não é reveladora.

A concentração de riquezas e poderes conjugam-se na região centro-oeste como constitutivos da realidade e isso vai sendo demonstrado por diferentes formas e, sem dúvida, a demonstração se dá por meio da apresentação de políticas públicas tão benfazejas para aqueles que já tem tanto e tão tacanha para aquelas pessoas sobreviventes nas desigualdades. As liberdades estão condicionadas pela organização econômica que se junta com o patriarcado criando um cenário de não direitos às mulheres.

Dentre os direitos mais negados, sem dúvida, estão os direitos sexuais que quase nunca se expressam como reconhecimento de direitos, mas se (in)visibilizam pela sua negação quando se discutem temas como a



violência sexual, as gravidezes indesejadas, o aborto e as diversidades. A tal liberdade sexual mostra-se uma falácia porque baseia-se no patriarcado e no poder de homens adultos, e muito pouco se avançou para compreender e libertar definitivamente mulheres, crianças e jovens. Neste sentido, durante a década de 80 no Brasil, a intelectual feminista Saffioti (2001) já se preocupava com a precisão da sociedade em delimitar os campos em que a mulher pudesse operar, da mesma forma como escolher os terrenos em que o homem pudesse atuar. Segundo esta autora, a educação dispensada à chamada “mulher de bem” na sociedade brasileira deixava muito pouco espaço ao gozo do prazer. No outro extremo dos particularismos que as mulheres estão sujeitas, se encontram as trabalhadoras do sexo, consideradas:

[...] ‘el mal ejemplo’, ‘las perdidas’, ‘las desviadas’ y el estigma está tan instalado que, aunque en la mayoría de nuestros países el trabajo sexual no es delito, las mujeres que lo ejercemos somos blanco permanente de la violencia institucional, tanto desde las fuerzas policiales como desde las entidades de salud y el poder policial. Muchas veces, las organizaciones de la sociedad civil también reproducen la discriminación, cuando nos toman como objetos de estudio en lugar de tratarnos como sujetos de derecho (TOBAR *et al.*; 2007, p.11).

É a partir desse olhar comprometido com a luta por direitos humanos integrais, indivisíveis com a história dos grupos com direitos mais violados, que se expressa o pensar sobre a relação dos direitos das trabalhadoras sexuais e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, em uma perspectiva sem contraposição, mas de encontros. Não se trata, então, de direitos das mulheres de um lado e das crianças e adolescentes de outro, mas de direitos interdependentes em busca de integralidade. E todos esses direitos encarnados em uma realidade de desigualdades.

Este artigo discute esses direitos a partir da influência das mulheres trabalhadoras sexuais na produção do conhecimento para esta pesquisa. Estar com elas em diferentes espaços – nas ruas, nas boates, nos eventos – move a lente treinada das pesquisadoras para situações inusitadas e surpreendentes. Conviver com Rosarinas, Lourdes, Ledas, Fátimas e



Beths, mulheres que se mostraram à sociedade e construíram coletivos, além da decisão permanente de ouvi-las e exercitar a alteridade, compromete totalmente a percepção e a fala, sobretudo guia o agir científico. A não neutralidade impõe-nos a busca da objetivação permanente, decisiva.

4.2 Aprendizados sobre trabalho e mercado sexual

O primeiro exercício consistiu em pensar sobre como se referir às mulheres que trabalham no mercado sexual, cuja pergunta que guiava era: Como devo lhe chamar? No entanto, no II Foro Latinoamericano de VIH\SIDA em Cuba, no ano de 2003, houve o encantamento pela Elena Reynada, da secretaria executiva da Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica Y Caribe e liderança da Asociación de Mujeres Meretrices de la Argentina. Em mesa composta por órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), além de Fidel Castro – que discursou por três horas e meia – e a presença maciça da população, Reynada iniciou sua fala ao dizer:

Yo no soy una nochera, yo no soy una quenga, yo no soy una esquinera, yo no soy puta, yo no soy una dama de la noche, yo no soy acompañante de hombres... Yo no soy esto o aquello; yo soy una mujer. Yo soy una mujer trabajadora, yo soy una mujer trabajadora del sexo.

Ao adotarmos o posicionamento que a Federação Latina nos apresentou, resolvemos um primeiro impasse que é: como devo chamar as mulheres que estão no mercado sexual? A disputa entre “profissionais do sexo” e “prostitutas” foi substituída pela inclusão da terminologia trabalho. Há aqui o convencimento de que o termo trabalho vinculado à prática sexual é identificador do grupo social ao qual pertence Elena, e expande-se para a compreensão do mundo do trabalho a partir das próprias mulheres que estão no mercado sexual. No entanto, aquilo que é trabalho para uns não é trabalho para outros. Ao comparar, por exemplo, as mulheres trabalhadoras do cuidado doméstico, cuja tarefa é atender as necessidades



de reprodução e sobrevivência familiar durante longo tempo, quando precisa abrir crédito, alguém pergunta: "Você trabalha?". Ela fala: "Não, não trabalho!" Por quê? Porque é um trabalho que, embora tenha valor, não é colocado preço. Também não há o registro formal do trabalho e, apesar de cuidar do desenvolvimento pessoal de crianças, jovens e mesmo do companheiro, isso não é considerado trabalho pela maioria da sociedade.

Na história, definiu-se trabalho como aquele que tem preço, que faz o mundo econômico girar e, aquele que, embora garanta a reprodução deste próprio mundo, não é chamado de trabalho. Há outro jeito de olhar que é importante para a discussão do trabalho sexual: o trabalho que "a moral dominante" quer que seja trabalho, e, portanto, legaliza-o – aquilo é trabalho.

Aquilo que a sociedade não legaliza e não é considerado trabalho legalmente, não adquire importância para as políticas que cuidam do trabalhador. Observa-se que há o trabalho que a sociedade define como tal e há o trabalho que a lei define. E existe trabalho que a sociedade, no senso comum e no acordo moral, social e de manutenção da ordem, não o vê e a lei não o reconhece. Estaria aqui o caso do trabalho sexual?

Um dos pressupostos fundamentais para a sobrevivência do capitalismo são as pessoas que vendem a força de trabalho para as que têm os meios de produção. É sobre o preço pago pela força de trabalho e o preço da mercadoria que ocorre o lucro; outros continuam vendendo a força de trabalho e não conseguem repor suas forças. Este ciclo resulta na manutenção da ordem entre os que vendem, os que compram e os que lucram. O preço sobre o trabalho a ser realizado no mercado sexual é definido por diferentes formas e isso depende da própria organização do mercado, podendo ser intermediado pelos donos de locais onde ocorre o contrato de trabalho, pelos donos onde ocorre a execução do trabalho ou mesmo agenciadores e donos de pontos de rua. Nessas diferentes formas ocorrem autonomias e explorações no apreçamento dos serviços.

Formas distintas também ocorrem no apreçamento: o contrato de horário e o contrato de serviço, sendo que no primeiro os serviços prestados podem ser diversos e podem ter ou não controle por parte da trabalhadora; no segundo, o acordo se estabelece entre a compra e a venda de serviços diretamente com o cliente e a trabalhadora.



O que a profissional do sexo comercializa é o prazer, as fantasias e não o corpo em si. Esta afirmação aparece tanto em trabalhos acadêmicos (SANCHES, 2003) como em livros autobiográficos (SURFISTINHA, 2005). Como afirmou uma liderança em um evento: "Eu não vendo meu corpo. Se eu estivesse vendendo meu corpo, não tinha mais cabelo não tinha mais nada. Eu vendo fantasia." E essa venda de fantasia é que utiliza a força de trabalho e que causa desgaste às trabalhadoras, seja do seu corpo ou da sua mente, e vai influenciando sua vida como ocorre com outros trabalhadores de outras cadeias produtivas, como a relacionada ao frigorífico. O frigorífico de frango contrata mulheres porque as mulheres foram educadas, por gerações, a terem mais destreza com trabalhos que exigem detalhes. A sobreasa que se compra no supermercado, leva nove cortes para ficar pronta. São as mulheres que fazem esse trabalho e precisam de alta concentração para atingir as metas colocadas pela velocidade da esteira. As mulheres contratadas para esse trabalho, geralmente a partir de seis meses, vão desenvolver Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e vão ficar inválidas. A partir daí não poderão mais atuar naquele trabalho e, em alguns casos, em nenhum outro. Ficam lesionadas no corpo, ficam deprimidas, a alma adocece, e os problemas do trabalho atingem toda a sua vida e sua família de forma impactante e fatalista.

A diferença entre a trabalhadora do frigorífico e a trabalhadora sexual é a forma como a sociedade “valora” moralmente o uso do corpo. Uma mulher trabalhadora no comércio sexual vai usar todo o seu corpo sexuado. Algumas vão beijar, fazer sexo oral, outras vão ter relação sexual penetrativa vaginal, anal, outras vão abraçar e ficarão do lado do cliente, conversando, acompanhando-o no restaurante ou fazendo *striptease*. A trabalhadora sexual utiliza muitas partes do corpo, planeja o seu trabalho, desenvolve diferentes técnicas e utiliza grande criatividade para cumprir as metas acordadas com o cliente e com o dono das casas. No caso do corpo das mulheres que cortam sobreasas de aves, o corpo é utilizado para dar sustentação aos braços e mãos que vão se movimentar para os cortes. Toda a possibilidade de criatividade é mal vista, pois pode atrapalhar a padronização do trabalho e o corpo integral não é percebido como sendo um ser vivo, mas apenas um fornecedor de força de trabalho que exige habilidades físicas e desconsideradas as mentais.

A valoração da honra do trabalho, apregoada em muitas situações discriminatórias contra as mulheres trabalhadoras do mercado



sexual, está ligada à moral dominante de manutenção dos órgãos sexuais das mulheres à reprodução, ou seja, à manutenção da espécie a partir da decisão machista de quais são as mulheres “honestas”, aquelas que dispõem do corpo sexuado para os homens, enquanto eles dispõem conforme lhes convém sexualmente. Isso resulta na negação do corpo sexuado para todo o restante do viver.

Assim, a questão central dos problemas morais dominantes com a prostituição nada tem a ver com vender uma parte ou outra do corpo humano: tem a ver com o uso do corpo sexuado. Tanto faz a mulher que corta frango quanto a mulher que está na rua e vai fazer um programa sexual, quando se refere ao uso do corpo. O que está em jogo é a moral sexista que consagra partes do corpo e amaldiçoa outras. Há diferença no valor sagrado do braço e da vulva, no desgaste do corpo sexuado integral e por partes na destinação do uso da criatividade. Também a criatividade é de boa índole ou não. A criatividade para melhorar o trabalho no frigorífico é bem vinda e controlada; e, a criatividade para o trabalho sexual, moralmente condenável.

Um dos encontros entre o machismo (os homens devem ser criativos sexualmente e as mulheres subservientes, inclusive definindo quando devem ser criativas ou não) e o modo de produção capitalista (a criatividade bem vista a serviço da produção), tem terreno fértil no controle dos corpos sexuados, impondo a sua utilização à conveniência do lucro. O trabalho sexual como uso do corpo sexuado criativo incomoda, pois significa repensar o que foi forjado em senso comum e os pré conceitos impostos sobre o mundo da prostituição, a honestidade, a honra, os papéis sexuais formadores das personalidades, identidades e comportamentos. Também pode incomodar a insurgência das mulheres que, controlando seus corpos, controlam a produção e, também podem decidir sobre ambos.

Aprofundar o conhecimento sobre o mercado sexual torna-se uma exigência importante para trabalhar visando a garantia dos direitos dos trabalhadores/as deste grupo social. Junto com as mulheres, já conseguimos identificar diferentes tipos de apresentação do mercado sexual com prostituição.

1. Casas tradicionais que podem ser mais ou menos configuradas em três tipos: as que atendem pessoas muito ricas, as que



atendem pessoas de nível médio, funcionários públicos, e as casas de prostituição que fazem o programa “de R\$ 5,99”. Nós identificamos essas casas muito presentes ainda. É a casa que ainda coloca luz vermelha na frente ou números grandes. É a casa que o caminhoneiro na beira da estrada ainda para. É a casa onde o peão de fazenda ou homens ricos mantém frequência.

2. Comércio da internet individualizado, que pode ocorrer para agendamento de programas com encontros pessoais, sendo o mais comum a utilização de salas de bate-papo.

3. Turismo com trabalho sexual agregado, ou seja, um grupo de turistas vem e as mulheres vão servir àquele grupo, seja em casas e pesqueiros que os turistas alugam, seja em agências que propiciam hotéis, locação de casas e as próprias mulheres. Geralmente não há contratação das mulheres em grupo. Elas são convidadas individualmente.

4. Boates e whiskerías (muitas são casas de prostituição tradicional chamadas de boates, mas outras têm a centralidade do trabalho nos shows e venda de bebidas). Nesses locais, não fica muito explícito quais são as atividades que vão ser executadas dentro da boate. O trabalho das mulheres pode ser o show, cantar, fazer *striptease* ou servir bebidas. Nesse caso, pode ocorrer agenciamento para atender sexualmente os clientes ou não. Em alguns lugares são encontrados quartos contíguos ou não.

5. Casas de massagem que podem ser anunciadas como tal em jornais e informam que precisam de moças e não é necessário ter prática. Geralmente são diurnas. Trabalhar nessas casas não tem regras muito definidas. É possível ficar nas casas para aprender o “ofício” e não receber pelos programas realizados.

6. Agências com formas diferentes de trabalhar e se adaptam para uma festa, um grupo de contratantes, um atendimento individualizado, fica a serviço do cliente. Geralmente o contato é totalmente virtual, especialmente por telefone celular ou internet, e o pagamento não ocorre diretamente para a mulher, mas para a agência.

7. Repúblicas de trabalhadoras sexuais que se juntam numa casa, pagam o aluguel coletivamente e combinam as regras da casa. Nesse



caso, mesmo sendo uma casa, não podemos considerar como local fechado para o trabalho, pois é de fácil abordagem por gente de fora.

8. Prostituição de rua, que é bastante tradicional e fica em locais já conhecidos pela população, podendo ou não ter cafetões/cafetinas agenciando ou sendo “donos/as” de uma região ou trecho. Cada cidade tem a sua dinâmica de rua. Há cidades que o expediente ocorre apenas à noite. Em outras regiões, como postos de combustíveis próximos às cidades, por exemplo, em que se pode encontrar trabalhadoras do sexo a qualquer hora do dia. Elas são responsáveis pelo próprio bem estar como roupa, agasalho ou ainda banco para descanso. Uma constante é que a prostituição de rua ocorre em local esperado da cidade, segregado, marginal e boêmio, em uma relação permanente entre (in)visibilidades.

9. Rituais Religiosos com atividade sexual, são situações de cárcere privado, de rituais religiosos vinculados às atividades sexuais. Ao promover a retirada da mulher desta atividade, é possível que fique contra quem a libertou, ao invés de ficar a favor de ser libertada, porque ela acredita ter sido levada a isso por designação divina e não relaciona o que faz à concretude do viver e sim à crença de necessidades de transcendência.

10. Pessoas ou grupos que se organizam para atendimento a um público específico como deficientes e internos do sistema penitenciário. Geralmente o contrato de trabalho é individual e as formas de acesso aos clientes são mediadas por alguém que já faz o trabalho. Assim, as regras de apreçamento e de trabalho são distintas e podem ser acordadas em cada realidade.

Diante da diversidade de apresentação do mundo do trabalho sexual, há que se considerar ainda que é preciso aprofundar sobre cada contexto e, entre eles, os diferentes públicos que podem estar presentes, podendo ter mais ou menos presença de mulheres mais idosas, jovens, adolescentes, homossexuais masculinos e travestis.

O mercado sexual não existe isoladamente. Pelo contrário, é partícipe do processo sócio-histórico de apreçamento da força de trabalho nos corpos sexuados. São, portanto, as relações desiguais de classe, gênero, geração, orientação sexual e étnico-raciais que compõem o conjunto de fundamentos que desenham as fortalezas e fragilidades das trabalhadoras



que vivem submissões e autonomias, sofrimentos e prazeres em todo o mundo do trabalho.

4.3 Desaprendizados sobre riscos e desgastes no trabalho sexual

Neste panorama, discutir sobre riscos no trabalho é fundamental para avançar em prevenção e proteção ao trabalho. Não há como não dimensionar de forma diferente a carga de trabalho das mulheres que vão atender em garimpo, levadas por um barco ou avião e que somente poderão sair quando terminar o período contratado, das cinco a oito mulheres que alugam uma casa, combinando as regras do local com demanda espontânea de clientes, anúncios em jornal ou internet. São dois locais de trabalho com carga de trabalho e autonomia sobre o processo de trabalho muito diferentes, muito embora possam guardar similaridades como riscos físicos e biológicos. Mesmo esses riscos existindo nos dois casos – sífilis e espancamento, por exemplo, a forma de enfrentá-los é diferente a depender das relações de trabalho em ambos os casos.

Todas as profissões têm desgaste: para assistentes sociais e docentes há o desgaste emocional, para trabalhadores da construção civil há o desgaste de braços, pernas, coluna. E, em todas as profissões, os trabalhadores regulam o sofrimento e o desgaste. Isso é a essência da sua humanidade. É no trabalho, em muitas situações, que há o encontro com o prazer. Conversar sobre prazer, sofrimento, riscos, precisa ser a tônica da discussão quando essa é feita sob a ótica da saúde do (a) trabalhador(a) que está inserido num mundo de contradições e possibilidades.

As doenças que acometem docentes podem e devem ser discutidas, aprofundadas, assim como o sentido da profissão que até hoje oscila entre educar e transmitir. Também compreender o sentido de ser trabalhadora sexual é tão importante quanto os riscos do trabalho ao qual esta pessoa está inserida. Se de um lado há os problemas de visão, varizes, stress, do outro existem as relações que se estabelecem, os resultados do trabalho. No trabalho do policial, o risco de vida e a satisfação quando



soluciona um problema de violência. Para compreender o impacto que o trabalho traz na vida das pessoas, é preciso conhecer o modo como as pessoas trabalham, o seu meio, a forma como a sociedade vê o seu trabalho, compreender o sentido que o trabalhador dá a sua ação. É preciso conhecer o trabalho das pessoas a partir da ótica dos trabalhadores e trabalhadoras daquela profissão. Por isso, ouvir as trabalhadoras sexuais é o caminho que precisamos conhecer.

Conversando com um moto-taxista é possível ouvir que, diante do stress do trânsito, todos os dias de manhã pensa em fazer daquele dia o último e procurar algo mais seguro. Mas também quando pensa na liberdade das ruas, nos relacionamentos que estabelece, fica no dia seguinte, na mesma profissão. E é muitas vezes um discurso que a gente ouve das trabalhadoras sexuais, do digitador, da telefonista. Ou seja, não é somente a prostituta que às vezes quer dar um tempo no trabalho que faz. Outras profissões estão plenas de pessoas que querem mudar de profissão ou pelo menos manifestam-se assim em algum momento. Há discursos dos mais variados em todas as atividades profissionais que envolvem dores, prazeres, incertezas, ideias, sonhos.

É na conversa entre pessoas que estão envolvidas no mercado sexual que se conhece os riscos e as formas estão regulando-os. Em outras categorias os riscos podem ser físicos, biológicos, químicos, psíquicos... E no trabalho sexual, quais são os riscos? Construindo com elas um roteiro de entrevista, a curiosidade aguça e temos uma sequência interessante:

1 - Pode ser infectada por diferentes fungos, bactérias, vírus. Que tipos e em quais ambientes?

2 - Que produtos utiliza para a sua higiene? Que substâncias psicoativas utiliza ou é obrigada a utilizar pelo cliente, pelos donos das casas?

3 - Que violência física sofre? Leva porrada? Que tipo de fantasias têm os clientes sobre sexo? Que exigências físicas e psíquicas são impostas?

4 - Quanto precisa trabalhar para ter o mínimo para as suas necessidades? Quais as condições de negociação dos valores dos programas? Com quem divide?



5 - Como prepara o corpo para o trabalho? Como repõe a força de trabalho e a criatividade?

6 - Quanto de autonomia tem frente ao mercado sexual, ao dono da casa ou da rua, frente ao cliente?

Perguntas como essas poderiam melhorar a capacidade de medidas protetivas no trabalho sexual. Entretanto, o fundamental é conhecer as relações de poder que estão presentes neste “nicho” de mercado e, sobretudo, quem regula o número de programas a ser feito? Maria Benguela³ com certeza não regulava.

No trabalho realizado na antiga Rodoviária de Campo Grande - Mato Grosso do Sul,⁴ onde circulavam em baixa temporada de pesca em torno de 120 mulheres, além das abordagens, atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos aos serviços das políticas sociais, realizaram-se oficinas que duravam de 40 minutos a 2 horas a depender do assunto, do dia e do horário que previamente combinados (trabalhadoras sexuais e educadoras). O Projeto Afrodite, desenvolvido pelo IBISS-CO realizava as oficinas somente com mulheres. O que se queria, numa sapiência acadêmica, era saber o que elas conheciam de riscos para o HIV, na medida em que é o Programa de DST/HIV/Aids que apoiava financeiramente o projeto. Radicalizava-se na metodologia de ouvir as mulheres, muito embora a humildade científica não tivesse sido vivenciada. A política nacional e os discursos midiáticos tinham formado, nas pesquisadoras, a ideia da Aids como o perigo para as mulheres no trabalho sexual. Fez-se inicialmente uma atividade na qual uma mulher entrevistava a outra sobre os riscos no trabalho e ao final havia as oficinas para conhecer os resultados. Oitenta mulheres tinham sido entrevistadas. As anotações estavam em cadernos e lembranças das conversas com as demais do território. Os dados levantados foram lançados num quadro a partir do

3 Maria Benguela é uma personagem da novela **Chica da Silva**, escrava negra que atende num quarto dos fundos da taberna. Ela é encarregada de “tirar o cabaço” dos rapazes do tijuco. Numa das cenas marcantes, o dono da taberna diz: “Maria Benguela, tem mais um aí e é um cliente especial.” E ela falou: “Mas eu já atendi oito hoje, tão tão cansada...”. E o dono da taberna responde: “Trabalha pra mim e vai atender quantos eu quiser!”

4 Com a inauguração de um novo terminal, a rodoviária à qual nos referimos neste artigo foi desativada em 2010.



medo mais intenso, apreensão e preocupação. Obteve-se as seguintes informações:

a. Esgano e/ou violência física – medo de sair com um desconhecido de quem não se conhece as práticas sexuais desejadas; dificuldade de se livrar do cliente depois que está sozinha com ele; menor força que o cliente e impossibilidade de se defender fisicamente; mesmo quando conseguem se livrar da situação não conseguem fazer a denúncia para livrar outras colegas da possibilidade de se encontrem na mesma situação;

b. Reconhecimento por parentes e conhecidos – um número significativo informa a familiares e vizinhos que exerce outras profissões (o que também é verdade) e fica o tempo todo do trabalho preocupada em ser “encontrada” por parentes, vizinhos e outros conhecidos, o que poderia trazer sofrimento, especialmente aos pais e filhos e, nesse último caso especificamente, o medo de perder a guarda por causa da profissão;

c. Gravidez – tanto do companheiro fixo quanto do cliente; a gravidez aparece como uma possibilidade pós-violência sexual, como exigência do parceiro afetivo ou do cliente de não-uso do preservativo, a gravidez por um ‘descuido’; gravidez significa não-trabalho, não-renda, não-aceitação em casas e boates, como também a perda de clientes;

d. HIV – incerteza sobre o futuro, medo da discriminação, da morte e também a dificuldade de continuar no trabalho.

Ouvir as mulheres diverge muito do que se vê na televisão, que é um dos principais veículos de disseminação de notícias e que padroniza o Brasil a partir de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos meios de comunicação, a prostituição aparece geralmente nas reportagens sobre violência e nas novelas. Nas novelas especificamente há predominância de glamour nas casas de prostituição e, estando elas a serviço da burguesia de cada época, vai formando a ideia de que as mulheres são destituídas de qualquer poder, portanto, completamente a mando das cafetinas ou são glamurosas e sempre contentes com o trabalho. A ideia maniqueísta do sim ou não de estar na profissão precisa ser colocada sob a ótica do trabalho. Também em outras profissões há contradições e o sair ou o ficar depende das condições



de trabalho. Colocar essa questão para o mundo da prostituição e não analisar o contexto é revitalizar o preconceito moralizante: se fica é porque quer, se sai é porque é honesta e só estava na prostituição para sustentar a família. Em muitas situações ainda há o reforço do homem bom que tirou a prostituta do mundo do pecado, mesmo que isso ocorra de forma subalternizada e lhe confere o cargo de amante.

É preciso fazer uma radicalidade objetiva, reconhecer que a neutralidade é impossível para compreender as diferentes formas que o mercado sexual se apresenta e a presença de trabalhadores e trabalhadoras em diferentes funções. Não é uma discussão para decidir se deve ou não existir mercado sexual, mas para o reconhecimento da sua existência como integrante da sociedade, independentemente do juízo de valor que se queira fazer e que o mercado de trabalho visa sempre o lucro e a exploração da força de trabalho.

No caso do mercado sexual, muitas vezes, as trabalhadoras jovens, crianças e adolescentes são a própria mercadoria, ou seja, alguém lucra com o seu agenciamento, com a sua venda. Compreender isso implica mudar a forma como as políticas sociais agem diante do mercado prostitucional. As mesmas condições verificadas em outros mercados acontecem também nesse. A mulher que está ilhada em um lugar de difícil acesso ou num barco pesqueiro no Pantanal tem a mesma descrição de escravidão moderna de um grupo de homens aliciados para o trabalho de destoca e passagem de agrotóxico sem condições de moradia, alimentação e transporte.

As políticas sociais reproduzem os valores morais hegemônicos. Aos homens do trabalho legalizado e considerado honesto há atuação de diferentes órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o SUS. Para as mulheres do trabalho sexual, não-reconhecimento social e legal. Só restam a elas as organizações da sociedade civil engajadas no Programa da Aids para lhes acompanhar à Delegacia de Polícia se houver hematomas e quase nunca poderão reclamar direitos trabalhistas. O Ministério da Saúde só vê as trabalhadoras do mercado sexual pela ótica da Aids, o único setor que, embora com ações limitadas, ainda realiza algo que atua no reconhecimento do grupo social em questão.



E, finalmente, é necessário enfrentar a discussão dos riscos de cada trabalho e o encontro, nesse caso, do comércio sexual com o trabalho da criança e do adolescente. Espera-se que a partir daí, essa discussão do adolescente fique mais fácil. Porque, se quer o/a adolescente como uma pessoa em desenvolvimento e se quer que jovens e crianças tenham vida plena – não vida plena na visão moralizadora, cerceadora dos direitos sexuais, mas vida plena em que se sente que as pessoas querem ser felizes, que os adolescentes querem ser felizes, querem desenvolver autonomia –, se conceber a prostituição como trabalho, vai ficar mais fácil desenhar que trabalho é, que impactos traz ao desenvolvimento saudável da sexualidade de crianças e adolescentes.

Os riscos do trabalho sexual, especialmente aqueles psicológicos, são decisivos para se posicionar contrário à presença de crianças, adolescentes e jovens no mundo do trabalho sexual. Mas é exatamente esse público o mais requisitado, posto que a decisão de quem entra ou não nesse mercado não é da trabalhadora, seja ela criança ou adulta e sim do cliente. E há a preferência por corpos jovens. O que vai ser oferecido, como será o trabalho, o tipo de serviço que será oferecido não é de autonomia da mulher, como se conhece. No caso da infância e juventude, muito menos será acordado porque não está em pauta o querer ser e sim o aliciamento e a exploração. É o mercado que regula a demanda e busca à oferta de trabalho sexual. É no mercado que se processa o convencimento do trabalho como satisfação. No caso do mercado sexual, a ideia de acesso ao lazer e consumo, desconectada de condições e relações de trabalho tem prejudicado a compreensão das contradições existentes e mantenedoras das assimetrias entre trabalhadoras e donos do mercado de trabalho e, sem dúvida, a utilização do trabalho infanto-juvenil neste mercado.



4.4 Por fim, o que podemos e devemos fazer?

Para compreender o mundo da prostituição não é basta fazer uma especialização, um mestrado e ter um título. É preciso apoiar os grupos e organizações de trabalhadoras sexuais para melhorar suas condições de trabalho. É fazer o encontro de quem está fora com quem está dentro, por exemplo, de outras mulheres com trabalhadoras sexuais. Reduzir distâncias socioculturais a partir do exercício da alteridade que pode acontecer também, por meio da academia e da produção universitária. É fazer com que luzes sejam lançadas dos dois lados para iluminar o mercado sexual com o que se conhece e quem estuda imerso na realidade.

As trabalhadoras do mercado sexual querem e precisam ser compreendidas com integralidade e direitos em saúde, segurança, trabalho, assistência social. Isso significa, depois de muitas leis já existentes, retornar à luta pelo “Direito de Ter Direitos”, que tanto defendíamos antes da Constituição de 1988, para as crianças, indígenas, negros... é começar de novo!

Pensar a partir do trabalho é pensar as contradições do mundo do trabalho e seus desgastes diversos, mas que também podem ser a centralidade do viver e a identidade do ser social. Todo trabalho precisa ser estudado no seu contexto específico. Falar da prostituição como se todos os ambientes, locais e modos de organização fossem da mesma forma é um equívoco. Cada território da prostituição contém especificidades, particularidades e sociabilidades referentes ao mundo do mercado sexual vinculado a diferenças ambientais, geográficas, econômicas, geracionais, gênero e orientação sexual, entre outras.

É preciso que se permita pensar sobre a prostituição como um processo de trabalho opcional, não a única opção. Precisa haver outras. É preciso que a prostituição seja uma opção de trabalho e não a única, em que se coloca um carimbo e nunca mais possa ter outra profissão. Ou, ainda ter uma e outra profissão. Ter essa possibilidade de mudar, de ir e vir de acordo com o seu querer.



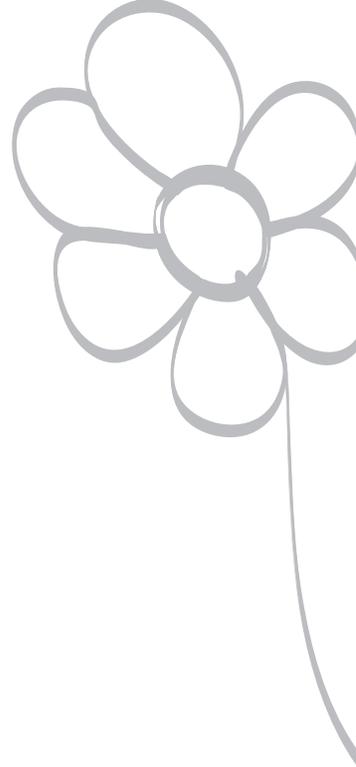
Nesses desafios que se desenham para todas as pessoas que se recusam à mesmice, algumas perguntas poderiam guiar a prosa: qual sociedade queremos? Quais são as hipocrisias que precisam serem enfrentadas para que se concretize? Deve-se continuar discutindo sexualidade a partir da reprodução/ exploração ou também a partir dos direitos sexuais, da proteção à violência e da defesa do prazer?

Investir na proteção das trabalhadoras e na sua organização, sobretudo no enfrentamento da discriminação e da garantia dos direitos específicos e aqueles que já pautamos para o conjunto da sociedade, na medida em que a emancipação dos povos só é possível com todos: nenhum direito a menos, a ninguém!

Investir na construção de autonomias – econômica, social, de gênero, das mulheres trabalhadoras, pode incidir diretamente nos direitos de crianças e adolescentes que estão sendo inseridas no mercado sexual. Se para as mulheres é difícil regular os riscos no trabalho, às crianças e aos adolescentes, é ainda mais complexo. Destinar aos infantes o papel de fazer os enfrentamentos das relações assimétricas do mercado sexual, é retirá-lhes o próprio direito de serem protegidos. É papel dos adultos protegê-los. E, sem dúvida, a melhor parceria que podemos ter são os adultos que são trabalhadores/as desse mercado sexual, pois melhor os conhece. São as mulheres organizadas que vão poder trilhar os caminhos e indicar os passos. Qualquer ação sem as mulheres que estão trabalhando no mercado sexual poderá, de novo, ser um conjunto de intenções distantes da real necessidade e com um olhar a partir de quem não vive o problema.

Os desafios são imensos, mas nenhum problema foi enfrentado sem gentes que colocaram as utopias à frente e o sangue pulsando nos pés e mentes que fazem o caminho.





Canción com todos

Armando Tejada Gómez
César Isella

*Salgo a caminar
Por la cintura cósmica del sur
Piso en la región
Más vegetal del tiempo y de la luz
Siento al caminar
Toda la piel de América en mi piel
Y anda en mi sangre un río
Que libera en mi voz Su caudal.*

*Sol de alto Perú
Rostro Bolivia, estaño y soledad
Un verde Brasil besa a mi Chile Cobre y mineral
Subo desde el sur
Hacia la entraña América y total Pura raíz de un grito
Destinado a crecer y a estallar.*

*Todas las voces, todas
Todas las manos, todas
Toda la sangre puede
Ser canción en el viento.
¡Canta conmigo, canta
Hermano americano
Libera tu esperanza
Con un grito en la voz!*



CAPÍTULO 5

DINÂMICAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E MENINOS BRASILEIROS NAS FRONTEIRAS BRASIL/PARAGUAI E BRASIL/BOLÍVIA EM MATO GROSSO DO SUL

*Estela Márcia Rondina Scandola; Tânia Regina Comerlato; Yane Saara Rodrigues (orgs.)
Ivanise Hilbig de Andrade
Oswaldo dos Passos Pereira Júnior*

5.1 Introdução

Este capítulo do livro destina-se a apresentar parte dos resultados da pesquisa “Exploração Sexual de Meninos e Meninas brasileiros nas fronteiras Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul”, realizada entre 2009 e 2011. O estudo ocorreu em 12 (doze) municípios fronteiriços, com dados colhidos a partir de entrevistas com trabalhadores da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes e registrados em um sumário de cada situação.

Foram selecionadas 26 (vinte e seis) situações de exploração sexual dentre as registradas pelos pesquisadores de campo, com a diversidade de localidades, de gênero, de orientação e de identidade sexual, e também, necessariamente relacionadas, em algum momento, com a fronteira física, ou seja, vindo, indo e vindo ou simplesmente indo a outro país.

A partir das entrevistas com as fontes privilegiadas, especialmente com trabalhadores das políticas públicas de assistência social, saúde e conselheiros tutelares, as situações foram discutidas pela equipe, elencando quais seriam estudados ou não. Entre as situações, foram consideradas para a pesquisa: desaparecimento temporário ou permanente com notícias que estão/estavam do outro lado da fronteira, abrigo temporário, internação em clínica de desintoxicação ou mesmo situações de retorno às famílias, escola, mas com descrição de exploração sexual e

vivência transfronteiriça. Foram também inseridas situações que consideramos importantes, cujos relatos não partiam de uma criança ou adolescente, mas sobre um violador ou grupo de violadores, que estavam amplamente conhecidos na comunidade ou noticiado na imprensa e relatado por um dos entrevistados. Todas as situações descritas para esta pesquisa se referem a crianças e adolescentes brasileiros.

Os territórios fronteiriços com suas características próprias são diversos e não significam apenas a somatória de duas ou mais culturas. Convivem no seu cotidiano com os limites impostos pelo modelo de desenvolvimento latino-americano e com as resistências criadas e operadas pelos seus próprios moradores, num processo permanente de conflito e harmonização. As fronteiras estudadas são locais de chegada, saída, passagem, com possibilidades de convívio com a riqueza da diversidade e da violação de direitos imposta a milhares de pessoas que são sujeitadas ao limite da política e dos direitos.

É nesse contexto que o estudo dessas fronteiras nos proporciona o entendimento da exploração sexual que compõe o mercado sexual como cadeia produtiva própria, imbricada à cadeia produtiva do narcotráfico e do turismo, como também ao comércio estabelecido na fronteira. Por outro lado, nos leva à compreensão do mercado sexual que serve aos adultos, pertencentes ao próprio território, bem como pelos que ali transitam, em um processo permanente de reificação da sexualidade como mercadoria seja dos adolescentes e/ou dos adultos, trabalhadores e clientes desse mercado.

Esse estudo sobre ESCA nas fronteiras não tratou, portanto, de mapeamento quantitativo, verificação de casos de violência, nem tampouco da busca de culpados. A proposta é compreender as dinâmicas das violações de direitos sexuais, relacionando-as com as próprias dinâmicas das fronteiras.

Ao final, reconhecemos que os dados ainda têm muitas análises que podem ser realizadas, ou seja, este capítulo é o que foi possível nos limites de prazos e de olhares, exigindo novas investigações com esses mesmos dados ou com outros que vierem a ser captados.



5.2 Violações de direitos e exploração sexual

A exploração sexual é precedida e facilitada por outras violações de direitos, que aprofundam as condições já vulnerabilizantes em que vivem os adolescentes. Tais condições se expressam em negligências, discriminações e opressões nos âmbitos estruturais, sociais, interpessoais e institucionais. Nos relatos de campo, podem ser identificadas situações de violência física, sexual, transtornos mentais, dependência química, gravidez, como também conflitos no âmbito das famílias.

A maioria dos depoimentos colhidos na rede de garantia de direitos localiza nas famílias, geralmente monoparentais e constituídas de mulheres, o centro dos conflitos, sem relacionar estes problemas com outros diferentes âmbitos de violações de direitos. Os discursos, basicamente centram o foco de problemática nas mães, como o discurso que segue:

A menina, por ter epilepsia, era superprotegida pela mãe, que queria impedir que ela fosse a festas. A adolescente discutia muito com a mãe e dizia, nos atendimentos, que sua casa parecia uma prisão. A mãe não recebe bem Roberta [quando volta grávida] e repete, a todo o momento, que tem nojo daquela barriga suja, que era uma criança sem pai. (Roberta)

Em um dos auges dos conflitos, a mãe de Paula raspa todo o cabelo da menina para tentar, assim, impedir que ela saísse de casa. No entanto, isso desembocou na fuga da adolescente com o namorado, de 24 anos. A mãe, sem saber o paradeiro da filha, busca o Conselho Tutelar e a polícia. Nas discussões em casa, a mãe dizia à Paula para sumir, ir embora, que não prestava, que era vagabunda e oferecida, entre outras ofensas. A mãe alegava não dar conta de criar a filha, pois ela era rebelde e não parava em casa, só queria saber de namorar. Por fazer hemodiálise, a mãe era fisicamente debilitada e nas brigas com a filha era, muitas vezes, empurrada e caía. A adolescente disse inúmeras vezes em atendimento que odiava a mãe (Paula).



Uma das formas de visibilidade da violência é a gravidez assumida sozinha pelas mulheres, especialmente aquelas mais jovens e que estão em situação também de violação de direitos como o caso da ESCA. Em uma das situações relatadas (Roberta), a adolescente que tem epilepsia, engravida de um cliente. A menina procura a mãe, mas não é aceita inicialmente e, então, volta para a Bolívia. Um dos clientes busca a menina e a convence a retornar para a casa da mãe, como relata uma das fontes:

A gravidez é de risco. Roberta frequentemente passa mal e tem ataques epiléticos. Perto de dar à luz, o cliente insiste para a adolescente voltar para a casa da mãe e promete que sempre iria visitá-la. A menina obedece, volta para a casa da mãe. (Roberta)

Esta situação coloca em xeque a discussão sobre os papéis sociais desempenhados historicamente na sociedade pelas mulheres e a perpetuação do cuidado com os filhos. Além dos diferentes papéis exercidos pelos clientes (o que analisaremos posteriormente) a ausência das paternidades vai aparecendo naturalizada nos depoimentos, não mudando de geração em geração. São essas mesmas mães-mulheres, avós, tias e irmãs que, no conflito cotidiano da educação com as meninas e meninos, também buscam a rede de atenção para garantir a sua segurança e retorno, conforme pode ser observado nos depoimentos:

Um dia após uma briga em casa, a adolescente, então com 13 anos, sai e fica desaparecida. A mãe, desesperada, procura o Conselho Tutelar e a polícia. A menina foi encontrada algum tempo depois em outro bairro, com algumas tatuagens e usando drogas. (Juliana)

A mãe ficou nervosíssima tentando localizar o tal namorado e não conseguia. Resolveu, então, ir ao Conselho Tutelar para que obrigassem o rapaz a casar com a sua filha. (Claudia)

Quando a mãe soube da detenção da filha, procurou o Creas e o Conselho Tutelar. Esses órgãos conversaram com as autoridades da Bolívia e conseguiram trazer a menina de volta ao Brasil. (Mariana)

Aos policiais, ele disse ter dado R\$ 5 à Alessandra para que a jovem atravessasse a fronteira, em direção ao



Paraguai. Ao ser informada da situação, a mãe da adolescente entrou em contato com amigos e conhecidos no Paraguai. (...). A polícia paraguaia e o consulado brasileiro foram comunicados. (Alessandra)

A irmã mais velha procurou uma professora para pedir que aconselhasse a jovem. (Sandra)

A mãe começou a perceber que o filho, além de aparecer em casa com roupas novas e presentes, também estava deixando o estudo de lado. Sem entender o que estava acontecendo, buscou o Conselho Tutelar (Gustavo)

Mesmo com a ausência da figura masculina como protetiva e tendo o foco de conflitos localizados nos relatos como estando nas mães, a rede de garantia de direitos refere-se a elas como o ponto de chegada e de partida dos encaminhamentos para as situações.

Dos relatos que se referem a homossexuais masculinos e travestis jovens, na sequência da situação de “estar fazendo programa”, há o registro do distanciamento da escola e do surgimento dos conflitos familiares a partir desta orientação sexual/identidade de gênero. Nas situações que descrevem as travestis, além das discriminações que podem ter ocorrido nesses lugares citados – família e escola, os relatos afirmam que a prestação de serviços sexuais ocorre no outro lado da fronteira. Não significa que não haja exploração sexual do lado brasileiro, mas é na travessia para “outro país” que há um sentimento de menor controle para fazer o que se quer. Diante das organizações brasileiras, não se sente protegida nos seus direitos, como afirma um depoimento: “pedi para me ajudarem a tirar o documento de identidade, mas nunca fizeram nada. Só me enrolaram (...) minha vida não é de interesse do Conselho Tutelar” (Cris e Sthephanny).

Acerca da ESCA na fronteira, também é constante nos relatos a presença de drogas ilícitas, seja os adolescentes como usuários e dependentes ou sendo utilizados também na rede do tráfico de drogas:

Cláudia contava aos profissionais da rede de proteção que todas as vezes que ia à casa de Denise, ingeria bebida alcoólica e outras drogas, e acabava por fazer



programas com rapazes. Isso foi virando rotina: os programas com diversos homens e consumo de bebida cada vez maior. A adolescente contava nos atendimentos que os programas eram realizados com homens ricos. Contou que certa vez (época de uma Copa do Mundo), chegaram à casa de Denise alguns homens com malas cheias de joias e presentearam as meninas que assistiam a um jogo pela televisão. Seriam traficantes de drogas. (Cláudia)

A família perde o controle sobre a adolescente, que, com 12 anos, começa a usar drogas e fazer programas arranjados pela tia. Cristina passa a frequentar bares e ranchos, onde realiza os programas, e o número de parceiros aumenta cada vez mais. (Cristina)

Elas são atendidas no Creas, mas não são assíduas, pois saem, muitas vezes, da cidade. Elas fazem programas sexuais e são usadas para o tráfico de drogas. A casa de uma das meninas serve de boca de fumo. (Garotas avião)

Uma moça maior de idade é quem convidou Helena e outras meninas a entrarem no mercado do sexo oferecendo dinheiro e drogas. (Helena)

A menina, ainda com 13 anos, passou a se envolver com drogas e fazer programas sexuais. Sai da casa da avó e passa a não ter moradia fixa – pula de casa em casa de parentes. (Ana)

Com o tempo, a adolescente passa a se envolver com drogas e a fazer programas sexuais na Bolívia. Também ficava embriagada pelas ruas e praças bolivianas. (Renata)

Passado um tempo, Fátima começa a receber atendimento no Creas e é encaminhada a um abrigo. Ela fugia constantemente para adquirir drogas. (Fátima)

A adolescente estava sozinha e desacordada na casa. Ela havia consumido bebidas alcoólicas e cocaína na companhia de três homens que haviam fugido do local (Alessandra).



Além dos papéis de consumidores e de transportadores das drogas ilícitas, muitos adolescentes e jovens que estão na exploração sexual podem ter dívidas com ambas as redes: a do tráfico e da exploração sexual. Também podem realizar o pagamento da dívida com drogas por meio de programas sexuais, como relatou um trabalhador da rede de garantia de direitos que informa como sendo esta prática “humilhante e deixa os meninos muito mais revoltados”.

No entanto, há que se considerar também que o trabalho no mercado sexual é favorecedor do uso de substâncias psicoativas. Pode ser maior ou menor o uso a partir da autonomia que esses trabalhadores têm sobre o que faz, das obrigações de consumo a partir do dono do estabelecimento ou, ainda, os psicoativos sendo uma forma de redução do sofrimento no trabalho, da libertação das amarras morais ou mesmo de fazer frente aos julgamentos que lhe fazem:

À embriaguez há duas explicações: a primeira é que as garotas recebem uma porcentagem das bebidas destiladas consumidas pelos clientes; a outra é aguentar o sofrimento. Segundo a adolescente: ‘a exploração sexual é muito ruim porque lá (nos prostíbulos) você apanha’. (Rafaela)

A força de repressão da rede de tráfico de drogas atua como um dos fatores que inibe a ação da rede de proteção das crianças e adolescentes. Uma profissional do CREAS de uma das cidades de fronteira contou que uma colega, baleada possivelmente por pessoas ligadas ao tráfico de drogas, recomendou a ela que deixasse a região. “Ela me disse: ‘vai embora, não fique aqui, é muito perigoso’”. Essa profissional também sofreu ameaças. O menino, encarregado de “fazer o serviço”, perseguiu-a por um tempo e depois terminou, aos choros, confessando o que estava sendo obrigado a fazer. O adolescente era um dos atendidos pelo CREAS.

Além dessas violências, há outros fatores que tornam fértil o solo para a ação de aliciadores no território de fronteira. Entre eles, tem relevo a violência sexual. Os dois fragmentos a seguir tratam dessa questão:

Ela fora abusada sexualmente por um primo quando tinha oito anos. De acordo com informações da rede, a menina também fora estuprada por um rapaz na escola. (Paula)



Segundo o adolescente, o aposentado fazia programa com ele. Quando Anderson decidiu não atender mais as solicitações do homem, ele ameaçou estuprar a irmã mais nova do adolescente. (Anderson)

Em ambas as situações os dois adolescentes não se referem às atuais atividades sexuais como violência, mas às aquelas do âmbito familiar. A representação do “estar fazendo programa” não configura o papel de “vítima”, cujo reconhecimento é esperado pela rede de garantia de direitos. A nomenclatura destinada a esses sujeitos em desenvolvimento não se encontra com a representação que os próprios adolescentes têm de si e da atividade sexual.

Mesmo considerando que na Rede de Garantia de Direitos (RGD) há diferentes posicionamentos ideológicos referentes à sexualidade, o mais comum é considerar a relação vítima e violador, em uma perspectiva dual, culpabilizadora, sem o contexto contraditório sócio-histórico em que as situações ocorreram. Esta visão que, no máximo, insere o agenciador ou o dono do local onde ocorre a exploração sexual de crianças é confortável ao processo de expiação de responsabilidades, pois exige menos da RGD e a exime de atuar sobre os contextos estruturantes da violação de direitos.

Parece que há certo incômodo quando o adolescente não admite ser “vítima”. Em análise de entrevistas realizadas com adolescentes na fronteira com a Bolívia, em Corumbá (MS), Kassar *et al* (2005, p.42-43) evidenciam esse incômodo:

Já não se reconhece como uma garota de programa, mas diz que possui muitas amigas nessa situação. Segundo sua percepção, ela não faz programas, pois nunca recebeu dinheiro em troca, apenas presentes que às vezes alguns oferecem e ela aceita, principalmente quando é alguma coisa que ela quer e não pode comprar.

Outro caso é (menina, 12 anos), que não se identifica como explorada sexualmente, mas diz que dança em troca de bebida. Ela também afirma que mantém relações sexuais com seus namorados e ‘ficantes’ e que recebe presentes.

O adolescente contou que foi “convidado” para esta vida nova por uma amiga da escola que tem a mesma



idade. Os carros que paravam na praça, alguns eram de clientes já marcados e, outros, eram de colegas que lhe dariam carona até a Bolívia. (Gustavo)

Além disso, há um forte apelo à busca de bens materiais e serviços, especialmente eletrônicos e de lazer, sendo que a situação de pobreza é um elemento importante, mas não o único, na indução à procura de acesso ao consumo. Este é um dos argumentos de convencimento propagado pelos aliciadores. É necessário observar que é constante nos relatos relacionar a exploração com a pobreza, pois as violações ocorridas entre os pobres são socialmente mais visíveis – os meninos e as meninas das situações levantadas foram atendidos pela rede de proteção à criança e ao adolescente onde, de modo geral, chegam às violências acontecidas entre as famílias de baixa renda.

Há, assim, um paradoxo: a rede do crime, que explora, usa estratégias da ilusão de liberdade, consumo, como também do afastamento da violência que foi focalizada na família. A rede de garantia, que deve proteger, perde-se na frieza das instituições e, muitas vezes, é míope ao enxergar o adolescente apenas pela moralidade. Scandola (2009, p. 4-6) chama a atenção para as diferenças de estratégias do mercado sexual e da rede de proteção impregnada da moral e da caridade e, a esta perspectiva, a autora contrapõe a percepção da ESCA a partir da ótica do capital. Afirma:

A exploração sexual trabalha com o imaginário do consumo [e] os românticos (...) querem trabalhar com a ideia da exploração sob a ótica da moral sobreposta à ideia do capital (...) [concebem] cada menina ou menino [como] um “pobrezinho passando fome”. (..) Se não desmistificarmos essa verdade (...), continuaremos trabalhando com falsas premissas do que são crianças e adolescentes no mundo globalizado, ou seja, alvo e partícipe do consumo que constrói suas identidades etárias a partir das localidades e globalidades... do conflito permanente na busca de seus lugares sociais e de seu protagonismo no consumo.

Mesmo considerando a inserção dos adolescentes no mundo globalizado do consumo, e este baseado no acesso individual, há uma



característica importante desta fase etária: viver em grupos. A companhia de outros adolescentes na mesma situação tem diferentes significados: a amizade, a diversão, como também o apoio diante de problemas que podem advir nesses deslocamentos fronteiriços, especialmente a previsão do perigo. O relato da educadora sobre a fala de uma adolescente informa que “nos atendimentos, ela contava que ia à Bolívia com mais duas amigas para ‘curtir as festas’. Segundo a profissional da rede, a menina fazia programas em uma boate boliviana” (Paula).

Nessas situações analisadas sob a ótica das aparências das violências, inclusive impulsionando os/as adolescentes a outros mundos de violações, há as questões estruturais que alicerçaram a realidade como a não efetividade de políticas para a juventude; a moralidade sexual baseada na heteronormatividade; o machismo que normaliza a responsabilidade das mulheres no cuidado dos filhos e suas gravidezes e o não direito das meninas à sexualidade. Todas essas violências são ressoadas nos gestores e trabalhadores das políticas sociais que expõem no seu discurso as mesmas regras do senso dominante.

5.3 A (i) mobilidade nas fronteiras

A ESCA possui aspectos comuns em diferentes territórios, entretanto as especificidades de cada território aprofundam determinadas características desta exploração. No caso da fronteira, uma particularidade dessa violação de direitos que tem destaque é a intensa mobilidade: as/os adolescentes nem sempre realizam os programas em suas cidades, geralmente, atravessam a fronteira (o mais corriqueiro) ou viajam para outros municípios e, até mesmo, estados – situação que remete ao tráfico de pessoas. Com relação à movimentação de adolescentes, na maioria dos casos são mencionados trânsitos entre os dois lados da fronteira. Isso é perceptível em fragmentos como:

Ela ficou três anos na Bolívia e só retornou em 2010, por ficar sabendo que a doença da mãe agravara.
(Paula)



Cláudia contava que passavam pelo local inúmeros homens que não falavam português. Às vezes, as meninas e mulheres dessa casa iam a hotéis e cassinos na Bolívia. (Cláudia)

Quando questionada sobre sua localização, durante o período que estava fora da cidade, Fátima dizia que estava na casa de uma tia, no Paraguai. (Fátima)

Roberta passa a morar e fazer programas em uma boate boliviana, onde se envolve afetivamente com um de seus clientes. (Roberta)

De acordo com o Conselho Tutelar, a jovem está atualmente numa cidade do Paraguai, fazendo programas sexuais. “Há cinco ou seis meses ela não volta para o município”, informou uma das conselheiras. (Débora)

Anderson deixou o cabelo crescer e passou a se vestir como mulher. Parou de frequentar a escola e passou a ficar noites e dias na linha de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. (Anderson)

A movimentação entre os países das fronteiras, onde Mato Grosso do Sul está inserido, relaciona-se às especificidades da região, ou seja, na maior parte, são territórios contíguos e, mesmo quando a separação é por rio, a travessia não é difícil. Em Porto Murtinho, por exemplo, ir ao Paraguai de barco (o que leva aproximadamente três minutos) não custa mais que R\$ 5,00. Situação semelhante a outras cidades, onde passagens de ônibus, quando necessárias, também são baratas.

Além da movimentação na fronteira, os relatos apresentam situações de viagens entre municípios de Mato Grosso do Sul e outros estados. Em geral, a distância desses lugares é maior que entre duas cidades de fronteira dos países. Os gastos também são maiores e os valores despendidos com as viagens podem ser o pagamento da prática sexual ou o “investimento” do agenciador.

As movimentações de adolescentes contam, em geral, com a participação de outras pessoas que os aliciam, que podem ou não incorrer em imobilidades advindas de cárcere por dívida ou cerceamento físico do direito de ir e vir, como também outras formas de sujeição:



Para forçar Simone a se prostituir, Priscila a proibiu de comer e de sair do quarto durante o dia. ‘Ela falou que se eu não fizesse tudo que ela mandava, nunca mais ia deixar eu ir embora. Aí eu chorava, por isso ela negou comida pra mim’, lembra-se” (Simone).

A imposição à menina ou ao menino de condições precárias e subjugadas aparece em outros relatos, como no de Alessandra, que foi encontrada no Paraguai “inconsciente em uma casa, sob efeito de álcool e cocaína”.

As redes de exploração sexual e tráfico de pessoas na fronteira também usam documentos falsos, elevando a idade do menino ou da menina. Essa situação é registrada, por exemplo, na história citada de Simone: “Ela falou que não precisava levar o meu registro, que era pra mim ser de maior, que ela ia arrumar tudo falso pra mim. Eu nem pensava, nem imaginava que ia ser isso”, conta a adolescente. Em outro caso, o da menina Helena, essa questão também é explicitada:

Cruzar a fronteira é “tranquilo”, segundo a adolescente. Raramente são paradas, até porque o trânsito de bolivianos e brasileiros é livre. Quando acontece de serem abordadas por policiais federais, apresentam documentos falsos, feitos do lado brasileiro por R\$ 150,00.

O uso do documento falso não objetiva apenas driblar a fiscalização, como também assegurar ao cliente que “não há perigo”. Sobre isso, Helena afirma: “A maioria leva documento falso porque tem alguns turistas que pedem pra ver o documento, ver se é ‘de maior’ mesmo. Eles têm medo”.

Alguns adolescentes tinham o paradeiro desconhecido na época dos levantamentos. A proximidade de outro país e as dificuldades de atuação transnacional conjunta da rede de proteção facilitam essa situação. Isso não significa que o adolescente desaparecido esteja necessariamente do outro lado da fronteira. Percebe-se nos discursos que estar de um ou outro lado da fronteira importa menos que o próprio desaparecimento. O não sentir-se importante e, portanto, procurado, expressa e aprofunda a desumanização da menina ou menino, destruindo a já abalada segurança de estar no mundo, de situar-se, de pertença, de vínculos com grupos de



afetividade. O desaparecimento torna absoluto o abandono já experimentado pelo adolescente e tem nas falas o fatalismo de uma situação dada:

Ela chegou de ir ao Creas e aparentava estar bem. Voltou para a casa da mãe. Mas, depois de uma semana, fugiu novamente e está desaparecida. (Juliana)

A última notícia que as educadoras do Creas tiveram de Fátima chegou por meio de uma denúncia. A menina teria sido vista dormindo na rua do lado brasileiro. Quando foram confirmar a informação, não localizaram a adolescente. (Fátima)

Atualmente a adolescente está desaparecida e seu filho está sob os cuidados da avó. (Roberta)

Nos relatos colhidos está naturalizada a ideia do aparecer e desaparecer para a rede de atenção com afirmações como “adolescentes desapareceram”, “agora está na rua”, “foi abrigada e fugiu”, “ficou internada e depois que saiu, viajou”, demonstram que há mobilidades e imobilidades que convivem de forma que a política pública percebe, mas não evidencia o seu papel neste movimento:

A adolescente continua indo com frequência ver a mãe e manda, semanalmente, dinheiro para a família. A família diz que não aceita essa situação, porém continua recebendo o dinheiro da filha e não busca ajuda. (Cristina)

A ideia do cuidado, do acompanhamento, do vínculo não parece ser do cotidiano das políticas públicas quando se trata de (i) mobilidade de crianças, adolescentes e jovens que vivem em territórios de fronteira. Estar do outro lado do limite do país, mesmo considerando que é o mesmo território fronteiriço, é como causar imobilidade das políticas sociais, mesmo sabendo que, do outro lado, estão vivendo em cárcere por dívida.

Se você não quiser fazer o programa, paga uma multa muito cara. Então, prá quem é ‘de menor’, trabalhar no salto é muito ruim. São poucas as pessoas que recebem autorização dos proprietários para saírem dos prostíbulos. Se for adolescente, nem pensar. As ‘de



menor' não tinham liberdade para sair. Eles (os proprietários) prendiam na casa porque tinham medo delas fugirem. (...) mesmo quem tem autorização, paga uma taxa de 100 mil guaranis para sair. (Rafaela)

A fronteira pode significar diferentes mobilidades e imobilidades a depender do tipo de organização do grupo prostitucional. As casas de prostituição se conversam entre os dois países, os pontos de prostituição interagem e, a depender da regra do mercado sexual, os/as jovens são mais ou menos liberados para circular, inclusive sendo chamariz de clientela para as casas de prostituição. Nos relatos percebe-se de forma explícita que há casas com nomes de boates, whiskerías e bares que são estabelecidos oficiosamente como mercado sexual. No caso do Brasil, há diferentes dinâmicas neste mercado que vão desde a organização de pontos de aliciamento e prostituição de rua, como festas realizadas propositalmente para atender diferentes públicos que, no caso das situações citadas, são para pessoas de classe econômica abastada, inclusive traficantes.

A mobilidade também é relatada como a frequência em diferentes municípios de fronteira e outros estados, como a situação de Sandra que, quando a professora é chamada pela irmã para 'dar conselhos', percebe que esta viaja sempre para muitos lugares brasileiros como o estado do Paraná e, com a mesma desenvoltura, para o Paraguai. Não está, portanto, somente a mobilidade dirigida a outro país, mas a diferentes territórios por onde transitam e frequentam ambientes que mantêm serviços sexuais como mercadoria.

5.4 Algumas considerações sobre aliciamento, clientes e rede de exploração

A paga dos programas sexuais com adolescentes no outro país como sendo maior para meninas com menos idade é amplamente citada em todas as situações. Nesta mesma linha de justificativa, ou seja, porque ir para o outro lado da fronteira, a educadora relata que uma adolescente destaca o dinheiro para justificar a realização de programas sexuais na Bolívia. Com esse foco, ela deixa de caracterizar a participação dos adultos no



aliciamento, transporte e mesmo alojamento. A descaracterização da possibilidade de tráfico de crianças nos moldes do Protocolo de Palermo (Brasil, 2004) é feito pela própria adolescente na medida em que afirma que: a) estar do outro lado da fronteira significa fazer programas mais caros; b) o direito de fazer sexo com quem quiser, pois depois da fronteira não tem fiscalização da família e da polícia.

Se consideramos a descrição feita por Helena, o que não quer a adolescente é ser tratada como vítima, pois refere-se à sua autonomia frente às práticas sexuais com paga. Neste caso, a condição de ser “mercadoria mais valorizada” exatamente porque é jovem, confere à Helena, a ideia de valorização de si, ou seja, sente-se, em relação às mulheres mais velhas, como sendo mais atrativa:

Apesar dos riscos, Helena garante que é mais lucrativo atuar na Bolívia. “Os caras gostam mais das meninas novas”. O programa custa entre R\$ 150,00 e R\$ 200,00. “Para passar a noite inteira com o cara, eles pagam R\$ 250,00”. O valor pago para as garotas adultas é de R\$ 50,00 a R\$ 70,00. Em uma semana, ela volta para casa com quase mil reais. “É tudo bem organizado”, conclui a menina. (Helena)

O discurso de convencimento dos aliciadores acentua justamente esse imaginário: o além-fronteira também significa ser apreciada, valorizada, não fiscalizada e ainda fazer aventura e possibilidades de ganho, ou seja, um discurso que alia diferentes necessidades da juventude no mundo capitalista. Essa dinâmica de aliciamento, que pode ser caracterizada como tráfico de pessoas, revela que muitos conhecem o trabalho que irão desenvolver, mas desconhecem as condições.

Numa das situações estudadas, a menina ficou do outro lado da fronteira por mais de três meses e, ao retornar, informou: “Às vezes não pode voltar na hora que quer, tem que pagar o que se deve antes, mas é assim mesmo” (Helena). Na situação Isadora e Eduardo, foi o cárcere por dívida da mãe que colocou seus filhos à venda para pagá-la. Os donos da boate contabilizaram além do consumo da trabalhadora sexual, os gastos com seus filhos como a paga da babá. As duas crianças foram “confiscadas” da mãe, sendo que esta foi a segunda vez que a mãe “dava a filha” em pagamento, conforme informou o Conselho Tutelar.



A eficiência do discurso resulta não apenas do imaginário de liberdade do além-fronteira, como também da força de convencimento da figura do aliciador. Por isso, quem alicia deve ser “de confiança do adolescente”. Os relatos de campo mostram que os convites para a travessia da fronteira são feitos por pessoas próximas e por outras que, convenientemente, tornam-se próximas.

Os primeiros convites para programas sexuais podem ocorrer por adolescentes do mesmo círculo de amizade, ou na escola, como são os casos de Juliana e Gustavo: “a adolescente conta que era convidada por uma amiga do bairro para ir passear na Bolívia com uns rapazes. Ela gostava, pois se divertiam bastante e ninguém ficava gritando com ela como sua mãe fazia”. Nessa avaliação, há ainda o dinheiro, tomado como um bônus, um extra que coroa a “diversão”: “Além de legal, eu ainda ganhava dinheiro”, dizia a menina”. No caso de Gustavo, o convite partiu da colega de escola.

As amigas não devem ser vistas como a antítese do/a adolescente que ‘recebeu o convite’. São certamente adolescentes com históricos próximos e que partilham do mesmo território, com aspectos que propiciam e/ou agravam a ESCA. A própria menina que recebeu e aceitou o convite pode ter convidado outras. A observação de que as histórias devam carregar aspectos comuns não pretende conduzir ao entendimento de que a ESCA decorre simplesmente de relações intersubjetivas e que deva ser compreendida como uma questão individual. Ao contrário, as histórias dos/as adolescentes não são construídas apenas nas relações entre dois sujeitos, dada a impossibilidade na compreensão desta construção, sem considerar os aspectos objetivos da realidade. Todos estão inseridos em determinada realidade material e o que são, o que fazem, o que pensam, o que desejam, etc., resultam das costuras entre essa realidade e suas subjetividades. Em outras palavras, não são ilhas e não são passivas às interferências externas: são meninas e meninos em territórios fronteiriços, com as particularidades dessa fase da vida (adolescência) num contexto de não direitos. E nas situações deste estudo, a realidade tem o forte componente da atuação do mercado sexual com certo privilégio de ação na fronteira. Já as políticas protetivas, não constituem um território de construção de encontros, mas de limites espaciais.

A introdução na prática sexual também é feita por pessoas com vínculos afetivos mais estreitos ou, ao menos, com maior proximidade de



convívio. Essa situação foi verificada em alguns casos. Na história da menina Helena, por exemplo, já mencionada anteriormente, há a afirmação da rede de proteção de que a mãe dela seria a agenciadora. Em outra situação, com trecho citado a seguir, a agenciadora é a tia da adolescente:

Cristina morava em uma comunidade ribeirinha, na região de fronteira, com a mãe, padrasto, irmão, irmã e uma sobrinha. O pai não tinha muito contato com ela. Do lado paterno, o contato maior era com uma tia, que sempre levava a menina para sair. Com o tempo, Cristina começou a usar roupas muito curtas e a ter comportamentos provocantes, buscando imitar a tia. A mãe e o padrasto disseram a uma profissional da rede de proteção que já tentaram conversar com a menina e proibi-la de andar com a tia, mas ela teimava e saía escondido. (Cristina)

Marcos viajou diversas vezes com a irmã para ser explorado sexualmente. Ele é usuário de crack e bebida alcoólica. (Marcos)

A iniciação no mercado sexual pode, ainda, resultar da convivência, desde a infância, com as rotinas desse mercado. São situações em que integrantes da família ou das relações imediatas da menina ou do menino tenham envolvimento direto com a prostituição. Em diferentes territórios há casos de continuidade do trabalho no mercado sexual por gerações. Assim também ocorre na fronteira. O trecho abaixo do relatório de campo trata sobre isso:

A adolescente vem de uma família de mulheres com direitos sexuais violados: a avó, a mãe e tias foram exploradas sexualmente – chegaram a ser levadas para outros países. A adolescente mora com a avó. As duas não têm bom relacionamento e a menina vive fugindo de casa. (Ana)

Outra forma de introdução no mercado sexual corresponde ao aliciamento por pessoas que são próximas dos adolescentes. Como se observa nos relatos, é frequente a existência da relação de confiança na dinâmica de introdução no mercado sexual – mesmo que seja esta convenientemente planejada para atender aos propósitos da ESCA. No caso do discurso acima, é fundante notar que não há, por parte do agente do



discurso a distinção necessária entre exploração sexual e prostituição autônoma, ou seja, é afirmado que todas as mulheres foram exploradas sexualmente e que a ida para o exterior sugere tráfico de pessoas. No entanto, sabemos que é possível haver autonomia das mulheres no mercado prostitucional e que a migração para o trabalho sexual é direito.

Um dos fatos que chama também a atenção é da menina colocada para adoção (Isadora e Eduardo) e que é devolvida porque o comportamento dela era considerado impróprio para uma criança. De sorte, esta menina, convivendo com a mãe nos locais de prostituição desenvolveu atitudes sexuais que os adultos adotantes não viram na criança possibilidade de responder ao que queriam. Nesta situação específica, a criança é sequencialmente violentada nos seus direitos, inclusive de ser pessoa em desenvolvimento e de ser educada pelo conjunto de pessoas que a cercam ou que queriam cuidar dela.

Nos relatos de campo há situações em que as adolescentes são iniciadas na prostituição através de convencimento de pessoas que estabeleceram, repentinamente, laços de “amizade”, de “namoro”. O discurso, no entanto, de representante da rede de garantia de direitos pode significar também a caracterização que as mulheres foram “exploradas sexualmente” quando, na verdade, são trabalhadoras autônomas do mercado sexual.

O discurso do paraíso da diversão – festa, dinheiro, roupas, celulares, liberdade – pode ser tornar mais convincente quando vem do “amigo”, do “namorado”, como pode-se observar a seguir:

Em geral, as jovens são acompanhadas/financiadas por “namorados” durante as viagens, adultos de outras cidades ou estados. Relatos dos conselheiros tutelares apontam que as adolescentes “somem” e “reaparecem” na cidade. Estão sempre com roupas e celulares novos, o que não condiz com suas condições financeiras. (Garotas Avião).

Claudia tinha 15 anos e praticava futsal no poliesportivo do município. O local era frequentado por Denise, uma mulher que aproveitava do grande fluxo de meninas para servir como “olheira”,



aproximando-se e conquistando a amizade das que mais chamavam sua atenção. Claudia foi uma delas. Tornaram-se amigas. Claudia passou a frequentar a casa de Denise, que morava sozinha. Na casa, havia comida e bebida e as festas eram constantes. (Claudia)

O conteúdo do discurso no aliciamento pode se centrar, ainda, na oferta do bom emprego. Também nessa situação, a estratégia continua no mesmo universo discursivo do capital, com promessa de ganho rápido e fácil de dinheiro e maior consumo:

A entrada compulsória de Simone no mercado sexual ocorreu em maio de 2009, quando conheceu Paola, que dizia que sua irmã, moradora de outra cidade do estado, estava precisando de uma babá para um casal de filhos. Embora seja adulta, Paola não encontrou dificuldades para fazer amizades com adolescentes da fronteira e ganhar a confiança delas. A mulher ofereceu para Simone um emprego de babá, dizendo que a adolescente teria um bom salário. Depois de ser assediada por Paola, a adolescente começou a receber telefonemas de Priscila, que seria a tal irmã que estava buscando uma babá. “Ela me ligava todos os dias”, lembra-se Simone. A menina titubeou e chegou a recusar a proposta do emprego, por receio de deixar o filho, que tinha oito meses na época. Mas, depois de muita insistência de Priscila, a adolescente aceitou a oferta do falso emprego. “Ela falou que eu ia trabalhar muito, ter muito dinheiro e subir na vida. Aí eu comeci a sonhar alto.”, afirma Simone. “E eu queria trabalhar. Queria ajudar a minha mãe. Aí eu falei: ‘tá bom, eu vou’. Conversei com minha mãe e ela deixou. Eu fui burra...”, condena-se. (Simone)

No dia em que conheceu Roberta, esse homem ofereceu a ela emprego na Bolívia, com hospedagem e comida garantida – portanto, o salário era só para ela se divertir. (Roberta)

O acesso ao dinheiro e ao consumo pode ser abreviado. E isso ocorre quando as relações assimétricas de poder – presentes em todos os casos – manifesta-se mais fortemente. Pessoas com dinheiro e influência política podem usar sua posição na estrutura social como instrumento para o aliciamento e agenciamento, como ocorre nos dois relatos:



O fazendeiro explorava sexualmente adolescentes, usando sua influência e poder na região. Ele dava assistência material às famílias dos adolescentes. (...) Levado a julgamento, o homem foi defendido por muitas famílias de adolescentes exploradas e que recebiam “ajuda material”. (Fazendeiro)

Dois irmãos empresários aliciam crianças e adolescentes em frente das escolas em um município na região de fronteira com o Paraguai, segundo contaram pessoas da rede de proteção. Eles já foram denunciados e levados a julgamento, mas estão soltos e continuam aliciando adolescentes. (Dois empresários)

As situações relatadas a partir de fatos registrados na Delegacia de Polícia ou no Conselho Tutelar, configuradas em ação de aliciamento direta do violador, estão descritas nos quatro relatos como homens de poder econômico que buscam meninas para finalidades de pornografia e/ou atividades sexuais individuais ou grupais. Em todas as situações os homens aliciadores se valeram da fronteira para o escape seja do processo ou do julgamento, como também a travessia da fronteira ocorria por meio deles quando levavam as meninas. Nesses casos a fronteira é utilizada como impunidade dos violadores.

Dentre os usuários dos serviços sexuais de meninos e meninas, aparece de forma explícita nos relatos que há exploração sexual em lugares pré-determinados como também o agenciamento realizado por pessoas. Em diferentes situações pode ser por pessoas da localidade ou por aqueles que estão de passagem, como os turistas e traficantes citados. No caso das pessoas da cidade o registro de meninos refere-se a pessoas consideradas também partícipes da rede de garantia de direitos como policiais, juízes, médicos, militares e políticos locais.

E, em uma situação, segundo o relato de Fátima, a iniciação na exploração sexual ocorreu no processo de fuga de um abrigo onde havia outras meninas exploradas também abrigadas, onde o grupo todo dirigiu-se às ruas em pontos já conhecidos por alguns. Outro destaque interessante é o caso de Patrícia que chega à fronteira acompanhada pelo namorado e este é preso por tráfico de drogas. Ela foi liberada pela justiça e passa a morar nas ruas da cidade e, neste período conhece a dona de um ‘ponto de prostituição’.



Além das formas mencionadas de aliciamento, há situações descritas onde a rede de tráfico de drogas se vale de adolescentes e jovens para trabalhar para ela. Nos relatos descritos há situações em que trabalhar para o narcotráfico foi a forma de manter a dependência química, submetendo-se ao tráfico de drogas e a serviços sexuais para a paga de suas dívidas. Por outro lado, também há adolescentes que são convencidos a levar drogas ilícitas de um lugar a outro como forma de acesso rápido a bens de consumo. O aliciamento descrito nas situações desta pesquisa ocorreu por meio da rede de exploração sexual. É possível perceber que há uma relação direta entre as duas redes de exploração: mercado sexual e drogas ilícitas, sendo que esta última se vale da primeira para encontrar pessoas e manter-se.

Uma das contradições que aparece na pesquisa refere-se aos diferentes papéis desempenhados pelos clientes. Na situação que envolve Roberta, descrita logo no início, é um dos clientes que faz o papel de convencimento para que retorne a viver com a família. Dois aspectos são importantes: o cliente nem sempre é alguém esporádico, ou seja, pode continuar se relacionando com a adolescente e com sua família; o cliente pode ser alguém que “enxerga” algumas das necessidades das meninas e realiza a intermediação para consegui-las. Os clientes do mercado sexual também são conhecedores dos “perigos” que envolve a utilização de crianças e adolescentes e, ao que parece, podem também fazer exigências documentais para os donos dos pontos de exploração sexual.

Em todas as situações relatadas, o aliciamento ocorre por diferentes maneiras e trabalhando sempre com as fortalezas/fragilidades dos meninos e meninas, ou seja, a coragem de jogar-se em novas situações, o desejo de mudança de vida, a curiosidade do viver, o lançar-se em aventuras. Tudo o que poderia ser trabalhado como possibilidades de realização é capturado pelo mercado sexual no processo de exploração da sua sexualidade, especialmente convencendo-o a tornar-se uma mercadoria desejada.



5.5 Onde estão os meninos e as meninas?

Das 26 situações relatadas, **três não temos informações sobre indicações de como e onde estão os meninos e as meninas.** Dessas, duas referem-se a situações coletivas relatadas nos episódios a partir dos violadores e quanto a uma adolescente não há indicativos da atual realidade. A situação que relatou sobre o Fazendeiro, a informação repassada por membros da rede de garantia de direitos é que umas meninas foram embora e outras estão no mercado sexual do lado paraguaio.

Em duas situações relatadas, **a saída da cidade foi a forma encontrada** também para fugir da exposição que o caso tinha tomado e constrangido tanto os/as adolescentes quanto as famílias (Gustavo e Homem de 50 anos). Na primeira situação descrita, a mãe toma a iniciativa de ir embora com o filho para que não houvesse mais repercussão, como também retirá-lo do grupo que frequentava. Na segunda situação, são as próprias meninas e suas famílias que vão embora para fugir do escândalo, posto que a cidade onde moravam todos os envolvidos é de pequeno porte. É interessante que em ambas as situações, percebe-se também no discurso da rede de atenção, como sendo esta, uma possibilidade importante para que eles também tenham finalizado sua responsabilidade. Não há relato que os acompanhamentos foram feitos e nem tampouco a participação da rede de atenção na definição do melhor encaminhamento.

O retorno ou a manutenção da convivência familiar ocorreu em oito situações (Ana, Anderson, Rafaela, Simone, Cristina, Helena, Marcos e Sandra), sendo que uma refere-se à uma nova constituição familiar (está morando com uma ex-educadora do Programa de atendimento). Na situação que envolve Simone, refere-se a sonho de retomar os estudos e ter casa própria para morar com o filho, sendo que atualmente mora com os pais, filho, irmãos e sobrinha com diferentes problemas de doenças e deficiências, em condições muito difíceis financeiramente e sem perspectivas para o conjunto da família. No caso de Anderson, o retorno à família teve o significado de “precisar cuidar da irmã” que continua convivendo com os “antigos amigos”, não referindo o caso se está em convivência tranquila com a homossexualidade na família. Rafaela, por outro lado, “deixou momentaneamente de ser travesti” em



família e estabeleceu-se como transformista quando ocorre festas na cidade e vai à casa de amigas para se produzir e continua procurando emprego. Marcos convive com a família e, embora tenha acompanhamento medicamentoso, a mãe não administra o medicamento porque ele usa álcool. Este menino mantém a convivência com a irmã que está no mercado sexual do lado paraguaio. Na situação de Sandra, o retorno à família ocorreu por causa do acidente de trânsito e internação de longa duração. Não está inserida em nenhuma política e sai de casa somente com bandana na cabeça para esconder as cicatrizes. Essas pessoas adolescentes estão em situações familiares, com exceção de Ana, que não tem uma atuação por parte das políticas públicas no sentido da atenção integral, posto que as condições familiares não foram colocadas em questão e não ocorreram intervenções substanciais que pudessem mudar a realidade, ou seja, os jovens se adaptaram às condições familiares, ainda que adversas e com violações de direitos. As situações de Cristina e Helena, no entanto, talvez sejam as mais emblemáticas do ponto de vista da adaptação e continuidade da violação de direitos, inclusive reconhecida pela rede de garantia de direitos. Cristina mora com a tia numa boca de fumo, envia dinheiro para a família de pai e mãe semanalmente, embora estes afirmassem que não concordam com a situação e, Helena mora com a mãe (não temos informações dos outros membros da família), continua fazendo programas sexuais dos dois lados da fronteira e por vezes se envolve com tráfico de drogas. Já esteve na UNEI de Campo Grande, mas afirma que “não dá nada, não”.

Em duas situações, **as próprias adolescentes buscaram outros arranjos familiares** (Alessandra e Juliana), sendo que uma está com um namorado e morando do lado paraguaio e a outra está com um amigo. O interessante é que na primeira situação há uma fala da rede de garantia de direitos que o namorado deixou Alessandra “mais sossegada” na medida em que teve a sexualidade muito exacerbada e, também com a medicação a libido estava sendo controlada. Na descrição da situação da Juliana, aparece no discurso que o amigo é “tatuador”, sendo essa profissão vista com um juízo de valor negativo. Mesmo com essa consideração o CREAS está fazendo atividades no sentido de construir vínculos para “depois abrigar”, mesmo reconhecendo que aguarda que a menina busque o serviço e não há um trabalho de busca ativa.



Três situações estão sendo **atendidas por abrigo ou internação em clínica** para dependência química (Mariana, Patrícia e Renata). As situações de abrigo decorreram por motivo de segurança e as famílias estão sendo acompanhadas como também no caso da internação. Nestes casos, se torna evidente que mesmo com situações de institucionalização da atenção, as famílias têm sido vinculadas no acompanhamento, muito embora não se conheça ao certo quais perspectivas há para que se consiga atenção integral, inclusive dos familiares.

Isadora e Eduardo, crianças filhas de uma trabalhadora no mercado sexual fronteiriço têm vivido uma saga de violações de direitos e **não há, até o momento, encaminhamentos capazes de estancar tal situação**. Isadora foi “devolvida” pela família que a adotou porque tem “comportamentos impróprios” para a idade e Eduardo, na última vez que foi acessado pela rede de atenção tinha hematomas pelo corpo e, segundo o próprio, “o tio tinha batido porque fez arte”. As duas crianças seguem os processos de (des)abrigo e encaminhamentos familiares e retornos cíclicos, sem que a mãe biológica também seja atendida.

Em seis situações (Cris e Sthephanny, Débora, Fátima, Garotas Avião, Paula e Roberta) **as meninas estão vivendo nos territórios fronteiriços**, com lampejos de aparecimento e desaparecimento que denotam a circulação tanto nas cidades, na rede de atenção e nas famílias. Fátima, Paula e Débora mantêm ciclos de desaparecimento e, quando aparecem foram “vista dormindo na rua do lado do Brasil”, “fazendo programas sexuais do lado do Paraguai e não voltam há 5 ou 6 meses”, “encontrou com uma profissional na rua e disse que quer voltar a estudar”. As situações de Cris e Sthephanny e Garotas Avião desafiam os conselheiros tutelares e os CREAS, pois não se submetem ao atendimento oferecido. Mantêm presença no cotidiano das cidades e afirmam que sabem o que estão fazendo, às vezes fugindo das abordagens e às vezes enfrentando-as. Roberta deixou o filho com a avó e se foi.



5.6 Considerações Desafiantes

A pesquisa realizada sobre a dinâmica da exploração sexual de crianças e adolescentes brasileiras em territórios fronteiriços remete primeiramente ao desafio de voltar aos mesmos lugares e, a partir do que foi apurado do ponto de vista brasileiro, encontrar, conflitar e conversar com os demais olhares das pessoas que vivem nessas regiões.

O ponto de vista aqui apresentado é a expressão da realidade a partir de um ponto, o lado brasileiro da fronteira e dos sujeitos que são da rede de garantia de direitos, isso significa que é ainda pequeno o conhecimento sobre como se expressa a exploração sexual nos territórios com limites e significados distintos para os olhares exógenos e endógenos.

Os dados apresentados e as reflexões referentes aos não direitos das crianças e adolescentes que vivem nos territórios fronteiriços são condições fundamentais para compreender a exploração sexual e as condições vulnerabilizantes para o aliciamento e a manutenção do mercado sexual. Esta pesquisa, neste sentido, confirma, em um primeiro âmbito, os dados que estão disponíveis em diferentes outros levantamentos, ou seja, o não direito, a não presença de serviços públicos e a não garantia de uma infância saudável e prazerosa são condições facilitadoras para o aliciamento, ainda mais quando ocorre reforçando o argumento sedutor do consumo de bens, de diversão e aventura, necessidades inerentes à juventude.

As violações de direitos apresentam aspectos comuns a outros estudos já realizados, mas também tem dinâmicas próprias nos diferentes territórios. Em se tratando de fronteiras (a partir destas fronteiras estudadas), o imaginário de lugar possibilitador de deslocamento para além do espaço de violações de direitos (“meu lado da fronteira”) e de decorrente liberdade (“o outro lado da fronteira, onde não é meu mundo, esse mundo que me violenta”) corresponde a um agravante dos contextos próprios desses territórios. Na composição dessa dinâmica, há um complicador no enfrentamento: a desarticulação de ações transnacionais, a partir das políticas públicas.



Como afirma Silva (2009, p. 27), é preciso distanciar-se da falsa ideia de fronteira como tendo o lado de cá e o lado de lá, apontando que o caminho possível é o (re)conhecimento do território e a complementaridade que urge para que ocorram a “1) diferenciação, da região dos demais territórios; 2) a tradução, do que é ser fronteira; 3) a relação, entre os territórios limítrofes e, 4) a regulação do território fronteiriço”. Sob as premissas do autor é possível afirmar que as políticas públicas precisam ser dinâmicas, flexíveis e permeáveis às realidades da fronteira, respondendo de forma permanente às mudanças e os movimentos que ocorrem nesse território.

Se cada território contém diferentes territórios e cada fronteira um *continuum* diferente dos demais, construir ações de enfrentamento da violação dos direitos de crianças e adolescentes só terá sentido se estiverem contidas na luta por todos os demais direitos humanos, especialmente aqueles que se referem ao enfrentamento das desigualdades de raça/etnia, geração, gênero, orientação sexual e, sobretudo o de classe e de origem territorial. As violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes estão inscritas no marco de todas as demais violações e não poderão encaminhar-se em si, mas na relação com as demais.

A diferenciação que está posta para a ESCA na fronteira é o mesmo desafio para a compreensão da violação de direitos – crianças e violadores circulam em território uno onde a fronteira é o “encontro”. No entanto, na garantia de direitos, o conceito de fronteira permanece como sendo de “limite”. Assim, os violadores se valem da não circulação da rede de garantia de direitos para a exploração, violência, opressão e impunidade. Estes dois conceitos – encontro e limite - estão em permanente conflito e, no caso do tema em questão, se entrecruzam na violação de direitos e não na sua garantia.

As redes violadoras de direitos, como o narcotráfico, trabalho infantil e a exploração sexual de modo especial, em razão da imobilidade de políticas públicas, valem-se dos limites políticos e jurídicos que se sobrepõem às territorialidades culturais, sociais e ambientais que se justapõem nas diversidades fronteiriças – cada fronteira política é um território sociocultural diverso!



Há por parte de grupos populacionais e, mesmo da rede de garantia de direitos, um discurso baseado na ideia legalista de atuação, baseada num rito jurídico, burocrático, de longa duração e ineficiente na garantia de uma ação imediata efetivamente garantidora de direitos. Na ocorrência de “insubordinações” em situações em que familiares e trabalhadores das políticas sociais “atravessaram o limite físico” do Estado brasileiro e “resgataram crianças e adolescentes” há consequências jurídicas de responsabilização, pois mesmo garantindo a proteção da criança, interpôs-se práticas incompatíveis com que está normatizado. Sendo assim, o Estado se torna o maior violador de direitos nesse contexto, pois claramente age por negligência e omissão.

O desenho de ações coletivas para as fronteiras, portanto, considerando o lá e o cá como sendo o próprio território fronteiriço, continua sendo de eventos realizados, onde um lado é convidado pelo outro e as intervenções conjuntas são focais e caso a caso, não se constituindo em uma rede libertária de apoio, animação e construção solidária. A ideia que haverá uma normatização nacional continua povoando o imaginário da faixa de fronteira como segurança e, portanto, de decisão superior e não daqueles que vivem nos territórios.

As ações comuns também devem contemplar a existência de políticas públicas com atenção especial aos adolescentes que vivem, passam e chegam aos territórios de fronteira. As perspectivas desses jovens são sujeitadas às limitações de direitos, considerando o tratamento secundário dispensado à região.

A dinâmica da ESCA na fronteira impõe às meninas e aos meninos um processo cruel de reificação – aos olhos da rede de exploração, tornam-se mercadorias e reduzindo suas condições de pessoas. Nos casos registrados, as consequências são: abandono; desaparecimento; situação de rua; continuidade no mercado sexual e/ou narcotráfico; abrigo; gravidez; internação em clínicas. Alguns, mesmo aquelas situações relatadas como não estando mais o adolescente no mercado sexual e/ou narcotráfico, a saída desses não ocorreu por mudanças nas condições econômicas e sociais que originaram a violação de direitos, mas sim de acomodação nas condições originárias.

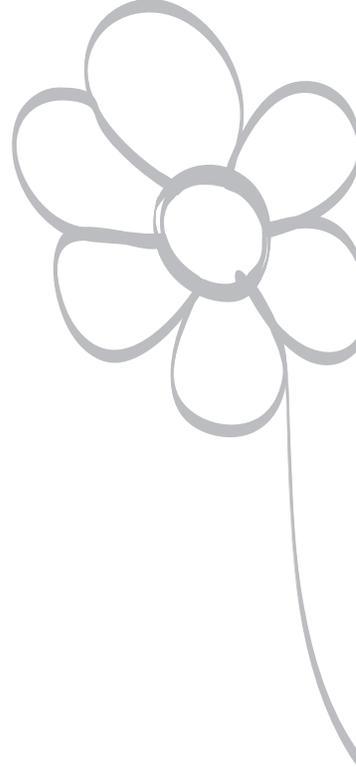


A violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes que vivem em territórios fronteiriços se vale exatamente da ausência de políticas públicas por um lado e da coragem desafiadora que essa juventude se lança em busca de ser menos violentado e mais feliz. A rede de garantia de direitos poderia valer-se das fortalezas desses jovens e apostar na capacidade deles de dizer “sim” e “não” diante da violência física, psíquica, sexual e institucional, sobretudo lançando-se na sua magnífica capacidade de mudar a si e ao mundo que o cerca.

É preciso reconhecer que também os trabalhadores da rede de garantia de direitos vivem os problemas e as perspectivas de serem dos territórios fronteiriços: significa que são sujeitos na gestão das políticas públicas e ao mesmo tempo que interferem para mudar a realidade das crianças e adolescentes, mudam também as condições da coletividade que participam. São, portanto, os trabalhadores não apenas sujeitos estratégicos no enfrentamento da violação de direitos da criança e do adolescente, mas também, destinatários dessa política.

É nessas contradições presentes na sociedade e reverberadas na fronteira, que se constitui o viver entre o lado de cá e o lado de lá e, por vezes, um viver *continuum*. Um território que, ao mesmo tempo é diverso, multicultural, que constrói as identidades do “ser fronteiriço”. Convive com os mesmos problemas de outros lugares que não são fronteiras, acrescido da não garantia de direitos específicos, sobretudo desafia a construção de respostas que consideram o falar e o sentir de crianças, adolescentes e jovens no desenho do que é melhor para eles.





Estranhem

Berthold Brecht

*Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o abuso
Mas não se esqueçam de que o abuso é sempre a regra.*



CAPÍTULO 6

IMPACTOS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MATO GROSSO DO SUL

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior (org)
Estela Márcia Rondina Scandola
Ivanise Hilbig de Andrade

6.1 Introdução

Neste capítulo, são apresentados, sumariamente, aspectos gerais e os resultados do estudo *Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul*. A pesquisa buscou responder ao seguinte problema: “*Como as transformações provocadas pela expansão da cadeia produtiva sucroalcooleira impactam na exploração sexual de crianças e adolescentes?*”.

Nesse problema, há dois aspectos importantes a serem considerados e que serão aprofundados adiante. O primeiro é que há um posicionamento político dos envolvidos no estudo em relação à temática do (des)envolvimento⁵ e exploração sexual. Em razão desse posicionamento, a pesquisa parte do pressuposto que grandes empreendimentos, como são as usinas de cana-de-açúcar, provocam impactos diversos nas regiões por onde se expandem, entre os quais os concernentes à violação dos direitos humanos.

O segundo aspecto diz respeito ao caráter qualitativo do estudo. A opção pela pesquisa qualitativa desafia a linearidade das análises,

5 A expressão (des)envolvimento representa o esforço para traduzir as relações entre o chamado “desenvolvimento” e as desarticulações entre as pessoas e os grupos diversos, incluindo os próprios movimentos sociais, que integram e/ou participam, de alguma forma, dos espaços onde ocorre esse “desenvolvimento”.

colocando-se à disposição da complexidade dialética e do comprometimento com a análise sociohistórica.

Nesse sentido, o caminho para verificar e analisar as relações entre expansão do setor sucroalcooleiro e violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes não se configura como uma reta de causa e efeito. É um caminho que se alinha à compreensão teórica, segundo a qual as condições materiais (como as transformações provocadas pela instalação e presença de usinas) produzem e/ou fortalecem ideias (como as relativas às atividades sexuais de meninas e meninos), as quais se manifestam nas práticas sociais (como ofertar adolescentes a clientes mais exigentes em um contexto de intenso movimento do mercado sexual).

Para investigar essas relações complexas, foram elencados cinco municípios sul-mato-grossenses, que abrigam usinas e consideráveis áreas de plantio de cana-de-açúcar. Essas cidades são: Sidrolândia, Maracaju, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e Rio Brillhante. Os dados foram coletados, nesses municípios por a) observação participante; b) entrevistas abertas e c) colóquio “Impactos da presença do setor sucroalcooleiro em MS”.

Quanto à estrutura, este capítulo é composto por três áreas de análise que se completam, ou seja, os territórios e suas transformações; os trabalhadores e o entorno do setor sucroalcooleiro; práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes e, exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de atenção.

Há muitas possibilidades de análises sobre os dados coletados e este capítulo, neste livro, quem sabe, suscite novos interesses e novos olhares sobre esta problemática que avilta os direitos de crianças e adolescentes.

6.2 Os territórios e suas transformações

A categoria teórica “território” teve importância fundamental nas análises dos resultados deste estudo. Desse modo, é necessário que esse



assunto seja tratado em algumas seções deste capítulo, possibilitando avançar na compreensão das relações entre presença de usinas sucroalcooleiras e seus impactos na exploração sexual de crianças e adolescentes.

O ponto de partida é uma aparente obviedade: toda transformação que acontece no mundo não acontece em outro lugar que não no próprio mundo. Nesse sentido, os impactos provocados por uma atividade econômica da magnitude de usinas de cana-de-açúcar em pequenas localidades ocorrem em um espaço concreto, em um território. O sentido aqui atribuído a território não se limita ao suporte duro e palpável do espaço, mas se estende às representações, à produção de pensamentos, geradas nas – e a partir das – mudanças materiais.

No livro *Território, ambiente e saúde*, que reúne um acúmulo de discussões teóricas e metodológicas sobre o assunto, a construção do espaço geográfico é considerada

[uma] contingência histórica do processo de reprodução social, geradora da necessidade de organização econômica e social e de um determinado ordenamento espacial. No processo de construção do espaço geográfico, a vivência e a percepção do espaço são marcadas por afetividade e referências de identidades socioculturais. Nessa perspectiva, o homem é o promotor da construção do espaço geográfico e, ao imprimir valores a esse processo, confirma-se como sujeito social e cultural. (2008, p.25)

Esse entendimento de território se aproxima da construção trabalhada por Diógenes *et al.* (1998; 2008). Os autores cunharam a definição para servir de instrumento ao estudo que realizaram em Fortaleza-CE sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Afirmam:

Os territórios são campos concretos/simbólicos produtores de sentido e de práticas específicas da prostituição. O território, ao mesmo tempo em que se reporta a dimensões concretas, como o corpo e os espaços físicos e espaciais, ultrapassa-os, agregando dimensões relativas ao conjunto de relações, aos aspectos culturais e simbólicos e aos papéis



desempenhados pelos atores específicos. O território é um mapa cultural (DIÓGENES, 1988, p. 18 *apud* DIÓGENES, 2008, p. 22-23).

Durante o colóquio “*Impactos da presença da cadeia produtiva sucroalcooleira em MS*”, os participantes expuseram diferentes nuances das transformações territoriais decorrentes das instalações de usinas. As mudanças percebidas e os pensamentos a respeito dessas mudanças se mostraram correspondentes aos papéis sociais dos participantes. Seguem abaixo algumas falas, todas de gestores públicos:

Com as usinas, a gente percebe um aumento da população e uma demanda maior à escola, ao atendimento da saúde, ao atendimento social. Existe uma grande migração. Mas isso tudo não tem aumentado a criminalidade. Isso é um ponto positivo. Quanto à prostituição, não existe fiscalização; as meninas falsificam documentos. Mas a criminalidade a gente não vê... A usina, do lado positivo, traz emprego e desenvolvimento, mas a administração tem que ir junto. Tem que aumentar os atendimentos.

Em um distrito a usina chegou há aproximadamente 25 anos. A gente percebe que a usina gera um problema social muito grande. E o poder público não acompanha com escola, nem nada... Também há casos de tráfico de drogas, exploração sexual...

O município e os gestores já absorveram a presença das usinas. Eles veem como coisa boa. A gente vê que as autoridades não querem nem discutir. Mas os problemas aparecem: aumentam os gastos com saúde, educação, porque tem uma população flutuante; as pessoas moram mal, amontoadas; a prostituição infantil aumentou de forma exorbitante e a assistência social não consegue fazer nada, não tem recursos. As pessoas não denunciam, as autoridades fazem vistas grossas, porque vai ter que apontar os culpados e ter que resolver... Os municípios realizam audiências pra discutir o assunto, mas ninguém aparece, as pessoas não se interessam. Só pensam no retorno financeiro que isso dá.

A gente observa que houve um crescimento da cidade, há mais estrutura. Mas os problemas sociais são muito



maiores; não só de prostituição infantil, mas de drogas, que são números muito alarmantes. As casas de reabilitação são particulares e as pessoas não têm recursos. Vai acumulando um monte de dificuldades para a rede por causa das migrações. Também aumenta a falta de estrutura das famílias.

Após a instalação das usinas tudo piorou. Além de prostituírem, as adolescentes estão encarando isso como um trabalho mesmo... Também os aluguéis são muito caros; não se acha casa pra alugar em Maracaju. Não há preocupação com o meio ambiente. Na educação, não tem vaga pra essas crianças. Os trabalhadores das usinas também usam drogas pra trabalhar. A droga mais usada é pasta base.

As usinas agravaram a questão do trânsito. Nós não temos recursos e ficou um caos a situação do trânsito, com acidentes graves com caminhões. Com relação à prostituição, a concentração é mesmo nas cidades, porque nos postos a gente visita, verifica, não tem. Vêm muitas meninas da fronteira com o Paraguai. Tem outra coisa: quando acabam os contratos, as pessoas ficam perdidas pela cidade, às vezes só sabem trabalhar em usina, e ficam sem saber o que fazer. As cidades não têm estrutura pra receber essas pessoas, pra manter tanta gente.

Havia problemas com moradia, mas agora está diferente: aumentou o número de empregos. O governo incentiva, quer as usinas... Elas também fazem a sua parte. O município tem que cobrar, tem que ir atrás, tem modificações acontecendo. A nossa prostituição aqui é muito mais por conta do Paraguai e da rota de drogas. E aqui a prostituição infantil, o Conselho Tutelar está em cima. Na escola, não faltam vagas. Tem vagas pra todo mundo. Problemas nós temos muitos sim, mas onde você prioriza atender, muda. A saúde melhorou. Não há recursos, mas está melhor. Tem que cobrar das autoridades, tem que buscar parcerias em todos os poderes. Nós tivemos uma menina aqui de 13, 14 anos, que ganhou a Olimpíada de Português nacional. 5 É uma cidade muito feliz, porque todas as associações são unidas, e estão todas juntas.



Os discursos se convergem num dado comum: as usinas trouxeram mudanças significativas aos municípios. A desproporção entre a pequenez da capacidade dos municípios e a grandeza das demandas geradas pelas usinas é flagrante em todas as falas. Um dos impactos importantes, presentes em algumas falas, é o crescimento populacional, assunto já tratado neste texto.

Mas as falas são também dissonantes. As discordâncias se despontam quando as considerações são sobre as características das mudanças relacionadas às usinas e as respostas dadas pelos gestores municipais. Percebe-se explicitamente na última fala – como também foi perceptível em comentários de alguns entrevistados em outros momentos do estudo – a necessidade de relacionar a presença das usinas com a promoção de benefícios à localidade. Nesse grupo discursivo, prostituição de adolescentes e transformações referentes a usinas não mantêm nenhum tipo de relação – em alguns desses discursos, nem sequer existiria adolescentes na prostituição.

Nos relatórios de campo, aparecem discursos que distanciam usinas e impactos negativos, especificamente os atinentes à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses discursos se movimentam em dois eixos estratégicos: um que desvencilha o empreendimento das pessoas vindas de fora (sobretudo, os trabalhadores), responsabilizando essas pessoas – e não a presença das usinas – pelas transformações negativas; e outro que não faz essa separação e busca isentar de qualquer responsabilidade usinas e pessoas de fora pelos malefícios. Os fragmentos abaixo ilustram essas duas estratégias discursivas. As falas são de profissionais de diferentes municípios:

Com relação à presença de usina, ela afirmou: “Por conta do emprego é ótimo, porque antes tinham muitos homens que ficavam nas ruas sem emprego; agora trabalham nas usinas. Por outro lado, aumenta a violência, por causa das muitas pessoas que vêm de fora e são pessoas desconhecidas.”

O gestor público respondeu: “Não tivemos nenhum caso envolvendo estes trabalhadores. Pode ser que venha a ter, mas não pelo fato de ter uma usina. Não vejo que tenha alguma relação o fato de termos usina



aqui. Esperamos que não aconteça, mas se vier acontecer será por acaso”.

As transformações territoriais suscitadas e/ou impulsionadas pela presença de usinas, enquanto empreendimentos de grandeza muito além da capacidade de absorção de pequenos municípios, também concorrem para o fomento acentuado da oferta de serviços sexuais e, por conseguinte, para a entrada e a permanência de crianças e adolescentes na prostituição.

Esse tipo de impacto foi mencionado nos discursos da maior parte dos sujeitos de pesquisa e em falas informais de moradores. Fortes indicativos desse impacto também foram notados nas observações empíricas.

Com relação aos discursos, deve-se advertir que, de modo geral, permanecem no mesmo horizonte dos discursos supracitados, que culpabilizam somente as pessoas que vêm de fora. Os comentários de gestores públicos e trabalhadores das políticas sociais ajudam a exemplificar esse aspecto:

Nós, enquanto órgão de segurança pública estamos preocupados porque os casos que recebemos têm ligação com trabalhadores, pois aqui estão instalados trabalhadores de Pernambuco, Maranhão; e eles procuram as meninas ou elas vão até eles.

Ela ainda relata que antes havia muitos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes e justifica isso pela permanência de trabalhadores vindos de outras regiões que se fixavam no distrito, mas que, atualmente, a usina está usando mais a mão de obra indígena.

Além dos discursos, as observações dos ambientes ajudaram a perceber a relação entre a presença de usinas e o fomento de condições relevantes para a prostituição e para a ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Uma alteração territorial evidente do avanço do comércio sexual é o aumento da quantidade de boates e bares, muitos dos quais usados para a realização de programas sexuais. Em diversos momentos dos



relatórios, há observações dos pesquisadores relacionadas ao volume expressivo de bares e/ou casas de prostituição, como pode ser observado em relatórios de pesquisadores:

Durante a noite, andei pelas imediações da estação rodoviária, região onde há uma quantidade expressiva de bares (cerca de quatro por quadra). Alguns desses bares têm quartos nos fundos para a realização de programas sexuais. Em dois bares, consegui ir até os fundos e notei que os quartos eram bem simples, conjugados e feitos de madeira. (...)

Eu falei que não era da cidade e que teria ficado surpreso com a quantidade de bares. “Sempre foi assim?”, perguntei. “De um tempo pra cá passou a ter mais”, disse o guarda. Outro homem, que estava dentro do bar, sinalizou para a relação entre a presença das usinas e o grande número de bares. “Depois que veio as usinas, a cidade começou a crescer mais. Aí também aumentou os bares”, afirmou.

Andando de carro, passei por adolescentes, que estavam sozinhos. Eram mais ou menos 23h30. Perto do que eles chamam de B* (espaço de lazer numa região pobre), há muitas lanchonetes. De frente a esse lugar, tem vários barzinhos. Em um bar, havia mulheres no atendimento e na calçada. (...)

Nessa região, há sete bares numa só rua. Alguns locais são mais bem estruturados, outros bem precários. Parei num bar. Tinha 13 mulheres, aparentando terem entre 18 e 25 anos. No outro bar, tinha cinco meninas. Três tinham aparência de indígena. Da lanchonete que eu estava dava pra ver três outras. Falaram que o movimento estava fraco, por causa do jogo.

Depois do trilho, a região é mais pobre. Tem vários bares. Conversei com uma profissional do sexo. Ela ficou preocupada e disse: “Aqui não tem menor”. Aí eu perguntei: “É se eu quiser arrumar?” Ela disse que tem que arrumar pra fora. Ali na zona não tinha.

Os moradores também disseram que, com as usinas, aumentou quantidade de barzinhos. Em 6, a coisa é ainda mais visível. Lá só numa rua tem oito bares.



Isso começou a acontecer com a usina. Antes não tinha nada disso. Não tinha zona em 8. Hoje tem duas. Mas as mulheres são de fora, são do município 10. Também tem crianças e adolescentes, mas elas ficam nos depósitos de bebidas.

A quantidade relativamente alta de lugares fechados voltados para a realização de programas sexuais não significa, necessariamente, que haja, nesses locais, adolescentes na prática da prostituição⁶. Essa configuração do território, com bares e casas de prostituição concentrados em alguns espaços das cidades, demonstra ser uma manifestação de transformações provocadas pela instalação de usinas com práticas trabalhistas que provocam a formação de um aglomerado de homens de outras cidades e estados brasileiros. Trabalhadores entrevistados externaram sentimentos (como saudade de casa e ausências afetivas) e situações (a distância de seus lugares de origem e de possíveis vigilâncias, a folga semanal e a busca por diversões na cidade) que ajudam a compreender o papel canalizador de necessidades desempenhado pelo mercado sexual nos locais pesquisados.

Outro aspecto importante para ser salientado é a concentração dos bares e casas de prostituição nos espaços periféricos das cidades. Esse desenho concretiza espacialmente o senso comum dualista, segundo o qual algumas pessoas são “de bem e de família” e outras são “promíscuas” – as “pessoas de bem” podem frequentar o “submundo da promiscuidade” (clientes eventuais) e voltarem para o seu lugar de origem para continuarem sendo “pessoas de bem”.

Alguns desses espaços de ocorrência da prostituição observados no estudo estão espacialmente localizados distante dos centros dos municípios, podendo ou não ter república de trabalhadores perto deles. Nos espaços ainda mais retirados desses lugares, nos mais ermos, ocorre a

6 Foi observada a presença de adolescentes nas imediações de casas de prostituição, sendo que uma delas fazia programa, conforme contou a trabalhadora sexual que a acompanhava. No entanto, observou-se que as dinâmicas da prostituição de adolescentes acontecem, geralmente, de forma velada, como será trabalhado adiante em uma seção específica. Outra questão a ser observada é que meninas com menos de 18 anos podem causar impressão de serem mais velhas. Em trecho de um dos relatórios, o pesquisador faz referência a trabalhadoras sexuais jovens, com aparência entre 18 e 25 anos. É possível que, nesse grupo, estivessem adolescentes.



exploração sexual de crianças e adolescentes, como afirmaram os entrevistados. Em se tratando dos distritos, teria existido uma correspondência inicial entre a constituição dos lugares como espaço para a prostituição e constituição dessas delimitações como grandes dormitórios dos trabalhadores das usinas.

Para ilustrar essa divisão espacial, vale citar algumas observações registradas nos relatórios de campo:

A partir deste relato e de outros semelhantes, estivemos nessa vila e constatamos o seguinte: nesta vila, que é periferia da cidade de 4 estão concentradas seis zonas que estavam cheias de homens quando visitamos o local.

Perto da praça, encontramos uma travesti e uma profissional do sexo, a qual aparentava ter entre 19 e 23 anos. Elas nos relataram que residem no “Bar A*”, que fica à margem da MS-13. Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas respondem que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria as profissionais tinha viajado para o Paraná.

Logo após a saída das meninas e da mãe, a assistente social me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem conhecido apenas como “Preto”. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e 13 anos. As meninas fariam os programas sexuais dentro da casa do Preto, aliciadas por ele.

Com as informações que tínhamos coletado no L.G.P, procuramos e encontramos a tal chácara do Preto. É uma casa cercada de arame e bastante arborizada. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito à cidade; é, inclusive, próximo da “Casa Amarela”.

Por volta da meia-noite, eu cheguei à Vila. É uma região muito precária, onde se concentram a maioria das casas de prostituição. Fica na periferia da cidade, quase no canavial.

Essa mesma fonte [um trabalhador de usina] afirmou preferir “as coroas”, em razão da “experiência delas”, mas que também gosta de “menina nova”. “Hoje



mesmo, na parte da tarde, eu peguei uma de 17 anos lá na Pedra”, contou, em referência a uma região, conhecida na cidade como “o lugar da prostituição”.

Essa alteração do território não é somente física, mas também diz respeito à produção de ideias, às representações da realidade. A mudança da configuração material (usinas, aumento demográfico, população flutuante, avanço no número de bares, de casas de prostituição) ocorre em movimentos dialéticos imbricada com a incorporação e o fortalecimento de determinados pensamentos sobre a realidade, entre os quais os relativos a sexo, prostituição e adolescentes.

Durante o estudo, foram observados situações e comentários que demonstram a naturalização⁷ de eventos construídos historicamente, como os relativos à prostituição. Há uma visão comum sobre a existência de grande familiaridade de adolescentes com o universo do sexo e da prostituição, o que as torna as provocadoras e as responsáveis pelas relações que participam. Também são manifestados sentimentos de suposta impotência frente a violações, que persistem porque “todos sabem, mas ninguém faz nada” – instalam-se, assim, tabus: todos são cientes da existência de violações, mas seguem suas vidas de costas para tais violações.

Ao mesmo tempo em que é comunicada essa naturalização (no sentido de perceber a realidade como imutável), é externada, paradoxalmente, certa consciência da existência de dispositivos que asseguram direitos e responsabilizam autores de violência. No entanto, na imersão da totalidade do tabu, alguns se imaginam imunes a esses dispositivos.

Esses aspectos podem ser elucidados com as citações de alguns fragmentos dos relatos de campo. As fontes afirmam existir costumeiramente violações de direitos sexuais de meninas em seus municípios e/ou em distritos de seus municípios. Os comentários soam

7 O termo naturalização não significa aqui meramente aceitação, aprovação de uma situação. Significa o pensamento de que a situação não pode ser mudada, como se fosse produzida pela natureza sem a participação humana. Nesse sentido, a pessoa pode até não aprovar a presença de adolescentes na prostituição, mas acredita que nada possa ser feito para solucionar a problemática, pois as pessoas não conseguem mudar algo natural.



como se nada pudesse ser feito; é como se essas violações já fizessem parte necessária da paisagem local. Em alguns casos, as pessoas entrevistadas afirmam saber, com precisão, os locais onde crianças e adolescentes marcam os encontros e/ou realizam os programas sexuais. Por vezes, a alegação para a ausência da ação é o envolvimento de “pessoas influentes” na prática da exploração sexual. Os trechos seguintes fazem este demonstrativo:

Esta profissional nos diz, ainda, que há relatos de que no distrito existem muitos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive casos envolvendo os trabalhadores de usinas que se encontram instalados neste distrito.

Aqui há muitos casos de abuso e exploração sexual. (...) Também tem o caso de uma menina, Paola [nome fictício], de 12 anos, e a irmã dela, Jéssica [nome fictício], de dez, que fazem programa. O pai delas está doente. Ele trabalha no lixão. Por causa da situação de vida das meninas, o Conselho Tutelar as tirou do pai e as deixou com a mãe”. Segundo a funcionária do PETI, a filha mais velha era levada pelo pai para trabalhar no lixão.

Ela diz que tem um caso que todo pessoal do distrito sabe. É a situação de um homem que “está tendo um caso” com a enteada dele. “Essa menina tem 11 anos e já foi aluna do PETI. Agora não está vindo mais”, diz Franthesca. E completa: “Ela é a única menina da família que anda toda arrumadinha, que ganha presentes do padrasto”.

Um S.L. me disse que a exploração sexual de crianças e adolescentes tem muito envolvimento de pessoas que têm dinheiro. Ele falou que um G.P. é uma dessas pessoas. Ele disse: “As mães vendem as filhas. Os caras vão de carrão pra pegar as meninas. Isso quando as mães não saem de casa pro cara ficar com as meninas lá mesmo”.

Uma mulher, que é comerciante, me relatou que a situação de exploração sexual acontece nas chácaras, que ficam nas proximidades da cidade. Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais



levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros.

A percepção da produção de ideias como processo integrante da transformação territorial é importante para superar o maniqueísmo das interpretações acerca das relações entre grandes empreendimentos e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A perspectiva maniqueísta é simplória – encerra todo o problema no indivíduo homem, que vem de fora para compor a mão de obra do empreendimento e passa a violar os direitos sexuais de adolescentes das comunidades locais. Embora não esteja inteiramente equivocada, essa análise não considera um relevante componente das alterações locais provocadas pelas dinâmicas materiais introduzidas pelos empreendimentos. Tal componente diz respeito à difusão e ao fortalecimento de pensamentos correspondentes à realidade marcada por intenso mercado sexual – esse mercado pode ter sua justificativa inicial no acréscimo significativo de homens à população local, mas se expande para muito além desse público.

Esse componente novo (pensamentos que tendem a naturalizar as relações sexuais comerciais envolvendo adolescentes) extrapola o universo produtivo imediato das usinas e abarca a comunidade local como um todo. Evidentemente, não se propõe aqui uma influência linear da presença das usinas na produção de ideias acerca de mercado do sexo e de adolescentes na prostituição. Assevera-se, sim, que, conforme observações e discursos registrados nos relatórios de campo, as instalações de usinas geram dinâmicas novas, as quais fomentam o mercado sexual e, por conseguinte, favorecem a construção de pensamentos pertinentes a essas alterações da realidade local.

O registro de uma cena, na qual homens conversam com um pesquisador em um bar, ajuda a perceber a mentalidade naturalizada com relação a adolescentes e a sexo. Segue a citação do relatório:

Em dado momento, um homem disse, de supetão, enquanto caminhava do interior do bar para a varanda da frente, onde eu estava: “Quer ir preso?” A estranha pergunta veio acompanhada de um gesto explicativo. O homem perguntou e apontou para uma menina, com aparência de 13 a 15 anos, que passava em frente ao bar. A garota estava de short e blusa. “Ela tá indo pra um ginásio aqui perto”, disse o homem e emendou:



Essas meninas, hoje em dia, estão todas gostosinhas. Dá vontade até de ir preso. Assenti com a cabeça para que ele sentisse cumplicidade de minha parte e seguisse no assunto. Ele afirmou que as meninas da escola “provocam demais”. Contou, ainda, que um guarda, amigo dele, apaixonou-se perdidamente por uma estudante, que teria, no máximo, 15 anos. Ele chegou de ficar doente por causa dessa menina. Ela sabia que ele gostava dela; aí que ela provocava mesmo. Mas na hora não queria nada com ele.

Outro homem comentou que o envolvimento com adolescente é, muitas vezes, inevitável. Esse homem viera de Pernambuco para trabalhar numa usina e terminou se casando e ficando em 4. “Às vezes a gente tá meio de fogo e nem pensa. Aí acaba pegando as meninas de menor. Mas isso não dá nada pra gente não. Eu acho que não dá não. Dá pra menina e pro dono da zona onde ela tava”, disse.

Os dois homens (o trabalhador da usina e o guarda) fizeram comentários sobre a existência de muitas adolescentes na prostituição. Ao se referirem a essas garotas, usavam o termo “putinhas”. “Aqui tá cheio de putinhas. E elas moram com a própria família, que nem sabe ou faz que não sabe”, disse o guarda.

6.3 Os trabalhadores e o entorno do setor sucroalcooleiro

Uma transformação territorial importante relativa às mudanças introduzidas pela instalação de usinas é o aumento considerável da população. Além da mão de obra específica para o empreendimento, vinda de outros lugares, há pessoas atraídas para as localidades por avaliarem que, de alguma forma, podem lucrar com a presença das usinas. Formam-se, assim, novos grupos: residentes com intenção de permanecerem na cidade (como pessoas em busca de melhores oportunidades e alguns trabalhadores, que terminam se casando e não deixam o lugar), moradores temporários (como trabalhadores que permanecem no local apenas durante os meses de contrato) e pessoas que



procuram a cidade em algumas épocas do ano (como prestadores de serviços sazonais diversos e trabalhadoras sexuais).

Desses grupos, a atenção do estudo foi voltada aos trabalhadores das usinas e às trabalhadoras sexuais. É preciso dizer que a relação entre instalação de usinas e exploração sexual de crianças e adolescentes supera os limites imediatos das dinâmicas estritamente da usina, não dizendo respeito apenas à procura por serviços sexuais por parte dos trabalhadores. Como já discorrido acima, a dimensão desse impacto é maior, pois colabora para o fortalecimento de pensamento que naturaliza as trocas sexuais pagas e a exploração sexual de adolescentes. Essa perspectiva não desconsidera, evidentemente, a participação do trabalhador de usina no mercado sexual; apenas não restringe a compreensão da realidade ao universo do trabalhador. Portanto, esse ator social permanece relevante para ser observado, mas o olhar do pesquisador não deve estar cego por preconceitos, o que comprometeria o entendimento da realidade.

A mão de obra das usinas dos municípios pesquisados é formada por indígenas do próprio Estado e por homens de outros estados, majoritariamente da região Nordeste. Não foi observada a presença de trabalhadores indígenas como clientes de serviços sexuais⁸.

As entrevistas com trabalhadores e as observações ajudaram a identificar algumas possíveis razões da procura por serviços sexuais. Essas razões dizem respeito à distância de suas cidades, à ausência ou amenização de cobranças de comportamentos morais, à necessidade de afeto e à precisão de atenuar os desgastes do corpo provocados pela atividade árdua e repetitiva da usina. Considerando esses fatores, o mercado sexual se torna uma peça importante para a ordenação das dinâmicas produtivas das usinas, pois funciona como um amortizador de descontentamentos por conta das condições afetivas e físicas dos trabalhadores.

Os trabalhadores das usinas foram contatados dentro e fora dos locais de trabalho. Nas usinas visitadas, alguns trabalhadores

8 Observou-se que há, nas usinas, diferença de tratamento entre índios e não-índios com relação às saídas para as cidades. No relatório de um dos municípios, por exemplo, consta que os índios reclamaram de não poder ir para a cidade nos dias de folga – a usina tem alojamento para os trabalhadores. Isso ocorre porque cabe ao capitão responsável pelos indígenas decidir se alguém sai e quem sai para a cidade.



demonstraram certa desolação ao falarem sobre a distância de suas casas. Também afirmaram que, nos dias de folga, têm como diversão a frequência em bares e casas de prostituição. As duas situações, que podem soar como contraditórias (saudades de casa e busca por prostitutas), estão inter-relacionadas, pois o sentimento pode ajudar a compreender a ação, conforme trechos abaixo:

Já na roça encontramos S.L. que são de Ituberá (Bahia), que reclamaram da alimentação e de não estarem recebendo os comprovantes de produção (chamados de “pirulitos”) e, por isso, não sabiam quanto produziram. Eles relataram que têm uma folga por semana e que um ônibus da usina os leva para a cidade.

Quando perguntamos de uma forma descontraída sobre como passam longo período sem namorar, a resposta foi quase imediata: “A gente recebe e guarda um pouco pra ir na casa das mulheres na cidade”. Na cidade, existem aproximadamente 15 casas de prostituição. Os trabalhadores relataram, ainda, que sentem muita falta da família.

Os trabalhadores vindos do Nordeste têm um contrato de nove meses e a cada seis dias trabalhados têm uma folga. Pergunto o que eles costumam fazer nos dias de folga. Um deles, de 25 anos, conta: “Ah, vamos até a cidade pra divertir na lanchonete, no mercado”. Peço a ele que me explique um pouco dessa diversão. Ele fala: “Ah, o senhor sabe né, todo esse tempo aqui sem ninguém, não tem quem aguenta”. Diz que vão sempre ao barzinho onde estão as mulheres, mas que “a maioria delas é feia”. “É melhor pagar 50 reais e pegar um corinho filé”, diz. Pergunto a ele se tem “meninhas novas”. Ele responde que sim. “O que manda é o dinheiro”, diz.

Enquanto conversava com os trabalhadores, pude notar, de modo geral, uma profunda tristeza quando falavam da família. Um deles, ao ser perguntado sobre a família, disse: “Ah, sinto falta né, sinto saudade”. Em seguida, parou de falar e abaixou a cabeça.

Como estratégia metodológica, os municípios foram visitados em dois momentos: em semanas diversas durante três meses (abril a junho)



e em período de pagamento das usinas, na segunda semana de julho. Nesse segundo momento, pôde-se verificar, de modo geral, movimento acentuado nos bares, com presença de trabalhadores:

Ao lado desse bar, havia outro mais movimentado, com aproximadamente 30 homens – a maioria, trabalhadores de usina (segundo contaram o proprietário do bar e um dos clientes). “É que hoje saiu o pagamento”, explicou um cliente.

Esse bar era mais bem estruturado que o anterior. Tinha uma pequena varanda na entrada, onde havia duas mesas. No interior, havia outras duas mesinhas, além de uma mesa de sinuca e um sofá no formato de “L” encostado em duas paredes. O atendimento era feito por um homem e uma mulher. Ele ficava com as chaves dos quartos e as entregava quando solicitado pelas trabalhadoras sexuais. Elas eram jovens, mas não seriam adolescentes. Havia seis trabalhadoras, além de outras que estavam nos quartos (segundo disse o cliente entrevistado).

No dia seguinte, saí no início da tarde, por volta das 14h. Todos os bares já estavam abertos, com alguns clientes.

As relações sexuais dos trabalhadores das usinas não se restringem aos programas realizados com as trabalhadoras sexuais. Alguns namoram outras mulheres da localidade, chegando a morar com elas. Essa relação tem a duração do período de contratação na usina. Terminados os contratos de trabalho, a maioria desses homens retorna para suas cidades e deixa, por vezes, as mulheres grávidas, conforme afirmações feitas durante o período de observação e no colóquio. As crianças, que nascem desses relacionamentos e que ficam apenas com as mães, são chamadas de “filhos da cana” ou “filhos da safrinha um, dois...”, como descreve o relatório:

Segundo a gestora pública, alguns trabalhadores das usinas mantêm relações maritais com mulheres do município. Findos os contratos de trabalho, esses homens retornam para suas cidades e deixam, por vezes, as mulheres grávidas. “Nós chamamos essas crianças de filhas da cana”, afirmou.



Há, ainda, um terceiro tipo de relacionamento sexual envolvendo os trabalhadores e, de modo específico, adolescentes. Quando não há alojamentos nas usinas, os trabalhadores alugam quartos, agrupados em modestos pavilhões. Nesses lugares, alguns realizam encontros com adolescentes, assunto a ser tratado na seção sobre a presença de crianças e adolescentes na prostituição.

Enquanto o movimento de trabalhadores não indígenas (cortadores de cana-de-açúcar) obedece ao fluxo Nordeste/Centro-Oeste, os movimentos das trabalhadoras sexuais, identificados na pesquisa, foram os seguintes: de outras cidades de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Paraguai, para os municípios com usinas. Elas também realizam, com frequência, movimentos para fora dos municípios. Algumas partes dos relatórios mencionam esses deslocamentos:

Conversei com uma profissional, que disse se chamar Isabel. O programa dela custa de R\$ 15 a R\$ 30. Ela disse que estava ali há algum tempo e tinha vindo de outra cidade do Estado. Ela estava há três anos em 1. Ela não tem local, porque atende caminhoneiro.

Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas respondem que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria das profissionais tinha viajado para o Paraná.

Uma mulher veio me atender, pediu uma cerveja. Disse que veio do Paraná. Atendia no bar, mas não morava ali. Falou que cobrava o mínimo de R\$ 30 para atender ali.

As trabalhadoras sexuais estavam sentadas do lado de fora, conversando. Passei por elas e perguntei sobre a eventual presença de adolescentes na prostituição. Elas disseram não saber sobre isso, pois eram novas na cidade. Tinham vindo de diferentes municípios do interior do Estado. Uma delas chegara havia poucos dias.

A entrada no primeiro bar foi estimulada por um convite de uma trabalhadora sexual, com cerca de 30 anos (que chamarei pelo nome fictício de Angela). Depois, conversando com ela, fiquei sabendo que era



paraguaia. “Olá”, abordou com sotaque, enquanto eu caminhava por uma rua pouca iluminada nas proximidades da rodoviária. Cumprimentei de volta.

Com relação às trabalhadoras paraguaias, houve dois registros de situações de possível tráfico de pessoa. Na primeira cidade, uma fonte informou sobre um casal que regularmente busca garotas no Paraguai para se prostituírem no Brasil. Em outra, uma trabalhadora sexual relatou que fora trazida do Paraguai sob falsa promessa de emprego; depois, foi obrigada a se prostituir:

Sobre as meninas que eu imaginei serem indígenas, minha tia [professora no município] disse que são, na verdade, paraguaias. Ela contou que há, na cidade, um casal, que regularmente traz de carro meninas do Paraguai.

Entramos em uma dessas casas por volta das 22h30 e fomos atendidos por uma mulher que servia bebidas. Logo em seguida pedi uma bebida. Nesse instante, uma garota se aproxima e pergunta se poderia me acompanhar. Eu digo que sim e sugiro que fôssemos a uma mesa mais reservada para que pudéssemos conversar. Depois de algum tempo de conversa, pergunto se ela tem muitas amigas na cidade. Ela responde que não, pois havia sido trazida do Paraguai pela dona da casa. Disse, ainda, que o mesmo aconteceu com outras meninas que trabalham no local. “Como isso acontece?”, pergunto. Ela diz que a sobrinha da proprietária da casa vai semanalmente ao Paraguai e oferece serviço às meninas, dizendo ser apenas por uns dias, mas que, chegando ao local, são obrigadas a se prostituírem.

Daiane tem 19 anos, tem um filho de três anos que mora com a avó. Na ocasião deste relato, fazia 20 dias que estava na casa de prostituição. Ela diz que pretende sair de lá assim que arrumar um homem que possa cuidar dela e lhe dar uma casa para morar.

As entrevistas com as trabalhadoras sexuais foram feitas em bares e nas ruas, em locais que realizam encontros para os programas. Conforme os registros de campo, as que trabalham em bares e casas de prostituição moram nesses locais ou apenas os usam para a realização dos



programas – as que moram (ao menos por algum período) são as trabalhadoras vindas de outras cidades. Nos dois casos (morando ou apenas usando o local para fazer programa), elas têm de pagar taxas com valores variáveis aos donos das casas pelo uso do quarto. O faturamento com a venda de bebidas também tem grande colaboração das trabalhadoras sexuais. Elas devem sempre fazer os clientes consumirem bebidas, as quais são comercializadas por valores acima da média dos mercados locais.

De modo geral, as trabalhadoras sexuais dos municípios pesquisados cobram entre R\$ 15 e R\$ 50 pelos programas, conforme os relatos de campo. No entanto, em alguns casos, segundo os relatos, esses valores podem ser muito maiores. Essa elevação se associa a critérios de beleza e idade, segundo falas de diferentes sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, ser adolescente pode representar acréscimo no valor do programa. Também foi identificada situação em que o preço tende a cair. Nesse caso, além dos critérios ligados à beleza e à idade, há uma desvalorização pautada em preconceito geral contra as paraguaias, chamadas por outras trabalhadoras sexuais de “bugras”. No relato de uma visita isso é explicitado. *“Ela reclamou do preço, dizendo que ‘o problema é que tem umas bugrinhas que cobram muito pouco’. Isso puxaria os preços para baixo”*, afirma o relatório.

6.4 Práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes

No debate sobre a presença de crianças e adolescentes na prostituição, situa-se um dos campos de dissenso a ocorrência ou não de exploração sexual quando a pessoa com menos de 18 anos realiza programas sexuais sem a intermediação do agenciador. Nesse sentido, a atribuição de exploração sexual a algumas situações observadas ou relatadas por entrevistados neste estudo resulta de tomada de posição frente ao debate em pauta.

No decorrer do estudo, foram coletadas informações e registradas observações de diferentes práticas sexuais com participação de adolescentes. Dessas práticas, não serão consideradas, neste relatório, as



que se caracterizam, explicitamente, como abuso sexual – com violações de direitos sexuais sem nenhum tipo de troca material e/ou simbólica.

Fora os casos nitidamente de abuso sexual, foram identificadas, em relatos e observações, as seguintes práticas e possibilidades de práticas sexuais com participação de crianças e adolescentes⁹: 1) programas sexuais com pagamento material sem intermediações explícitas; 2) programas sexuais com pagamento material intermediados por trabalhadoras sexuais adultas, donos de casas de prostituição ou outro tipo de ambiente fechado e pela família da adolescente; 2) práticas sexuais sem o pagamento em espécie, mas com outras trocas materiais (“presentes”); e 4) práticas sexuais realizadas em quartos das repúblicas dos trabalhadores das usinas sem aparente pagamento material.

Essas formas serão consideradas exploração sexual, embora nem todas sejam comerciais em seu sentido estrito, isto é, prática sexual mediante pagamento material. O conceito de exploração sexual construído para as análises dos resultados deste e dos demais estudos do projeto Fortalecimento do COMCEX-MS abarca todos os relacionamentos sexuais, nos quais é manifestado algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre criança ou adolescente, com pagamento material e/ou simbólico pela relação sexual. Nesse sentido, o programa sexual sem intermediários e os encontros sexuais de meninas com os trabalhadores nos quartos das repúblicas são tomados aqui como exploração sexual. Nesses casos, o pagamento tende a ser simbólico, provocando uma percepção ilusória de *status* pela adolescente sexualmente explorada.

Esse conceito abrangente de exploração sexual de criança e adolescente comporta, de modo associado, os seguintes elementos: relações desiguais de força, vivência dos direitos humanos sexuais, as particularidades dos diferentes momentos do desenvolvimento da sexualidade, situações provocadoras de suscetibilidades e a percepção da ocorrência dos relacionamentos sexuais necessariamente dentro de (e provocados por) contextos maiores. Isso permite compreender, por exemplo, que a prática sexual supostamente provocada pela adolescente

9 Todos os casos observados são referentes a crianças e adolescentes do sexo feminino.



tende a ser exploração sexual, uma vez que o adulto se encontra num momento da vivência sexual distinto do da adolescente, que passa por transformações físicas e psíquicas relativas à puberdade.

Algumas anotações dos relatórios de campo são apenas indicativas e não conclusivas, por se basearem em relatos de profissionais da rede de atenção à criança e ao adolescente e de moradores diversos. Outros registros, entretanto, constataam possibilidades concretas de ocorrência de prática sexual com crianças e adolescentes por meio de observações realizadas em locais de prostituição e nas imediações desses locais.

A realização de programas sexuais pagos com e sem intermediações e os encontros sexuais com trabalhadores das usinas nos quartos das repúblicas aparecem, nos relatórios, nas falas de diferentes fontes e nas observações.

Acima, foi mencionada uma situação, na qual uma comerciante de um distrito relata para o pesquisador parte da dinâmica da prática de prostituição por adolescentes. Conforme o relato, as meninas fazem os programas sexuais em locais escuros e distantes. São lugares, onde há muitas chácaras. “Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros”, afirma o relatório. Pela descrição da fonte, as meninas não seriam agenciadas. Essa aparente autonomia não excluiria tal situação da condição de exploração sexual, conforme conceito que fundamenta este trabalho. Em sua abrangência, esse conceito considera diversos fatores vulnerabilizantes; não se restringe ao tipo de relação e contrato firmados interpessoalmente.

Também há registro de situação de prática de prostituição por adolescente, ocorrida em local menos isolado. Segundo informou uma trabalhadora sexual, algumas adolescentes ficam em lugares que funcionam como depósitos de bebidas, onde combinam os programas sexuais. Nesses casos, não existiria a figura do agenciador. No relatório do colóquio, também é citado um comentário de uma assistente social do sobre a presença de adolescentes em depósitos de bebida.

A maioria das situações anotadas diz respeito à realização de programas mediante intermédio do agenciador, sendo que as adolescentes



não ficam nos bares, mas em suas próprias casas, com suas famílias. Mas há registro de práticas sexuais pagas e agenciadas realizadas por crianças e adolescentes em boates ou em outro local fechado.

Sobre esse segundo modo (mais explícito) de situação de prostituição envolvendo adolescentes, pode ser citado o trecho seguinte:

A trabalhadora sexual aparentava ter entre 30 e 35 anos. Início a conversa demonstrando interesse por seus serviços. Digo que tenho dois amigos, que também estão interessados, mas por meninas “mais novas”. Ela conta que há duas meninas, uma de 15 e outra de 17 anos, que podiam ser encontradas no que ela chamou de “Casa”.

Em um distrito foi registrado um caso de exploração sexual, que parece não ser visto com a gravidade que o caracteriza. Este caso está supracitado. São meninas (pelo menos cinco) entre dez e 13 anos que fazem programas sexuais em uma chácara. Elas seriam agenciadas por um homem, conhecido, na localidade, como “P”, conforme relatório do pesquisador:

Logo após a saída das meninas e da mãe, Rosa me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem conhecido apenas como “P”. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e 13 anos. As meninas faziam os programas sexuais dentro da casa do Preto, aliciadas por ele.

(...)

Com as informações que tínhamos coletado no PETI, procuramos e encontramos a tal chácara. É um lugar bastante arborizado, cercado de arame farpado. A casa é simples. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito à cidade é, inclusive, próximo de outro local de prostituição.

Além da realização dos encontros, negociações e programas com adolescentes em locais fechados e destinados à prostituição, há situações de agenciamentos, nas quais as meninas ficam em suas casas e são contactadas por intermediadores. Os agenciadores são pessoas ligadas a



hotel, trabalhadoras sexuais adultas e donos de boate. Também haveria intermediação da família da adolescente.

A citação abaixo corresponde a uma informação coletada em um dos municípios, que indica a possível existência da oferta de serviços sexuais em um hotel.

Do outro lado da BR, tem um hotel, onde, conforme me disseram, fica o pessoal mais qualificado da usina. Ali tem um serviço que oferece garotas, mas elas não residem na cidade. São de outras cidades próximas. As meninas moram em suas casas e as famílias talvez nem saibam que fazem programa. São recrutadas por encomenda.

Situação semelhante foi mencionada por um dos gestores públicos no colóquio. Ele se refere a uma região específica da cidade e de outros municípios:

Chegam muitas denúncias sobre homens que vão para os motéis e se comunicam com as cafetinas que já têm contato com donos de motel. Outra coisa comum que acontece são as mães que aliciam as filhas. E os caras vão na própria casa da menina pra buscá-la. Essa situação você não vai encontrar só no prostíbulo, você vê dentro de casa.

Percebe-se na parte final da fala uma situação que foi comentada por outros sujeitos de pesquisa. Trata-se do que foi considerado como agenciamento da adolescente pela mãe. É interessante notar que a remissão é feita à mãe e não ao pai ou à família. Esse aspecto do discurso foi repetido em outros estudos do projeto Fortalecimento do Comcex e se relaciona, conforme discussões realizadas nas reuniões de sistematização, a um forte pensamento que atribui às mulheres a exclusividade pela condução da vida dos filhos; por decorrência, são vistas como negligentes quando as filhas estão na prostituição ou, quando o dinheiro dos programas é entregue aos pais, tornam-se sempre as únicas exploradoras das filhas (os homens são desculpados pela exploração).

Os programas com adolescentes também podem ser agendados na rua com intermediações de trabalhadoras sexuais. Essa



situação foi observada, por exemplo, em um dos trabalhos de observação: *“Eu disse que queria ‘carne nova’. Ela me respondeu: ‘quando você quiser vem antes e combina. A gente vai até a sua casa’”*, afirma o pesquisador no relatório.

Em outro município, há registro de situação semelhante. A cena se passa perto de um bar, que funcionava no momento, mas com as portas fechadas. Havia um fluxo de trabalhadoras sexuais e o lugar estava pouco iluminado. Um detalhe importante: havia, no local, uma adolescente com roupas simples, sem a produção das trabalhadoras sexuais do lugar, mas que fazia programa:

Encontrei Ana [trabalhadora sexual jovem] na noite quinta-feira em frente a um velho e pequeno bar, que estava com as portas fechadas, mas não trancadas, e com as luzes internas acesas. Ana e outras mulheres entravam e saíam do bar, sempre com o cuidado de deixarem as portas fechadas. Podiam-se ouvir vozes masculinas vindas de dentro do estabelecimento. As ruas, nas imediações do bar, eram pouco iluminadas. A esquina, onde estava o bar, era quase toda escura. Notei a presença de uma menina com idade aparente entre 13 e 15 anos.

Perguntei à Ana a idade da garota com aparência de adolescente. Segundo Ana, a menina tinha 16 anos. “Mas ela faz programa?”, questionei. “Claro!”, respondeu Ana. A adolescente permanecia calada ao lado de Ana, não demonstrando reação contrária à afirmação de que fazia programa sexual.

Perguntei à Ana se ela poderia conseguir outras garotas com menos de 18 anos. Especifiquei a quantidade e a idade: quatro meninas de 15 anos. Expliquei que as garotas seriam também para um amigo.

Ana disse que poderia intermediar outras adolescentes. Em seguida, apresentou suas condições: cada programa custaria R\$ 30 e o dinheiro deveria ser entregue para ela. “Eu tomo conta delas”, justificou-se, completando que não permite que ninguém as engane. Também disse que não ofereceria garotas com menos de 15 anos. “Se eu quiser, eu até consigo meninas com menos de 15, mas não faço. Só de 15 a 17”, disse. Salientou: “Hoje eu não tô bem arrumada... nem ela



[apontou para a adolescente]. Mas quando você vê como a gente e as outras meninas ficam arrumadas, você vai achar que até são outras pessoas. A gente coloca um shortinho bem curtinho, bem bonitas mesmo!”.

Eu quis saber com quem moravam as tais adolescentes. Ana respondeu que todas viviam com os pais. Perguntei se ela não teria dificuldade de tirar as meninas de casa. Ela riu e respondeu: “Sou uma santa. Você entende?” Explicou que as famílias jamais desconfiaram dela, por ser considerada amiga das meninas. Ela contou como costuma chamar as adolescentes. “Eu chego na casa delas e falo assim: ‘vamo ali tomar um sorvete?’”, disse.

Trecho de outro relatório, relativo às observações, descreve a possibilidade concreta de realização de um programa sexual com uma adolescente mediante intermediação da gerente de uma boate, sendo esta pertencente a um gestor público Eis o fragmento:

Caminhei algumas quadras e fui chamado por uma mulher. “Não quer ‘abrir’ o bar?”, perguntou ela. Eram cerca de 16h. No local, havia quatro trabalhadoras, todas jovens. A mulher me ofereceu cerveja, mas recusei. “Estou andando pra escolher um lugar pra ir à noite”, aleguei. Disse, ainda, que a cidade parecia bem movimentada. A mulher afirmou que tal movimento é comum quando os trabalhadores das usinas recebem seus pagamentos.

Para me convencer a optar por seu estabelecimento, a mulher me mostrou as trabalhadoras sexuais e me levou até os fundos. No quintal, relativamente espaçoso, havia patos e galinhas. Do lado direito (de quem está entrando), estavam os quartos – as portas estavam abertas. “Aqui é bem aconchegante”, disse a mulher. Nos quartos, havia algumas trabalhadoras dormindo. Eu perguntei sobre a faixa de idade das mulheres. “Olha, aqui tem de várias idades, mas se você preferir mais novas eu posso arranjar”, prometeu. Perguntou se eu estava sozinho na cidade e eu disse que tinha um colega de trabalho comigo. “Ele pode vir com você de noite que aqui tem meninas muito bonitas pra vocês”.



Disposta a fechar um programa, a mulher ofereceu a sua irmã de 17 anos. “Ela é linda. Loira, de olhos claros. Você vai gostar muito dela. Mas aí é mais caro”. Eu não sei quanto ela cobra, mas é mais caro”, disse. Para confirmar a veracidade da propaganda, a mulher tentou mostrar uma foto. “Eu tenho uma foto dela no celular, mas eu não sei mexer direito nesse aparelho aqui. Vou pedir pra uma das meninas”. Ela levou o telefone para uma das garotas e eu permaneci perto da porta dos fundos, de onde pude ouvir um comentário vitorioso, de quem está prestes a fazer um bom negócio. “Acha a foto pra mim. Olha, ele vem hoje à noite com o amigo dele. Viu, é conversando que a gente se entende”, disse a mulher.

Simulando receio quanto à minha segurança, eu quis saber: “Não é perigoso fazer programa com uma adolescente?” A resposta da mulher ajudou a desvelar uma faceta do mercado do sexo local, que foi reforçada em conversas posteriores com pessoas da rede de atenção à criança e ao adolescente: a convivência ou mesmo participação de gestor público, nesse mercado. “Você pode ficar tranquilo. Aqui é bem seguro. O dono daqui é um gestor público. Ninguém se mete a besta aqui não”, disse.

Os relatórios também apontam a existência de outra prática sexual com adolescentes. Trata-se de encontros realizados nos quartos de trabalhadores das usinas. Esses quartos são reunidos em espaços denominados, comumente, de repúblicas dos trabalhadores. São moradias bastante simples, que funcionam como dormitórios:

Quando pergunto se poderia haver alguma relação entre os trabalhadores das usinas com esses casos, ela afirma que não sabe, mas que possivelmente poderia, pois é “de conhecimento de todos que estes trabalhadores moram na cidade em repúblicas, onde fazem festinhas e convidam meninas”.

Os encontros de adolescentes com trabalhadores nos quartos das repúblicas também foram mencionados no colóquio. “*Essa situação de exploração sexual é muito comum nos quatinhos de trabalhadores das usinas*”, afirmou uma gestora pública.



Em outro município, uma trabalhadora sexual descreveu como geralmente os encontros acontecem. Conforme ela, adolescentes e trabalhadores das usinas (comumente, jovens) ficam em rodinhas nas esquinas conversando do fim da tarde ao início da noite. *“Quem olha, acha que são só amigos conversando”*, salientou. *“Mas, de repente, você começa a notar que aos poucos o grupo vai se desfazendo. Quem presta atenção, vê que algumas meninas não vão direto pra casa. Elas vão primeiro para as repúblicas dos trabalhadores. Ficam lá por um algum tempo e depois saem pra ir pra casa. Já vi muito disso. E sei o que elas fazem lá”*. A boate, onde fica a trabalhadora sexual, é cercada de repúblicas de trabalhadores.

Os trabalhadores, sobretudo no período de pagamento, possibilitam às adolescentes condições de consumo incomuns em seus cotidianos. De acordo com informações levantadas em campo, alguns trabalhadores “namoram” as adolescentes, propiciando-lhes atividades de lazer nos limites das realidades locais, como comer à vontade em lanchonetes. Essa situação tende a provocar, na adolescente, impressão de status diverso da realidade de seu dia-a-dia. Nesse sentido, o pagamento pela exploração sexual é mais simbólico que material.

Além das situações relativas a práticas sexuais de crianças e adolescentes coletadas em observações e entrevistas, foram registrados casos de duas meninas abrigadas em decorrência da violação de seus direitos sexuais. Os registros foram feitos em um abrigo onde estão crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. Uma das meninas é uma indígena Guarani vendida pelo pai por R\$ 10 mil para um homem não indígena. A outra é uma garota negra, que começou a ser explorada sexualmente com dez anos. Nas duas situações, a exploração sexual foi precedida pelo abuso.

O trecho abaixo se refere à história da menina indígena:

Na manhã do dia seguinte, retornei ao local para buscar outras informações sobre os casos levantados no local. A gestora pública Maria contou que a adolescente indígena (que chamarei pelo nome fictício de Jéssica) residia com os avós paternos e que era abusada desde sete ou oito anos por seu avô. Os pais da indígena agiam com indiferença a essa situação. Ao chegar à adolescência, Jéssica foi vendida pelo pai a um homem



não-índio de cerca de 50 anos. O valor do negócio foi de R\$ 10 mil.

Ao tomar conhecimento do caso, o gestor público realizou os procedimentos para o abrigamento da adolescente. Enquanto ela era levada para fazer os exames, contou para a assistente social Carolina que o homem, com o qual vivia lhe comprava muitas coisas, como refrigerantes, lanches e roupas. O tempo em que a menina permaneceu na casa do autor teria sido de um dia, segundo ela informou aos conselheiros tutelares. Mas Maria acredita que Jéssica tenha ficado bem mais de um dia na casa do homem, uma vez que ela mencionou, com seu Português muitíssimo limitado, situações que não poderiam ter acontecido em um só dia.

Como conduziram a menina ao abrigamento, o homem que a comprou passou a exigir o seu “direito de comprador” – durante a visita ao abrigo, Beatriz [responsável pelo abrigo] havia me contado que o pai da indígena e o homem que a comprou viviam perseguindo a menina quando ela saía da casa.

As anotações que se seguem dizem respeito à outra adolescente com os direitos sexuais violados:

Segundo os documentos, Paula [nome fictício] começou a ser violada sexualmente por um vizinho, que a conhecia desde que era uma criança. No interrogatório, o autor afirma que passou a ter relação sexual com a menina no ano de 2004, não recordando o mês – naquele ano, Paula completara 11 anos em agosto, o que significa que a violência possivelmente teve início quando ela tinha dez anos. Na mesma época, o autor tinha 54 anos. Ele também declarou que acreditava que a mãe da criança não tivesse conhecimento da situação.

Com 13 anos, a menina passou a ter relações sexuais com um vizinho, que tinha 70 anos. Embora esse homem tenha afirmado, no interrogatório, que não pagava pela relação sexual (excetuando um aparelho celular que “deu de presente” à menina), a instituição apurou que ele dava R\$ 50 à adolescente sempre que fazia sexo com ela. Este homem alegou também que



era a menina quem o procurava em sua casa, que ela se estirava no sofá, insinuando-se para ele.

Após essas situações, a adolescente começou a ser aliciada por uma mulher da cidade. No documento “Histórico Psicossocial”, consta que a mãe de Paula sabia que a filha frequentava a casa de uma “amiga” (termo usado pela mãe), a qual promovia festas com a presença de outros adolescentes. Também disse desconfiar que, no local, havia consumo de drogas e prostituição. Considerando o ano do registro (2007), Paula tinha, então, 14 anos.

A história da menina Guarani porta a especificidade da sua conversão explícita a uma mercadoria – o que é considerado, embora não consensualmente, como uma característica própria de tráfico de pessoa. Para além dessa particularidade, a violência sofrida pela garota indígena se aproxima das violações das outras meninas constantes das observações e entrevistas. No caso da adolescente Guarani, a exploração sexual se manifesta, por exemplo, com os “pagamentos” em forma de refrigerantes, lanches e roupas.

A segunda história também traz semelhanças com as dinâmicas de prostituição e com discursos notados nas observações e nas entrevistas. A menina recebia pagamentos em dinheiro e “presentes” pela prática sexual. Ela era considerada pelos homens, que a exploraram sexualmente, uma menina familiarizada com o universo da prostituição – por essa mentalidade, a adolescente se insinuava para os homens adultos, que permaneceram em seus papéis de homens e fizeram sexo com ela.

Como os demais, esses dois casos ocorrem em territórios marcados por intenso mercado sexual. Essa circunstância tende a provocar pensamentos de naturalização sobre o uso de meninas em práticas sexuais. Isso pode ajudar a compreender, por exemplo, a resolução de um homem (que não é rico) de investir um valor considerável para fazer sexo com uma criança indígena. As violações dos direitos humanos sexuais das duas meninas abrangidas acontecem em meio a esse cenário de ideias que enxergam nas adolescentes as impulsionadoras das relações sexuais.

O pensamento de naturalização e de culpabilização de adolescentes pela exploração sexual não se limita, evidentemente, aos



municípios estudados e nem é unívoco nesses lugares. No entanto, como qualquer ideia, o pensamento suscitado e fortalecido nos espaços estudados não surge do nada, mas resulta das condições materiais construídas nesses locais. Entre essas condições materiais, têm destaque, nos últimos anos, as referentes às alterações provocadas pela instalação de usinas de cana-de-açúcar.

6.5 Exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de atenção

Após essas considerações, é necessário fazer um deslocamento para discorrer sobre a rede de atenção à criança e ao adolescente. Os materiais coletados em campo mostraram grande distância entre o trabalho desenvolvido por essa rede e a situação de exploração sexual. Os registros da prática dessa violação são quase inexistentes em delegacias, conselhos tutelares e nos centros de referências. No entanto, foram observadas e relatadas, por várias fontes, dinâmicas diversas de práticas sexuais com envolvimento de crianças e adolescentes, como já tratado anteriormente.

Em um dos municípios, não havia, nas instituições visitadas, registro recente de exploração sexual de crianças e adolescentes, na ocasião do levantamento. Nesta cidade, no entanto, foi encontrada, com relativa facilidade, uma adolescente perto de uma casa de prostituição e que aceitaria fazer programa sexual. Também há facilidade de contatar meninas para serem prostituídas. Ainda, em outro município, há um abrigo com adolescentes, que foram abusadas e/ou exploradas sexualmente. As meninas abrigadas passaram, necessariamente, por organismos protetivos mas os casos não figuraram como exploração sexual.

Em outra localidade, o pesquisador foi informado, na delegacia, que não havia registro de exploração sexual de criança e adolescente. O gestor público salientou, ainda, que é feito um trabalho em rede de enfrentamento à exploração sexual. Entretanto, outras fontes (pessoas da rede e moradores diversos) enfatizaram grande frequência de meninas em situação de prostituição. Afirmações desse tipo foram



repetidas durante as observações, momento nos quais os pesquisadores também levantaram possibilidades concretas de realização de programas sexuais com adolescentes.

Em um município, uma profissional lembrou-se de o órgão ter atendido um caso de exploração sexual e haviam sido registrados somente três casos de abuso sexual nos últimos seis meses (considerando a época do levantamento – abril de 2009). E em outro havia registro apenas de atentado violento ao pudor. Porém, nessa cidade, haveria, ao menos, duas adolescentes em situação de prostituição em uma boate, segundo informou uma trabalhadora sexual. Apesar dos registros desconhecidos nos órgãos, o delegado salientou: “nós sempre procuramos atuar em parcerias”.

Em outro dado município, não há registro de exploração sexual nas instituições públicas. Um gestor público chegou a dizer ao pesquisador que sequer existia prostituição adulta. Segundo essa fonte, a polícia e a prefeitura acabaram com um quadrilátero, onde estavam instaladas as casas de prostituição. “A rede de prostituição ficou no passado”, disse o policial. Mas o pesquisador ouviu de fontes não-institucionais que a presença de meninas na prostituição é acentuada e que haveria envolvimento de pessoas com elevada posição social e financeira. Conforme um taxista, as adolescentes são buscadas em suas próprias casas para realizarem programas sexuais.

Em outro município a questão não está na invisibilidade da exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa violação é bem notada pelas pessoas da rede. A questão se centra em perceber a violência como inevitável e impossível de ser enfrentada. Uma delegada afirmou, por exemplo, que há “gente grande” envolvida na exploração sexual e que isso faz com que os casos sejam abafados e os responsáveis, impunes. Nesse município, está um distrito, onde foi verificada a ocorrência de programas sexuais por crianças e adolescentes em uma chácara. Entre essas meninas, estão duas irmãs (de dez e 12 anos), que estão na malha da rede e seguem atendidas e violadas, violadas e atendidas.

Durante o colóquio, os participantes – em grande parte, pessoas que integram a rede de atenção à criança e ao adolescente – discutiram sobre as dificuldades para perceber e enfrentar a questão da



exploração sexual. As dificuldades apontadas foram: distância física dos locais onde ocorrem as situações de exploração sexual; convivência de gestores municipais que se beneficiariam com a instalação de usinas; e falta de recursos e de infraestrutura.

Na condensação das falas, foi acrescentado pela coordenação do colóquio que a dificuldade de as pessoas enxergarem os problemas se relaciona também à dificuldade de admitirem aos de fora dos seus universos imediatos que seus lugares comportam características negativas. “Não vemos os impactos também porque não gostamos de falar das coisas que dão errado nos nossos municípios. Não é gostoso ficar falando de coisas que não dão certo. Reportar à nossa realidade nos traz sofrimento...”, comentou a facilitadora do colóquio, conforme relatório do evento.

6.6 Alguns aprendizados

Qualquer que seja o caminho escolhido, conhecer a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes e suas inter-relações em determinado espaço empírico não é tarefa fácil. Entre os muitos recortes possíveis, este estudo buscou compreender a questão do ingresso e permanência de crianças e adolescentes em práticas sexuais como decorrências de alterações profundas produzidas em municípios sul-matogrossenses por onde avança o setor sucroalcooleiro.

Tentar visualizar, nas realidades observadas, a existência dessa relação (crianças e adolescentes na prostituição e transformações concernentes à expansão do setor sucroalcooleiro) é um exercício complicado. Isso porque aprendemos a pensar o mundo ou nos eventos concretos e imediatos ou nos eventos gerais e mediatos, como se fossem autônomos, independentes. Estabelecer relações entre esses dois eventos se torna, portanto, difícil. Que relação poderia existir, por exemplo, entre a realização de programas sexuais por crianças numa chácara num distrito do interior de Mato Grosso do Sul e as mudanças suscitadas e/ou aprofundadas com a instalação de usinas no Estado?



Entender o mundo de modo sistêmico, considerando que as transformações globais ganham corpo nas localidades, colabora no esforço de esboçar o quebra-cabeça das relações entre práticas sexuais em lugares fora dos centros e os grandes empreendimentos projetados em escala mundial.

A relação não pode ser pensada linearmente, com a simplicidade do causa-efeito. As múltiplas relações que se estabelecem no mundo não são lineares. Não se pode inferir, simplesmente, que a menina de dez anos que faz sexo com um adulto na escuridão de uma chácara em um distrito de Mato Grosso do Sul apenas o faz porque o lugar se encontra numa região com concentração de usinas. Evidentemente, essa criança está inserida em situações de diversos níveis que a fazem realizar os encontros sexuais – razões com especificidades, cujos profundos conhecimentos fogem do objetivo e das decorrentes escolhas metodológicas deste estudo, o qual não segue uma epistemologia vertical (não buscando, portanto, conhecer casos particulares com aprofundamento de suas histórias).

Para não cair no determinismo da linearidade do causa-efeito, é preciso pensar, além do modo sistêmico, de forma dialética. A sociedade e as relações que nela se estabelecem resultam dos movimentos entre produção material e produção de idéias. Os pensamentos se manifestam, em seu menor nível, nas relações interpessoais, como nas trocas sexuais, veladas na escuridão, entre adultos e adolescentes em carros na frente de uma chácara em Casa Verde.

O setor sucroalcooleiro, planejado para o país concorrer no atendimento das demandas mundiais por biocombustíveis, expande-se em ritmo de acordo com a decisão governamental. Essa decisão atropela as dinâmicas existentes nos municípios de médio e pequeno porte (ou de pequeno porte antes e tornado de médio com a instalação de usinas). As mudanças resultantes desse processo são significativas: ligeiro crescimento populacional, formação de uma considerável população sazonal, fluxos migratórios, demandas não esperadas para as políticas públicas locais. Também se intensifica o mercado sexual, com aumento da quantidade de bares e maiores ofertas de serviços sexuais.

Essas transformações materiais impactantes criam novas configurações nos territórios, colaborando para a produção ou



fortalecimento de determinadas idéias, que provocarão novas práticas – processo que não pode ser apreendido como sequencial e linear. Portanto, é preciso salientar que as pessoas não terão, como massas homogêneas, os mesmos pensamentos e nem praticarão ações idênticas. Evidentemente, trata-se de um processo de diversos delineamentos, nos quais alguns irão questionar as transformações causadas pela instalação de usinas, outros irão aplaudi-las e terceiros darão de ombros; alguns fortalecerão o pensamento de que as meninas estão cada vez mais “oferecidas”, porque passaram a ser vistas com mais frequência em práticas sexuais, outros serão mais cautelosos e perceberão alguma relação entre o aumento da prática sexual por adolescentes e a própria mudança da paisagem local, com um número maior de casas de prostituição.

Apesar das diversidades das produções de idéias, não há como negar que as mudanças materiais fomentadas com a instalação das usinas colaboram para a construção de pensamentos. De modo indicativo, pode-se afirmar que a situação de exploração sexual infanto-juvenil tende a se agravar com a formação ou fortalecimento de idéias prejudiciais a crianças e adolescentes, sobretudo às do sexo feminino – vistas como “putinhas” (como adjetivado por alguns homens presentes em uma situação registrada no estudo) – e que tais idéias prejudiciais são fortalecidas com significativa colaboração das alterações dos territórios do Estado, por onde se expande o setor sucroalcooleiro.

Essa afirmação só poderá ser conclusiva com o prosseguimento de outros estudos sobre a relação do setor sucroalcooleiro e exploração sexual, que dispensem atenção cuidadosa e crítica para a realidade material e de idéias dos territórios em transformação. Essa é uma tarefa relevante para todos os promotores de direitos de crianças e adolescentes, sobretudo os que atuam em Mato Grosso do Sul, por ser o Estado em evidência ao segmento de açúcar e álcool.

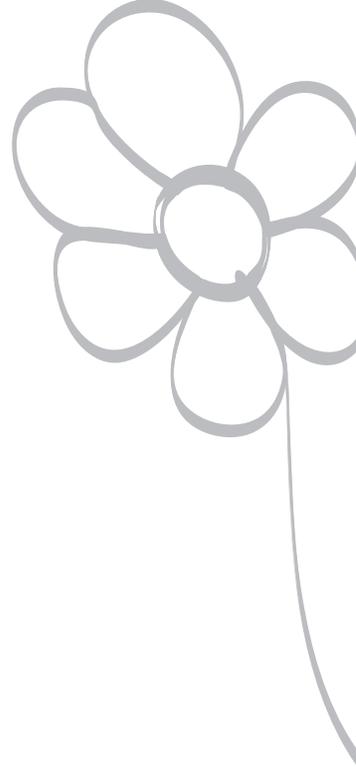
Por ora, tem-se o início do descortinamento das relações entre os impactos da expansão do setor sucroalcooleiro e situações muito concretas em suas desumanizações, como crianças que desconhecem os pais (os “filhos da cana”), crianças e adolescentes que se prostituem em chácaras, meninas que frequentam depósitos de bebidas para realizarem encontros sexuais, que satisfazem trabalhadores de usinas em seus quartos



precários, que recebem “presentes” pelo sexo, que são agenciadas dentro de suas próprias casas e que, quando protegidas, terminam abrigadas.

Sem dúvida um dos maiores aprendizados foi o deslocamento de pesquisadores de várias áreas e vínculos institucionais em direção aos territórios observados empiricamente e no encontro com trabalhadores do setor sucroalcooleiro, das políticas sociais e gestores públicos instalar a dúvida sobre a matriz do desenvolvimento baseado nos agrocombustíveis mundialmente desejáveis e localmente impactantes nos direitos de todas as pessoas. Pesquisar coletivamente é juntar pessoas, ideias e resistências.





A MATOGROSSENSE

Zacarias Mourão

*Fui conhecer o belo Mato Grosso
Lá encontrei o meu primeiro amor
Sinceramente o que me deixa triste
É viver longe dessa linda flor
Essa morena tem a cor de jambo
É fascinante até no olhar
Quando me lembro da Matogrossense
Meus olhos ficam querendo chorar*

*Bate, bate, coração Vai batendo sem cessar
Maltratando o peito amigo
Já cansado de esperar
Bate, bate, coração
Vai batendo sem cessar
Maltratando o peito amigo Já cansado de esperar*

*Não posso esquecer, não posso
Não posso esquecer assim
Foi na sombra de um pé de cedro
Que ela jurou pra mim
Vai e volta cantando saudade
Cancioneira do meu coração
Em Coxim estarei te esperando
Para a festa da eterna união*

CAPÍTULO 7

BR-163: ESCOAMENTO DE RIQUEZAS E DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Estela Márcia Rondina Scandola(org)
Antonio Henrique Maia Lima
Giany Conceição da Costa
Ivanise Hilbig de Andrade
Maria Beatriz Almeidinha Maia
Rosana Santos de Oliveira
Tânia Regina Comerlato

7.1 Apresentação

O discurso está na base da produção da existência humana e, sendo sócio-histórico, só faz sentido se dimensionado no tempo e no espaço, expressando o sentido da existência humana. Para Orlandi (2002, p. 30), “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”.

Essa conjuntura sócio-histórica a que se refere a autora constitui-se como as condições de produção do discurso, reunindo os sujeitos e a situação, seja ela o contexto imediato ou um contexto em sentido mais amplo (histórico, econômico, social e ideológico). Em outras palavras, a pessoa discursa a partir da posição histórica e ideológica em que se encontra. Desta forma, conforme Orlandi (2002), o contexto é um elemento que, ao influenciar as condições de produção, reflete-se no discurso tornando-se também peça-chave na construção de sentidos e significados.

Os discursos são formados, ainda, por outros discursos, em uma relação dialógica. Segundo Maingueneau (2002), o discurso só adquire



sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho.

Partindo desses pressupostos teóricos, os discursos analisados neste estudo são entendidos como prática social, fruto de formações ideológicas e sociais dos sujeitos e influenciados pelo contexto sócio-histórico em que foram produzidos. Além do mais, em se considerando que as representações e o imaginário sobre a exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes (ESCA) é resultado simbólico das práticas e pensamentos da sociedade, os discursos aqui analisados são a materialização desse imaginário.

A coleta de dados ocorreu por meio da realização de grupos focais com representantes da rede de garantia de direitos em sete municípios – Jaraguari, Bandeirante, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora. A organização de dados visando compreender a representação social desses grupos acerca da exploração sexual, foi possível mediante a utilização da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A análise foi possível meio de oficinas com produção coletiva de parte dos pesquisadores. Pudemos, assim, encontrar cinco (5) eixos de dados, sendo que quatro deles discutiremos neste capítulo e as propostas da rede para o enfrentamento estão contidas no último capítulo deste livro.

7.2 Eixo 1: Discursos sobre a exploração sexual e vínculo com a BR-163

A existência da exploração sexual na totalidade do território que foi pesquisado reflete a realidade da presença histórica, permanente e pré-existente do mercado sexual, vinculado à presença da BR.

Aqui virou um centro de prostituição há muitos anos, mas a gente sabe que não é só aqui. Tem os postos de gasolina onde os caminhoneiros param pra dormir. O que eu percebo nas visitas que eu faço às boates, são crianças que você vê ali dentro. Só que como é durante o dia, não existe nada que impeça.



Quando relaciona a exploração sexual com a BR-163, a relativiza, pois considera outros fatores de intensificação do mercado sexual.

Na época de safra é que aumenta a quantidade de prostitutas na cidade. Eu acho que por conta da usina. Está somando tudo: a facilidade da rodovia mais a usina. Tem a questão da soja, então tem um fluxo de caminhão bem constante na BR. Aqui também é um município turístico e eles vêm procurando as meninas pra exploração. Aonde você vê um barzinho, você pode saber que ali é barzinho que tem. E tem muito. Lá, o foco de prostituição é muito grande. Tem muito na véspera de pagamento. Tem o pessoal do turismo também, que vem tudo pra cá. Não tenho noção, mas são muitas, mais de cem, de duzentas...

No que se refere às/aos adolescentes, o discurso relaciona a prática a outros tipos de violações de direitos.

Possível que seja maior esse número. Muitos vêm pra cá como indignância, maus-tratos, inadequação de convivência familiar e depois a gente diagnostica como sendo exploração.

O vínculo da ESCA com a BR-163 pode acontecer com mercado sexual já tradicional, com aqueles instalados para atender a outras cadeias produtivas, como o turismo e o próprio setor sucroalcooleiro. Esses discursos concebem que a exploração sexual ocorre com adolescentes que também estão em trânsito, “soltos”, advindos de problemas familiares, originários de outras localidades.

Quando os DSC relacionam diretamente a exploração sexual com a BR-163, estes se apresentam em duas direções, uma que se refere à carona e o aumento desta na sazonalidade do transporte de bens agrícolas e outra que desfoca a BR-163 em favor de aspectos socioculturais, preexistentes ou de outras cadeias produtivas, ou seja, a BR é um dos elementos constitutivos da exploração sexual nesse território.

Tem, tem (ESCA). (é) Pequena, mas tem. Um quantitativo em função a essa ida e volta das caronas. Hoje em dia eu vejo que diminui bastante. Não é tão



simples assim, a cidade assumir que tem problemas, né? É colocada uma máscara pra proteger a imagem do município. Algumas situações são maquiadas pra poder dizer: não, isso não acontece lá. Pra nós aparece bem pouco a questão dos meninos, mas existe. Eu acho que a exploração sexual de meninos na nossa cidade é pequena até por causa do preconceito em relação a homens.”

Quando os discursos admitem a existência, também o fazem dizendo que o número é pequeno e que vem diminuindo, seja porque estão de passagem, pelo preconceito contra os meninos que “fazem programa” ou porque as situações são camufladas e não chegam até a Rede de Garantia de Direitos.

Na BR quase que a gente não tem caso, geralmente são pessoas mais adulta. A Polícia Federal pegou aqui nuns bares perto da BR, mas aqui não tem nada (de adolescentes)”. A gente não sabe se fica animado com isso porque realmente não tem ou se é camuflado de alguma forma. Carona é até mais difícil porque há um deslocamento de um lugar pro outro muito rápido”.

A admissão da existência da ESCA como inerente à existência da BR, refere-se à intensa movimentação que ocorre na estrada.

Um fator que eu penso ser interessante pra falar da questão da BR é que aqui na nossa região é agropecuária, é agricultura, então tem um fluxo de caminhões, de caminhoneiros. E essas meninas têm conhecimento desse fluxo. Existe uma ligação muito grande em termos de BR-163. Isso é fato! É coisa confirmada. Tem de menor trabalhando na BR. Pega carona com caminhoneiros e saem de um município para o outro e daí se prostituem durante essa trajetória. Elas ficam passeando o dia inteiro, na prostituição. E ali vai fazendo a vida, desse jeito. Eles chegam, vem de outros lugares e vão movimentando. E vai. (Os meninos) esses que estão se prostituindo são mais velhos, de 13, 14, 15. Estão envolvidos com a BR. Principalmente nos bairros mais próximos dos postos fica uma maneira mais fácil delas irem pra vida, tem um movimento muito grande. Aqui é a rota, por estar bem dentro da BR tem fácil acesso. É porta de entrada de tudo. Esse é um trajeto que corta norte-sul de



transporte de cargas. É muita passagem. Ninguém para e permanece, ou passa uma noite, é muito raro o caminhão que encosta. Tem um fluxo de caminhão bem constante na BR.

No entanto, um discurso dissonante é que, embora a BR colabore, preexistiam situações como o turismo que já haviam provocado Exploração Sexual.

A BR colabora, mas não é a causadora, tirando ela não vai resolver o problema, amenizaria, mas não resolve o problema. Eu acho assim: a BR foi uma coisa que veio depois. Entendeu? Começou com o turismo. Eu acredito que não só na extensão da BR. Na avenida aqui também tem bastante e mais os ranchos que estão na beira da BR. Tem aqui na cidade, retirado. Tem rancho pra tudo quanto é lugar. Aqui é privilegiado de todas as formas: na beira do rio, na beira da estrada.

O discurso da negação, relativização, existência histórica e a presença da BR é o conteúdo dos diversos discursos acima mas que, segundo os integrantes da rede, há contradições sobre a existência dessa problemática.

Dentre todos os discursos há um que apresenta roupagens de incredulidade da existência de casos de exploração sexual nos moldes representados muitas vezes pela mídia ou pela literatura.

Mas aquele movimento assim de prostituição, que a gente vê na televisão que tem assim em lugares maiores, nas paradas de caminhões, de movimento de mocinhas, de mulheres, aqui assim eu não vi. E você vê essa característica, vê mais como carona. Pode até ser....

O *sujeito-coletivo* justifica sua crença na não existência de casos comparando com o que considera “prostituição” com base em representações sociais sobre essa prática, ou seja, que são mulheres adultas, vestidas de maneira escandalosa, paradas em postos de combustíveis, avenidas e rodovias, oferecendo-se aos clientes. Dessa forma, ao analisar a presença de adolescentes, principalmente meninas, em rodovias e postos de combustíveis ao longo da BR-163, o sujeito considera apenas como uma carona e não como um possível serviço sexual comercializado. No entanto,



no processo de relativização, o sujeito-coletivo reflete que a carona “pode até ser” exploração sexual.

Essa reflexão leva o discurso a deslocar-se, ou seja, saindo da negação completa para a concordância geral da existência da exploração sexual, sendo que, quando afirma sua existência, ou a considera como sempre existente ou relativiza a sua relação com a movimentação ocorrida na BR-163.

7.3 Eixo 2: Discursos sobre a dinâmica da exploração sexual

Nos territórios pesquisados, ao mesmo tempo em que afirmam que as crianças e adolescentes estão em trânsito e/ou são de outros municípios, também anunciam as situações que estão em atendimento nos serviços das políticas públicas.

A maioria das adolescentes não é daqui do município. Não. Não. (concordam alguns). Não tem caso daqui, são pessoas de fora, que passa pelo município e circula. São flutuantes. Essa migração de adolescentes, aspas, profissionais. Você vê menininha nova, de duas assim. Menininha que você não dava 15, 16 anos pra elas. As meninas menores pegam carona aqui pra ir lá. Você acredita? Elas saem daquele posto ali e vão direto pra lá. Eu trabalhava no posto em frente ao frigorífico e acontecia muito isso: as meninas pegavam um caminhoneiro aqui e iam até no posto. Dali já desciam de um caminhoneiro, iam no banheiro, faziam alguma coisa lá no pátio, já montavam em outro, e daí ficava o dia inteiro nesse vai e volta até chegar de noite e voltar pra casa. Essa BR-163 realmente corta aqui. Ela favorece os traslados de muitas adolescentes das cidades vizinhas. É um dinheiro fácil, então é uma luta constante. Tem os postos de combustíveis.

A negação inicial de ser de seu município é uma forma de negar o problema, pois, a partir do momento em que se alega que adolescentes são de outro lugar, de outra cidade, o problema deixa de ser deste local, deixa de



ser do município e desta rede de garantia de direitos, embora a prática da exploração sexual aconteça em seu território. A dinâmica constitui-se basicamente de idas e vindas de meninas e meninos ao longo da rodovia indicando, inclusive, uma baixa intensidade de articulação entre os próprios municípios. O discurso da ESCA existindo em si na BR, ou seja, a(o) menina(o) é vista(o) como “não sendo de nenhum destes municípios”.

A observação que eu tive das crianças que ficam na BR ali, é assim: elas pegam carona até certo ponto, né, faz programa com o cara, depois volta com outro caminhão e desce no mesmo ponto. É de 15 anos, tem menina de 12. Vem meninas de fora também, de outros estados, fica dois, três dias.

Dois aspectos são particularmente interessantes para análise dos trechos do discurso sobre a dinâmica da exploração. Primeiro, quando afirma a iniciativa das meninas em “buscar” os caminhoneiros e as caronas. Tais afirmativas revelam que, na visão dos atores da rede de garantia de direitos, as adolescentes são protagonistas dentro do esquema da exploração sexual. São elas que seduzem e escolhem os clientes, bem como a forma como se dará o serviço sexual.

Nós temos casos no CREAS de meninas que fazem sexo oral em velhos por dois reais, por uma bala. E tem os gays, principalmente os homossexuais que se descobrem agora. Aqui tem um monte” Essas meninas também costumam ficar com senhores de idade, aposentados, pra fazer sabe o quê? Uma boa chupetinha né? Por quê? Porque a má situação que eles vivem lá é financeiramente. A maioria é pra comprar bebida pro pai e outras já são pra se alimentar...

Nesses discursos reconhece-se que as crianças são da própria localidade, ou seja, a exploração sexual não tem a ver somente com a existência da BR. No entanto, há de se registrar que no discurso sobre a BR, desloca-se essa como não pertencendo ao território do município, como se fosse possível desvincular o papel desempenhado pela rodovia, também na integração local e no acesso. Ao relatar situações envolvendo as pessoas das localidades com maior ou menor distância dos centros urbanos admite-se que o mercado sexual ocorre não somente em função da BR, mas também nesta. Aos citar as situações atendidas nos serviços, observa-se que



se fala de crianças e adolescentes da própria localidade, mantendo-se distante da BR.

Sobre a organização do mercado sexual, segundo o discurso dos atores da Rede de Garantia de Direitos dos municípios pesquisados, há situações de maior ou menor intensidade de organização e podem ou não estar vinculados à BR. Segundo os atores/atrizes da RGD, as adolescentes conhecem a importância econômica da rodovia para o país, por ser uma via imprescindível para o transporte de mercadorias entre o norte e o sul do Brasil. É um fluxo constante, dia e noite, lotando postos de combustíveis localizados ao longo da BR-163, o que favorece o aliciamento e o contrato sexual entre as/os adolescentes e viajantes, sejam eles caminhoneiros ou não.

Elas falam assim: o que eu ganho numa noite tenho que trabalhar um mês pra ganhar numa casa como empregada doméstica. Em uma alta temporada (turismo ou colheita) ganha-se quatro mil por mês e em baixa ganha-se mil reais por mês e elas têm essa noção. De que é fácil pegar uma carona, já faz um programa, já tem um dinheiro. Elas sabem que estão se prostituindo. Ela sabe que é época de circulação de pagamento dos peões. Quando o pagamento sai na quinta ou na sexta, final de semana, Deus me livre! Isso aqui frita....

Elas acham que é apenas um namoro mais moderno. Na verdade elas ganham alguma coisa em troca. As meninas fazem sexo à procura de amor, em busca de afeto. Tudo carente. É uma forma de ter contato com outra pessoa, ela não tem esse carinho ela não tem esse contato físico com o outro. O presente as vezes é cinquenta reais, um lanche, um passeio, um *cheeseburger*. É a vontade. Ela sai pro rancho, fica lá não sei com quantos caras, bebendo, se drogando, fazendo inúmeras coisas. E é uma festa pra elas. É uma rede que as namoradas levam as amigas. A prostituição é aquela mulher que cobra lá 50, 100, 150 reais e que trabalha lá num prostíbulo. Elas não são prostitutas.

O discurso também apresenta a dinâmica da presença de crianças e adolescentes no mercado sexual com diferentes tipos de organização – desde programas individuais, diversas formas de aliciamento



e programas em locais fixos, como boates. Nesses discursos, destina-se um julgamento de total vitimização ou de completa autonomia aos adolescentes, inclusive imputando a esses a autonomia de conhecimento da sazonalidade de acesso aos salários dos trabalhadores e aposentados. Nesses discursos, a fortaleza da adolescência, ou seja, as capacidades de atuar sobre suas vidas, só é vista de forma negativa, sem considerar as possibilidades de se desenvolverem plenamente como seres humanos, o que preconizam as políticas públicas.

Elas já ficam ali porque o caminhoneiro vai se interessar e vai parar pra comprar o doce, e já para e já dá aquela cantadinha.

Nos discursos fica evidente que há diferentes tipos de organização do mercado sexual, numa possibilidade concreta de perceber que, nesses municípios, o que chamamos de prostituição tem muitas formas de apresentação.

Se for ver quantas boates a gente tem cadastrado. Às vezes nesses bares já existe sim um lugar pra... pra.. existe sim. As meninas que vão até lá precisam usar roupas curtas pra atrair os homens e ali acontece o contrato e eles vão pra outros lugares. Até mesmo pro próprio quarto do trabalhador rural. A gente viu meninas beijando os caras, mas a dona [da boate] bateu o pé e disse que não era lugar. As meninas menores, principalmente as que estão no bairro ali, o que tem de menor ali com homem casado, porque eu presenciei não foi só uma vez não, foram várias vezes. Você chega assim, às 2, 3 horas da manhã, meia noite, pega um carro e desce lá pro (bairro) o que você de menor...

O discurso se contradiz quando o assunto é a existência, ou não, de uma rede articulada de exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios próximos à BR-163. No início, o sujeito coletivo afirma que “não tem, assim, uma pessoa voltada para a exploração sexual, visando o lucro, uma pessoa forte por trás, nada”, evidenciando, mais uma vez, a ideia de que as adolescentes, vítimas segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, são ativas e autônomas na prestação do serviço sexual. Dizem que não há uma rede, mas sim “cabra safado e sem vergonha, cada um num interesse em particular” que estaria explorando e consumindo sexo com



menores de idade. Ou seja, que não há algo organizado formalmente, mas interesses pessoais de pagar pelos serviços sexuais de adolescentes. Esta visão dualista que impõe a culpabilização do cliente e dos adolescentes, ou seja, extrai a exploração sexual do contexto em que ela ocorre, é uma forma da RGD eximir-se de analisar de forma mais profunda as situações e mesmo re-colocar-se no processo de responsabilização diante dos fatos.

Não tem assim uma pessoa voltada para a exploração sexual, visando o lucro, uma pessoa forte por trás, nada. São coisas assim, momentâneas, pequenas. Uma pessoa aqui, leva uma, outra leva duas e vai indo. Eu diria que não há uma rede, eu diria que há cabra safado e sem vergonha, cada um num interesse em particular. Tem casos de falsificação de documentos. Elas falsificam à beira dos 18, assim com 17, 16. Então às vezes as meninas passam pela casa, faz o trabalho, e eles nem sabem se é maior ou não né. Elas já vêm aliciadas de outros lugares. Tem alguém atrás. Não é sozinha que elas fazem.

lá é o ponto, o ponto da BR 163 mais forte de prostituição, que tem mais profissionais do sexo.

Na sequência, porém, o discurso se inverte e os trabalhadores da rede de proteção admitem a existência de uma rede de exploração. Os trechos “elas já vêm aliciadas de outros lugares”, “tem alguém atrás”, “não é sozinha que elas fazem”, demonstram que há um conhecimento sobre o funcionamento da rede de exploração sexual, que falsifica documentos, transporta meninas de uma cidade para outra, bem como, convence meninos e meninas a entrarem para o mercado do sexo.

Ih... Oh... Se for ver, essa é a cidade mais forte de prostituição. Se você contar desculpa, perdão pela palavra, quantas putas têm no posto... Geralmente, tipo assim, lá mesmo, onde a gente foi fazer, é uma biba que arrumou uma guria que é maior, que arrumou a sobrinha, que tem 11 anos. Ou a pessoa oferece. Tem casos aqui que a mãe que alicia as filhas pra prostituição.

A profissional do sexo mesmo, à vezes vai indicar: ‘você não quer, não gostou de mim, mas tem uma bonitinha, novinha, de 15’; “ah...quanto eu vou



ganhar?'. Geralmente é ligação... Elas só vão pra avenida agora. Tanto que tem uma de 13 anos que está grávida que faz programa desde os 10 anos. Teve um caso também que veio pra cá que a mãe né, a mãe cria as filhas, também são menores, uma de 13, agora tem 14 né? E a mãe alicia as filhas e as amigas né. Tem muitos meninos também. Geralmente eles não ficam bem na frente de escola. Os mais velhos que encostam o carro pegam os meninos uma quadra, duas quadras pra baixo. É de 14, 15 aninhos. E é a fase de desenvolvimento do pênis, já estão tudo em fase de transformação, estão se conhecendo.

Ao buscar enunciar quem são os aliciadores, o DSC afirma que são as prostitutas, homossexuais mais velhos e a família, ou seja, novamente um julgamento de valor está colocado, separando o mundo em pessoas socialmente aceitas e não aceitas. Esta visão maniqueísta impinge o aliciamento às trabalhadoras sexuais, aos homossexuais e à família, separando estas das “pessoas de bem” deste processo.

É a cafetinagem: a pessoa vai e procura uma guriuzinha novinha ou um menino novinho. Eu vou, ligo pra alguém, um dos meninos ou das meninas, que passam. Nisso eu vou ganhar um troco, vou ter um comissão sua, e do menino também. Aí, outra fica sabendo que a outra tem (contato com o cliente), que fulana arruma programa pra ela, e eu também quero, “põe o meu número”. Todos com celular. Liga, ou muitas vezes pega um mototáxi, vai lá.

Quer ver outra coisa, a máfia como está se expandindo? Quando eu comecei lá no posto, tipo assim, eu sou a única loira lá. Aí se tem uma loira nova, já passa no rádio pro outro, pelo rádio amador, que passa pro amigo, e o outro que já escutou, porque o rádio num fica só entre um caminhão e outro, os outros que estão em outros caminhões também estão escutando. Aí vira toda uma máfia, quando eles tão numa rota. Aí quando chega na cidade, já vão no ponto certo.

No entanto, se considerarmos o discurso sobre as disputas existentes no interior do mercado sexual, as mulheres adultas que estão neste trabalho, elas próprias afirmam que não permitem a presença de



adolescentes porque não querem ser confundidas com cafetinas, como também para evitar a própria disputa por clientes, diminuir ou evitar a “concorrência”.

Nós (trabalhadoras adultas) não deixamos, não permitimos. Vão achar que a gente está, né (‘cafetinando’). Essas meninas que ficam vendendo doce lá, é tudo na fachada. Tipo assim, lá em cima não fica, porque a gente bate o pé. Porque assim, acaba prejudicando a gente entendeu?

Sobre o aliciamento dos jovens homossexuais por aqueles mais velhos, há que se considerar que o DSC não se vê como responsável pela garantia dos direitos referentes à diversidade sexual. Assim, os jovens que estão sendo “expulsos” dos seus territórios conforme resultados da pesquisa (COMCEX-MS/IBISS-CO, 2011), vão buscar em diferentes localidades a possibilidade de expressar-se na sua diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Nesta pesquisa BR-163, há que se considerar que também na rodovia pode ser uma forma de exercício mais livre da sua sexualidade, como também distanciar-se de territórios onde o preconceito predomine e lhe cause discriminação e, portanto, sofrimento.

Há também no discurso da Rede de Garantias de Direitos que reconhece a existência de diferentes violências envolvendo as situações de exploração sexual e que estão no contexto do mercado sexual. A visão de impingir ao mercado sexual a presença de violência, como se fosse ele em si a sua causa remete a uma avaliação de senso comum que pode não condizer com uma realidade diversa, organizada com diferentes níveis de autonomia de seus trabalhadores.

Nós temos acompanhado casos de estupro, que talvez essas meninas que sofreram estupro estavam vinculadas à exploração sexual, mas não necessariamente relacionados à BR. Nos casos que você pega de exploração sexual teve a violência. Ou física, ou psicológica, ou maus-tratos, ou algum tipo de abandono. Quantas vezes eu tive (que ir) em casa de família.

Teve um crime, aqui no município, uma menor matou uma outra, sei lá se era rival, as duas de Campo Grande, eu acho, num quartinho, num desses quartinhos. No



fundo a gente acaba entendendo que é por rivalidade né, invasão de domicílio, de atuação profissional, mais ou menos isso.

O reconhecimento da presença de um forte mercado sexual, não somente no território estrito da BR, mas também, no restante dos limites dos municípios, impõe a necessidade de buscar novas investigações sobre os processos de aliciamento que ocorrem, como afirmam os discursos anteriores.

Sobre os locais de exploração sexual, a ideia predominante é de buscar localizar fisicamente a ocorrência de pontos que possam ser identificados. Se de um lado o discurso centra-se sobre os postos de gasolina, ou seja, locais pertencentes a BR e, portanto, fora do controle social e da política pública, há também a ideia da necessidade de delimitação de espaços que possam ser de fácil identificação do que poderiam ser locais de exploração sexual. Neste caso, voltaríamos ao senso comum que o mercado sexual ocorre nos âmbitos das “ruas de luz vermelha”.

Os postos de gasolina são praticamente dois e dentro da cidade. Aí tem, além de usuários de drogas, a presença de menores na redondeza do posto. Tinha a questão da iluminação, então causava o acúmulo de pessoas pra essa questão de drogas e exploração sexual. Agora ficou mais fácil de identificar as situações.

Na área rural, em um assentamento também, mais pra frente, mas que fica fora da BR então lá é mais calmo, realmente. O assentamento, que tá longe da BR é mais calmo. É difícil o acesso. Têm muitos assentamentos rurais no município, super populosos.

Quando não tem a zona, casa de mulheres adultas (é mais difícil). Porque quando tem, todo mundo sabe que tá indo pra aquele sentido, lá que mora o perigo...a gente sabe que existe e aonde tá acontecendo (a exploração).

Há também uma afirmação sobre o vínculo entre grande movimentação de pessoas e exploração sexual, destinando aos locais de pouca densidade, como assentamentos, onde se imagina não haver situações de exploração sexual. Esses discursos partem do senso comum de que a exploração sexual de crianças e adolescentes é estática em sua



ocorrência, ou seja, que as crianças e adolescentes estão em espaços delimitados, o que difere frontalmente das pesquisas anteriormente realizadas pelo próprio COMCEX-MS, ou seja, a ESCA tem passado por intensas transformações, especialmente com o advento de novas tecnologias e das redes sociais.

A Rede de Garantia dos Direitos da Criança mantém um discurso estático, não se aproximando da realidade amplamente conhecida por parte da sociedade, mantendo-se numa zona de conforto com um discurso sobre a dinâmica longe de si. Na contradição dos DSCs, observa-se que a dinâmica da exploração sexual ocorrida em todo o território que contém a BR-163 é muito diversa, em significados, formas de ocorrência e os papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos sociais.

7.4 Eixo 3: Discursos sobre responsabilidades na ESCA

Um dos discursos mais presentes é a culpa imposta à família e o DSC enfatiza que é “muito mais familiar que social”, justificando que há uma tolerância que faz com que os pais permitam que as filhas “participem da prostituição infanto-juvenil”. E segue afirmando que os pais são culpados por não imporem mais limites aos filhos, por não exercerem seu papel de pais, transferindo responsabilidades, enfim, por não conseguirem mais controlar os filhos.

A família às vezes sabe e participa, muitas vezes a família, os pais, explora essa criança também, por dinheiro. Muitas vezes até o pai consente ir pra outros municípios, mesmo a criança sendo de menor, adolescente. Alguns pais até acreditam que isso seja uma coisa boa pra filha e aceita achando que sua filha terá uma condição melhor. Junto com o financeiro vem o álcool, o uso de drogas e a desestrutura da família, que não orienta as filhas, e essa questão de achar que é normal. Os valores das famílias estão mudados, invertidos. Modernismo. Muita promiscuidade. A liberdade se confundiu muito com libertinagem, sabe? Isso é muito agravante. A família assim descontrolada



desequilibrada. A criança não teve um lar estruturado e aí de uma hora pra outra ela surtou e entrou na exploração. Há, salvo melhor juízo, uma questão cultural que implica numa tolerância dos pais permitirem, aspas, ou tolerarem, que as filhas, sobretudo, participem da prostituição infanto-juvenil.

Outra causa apontada no discurso é a falta de religiosidade das famílias e das vítimas da exploração. No trecho: *“também está faltando Deus na vida dessas famílias. Infelizmente são pessoas que não tem religião, que não tem fé, que não vão na igreja”*, fica evidente que quem não está do lado do “bem”, do lado de Deus, da religião, não consegue resolver seus problemas e não consegue deixar de ser vítima da violação dos direitos sexuais dos integrantes da família. Essa visão dualista, do bem e do mal, percorre praticamente todos os discursos.

Em algum momento, essa instituição família faliu. Também está faltando Deus na vida dessas famílias. Infelizmente são pessoas que não tem religião, que não tem fé, que não vão na igreja. A gente vê que (o problema) é familiar então. Muito mais familiar que social. Porque tem escola gratuita, tem a saúde gratuita. Não estão preparados pra serem pais, serem mães. O que falta na vida dessa criança, desse adolescente, é a valorização. Falta amor na família. E o que dizer daquela família em que a menina é filha de comandante, filha de general, que ganha 10, 15 mil reais por mês e ela se prostitui? Então, por isso que não é somente uma desestrutura familiar. Mas ter dinheiro também que não significa ter estrutura familiar. Tem famílias com condição financeira ótima e bem estruturada e que mesmo assim acontece da criança e da filha se encaminhar pra onda da prostituição.

O registro da culpa da mãe nos DSC's aparece de forma enfática, sendo à ela destinada o papel de “negociar” a filha com o “seu homem”, ser negligente diante da inserção da filha no mercado sexual ou mesmo por que diferentes gerações da família estão no mercado sexual. Esse discurso parte do senso comum que a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre a partir da ação e da omissão das mulheres sendo essas consideradas permissivas ou coercitivas no envio de suas filhas à exploração sexual. Admite-se a possibilidade dessa dinâmica, já amplamente estudada e



que trata da presença de diferentes gerações de mulheres no mercado sexual, no entanto, ao não se levar em consideração o papel do homem na educação das filhas estar-se-á absolvendo-o de suas responsabilidades, sendo também provedor e cuidador da família. Não há a figura do pai nesse contexto, logo, ao menos a sensação de negligência em relação às crianças e adolescentes explorados sexualmente deve ser compartilhada. Serve como justificativa para isso a histórica culpabilização das mulheres por todos os “desvios” sexuais, essa forma linear de pensamento cria a necessidade da presença masculina na vida de uma mulher ou de uma filha, mesmo que este seja também um causador de violência no interior da família.

As mães sabem que estão se prostituindo. Tem mães que levam as filhas pros bailes, né? Lá a mãe e as filhas se prostituem, aí você vai abordar ‘mas ta acompanhada comigo, ela é minha filha’. E aí você pergunta: e aí sua mãe não vai brigar? Não, minha mãe não liga não. A mãe é conivente e deixa a filha ficar com o homem dela porque apaixonada de pedra pelo cara. Por isso que a maior culpada disso tudo é a mulher que está dentro da casa, porque a filha dela é concorrente dela. Tem tantas mulheres que sabem que o cara tem um caso com ela e com a filha, mas ela não consegue se desvencilhar disso. Agora você imagina como é que ela vai orientar essa filha. É um problema social que vai gerando isso: prostituição, dinheiro fácil, drogas e vai aumentando. A avó era prostituta, a mãe se tornou prostituta e a filha é prostituta. Às vezes essa mãe se prostitui diante das próprias filhas que é aonde que a criança ou adolescente vai praticar os mesmos atos depois como exemplo.

Dentre todos os discursos que culpabilizam a família e especialmente as mães apenas um deles complexifica a situação por que passam as famílias, ou seja, as organizações monoparentais, as influências externas, os tabus sexuais e as próprias relações de poder que ocorrem entre os membros dessas famílias. Nesse caso, o discurso abaixo retrata parte dos problemas pelos quais passam as famílias afirmando que não é possível responsabilizá-la isoladamente.

A família é vítima, pessoal. Não dá pra responsabilizar a família em um problema dessa magnitude (algumas discordâncias com a cabeça. Alguns dizem “não”).



Outros se chocam). Uma família, pelo menos nos moldes que a gente conhece, bem estruturada, com pai sendo pai, mãe sendo mãe, filho sendo filho.... faltou educação na mãe, no pai, ou da mãe que é pai, do pai que é mãe, da família que não é tão normal como a gente imagina que tenha que ser. Os pais de hoje não querem exercer seu papel de pais. Ficam transferindo responsabilidades. Transfere pro conselho, pra rede de proteção, pra escola, pra polícia. Se a menina provoca é porque não teve essa orientação. Todo mundo sabe dessa dificuldade que os pais tem. Eu não estou dizendo todos, claro, mas uma grande maioria. Tem mãe que não tem coragem de chegar no filho e falar sobre sexo. E as famílias não têm mais controle sobre os seus filhos. Os pais não respeitam mais os filhos e com isso faz com que a criança, o adolescente, não tenha mais essa estrutura e eles vão pra esse mundo da prostituição. A maioria das famílias fica só sob controle a mãe, ela não tem a presença paterna. Aí a mãe quando é chamada pra ver o problema diz “ahhh, eu perdi o controle. Todo mundo, os pais inclusive são os culpados porque ocupam todo o tempo da criança colocando em curso, no futebol e não deixam a criança viver a infância dela dentro de casa, brincar. Não tem mais limites, o pai não impõe mais, não tem aquele tempo mais de estar com os filhos. Os pais já estão tão envolvidos com as drogas, às vezes, que não conseguem cuidar dos seus filhos pra saber se estão sendo explorados ou não sexualmente. Tem mãe que nem sabe. Tem menina que estuda à noite: “vou pra escola” e esconde o material e a mãe nem sabe o que está acontecendo.

Os discursos demonstram que a busca dos culpados gera respostas pontuais, simplistas e, muitas vezes, cruéis. Em algumas situações transformam os adolescentes em seus próprios algozes. Há uma tendência do discurso de transformar a vítima, no caso as meninas e meninos menores de 18 anos em culpada, criando um ciclo de re-vitimização em que, não se conseguindo atender de forma a acabar com a violência sexual cometida, repassa a responsabilidade à vítima, por ser, na fala do sujeito, aquela que busca a prática sexual, que escolhe, que quer e que provoca.

Em relação a eles ficarem com meninas eu acho que tem relação mais com a sem-vergonhice. Sem-



vergonhice, sim, e das próprias meninas, né, do que por eles. Ora, eu 'to aqui na minha a menina vem aí e tal'. Elas crescem muito rápido e desenvolvem com uma mentalidade diferente, com o pensamento desvirtuado para o outro lado. Pra mim não justifica a mãe ou o pai que, por exemplo, percebe, em algum momento, porque a criança dá sinais, de que ela tá indo pra exploração sexual, pro abuso. Então, as meninas se habituaram a se prostituir, independente se é velho, se é moço, com quem elas quiserem, o que tiver na reta, isso é natural pra elas. É uma opção delas, às vezes, né? Na época que os idosos recebem o benefício, há muitos adolescentes que exploram eles, chega ao ponto deles ficarem sem comida entendeu? E é o meio de vida delas sabe, vai lá, mostra o corpo, e aí tira o dinheiro que ele tem, e ele passa a necessidade durante um mês. É não é só culpa de quem praticou da violência, aquele que foi violentado também tem culpa, isso você pode ter certeza absoluta. Não é só eles que fazem a cabeça, elas estão tão com tanta vontade de ter esse sexo que elas fazem a cabeça dos rapazes também. Foi porque quis ir, né... a fuga delas de ir e vir com carona. Se você perceber é bem provocativo. A gente cansa de ver diálogos assim: “puxa, como você tá gostosinha hoje”. E acabam as vítimas virando os culpados. Mas na maioria das vezes são peões da usina, que vem do nordeste e ficam aqui quatro meses sem família. Se uma menina de dez anos chegar lá e querer entrar no quarto dele e fazer sexo, ele vai aceitar. Ignorante, de uma forma ignorante. Não sabe nem que é crime. E elas vão. Elas vão. Se quiser que vai, eles aceitam, sem medo da polícia. Eles são machos.

Outro aspecto a ser analisado no discurso da negação é o tabu acerca da temática do sexo. É possível identificar desconhecimentos sobre a sexualidade, como também dificuldades em falar de sexualidade evidenciando um discurso moralista e sexista sobre a temática.

A criança tem desejos. As adolescentes, elas têm a primeira iniciação sexual depois ela sente livre para fazer o que quiser, aí vem um intruso, oferece alguma coisa. Cara, parece que estimula, que aflora mais ainda a vontade delas. Fica mais exacerbado os desejos sexuais. Então, pra elas que estão acostumadas com esses valores trabalhar como empregada doméstica,



passando roupa e aguentando “encheção” de saco né... aguentando gritos e tudo mais ganhando 50 reais, 500 reais, não é interessante. Tudo bem que lá fazendo programas eles têm isso, tem que se submeterem a certas coisas horrorosas, né.. Eu acho que esses adolescentes são assim..... abortados os sonhos deles, então muitas vezes eles acabam ficando a mercê da prostituição. As adolescentes têm sonhos, elas querem uma roupa nova, querem um CD, enfim querem ter coisas, né... e através do sexo elas estão adquirindo isso. Eu já presencie um caso de uma adolescente numa época contando... Ela falou chorando que ela não queria se prostituir, mas se ela não se prostituísse ela não teria roupa nova, ia ser o maior mico chegar na escola com roupa velha e não ia ter dinheiro pra sair.

Tal afirmativa demonstra desconhecimento sobre o desenvolvimento saudável da sexualidade de meninos e meninas, pois reduz às necessidades afetivas “o toque, a expressão do carinho e do afeto”. Ao estabelecer essa barreira conceitual, os integrantes da rede, em seu discurso, acabam, então, delegando aos pais e mães, exclusivamente, a tarefa de educar para a sexualidade.

O discurso enfatiza também uma crítica ao que considera a iniciação sexual de crianças e adolescentes, afirmando que falar sobre sexo com meninos e meninas seria um estímulo para a prática sexual, posto que a criança estaria em um momento de descoberta, de curiosidade, e uma conversa sobre o assunto aguçaria os desejos sexuais. Este discurso vai na contramão da educação sexual necessária a uma vida saudável, prazerosa e com desenvolvimento responsável entre todas as forças sociais.

Ao localizar a culpa nas próprias crianças e adolescentes, pela iniciação sexual que as empodera e imputa liberdades, o DSC faz do exercício sexual, a causa de se tornarem incontroláveis. A iniciação sexual é tratada diferentemente entre meninos e meninas, sendo que a estas últimas, há o senso que se tornariam disponíveis para o mercado sexual, por desejos incontroláveis. Esta mesma forma de raciocínio não refere a meninos, mantendo a ideia machista de divisão de papéis socialmente estipulados para homens e mulheres no mercado sexual e na vida privada. Este raciocínio transforma os meninos em clientes, portanto, desempenhando



seu papel sexual de incontrolável sexualmente e as meninas, vítimas ou vitimizadas e, cuja normalidade seria de não possuírem desejos sexuais.

A questão financeira, conforme o discurso da rede de garantia de direitos, a menina ou menino a “optar” por entrar no mercado do sexo. É importante pontuar que o debate sobre a autonomia de crianças e adolescentes é recente. Embora o senso comum reforce que a partir de 13 ou 15 anos o/a adolescente decide se quer ou não manter relações sexuais com um adulto, mediante ou não algum pagamento (culpabiliza o adolescente), há que se considerar que estão em desenvolvimento e, portanto, a rigor, não poderiam decidir sobre o tipo de trabalho que iriam se envolver. Considera-se ainda que o trabalho no mercado sexual é uma das piores formas de trabalho infantil.

O jovem não tem como se manter. Isso vai fazer com que elas prefiram optar por essa vida. Elas saírem pra rua e, entre aspas, a gente sabe que elas sabem que estão se prostituindo. O maior problema mesmo é com relação a menores que não tem educação, não tem visão de futuro.

O fator cultural, em suas várias facetas, também é elencado no discurso como sendo causa para a entrada no mercado do sexo. Aliado ao empoderamento das adolescentes e da falta de “controle” pelos pais que são, conforme a rede de garantia, despreparados para desempenharem seu papel social de pai e mãe, está a influência da mídia que prova e acelera o processo de erotização nas/os adolescentes.

Tem a questão cultural, desse empoderamento da adolescente. Elas se sentem poderosíssimas, livres. Eu dou pra quem eu quero, cobro. Tenho meu dinheiro, celular da melhor qualidade. Elas se vestem bem, não é? Prostituição infanto-juvenil tem esse elemento complicador. Meu pai não manda em mim. Minha mãe não manda em mim. Eu sou dona da minha vida. Porque uma coisa é você fazer sexo com o namorado, lá um menino, outra é dá pra todo mundo assim, sem nenhuma consciência, não é? Fala desse jeito pra mãe “você num tem nada a ver com a minha vida, eu vou procurar o que é bom pra mim!”. Criança de 12 anos falando isso pra mãe. É... a evolução hoje é muito grande.



A análise permite afirmar que a maioria dos discursos se apresenta como inflamado, revoltoso, pincelado por palavras de ordem, senso comum e estereótipos, uma tradução de representações sociais sobre o que é a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, baseada em uma dissociação do contexto das ocorrências. Na ânsia de entender a situação, o sujeito coletivo lança acusações para todos os lados, desde a família, o caminhoneiro, até a rede de atendimento, passando inclusive pelas próprias adolescentes, vistas como “sem-vergonhas”.

O discurso pondera, no entanto, que é preciso pontuar e debater essa “relativa normalidade” quanto à prática da violência contra crianças, criticando a ideia de que parece, para a sociedade, que “crimes contra a criança tem menos valor” e que o poder familiar daria plenos poderes aos pais e mães, inclusive violar seus direitos, como o direito ao desenvolvimento saudável de sua sexualidade ou, pior, o poder familiar de “fazer o que bem quiserem” com seus filhos.

Embora hegemônico o pensamento culpabilizador, há um discurso dissonante que apresenta aspectos referentes aos riscos do trabalho sexual e também os direitos à sexualidade dos infantes.

Eu particularmente acredito que criança e adolescente também têm seu direito à sexualidade, que também deve ser preservado. Essas questões (falta de diversão, lazer...) conduzem a um comportamento em que a criança se sente bem. Ela não sente essa carga de destruição desgraçada. E aí deixam de usar camisinha, aí vem uma gravidez, mas e uma Aids? Porque o risco é o mesmo né. Exploração sexual é o número de DSTs e Aids no município. Tem um dado importante agora: tem pencas de adolescentes hoje convivendo com o vírus da AIDs e não sabem. Tem uns dois, três anos, com HIV sem saber. (tem adolescente). Na prostituição... Mas deve ter controle e qualidade de saúde. Relação sexual com menores de 14 anos é estupro presumido, não cabe prova, mas você chega em situações em que tá lá a menina casada ‘mas quantos anos você tem? 12, 13’. E aí o que você faz?

A tentativa de entendimento sobre a complexidade dos problemas relacionados à exploração sexual cometida contra crianças e



adolescentes configura um discurso diverso da grande maioria, questionando inclusive o posicionamento da sociedade sobre os significados do exercício da sexualidade, na medida em que sob o “manto” do casamento é legitimado.

Nesse sentido, a menina que, mesmo com doze anos, sendo casada, estaria protegida, ou seja, a sociedade não a veria como estando em situação de exploração de sexual. Esta postura que parece no grupo entrevistado parece ser consensual demonstra mais uma vez como os fundamentos religiosos e do patriarcado se encontram. Nessa visão maniqueísta, a liberdade sexual se reduz à “fidelidade matrimonial”, isto é, divide as adolescentes que fazem exercício de sua sexualidade entre “senhoras bem-casadas” e em situação de exploração sexual, exigindo daquelas, comportamentos e responsabilidades de mulheres adultas.

Ao culpabilizar os clientes pela exploração sexual de crianças e adolescentes, os discursos, embora apontem diferentes destinatários é no caminhoneiro a centralidade.

Porque eles são safados! Eles não têm com eles que isso é errado, que não podia estar acontecendo, que do mesmo jeito que estão fazendo isso com essas meninas, podia ser uma filha deles. O caminhoneiro não é o bonzinho, mas também não se pode vê-lo unicamente como esse diabólico, esse pedófilo, esse psicopata que está na estrada. É realmente muito complexo. A gente coloca o caminhoneiro como o capeta. E não é assim. O cara ta há 10, 15, 20 dias nessa estrada, a situação dele também é de vulnerabilidade. Ele ta estressado. É uma vida de cão. Entendeu? O cara ta rebitado, ta drogado. Tanto que eles morrem. Não se tem discutido muito essa questão? O profissional da estrada sofre pra caramba.

Também sobre este trabalhador, residem as justificações do porque ocorrem as situações de exploração sexual. A ideia de que os homens são incontrolláveis diante da sedução de meninas, da necessidade de sexo com frequência e por estarem longe de casa, bem como, as condições de trabalho e a possibilidade ainda de estarem sob efeito de drogas, são elementos constitutivos da justificação. Mesmo nesse discurso, a culpa se concentra no caminhoneiro não no modo de produção em que ele é parte e



que o obriga a diferentes socialibilidades durante o processo de trabalho, podendo ou não violar direitos de outrem.

Por razões semelhantes, os trabalhadores das usinas sucroalcooleiras também são apontados como culpados por estarem longe das famílias durante um longo período e por serem “ignorantes”, no sentido de não conhecerem a legislação e não saberem que é crime explorar sexualmente menores de idade.

É uma rede. É uma rede muito grande. Muitos param ali né, e perguntam se eu conheço rapaz de 14 e 15 anos pra fazer programa. Não é só caminhoneiro, é viajante qualquer, turista, peões de fazenda, peões da usina, pessoas da própria cidade

Outro grupo ligado ao modelo econômico da região, o dos produtores rurais, por deter o poder econômico, são apontados, no discurso analisado, como culpados por terem influência política para livrar-se de possíveis acusações.

A gente fala do produtor rural que detém o poder econômico. Eu vejo muito coronelismo nesse sentido: de ter poucos que tem domínios de muitas coisas: influência na política, influência em tal coisa, influência naquilo, que se dá um jeitinho e aí as coisas vão acontecendo. A criança continua a ser de baixa renda, mas o explorador é que é de alta, média.

No que se refere à punição de responsáveis pela exploração sexual o discurso projeta a impunidade legal em dois réus: o cliente e a família.

A nossa lei é falha, porque se você não pegar em flagrante... você tem que esperar acontecer o ato. As leis têm que ser mais rigorosas, tanto para os pais, responsáveis, que sabem que seus filhos se prostituem, tanto para aqueles que pegam também na prostituição. É uma questão de responsabilização. Não adianta nós fazermos o nosso trabalho e na hora que bate lá em cima, nosso trabalho é totalmente desmanchado. A gente chegava lá e “nãoooo, só dá cadeia com 13 anos, 14 anos já sabe o que quer, já faz o que quer”, isso eu



escutei de um delegado. Nós estamos num beco sem saída.

De forma maniqueísta não compreende toda a complexidade da realidade que provocou as condições para que ocorresse a exploração sexual. É como se o poder judiciário punindo caso a caso fosse suficiente para o fim da problemática, especialmente se punisse a família e o cliente.

O discurso de responsabilização da política pública é realizado a partir do reverso da garantia de direitos, pois afirma que as crianças e adolescentes estão no mercado sexual porque a lei as impede de trabalhar ou mesmo porque estão em locais de convívio. Imediatamente se localiza no ócio dos adolescentes a oportunidade de acesso às drogas e ao mercado sexual, não relacionando com a possibilidade de lazer e atividades culturais e mesmo do direito de convivência consigo mesmo e com os demais em espaços não formais. O discurso aponta para a necessidade de trabalho e cita como exemplo, inclusive, o trabalho doméstico. Essa representação mantém a ideia dominante em nossa sociedade que é pelo trabalho que se educa e não pela garantia de todos os direitos assegurados no ECA.

A culpa é do governo porque antigamente criança com 13, 14 anos trabalhava. E como o governo proibiu trabalhar então o que elas têm que fazer: se prostituir. Enquanto as mães vão trabalhar, as meninas ficam em casa, geralmente ficam sós. Aqui as meninas de 16 anos, 14, podem trabalhar, sim, como aprendiz, mas trabalhar, por exemplo, de empregada doméstica, ganha muito pouco. Uma coisa que friso é que trabalhar não mata ninguém, tipo assim, num certo ponto, a criança tem o direito de brincar, mas tem que ter o brinquedo, tem que ter o parque pra criança brincar. Num pode vender um picolé, mas a criança fica lá, às vezes tem até vontade de vender um picolé, mas aí fica na esquina com mais 3, 4 amiguinhos tomando tereré, a mente vazia, aí um deles fala: “vamos fazer aquilo ali”. Vai no embalo. Chega outro amiguinho, oferece outra coisa além. Uma macoinha, um pozinho pra cheirar.

De forma discordante, há um pequeno discurso de que a própria rede pode estar violando, na medida em que não garante a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.



E se a gente não cuidar, a rede acaba também violando. Quando ela discrimina uma determinada situação acaba sendo uma violência institucional.

Um dos discursos se refere à questão econômica como impulsionadora da exploração sexual, no entanto, mantendo, preponderantemente nesta a causa da violação de direitos pode resvalar no senso comum de imputar às pessoas a necessidade de inserção no mundo do consumo como se não fosse esta uma condição do mundo capitalista.

A base maior desse problema todo é o financeiro, questão econômica e o choque de renda entre duas comunidades distintas. A nossa sociedade é muito perversa. Ela é excludente. Há uma concentração de renda nas mãos de poucos e a maioria não tem acesso aos bens materiais mínimos. É uma sociedade que a essência dela é o consumo. Os pais dizem que não querem os filhos dentro de casa porque não tem o que comer. Poder aquisitivo. Pobreza. O problema é a falta de emprego, o emprego mal remunerado, o subemprego, o baixo salário. Eles vêem aquelas coisas na televisão e querem ter, ter... E os pais não têm condições. E aí que elas vão sair com o tio e o tio paga uma roupa pra elas, então elas estão bem, porque o pai e a mãe não podem pagar isso. Elas não têm essa consciência que nós temos da prostituição, do mal que é isso. E é assim, normal.

Este discurso vincula de forma frágil a necessidade do adolescente. No entanto, entre todos os discursos que se referem à culpabilização, o mais assustador é aquele que se refere ao discurso de que não há culpados, é normal.

Essa questão cultural de que há uma relativa normalidade na prática deve ser pontuado. Essa tolerância quanto à prática dessas violências com as crianças. Quando a gente trata de crimes sexuais ou crimes contra a criança parece que tem menos valor, pra todo mundo, pra sociedade. A gente fica até preocupado. É aquela ideia mesmo da naturalização. As pessoas vêem... ‘ah, é criança, né’. Tudo pode contra a criança. Eu sou pai, eu faço o que eu quero, né. Parece que não se rompeu aquela ideia de código de menores. Você chega em casa e fala pra alguém, ou até pra seu



colega mesmo, que uma menina de 14 anos estava se prostituindo, tava usando bebida, geralmente você vai escutar: “ta querendo dar, o que você vai fazer?” Aí a gente cita o agressor e ouve que a gurria que tá se oferecendo, que acha um absurdo o conselho ir atrás disso. Chega assim pra fazer uma determinada ocorrência: ‘ah, mas essa daí já lá do ramo’. As pessoas têm essa mentalidade de achar, por exemplo, que a menina não é mais virgem e ta fazendo programa. Pode tudo. Pode tudo de ruim acontecer com ela. Banaliza a violência. É normal. A gente ouve: ‘ah, minha mãe falou que pra que ficar guardando esse negócio aí, a terra vai comer’.

Esse tipo de discurso de não atribuição de culpa a qualquer pessoa que seja fazendo da exploração sexual um problema social consolidado traz em si a banalização e a naturalização. Os discursos gerados evidenciam descrença na possibilidade de acabar ou minimizar os casos de ESCA nos municípios pesquisados pelos mais diversos motivos, entre eles: que se trata de um ciclo, uma cultura que passa de mãe para filha; que a sociedade vê com naturalidade a prática; que a violência contra crianças e adolescentes está banalizada; que os envolvidos são pessoas públicas e ricas da cidade, dificultando o encaminhamento das denúncias. Diante desse posicionamento da sociedade sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes, o discurso da rede incorpora a naturalização e revela-se como de “mãos atadas” frente à situação, ou seja, desliga-se do rol de responsáveis.

A maioria dos DSCs que tratam da responsabilização frente à exploração sexual de crianças e adolescentes revela um conteúdo machista que dialoga com o discurso da culpa a partir de um pensamento judaico-cristão individualizador e localizador na pessoa a origem do problema e não nas condições sócio-históricas em que vive. O ser feminino é apontado como o grande causador dos males da sexualidade, enquanto o ser masculino é colocado no papel de vítima dos desejos sexuais das adolescentes, ou, um ser incontrolável sexualmente e assim, suas responsabilidades são relativizadas.



7.5 Eixo 4: Discursos sobre a Rede de Garantia de Direitos – RGD

O discurso acerca da RGD tem a marca inicial de reconhecer os serviços existentes.

Aqui (tem) a polícia que pega, a Polícia Militar e tem também a Delegacia, o Conselho Tutelar, a escola (onde) os profissionais estão todo dia, o Judiciário, Ministério Público, tem a Assistência Social que tem o CREAS, tem a saúde com a campanha da AIDS, o prefeito, a primeira dama, os vereadores, a cultura que faz teatro, o Disque 100. Já tivemos uma equipe do COMCEX que fazia um trabalho sigiloso (de investigação).

O discurso aponta a desativação da equipe de investigação do COMCEX/-MS como impedimento para o avanço das responsabilizações necessárias. *“Há uns quatro anos tinha uma equipe do COMCEX/-MS que fazia um trabalho bem sigiloso e nesse período nós tivemos um resultado bem bom porque tudo que você denunciava havia uma posição rápida de todo mundo”*, relata trecho do discurso.

No entanto, é recorrente o relato das dificuldades encontradas na articulação entre os mesmos.

Se fecharam dentro da escola e dizem: do muro pra fora, o problema é da polícia. E ficaram enclausurados dentro da escola. A gente sente a dificuldade com a educação, porque seria uma das principais políticas pra gente fazer parceria. Outra coisa que a gente não tem conseguido é trazer o judiciário para os nossos eventos. Está parecendo que criança e adolescente virou coisa só da assistência social, que criança e adolescente só tem direito à assistência social. Mas se o Ministério Público, o Juiz não estiver junto com a gente, a gente não se sente empoderado, no sentido de encarar. Ficamos inseguros porque a gente também corre riscos. Sozinho o serviço fica mais prejudicado. Aí você faz um evento, não aparece a Secretaria de



Educação, não aparece as outras secretarias, é complicado, sabe? Não passa pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os projetos de educação e saúde vinculados à criança. Eu encontrei obstáculo, essa distância com os demais órgãos, mas já senti essa aproximação muito grande. (era) Fortalecimento.

É importante perceber como o que não é dito também constrói os sentidos do discurso do enfrentamento da exploração sexual. Mesmo sem admitir incisivamente, o sujeito coletivo formado por pessoas que atuam em órgãos do sistema de garantia de direitos expõe suas fragilidades, frustrações com a não responsabilização de agressores pela Justiça e sobre a conivência das pessoas que entrava as denúncias, e também seus próprios preconceitos. O não-dito no discurso revela, assim, uma auto-crítica entre os sujeitos da rede, no sentido de propor justamente ações que deveriam estar sendo feitas ou articuladas e de justificar os maus resultados.

A falta de denúncias e a falta de integração com o Judiciário também ganham destaque no discurso ora em estudo, indicando que as situações vivenciadas pela rede de garantia de direitos dos municípios cortados pela BR-163 em Mato Grosso do Sul não diferem muito das de outras regiões brasileiras e que muito precisa ser feito para promover uma mudança de entendimento sobre as funções dos órgãos da Rede, o contexto socioeconômico de violação de direitos e a legislação vigente.

Há um discurso sobre a imobilidade da Rede de Garantia de Direitos em que cada serviço está fazendo suas funções sem considerar a necessidade de um enfrentamento coletivo.

nós comentamos disso com o comandante da PM e ele falou que não podia fazer isso sozinho, porque tinha que ter a parceria do Conselho Tutelar. Em relação à segurança, eu queria tanto participar quanto passar informações do que acontece entre a gente. Houve uma denúncia, diz que o policial falou assim ‘isso é com o Conselho Tutelar’ só que não passou pro Conselho ir atrás. O Conselho Tutelar faz aquele trabalho, a Delegacia não sei o quê, mas a gente tem que ir atrás... “vamos ter que buscar informações...”. O



que acontece aqui é tipo assim, eles estão querendo resolver os problemas, mas não saem da toca pra ir buscar. Tem que vir pra passar informação.

É perceptível que os serviços estão distanciados da complexidade do enfrentamento da ESCA. Há também nos discursos a constatação que o atendimento das pessoas em situação de exploração sexual é de difícil trato. A ideia de que é possível o enfrentamento da ESCA a partir da ação individual deste ou daquele serviço é reconhecida pelo discurso como não eficaz. No entanto, também há um processo de um serviço entender que o enfrentamento é de responsabilidade do outro. Assim, a mobilidade da Rede de Garantia de Direito não está no cotidiano dos serviços, contrapondo-se da intensa capacidade de mobilidade da rede de exploração sexual.

Essa imobilidade da RGD é justificada no próprio discurso como dificuldades para o enfrentamento da questão: a grande demanda de trabalho, a falta de profissionais suficientes e qualificados, a pouca infraestrutura de veículos, abrigos e locais de atendimento. Tais dificuldades estariam obrigando a rede, segundo relatado no discurso, a fazer um atendimento indesejável dos casos encontrados e que estejam relacionados com o fluxo na BR 163.

Como um dos fundamentos para compreender a não atuação da rede nesta temática está os próprios preconceitos e conservadorismo subjacente na sociedade, ao que nos parece, a rede de garantias de direitos ressoa os mesmos valores morais que impedem o trato dos assuntos relacionados à sexualidade com naturalidade. Assim, não sobressai a sua capacidade, sobretudo, a responsabilidade em fazer a gestão da política pública que deveria enfrentar esta expressão da questão social.

A demanda é muito grande, e os profissionais são poucos. Só quando realmente acontece o problema (é que atende). A gente precisa urgentemente do atendimento dos psicólogos no município. A escola que está sendo mais sobrecarregada com isso aí. o professor que já tem 30, 40, 50 alunos dentro da sala, tem que cuidar de um aluno desse como se fosse pai. A questão estrutural também complica. Eu mesmo já



liguei pro Conselho à noite, a resposta é aquela: ‘você vão por a gasolina?’ Por que não ter uma vara da infância? os juízes têm muitas atribuições...

No que se refere à infraestrutura, os DSC's confirmam a precarização dos serviços públicos, seja do ponto de vista da infraestrutura, da relação com seus trabalhadores e das condições de trabalho. A alta rotatividade dos trabalhadores das políticas sociais, a demanda muito acima da capacidade instalada e o pouco ou nenhum investimento na preparação dos trabalhadores, seja em educação continuada ou permanente, indicam que os serviços foram formatados na contramão da garantia de direitos. Há, portanto, uma franca contradição entre as normativas e os discursos institucionais em relação à realidade e o discurso dos sujeitos trabalhadores.

Também é possível perceber no discurso acima que as situações de exploração sexual ainda são percebidas como uma questão de responsabilização e atuação dos órgãos judiciais, descaracterizando as diferentes responsabilidades do enfrentamento que vão desde a prevenção, ações de atendimento e os papéis que os serviços das políticas sociais devem executar para além da investigação e da busca de violadores diretos. A justificativa é que os trabalhadores das demais políticas não sabem como atuar:

Professor, diretor, não sabe lá mais quem na escola que tem que resolver problema de aluno em casa e ele fica sem saber (como atuar). Às vezes a gente precisa se atualizar. E quem está atualizado é o judiciário. E nós que estamos envolvidos com esse trabalho, a gente fica assim né: como que a gente quer mudar? A polícia não tem preparo pra fazer esse tipo de coisa, é um órgão que faz o trabalho que é do outro, não com uma ideia de contraposição de serviço, mas é a ideia errônea mesmo.

A negligência da Rede para o enfrentamento para além do sistema de polícia novamente é deslocada da responsabilidade das políticas sociais para a responsabilidade da sociedade como todo.

A grande dificuldade é da aceitação (da existência da problemática). E ao lado da aceitação, a denúncia, porque geralmente as pessoas têm medo de ser



identificado, tem receio, pensa que vai se envolver, pensa que vai ser o culpado. As pessoas não têm conhecimento, as pessoas não denunciam, não falam. Tem vergonha. E muitas vezes não admitem. Então é isso, tem que ser realista: não existe denúncia. A denúncia é muito vaga. Aí parece que há uma confusão quando se trata de uma criança e a pessoa fala assim ‘não vou me meter também, não vou mexer com isso’. A gente sempre fala do disque 100, é tão bom o disque 100 porque você não precisa se identificar, né? A denúncia tem que partir de várias entidades, de vários segmentos, mas não chegam conforme deveriam chegar. De 10 casos que chegam é um, dois, que realmente foi denunciado que fomos atrás e constatamos a situação.

O discurso sobre a Rede de Atenção, ou seja, sobre os próprios entrevistados pendula entre não reconhecer-se como integrantes das sociedades locais, isto é, há uma sociedade exógena aos serviços públicos, e estes, portanto, se abstém da responsabilidade como membro da própria sociedade.

Este comportamento da sociedade frente aos casos de exploração sexual, de conhecimento público ou não, é novamente imputado como sendo de culpa, não só apontando a falta de denúncias como uma dificuldade para a realização do trabalho, mas também como uma forma de omissão da sociedade, quando esta, em primeiro lugar, não aceita que existam casos e, depois, quando considera natural sua existência. Por outro lado, há um discurso de nunca ter se aproximado de uma situação de exploração, ou seja, como se fosse uma problemática até então distante da Rede de serviços: “eu acho que até hoje a gente nunca lidou com um caso de exploração. Não chega no Conselho. Às vezes nem chega no CREAS”.

O próprio discurso também afirma que os serviços mantêm um trato burocrático e legalista, não se adaptando às exigências da realidade:

Mas é muito complicado esse tipo de trabalho. E não tem assim, um resultado 100%. E é muito difícil conseguir fazer a menina vir pro atendimento. Ela não aceita. Quando que eu vi o conselho tutelar lá no posto (pensei que eles iam atuar). Nós tivemos muitos casos que entraram como exploração, aí fica um tempo e a



gente faz todas as tentativas de atender e desliga sem atender o caso. Pra isso (atendimento) precisa ter coragem, pra isso precisa não ter preguiça, pra isso é preciso fazer trabalho até fora de horário mesmo, a gente tem um mundo de denúncias de pedófilos, e daí? Quem vai ficar depois das cinco cuidando alguém?

Há uma expectativa de retirada imediata das meninas e meninos da situação de ESCA numa perspectiva de que são os infantes a se adaptarem aos serviços e não os serviços se mobilizarem na busca de vínculos, trabalho educativo e a necessária mobilidade em direção aos territórios e situações de exploração sexual. Há uma questão de fundo no discurso da Rede que é a sua própria relação com o tema da sexualidade.

O preconceito existe dentro da própria política pública, em aceitar essas... (meninas) Então se percebe um conservadorismo muito grande por parte dos atores da rede em relação a se a pessoa é ou deixa de ser, né? Há uma dificuldade muito grande em se trabalhar a sexualidade de crianças e adolescentes. Digo a questão da própria denúncia, o ato de naturalizar determinadas questões, que a adolescente, por ter um corpinho tal, já pode ter, né... Então a gente percebe que tem um tabu muito grande pra se discutir a sexualidade de crianças e adolescentes e isso em todos os âmbitos: da saúde, da educação. Chega até a questão mesmo da exploração, da gravidez precoce e outras coisas que a gente não sabe. Já chegaram e perguntaram pra mim: ta certo, na palestra ta escrito isso, mas a gente chegou e a menina casada, tem 12 anos. E aí o que é que a gente faz, denuncia ou não denuncia?

O preconceito e conservadorismo por parte dos atores da Rede com relação aos direitos sexuais de crianças e adolescentes, principalmente no trato com as/os adolescentes homossexuais ou as meninas que estão na exploração sexual.

A Rede, embora seja participe da mesma sociedade conservadora, portanto, machista, heterossexista e não pode pelos princípios das próprias políticas em que trabalham ser uma mera ressonância de valores que mantém as desigualdades e as violações de direitos, pelo contrário, são os trabalhadores das políticas públicas que têm



condições, por sua formação e seu compromisso assumido em suas profissões de construir novos paradigmas e cotidianos de enfrentamento de seus próprios preconceitos e daqueles existentes no conjunto da sociedade. No entanto, há um discurso desolador que perpassa pelas pessoas que são a própria Rede e falam sobre ela:

É complicado assim, sabe. Camufla: Pô quem é que vai mexer com aquele cara aqui? Entendeu? Não tem a denúncia. Às vezes quando chega a gente vai lá, mas acho que é bem pouco. Se não tem a denúncia como que você vai intervir? E como são desconhecidas da comunidade então.. ninguém ta nem aí. De repente você fala alguma coisa, falam “não acredito”, “Fulano ta inventando” né? Então a gente ouve e se cala. Eu me calo. Então é uma coisa assim, comum. Vai acontecendo e vai ficando. Acostuma né. Eu falava prostituição daí quando chegava lá, todo mundo nega, “ah, mas tá trabalhando, tá fazendo isso..Já foi discutido até de isolar as casas de prostituição, já foi discutido tanta coisa. Só que as vezes a gente fica discutindo formas de trabalhar até sem denúncia, com essas suspeitas que a gente tem, mas não tem denúncia pra gente ir lá e executar alguma medida, alguma coisa né.

O discurso acima permite a visualização de um cenário preocupante, em que, a RGD se apresenta como uma instituição descrente da possibilidade de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e até mesmo incapaz, diante dessa realidade.

Não tem como você combater isso hoje, porque isso é coisa que já acontece há anos. Aqui na cara da gente. Não tem como você pegar dados para estar verificando realmente porque na hora que você vai identificar, elas não falam. Foi só diz que me diz que. E você vai fazer o que? Não, mas disseram que foi... mas não tem... Como que vamos fazer isso? E entra mandato de um governo, sai outro e vai ficar nisso a vida inteira. Então, as vezes a gente pega caso assim, a gente ouve o caso, fala assim ‘mas escuta nós vamos lá mexer com aquela’. Geralmente você cumprir a lei é muito trabalhoso, então sempre dá um jeitinho, sempre deixa pra lá mais um pouquinho, vamos aguardar ver o que vai dar e



acaba burlando a lei. Aí tem aquelas grandes pessoas que tem grandes poderes, em virtude de sua família e do dinheiro em que tudo pode, que tudo acontece e que com ele é natural.

Tal representação da Rede sobre si mesma configura-se num discurso hegemônico que ao mesmo tempo é resultante das condições sócio-históricas do contexto, reificadas pela manutenção da realidade numa constatação de consciência alienada que mantém-se, também, amedrontada diante desta. Como afirmam Marx e Engels (2001) a consciência humana não parte de abstrações ou aprendizados teóricos, nem tampouco, da consciência que se quer ter. Parte-se de uma realidade concreta em condições historicamente determinadas e é nessas relações materiais que a sua consciência vai sendo construída. Assim a RGD vive, constrói e se reconstrói dentro de marcos históricos de um modelo de desenvolvimento altamente alienante, cujo processo de trabalho, não lhe permite o desenvolvimento das potencialidades humanas, ou seja, o aprofundamento da capacidade criadora e da mudança esperançosa e crítica da realidade.

Os discursos dissonantes sobre a descrença na capacidade de enfrentamento ou mesmo quaisquer práticas que possam existir, por certo, advêm de seres sócio-históricos que se mantêm construindo consciências como relacionamentos em outros territórios, grupos, que também são dissonantes e mantêm a crítica numa perspectiva de resistência.

7.6 Considerações finais

Ao organizar e analisar os dados por meio do DSC, a realidade pode emergir de forma a expressar as contradições e efetivamente conhecer a representação social que a rede de garantia de direitos tem sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e o vínculo ou não com a BR-163.

É neste contexto que estão os trabalhadores: aqueles vinculados à circulação de bens e pessoas na BR; aqueles das políticas sociais existentes no município e, todos os demais que trabalham nas



diferentes cadeias produtivas que compõem o modelo de desenvolvimento econômico e que conformam o pensamento e a representação social sobre a realidade. Esta é a base que propicia a representação social que se expressam nos discursos.

A análise dos discursos do sujeito-coletivo sobre a ocorrência de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios do norte do Mato Grosso do Sul entrecortados pela BR-163 comprovou a impossibilidade de se considerar tais ocorrências sem sua ligação com o território. As políticas sociais existentes, mesmo considerando suas (re)organizações a partir da Constituição Federal de 1988, nunca tiveram a importância das políticas econômica e de integração territorial (com vistas à segurança nacional). É possível afirmar que as localidades estão a serviço do des-envolvimento nacional, cuja inserção na mundialização do capital desconsidera a distribuição das próprias riquezas produzidas nestas localidades ou que por elas são escoadas.

A dinâmica da rodovia influi na dinâmica das diferentes explorações, evidenciando a interferência na representação social construída concretamente no processo sócio-histórico. Assim, reconhecer a exploração sexual de crianças e adolescente tem diferentes discursos que vão da negação à afirmação e sua relativa importância. Em outros termos, a exploração sexual cometida contra menores de idade tem um discurso que também a vincula à BR-163, mas nega esta como pertencente ao seu território. A ideia da BR como escoamento, passagem, atravessamento e, portanto, não pertencente à responsabilidade do território delimitado pelas fronteiras municipais, incide diretamente na não incorporação desta estrada à responsabilidade das políticas municipais.

Os DSC apresentam, em sua maioria, causas e culpas lineares sobre a ocorrência de situações de exploração sexual, geralmente vinculado uma menina (e, em alguns casos, meninos homossexuais) e um violador. Este equívoco remete a um senso comum que não deveria ser a fala da rede de garantia de direitos. É possível identificar nas falas dos sujeitos integrantes da rede de garantia de direitos um texto mais censurado e treinado, marcado por silenciamentos, tabus e certo distanciamento da questão. Os discursos revelam uma visão dualista do mundo, em que de um lado estão os culpados (família, meninas, caminhoneiros, governo e o



consumismo) e de outro estão as soluções (estruturação da família, conscientização dos caminhoneiros, mais rigor da legislação). Essa visão dual, em que há o embate constante entre bons e maus, entre o que é certo e errado, está presente em praticamente todos os discursos. Tais embates são percebidos pelo uso constante de conjunções com sentido de contradição ou ponderação, como o “mas”.

São discursos treinados por anos de participação em cursos, palestras e eventos, por isso, há uma preocupação com o que é dito e como é dito. Inclusive é possível perceber um cuidado frequente dos sujeitos em utilizar a terminologia correta, evitar preconceitos, tentar não passar uma visão maniqueísta e simplista da questão. No entanto, em muitos momentos, essa auto-censura é vencida pela força de um discurso dominante na sociedade, preconceituoso, machista e sexista. Isso porque, embora façam parte da rede de garantia de direitos, as pessoas estão, em primeira instância, inseridas em uma sociedade, que tem em si já estabelecidos conceitos e pré-conceitos.

O discurso treinado, no entanto, falha quando revela o desconhecimento do sujeito sobre as especificidades de cada tipo de violência cometida contra crianças e adolescentes, sendo que a exploração sexual é muitas vezes confundida com o abuso sexual cometido por familiares ou pessoas próximas da vítima. Mas também falha quando não vincula a realidade local e a depreciação dos serviços públicos oferecidos à garantia dos direitos da criança, praticamente como se estes não tivessem outra forma de existir.

As contradições apresentadas pelos discursos, embora sejam minoritários aqueles advindos de representação social mais complexa que evidencia as fraturas do modelo de desenvolvimento e os fundamentos da questão social, possibilitam às organizações que lutam pelos direitos da criança e adolescente, avaliar os processos de formação que estão em curso e que são destinados à rede de garantia de direitos.

Ao apresentar as dificuldades de enfrentamento da exploração sexual, os discursos ainda de forma moralista e conservadora na sua maioria, destinam às crianças e adolescentes as ideia de controle e de políticas públicas que as possam “guardar” do ócio e das diferentes possibilidades de socialização a partir da rua.



O que se tem é que, de um jeito ou de outro, a maioria dos atores das redes de proteção dos municípios apontam para as mesmas causas e culpados. Tem os mesmos preconceitos e sentimentos de impotência e reforçam sempre a questão da denúncia e falta da responsabilização e impunidade na investigação dos casos. O desafio então é promover esse encontro de saberes em prol da construção de atitudes e sentimentos protagonistas quando o assunto é enfrentamento da exploração sexual e que esses processos educativos possam balizar-se pelo reconhecimento dos direitos sexuais de crianças e adolescentes como direitos humanos e diferentes âmbitos de enfrentamento.

O atual fluxo e a perspectiva de aumento constante da economia que passa por esta estrada, inclusive com os recordes anuais da produção de grãos e a forte expansão da cana de açúcar, não tem as mesmas metas para implantação de serviços e ações das políticas sociais. Ao mesmo tempo que a riqueza “passa” pelo território, a política social em nada se beneficia dela.

A responsabilidade pelo enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes não pode ser reduzida às famílias ou às políticas sociais locais, mas é imperativo que seja compreendida como uma expressão do modelo de desenvolvimento cuja riqueza concentradora precisa ser revertido e colocar-se a serviço das necessidades locais. Empresas e governos que se beneficiam da concentração de riqueza devem comprometer-se com o enfrentamento dos impactos causados por eles próprios. Potencializar as ações e serviços locais é muito mais que estar nas campanhas de sensibilização, sobretudo significa construir estruturas que possam incidir de forma eficaz sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Entre os desafios que estão postos ao COMCEX-MS, Secretaria de Direitos Humanos e à própria Escola de Saúde Pública que estiveram à frente desta pesquisa, é repensar a formação da rede de garantia de direitos que, tanto no aspecto metodológico quanto no conteúdo, possam causar estranhamentos capazes de ir em busca das razões da exploração sexual para além do aparente. É desconstruir paradigmas morais, religiosos, econômicos e sociais que normalizam a barbárie e distanciam os agentes públicos da sua condição de ser social.



DEVOÇÃO

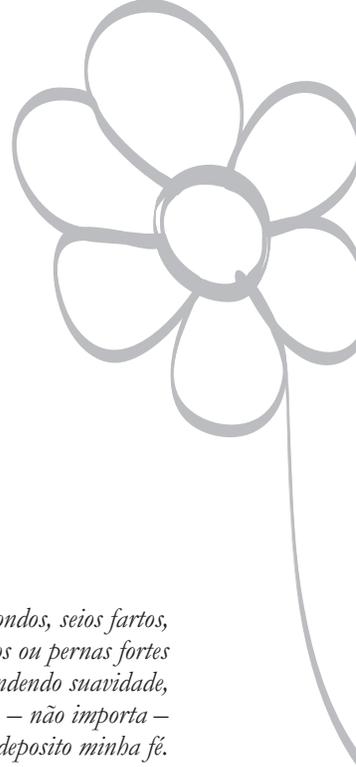
Laura Moreira
Ao movimento feminista

*Pois que é nas mulheres que deposito minha fé
E a elas rezo para merecer essa irmandade,
À mais anônima e à que todas o nome conhecem
Às que habitam esferas passadas
e as que ao meu lado caminham.
À elas eu rezo para merecer essa irmandade,
Pois que é nas mulheres que eu deposito a minha fé.
Às mulheres que teceram, no anonimato ou na infâmia,
os espaços que ocupo, eu oriento as minhas orações:
Que eu possa ser filha, mãe e irmã de todas que encontrar,
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.*

*Nos ventres redondos, seios fartos,
Braços musculosos ou pernas fortes
Ou nos corpos frágeis recendendo suavidade,
— não importa —
Pois que é nas mulheres que deposito minha fé.
E elas ensinam e me ensinaram:
A nunca recriminar uma mulher livre,
— Nunca mais —
A nunca me reduzir em feminilidades,
— Nunca mais —
A nunca acreditar nas mentiras dos que definem,
A nunca calar diante do desamor.
Pois que é nas mulheres que eu deposito minha fé*

*E serão elas a me guiar nas trilhas incertas que abrimos juntas.
E que possa perpetuar a dívida eterna
Doando o que recebi a outras mulheres,
Nas quais deposito a minha fé.
As que nasceram e as que se tornaram,
As por dentro, as por fora
E as mil possibilidades da textura.
E que possamos combater
Intrincadas formas de opressão,
As que vivo e as que não.
Que contra todas eu possa lutar,
Pois que é nas mulheres que deposito a minha fé.*

*Que sejam elas a me dizer como ser mulher;
Ainda que desafie a compreensão,
Que estraçalhe seguranças mofadas,
Que me mostrem asperezas que não quero ver,
Pois são elas que entendem a necessidade do abraço
E são elas que determinam os meus passos.
Pois que é nas mulheres que deposito a minha fé.*



CAPÍTULO 8

UM OLHAR FEMINISTA SOBRE OS RESULTADOS DAS PESQUISAS “SETOR SUCROALCOOLEIRO”, “FRONTEIRAS” E “BR-163”

Rosana Monti Henkin

8.1 Apresentação

Nossa proposta neste capítulo é apresentar um olhar feminista sobre alguns resultados das pesquisas: “Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul”, que chamaremos de Pesquisa Sucroalcooleiro; “Exploração sexual de meninas e meninos brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul” que denominamos Pesquisa Fronteira; e “Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento - representação da rede de garantia de direitos”, que nominaremos como Pesquisa BR.

Os resultados das pesquisas apontam para afirmações se referem à construção cultural dos gêneros na ótica do patriarcado e que moldam a vida de homens e mulheres há milênios. As três pesquisas evidenciam que há um discurso machista presente no conjunto da sociedade, dos operadores da Rede de Garantias de Direito da Criança, pois sempre as mulheres aparecem como cuidadoras, como trabalhadoras sociais ou como violadoras de direitos, todas características naturalizadas como de mulheres de acordo com a divisão sexual das funções de gênero.

Observando a construção social dos gêneros e analisando as pesquisas apresentadas percebemos especialmente três discursos preponderantes que nos levaram a elaborar os seguintes questionamentos: o patriarcado está nas políticas públicas? a culpa das mães? E, quem é protagonista?



8.2 Gênero: aproximação conceitual

Quando observamos a sociedade e a relação entre as pessoas, percebemos que certas qualidades, características, espaços, carreiras e ocupações pertencem aos homens, enquanto outros são destinados às mulheres. Nessa relação há uma hierarquia de poder, onde os homens estão no topo e, detêm maior poder econômico e social, e as mulheres na base. Estereótipos baseados em valores masculinos e femininos geram uma série de consequências que são nocivas para toda a sociedade. A violência contra a mulher, a desvalorização do trabalho doméstico e feminino, os salários das mulheres inferiores aos dos homens e a falta de oportunidades e direitos demonstram essa situação.

Segundo Scott (1989), as feministas, preocupadas em compreender essas evidências utilizam a categoria “gênero” como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Apresentam uma rejeição ao determinismo biológico, argumentando que deve haver o interesse pela história dos homens e das mulheres, com o objetivo de descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, promovendo uma avaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente.

O gênero, enquanto construção social é histórico, mutável, podendo existir diferentes sistemas de gênero. Rejeita o biologicismo, sexismo e essencialismo expresso no termo “sexo” que são as diferenças anatômicas entre macho e fêmea e relacionam a mulher à natureza e o homem à razão. Enquanto categoria relacional, o gênero deve abranger as relações estabelecidas entre mulheres e homens e não “mulher” como categoria isolada, como por exemplo, os indicadores de escolaridade, de renda e ocupação. Finalmente, gênero é uma forma de relação de poder permeada por relações de classe social, raça, etnia e geração (SCOTT, 1989).

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise aparecem no final do século XX como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primordial de significar as relações de poder, em lugar de procurar



origens únicas. Segundo Scott (1989), apresentam quatro dimensões que mantêm as estruturas de gênero:

- Símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas e que influenciam o imaginário coletivo e individual que moldam o comportamento a partir de representações do feminino e masculino, como, por exemplo Eva, Adão, Cinderela e Príncipe Encantado.

- Conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Como exemplos temos a legislação, a doutrina religiosa e a Ciência.

- Análise que inclua tanto a noção do político quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Como exemplos temos a hierarquia do clero religioso, do sistema de segurança, do mundo econômico.

- A identidade subjetiva, construída já no processo de socialização primária, onde se estabelecem as relações de gênero a partir de uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas (mãe, pai, família, escola, mídia, atividade/trabalho, política, lazer). Como exemplos temos as noções de homem responsável pelo sustento da família e de mulher como dona de casa (SCOTT, 1989).

Dessa forma, são construídas as representações sociais de gênero, onde se parte das diferenças biológicas acrescidas de valores masculinos e femininos separadamente, instituindo os papéis sexuais para homens e para mulheres, resultando na desigualdade de gênero. A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de papéis distintos, baseados em estereótipos, estabelecendo campos onde uma e outra podem atuar. “O estereótipo de gênero é uma opinião predeterminada, formada socialmente, que se estabelece de maneira rígida, separando indivíduos em categorias” (XAVIER FILHA, 2000, p. 31).

A abordagem de gênero utilizada para designar as relações sociais entre os sexos é uma maneira de indicar construções sociais, papéis



próprios aos homens e às mulheres e as origens sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Segundo Auad (2003), as relações de gênero são uma construção social, referem-se ao modo como as pessoas percebem os gêneros masculino e feminino na sociedade e, por isso, esperam-se atitudes e comportamentos compatíveis com essa expectativa. As diferenças biológicas são vistas, segundo essas construções de gênero, conforme elas se delineiam historicamente em cada sociedade (AUAD, 2003).

Quando uma família e a sociedade esperam o nascimento de uma criança, já definem o seu gênero a partir do sexo biológico. Se menino preparam-no com brinquedos e cores, socialmente aceitos para homens e ensinarão a esse ser valores para que ele seja forte, corajoso, viril, protetor, dominador, provedor, administrador, e para que ocupe o espaço público, seja por brincadeiras como jogar bola no quintal ou soltar pipa, todas subsídios para essa conquista. Quando adulto esse homem será cobrado pela família e pela sociedade quanto ao cumprimento do masculino aprendido e praticado desde a infância. Para se tornar homem a criança percorrerá um caminho permeado pelos valores masculinos.

Já a menina, após toda a preparação, receberá uma carga de informações diferentes sobre o seu papel. Aprenderá valores para que seja dócil, amorosa, frágil, organizada, maternal, fiel, vaidosa, cuidadosa, e para que ocupe apenas o espaço privado, seja brincando de panelinhas ou de bonecas, treinando para ser uma boa mãe e dona de casa. Quando adulta essa mulher também será cobrada pela sociedade para cumprir o feminino aprendido e praticado desde a infância. Para se tornar mulher, a criança percorrerá um caminho permeado por valores femininos.

Dessa forma, a criação diferenciada de meninos e meninas “cria uma identidade em oposição à do sexo que não é seu (o sexo oposto), distanciando-se dele e negando-o” e coloca-os em mundos divididos (Auad, 2003). O mundo dos homens, o público, com mais poder público, e o das mulheres, o privado, com menos poder público e mais poder privado. Essas regras impostas socialmente são muito rígidas e em geral prescrevem uma postura agressiva, dominadora e ativa para os meninos, contraposta a uma prescrição de passividade e submissão para as meninas.



Podemos afirmar, diante do exposto, que gênero, suas diversas manifestações e os fundamentos do patriarcado se manifestam, inclusive, nas políticas públicas.

8.3 O patriarcado está nas políticas públicas?

Acreditamos que o movimento histórico se dá pela correlação de forças produtivas, as quais se modificam na medida em que as relações de produção se transformam, então os grupos que compõem a sociedade também se transformam, as pessoas, em cada momento histórico, se organizam em grupos com características específicas. A história da humanidade é o movimento das forças produtivas em relação umas com as outras e os períodos da história são apenas organizações didáticas para melhor compreender cada etapa. A história das relações de gênero, das relações étnico-raciais, das relações de classes acontece de forma interligada, pois se refere aos mesmos sujeitos, os seres humanos.

Sendo o ser social constituído nas condições de produção e reprodução social, o patriarcado construiu sujeitos e sujeitas para a sua preservação, os quais dialeticamente mantêm o próprio sistema capitalista. As políticas sociais e os seus operadores estão contidos nesses processos históricos e, em grande parte, colaboraram para a manutenção de cada modo de produção.

Historicamente o sistema patriarcal se estruturou por meio da imposição de ideias, leis, crenças, moral religiosa, etc., que têm por princípio a superioridade masculina. A ideologia machista legitima o controle econômico e social do sistema político patriarcal, ou seja, o controle econômico, do Estado (leis, força policial, escola, ciência, justiça), da Família (pátrio poder), das Religiões e da Mídia moderna, são as bases de sustentação da ideologia machista.

O patriarcado moderno é baseado num contrato que integra a ideologia de gênero, pois é firmado pelos homens e tem como objeto as mulheres, cria o direito político dos homens sobre as mulheres e estabelece



acesso sistemático dos homens ao controle e ao próprio corpo das mulheres. Nele, a diferença sexual é convertida em diferença política, exprimindo-se ou em liberdade ou em sujeição. Nessa perspectiva o direito do pai passa a obscurecer as relações familiares, pois interpreta homens e mulheres, na família, primeiro como pais e mães e depois como maridos e esposas. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade. O direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas também o Estado, já que a liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada. Dessa forma, o patriarcado como forma de expressão do poder, transforma o pessoal em político.

As políticas sociais, no seu conjunto, é um palco de contradições que, ao mesmo tempo pode servir para evidenciar os problemas existentes e construir resistência com os seus usuários, por outro lado, ideologicamente pode amalgamar os valores de assimetria que estão presentes na sociedade. Se o patriarcado é uma forma de organização da sociedade que mantém o capitalismo, nas políticas sociais isso também não é diferente.

Segundo Saffioti, o patriarcado está a serviço dos grupos e classes dominantes, sendo que o sexismo não é mera expressão de preconceito mas o exercício do poder que mantém assimetrias entre gêneros.

No que tange ao sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. Em outras palavras, os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo [...] (2004, p. 123).

A organização das políticas sociais, por exemplo, são determinadas pelas políticas econômicas que afetam de forma desigual homens e mulheres, posto que estes exercem papéis diferenciados no trabalho produtivo e reprodutivo. Dessa forma, a ideologia atinge



materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai, corporificando-se nos agentes sociais tanto de um polo quanto de outro da relação de dominação-subordinação (SAFFIOTI, 2004).

No trabalho reprodutivo as mulheres cuidam de todos os que a cercam e isso não é considerado na organização econômica da sociedade. O controle dos corpos, então, não é feito somente para os direitos sexuais, sobretudo é feito para que se mantenha saudável para a realização da reprodução social. A valoração da função dos corpos, então, será realizada a partir da função reprodutiva a serviço do capital, ou seja, as mulheres vão sendo impingidas numa função subalternizada de cuidar dos demais para dispô-los ao trabalho. Isso vai servir tanto para aquelas mulheres que procuram os serviços públicos quanto para aquelas que trabalham neles.

Países como o Brasil, em que as classes dirigentes ocuparam os aparelhos de Estado para cuidar muito mais de seus interesses exclusivos do que para construir um projeto que englobasse dimensões amplas de cidadania, concretizaram uma visão preconceituosa em relação ao “outro”, que é considerado inferior, determinando uma sociedade hierarquicamente estratificada. As elites, mais preocupadas com o seu enriquecimento e a preservação de seus privilégios, desconsideraram a importância efetiva da educação (Cury, 2002, p. 257-258). Os sujeitos brasileiros foram formados a partir de individualidades brancas, cristãs, europeias e masculinas, desconsiderando e invisibilizando os elementos da cultura africana e indígena, ou a especificidade das mulheres.

A formação acadêmica não tem respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate sobre relações de gênero. Esses temas permeiam o universo escolar, muitas vezes de forma discriminatória devido à reprodução sistemática de uma cultura que desvaloriza as diversidades. Países que conheceram o processo de colonização e escravidão (como o Brasil) tiveram o direito à educação conquistado de forma lenta e desigual. Herdaram preconceitos e discriminações étnico-raciais e de gênero, as quais são incompatíveis com direitos civis, resultando na não efetivação das conquistas sociais em lei (CURY, 2002, p. 257).

Os trabalhadores e trabalhadoras das políticas sociais integram a mesma formação social dos seus usuários e estiveram no mesmo processo de formação sócio histórica da sociedade brasileira baseada no machismo,



heterossexismo, racismo e adultocentrismo, acrescidos de uma moral sexual dubietada entre homens e mulheres e entre ricos e pobres. Os discursos apresentados pelos trabalhadores, embora grande parte também tenha cursado graduação universitária, não significa diferenciação do conjunto da sociedade. Há pouca ou nenhuma distinção entre exploração sexual de crianças e adolescentes e prostituição adulta, como também a quase nenhuma ligação entre os modos de produção da sociedade e os problemas causados por eles.

Os discursos que se apresentam dos gestores públicos e dos(as) trabalhadores(as) dispõem na forma de moral sexista o exercício sexual de homens e mulheres, categorizando estas entre vítimas e algozes em situações similares de exploração sexual. Assim, pendulam entre a mulher que necessita de proteção de outrem ou, de outro lado, a mulher sem moral e, portanto, também não destinatária de cuidados. Nos discursos dos gestores públicos, as dimensões de classe, gênero e geração parece que estão dadas a priori e desconsideram as relações assimétricas de poder que coexistem na sociedade.

Em todas as três pesquisas, gestores públicos e trabalhadores da rede protetiva da infância foram ouvidos e, como já é de amplo conhecimento, as políticas sociais como saúde, educação, assistência social são compostas em sua grande parte por mulheres. Poderíamos então perguntar: porque essas mulheres são tão severas com as demais mulheres?

Na Pesquisa Fronteira, por exemplo, que são estudadas vinte e seis (26) situações, só há a presença de um pai, ou seja, todas as demais têm o relato pelas trabalhadoras das políticas sociais a partir das mulheres mães, avós, tias e educadoras. A ausência de relatos a partir de homens indica que também os serviços não acessaram ou não buscaram os responsáveis masculinos pelas crianças e adolescentes. É como se eles não existissem nas histórias contadas. Eles aparecem de forma explícita como violadores, mas não há um movimento em busca da identificação dos responsáveis homens (na condição de pais), nem tampouco não há registro da presença deles na vida dos infantes. Teriam os serviços garantia de direitos mantido a lógica de re-responsabilizar as mães nas situações de violação? Como meninas e meninos foram atendidos tiveram processos socioeducativos de re-significação das relações de gênero?



Na Pesquisa Sucroalcooleiro, há o estabelecimento de uma divisão explícita entre as mulheres de bem, aquelas que estão vinculadas à gestão e à execução das políticas sociais e, como que separadas por um véu moral, as demais que estão trabalhando o entorno das destalarias/usinas. A ligação que pode se estabelecer entre os dois mundos é quando alguma violação de direitos envolve crianças e adolescentes e há algum acesso às políticas. Parece que são dois mundos apartados pelo tipo de atividades sexuais aparentemente diversas entre os dois mundos. Neste aspecto o patriarcado regulador do certo e do errado nos direitos sexuais, além de regular os direitos entre o mundo do entorno sucroalcooleiro e o mundo das políticas sociais, também confere a divisão entre os diferentes grupos de mulheres.

Na Pesquisa BR, os discursos, com raras exceções, são machistas em sua essência, conferindo às mulheres a condição de vítima ou de algoz, pendulando entre a vitimização ou incapacidade de sair de uma determinada realidade e a condição de operadora da violação de direitos. Também as sínteses dos discursos das gestoras e trabalhadoras das políticas sociais, traz em evidência a incontrolável sexualidade de meninas e seus exercícios de sedução sobre homens, especialmente os idosos. Na busca de encontrar saídas para o enfrentamento da exploração sexual, as propostas baseiam-se, principalmente no enquadramento sexual-moral das meninas, retornando às boas famílias, inclusive para o trabalho doméstico.

Essas pesquisas, se estudadas profundamente sob a ótica de gênero, como afirmam em suas conclusões, indicam que as políticas sociais, por meio de seus operadores, mantém assimetrias de gênero, impondo as mulheres responsabilidades e culpas, sem apoio às suas demandas, inclusive de enfrentar as desigualdades impostas pelo patriarcado.

8.4 A culpa das mães?

Em Pesquisa Fronteira, a centralização dos conflitos localizada nas mães, reproduzindo outra característica das relações de gênero no patriarcado. Dentre as tarefas destinadas às mulheres estão a criação e os



cuidados com os filhos e as filhas. Sempre que aparecem problemas relacionados à prole a mãe é convocada a solucionar, já que é uma atribuição sua.

(...)A menina, por ter epilepsia, era superprotegida pela mãe, que queria impedir que ela fosse a festas. A adolescente discutia muito com a mãe e dizia, nos atendimentos, que sua casa parecia uma prisão. A mãe não recebe bem Roberta [quando volta grávida] e repete, a todo o momento, que tem nojo daquela barriga suja, que era uma criança sem pai(...)
(COMCEX, 2011, p. 26).

Toda a responsabilidade recai sobre as mães. Através do estudo da história do pensamento, fica evidente uma tradição que enfatiza a importância da atividade das mulheres dentro de casa com as funções de cuidar da família e da educação dos filhos, que serão trabalhadores produtivos, não atribuindo valor econômico a esse trabalho, e insistindo na obrigaçao das mulheres como mães e esposas (CARRASCO, 2005).

O modelo de família com núcleo patriarcal é calcado em uma estrutura hierárquica que pressupõe um conjunto de práticas e valores, com base na dicotomia dos papéis sexuais familiares, associados às funções que são atribuídas separadamente ao homem e à mulher, as quais são socialmente valorizadas de forma desigual.

Esse regime estrutura-se na forma como os homens asseguram para si e para seus dependentes os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Há uma economia doméstica que sustenta a ordem patriarcal, onde as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria composta por homens para estabelecer e manter o controle sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 2004)

Muitas historiadoras mostram que durante os séculos XVIII e XIX as contribuições econômicas das mulheres para a reprodução familiar são decisivas, pois além de assumir o trabalho doméstico, elas mantêm longas jornadas na agricultura ou trabalham fora de suas casas, seja no



trabalho fabril, como pequenas comerciantes ou como trabalhadoras eventuais, babás, lavadeiras, etc. Tal realidade tem se mantido na atualidade, o que costuma-se chamar que, as mulheres, saíram para o trabalho fora de casa, mas os homens não entraram para o serviço de reprodução, ou seja, o doméstico.

A atividade das mulheres dentro de casa com as funções de cuidar da família e da educação dos filhos, que serão trabalhadores produtivos é importante para a manutenção do sistema tal como é. Porém não se atribui valor econômico ao trabalho doméstico, e insiste-se na obrigação das mulheres como mães e esposas (AGUIAR, 1997).

Sendo o patriarcado um sistema sócio-político-ideológico que divide os gêneros, coloca-os em uma relação hierárquica baseada no controle da sexualidade feminina, cuja demonstração pública deve ser de contenção e, a masculina, de exacerbação, podendo os homens transitar entre os mundos das mulheres de bem e daquelas que estão no mercado sexual. O masculino, nessa perspectiva, é, na maior parte do tempo, mais livre para circular entre espaços diferentes e públicos do que o feminino, este geralmente percebido como aquele que tem que se manter em espaços privados, pré determinados pela organização social. O espaço privado, aquele do cuidado com os filhos, é o que mais vai aparecer como sendo da mulher, conferindo papéis de responsabilidade única, com a normalização da natureza cuidadora. Neste cuidado, caso ocorra algum problema em relação aos filhos, há a culpabilização do não cuidado do espaço privado.

A partir do momento em que as mulheres entraram no mercado de trabalho a essas responsabilidades foram acrescidas as decorrentes de sua ausência no lar (geralmente na forma de culpa). Além de cumprir as três jornadas (trabalho doméstico, cuidado das pessoas e trabalho externo) é muito comum que às mulheres seja imputada a culpa pelo crescimento da criminalidade, pelo aumento de jovens em conflito com a lei, pela gravidez na adolescência, como se os filhos e filhas não tivessem pai. Frente a essa circunstância, muitas mulheres, entre a demanda cotidiana de cobrança aos homens pela divisão de responsabilidades e realizarem todo o trabalho, assumem as funções de mãe e pai sentem-se empoderadas com isso. É claro que essa nova situação, apesar de [o caráter libertador] libertar da dominação doméstica masculina, gera danos à saúde,



devido à sobrecarga de responsabilidades, pouco tempo para lazer e pouca dedicação a cuidados consigo.

A fala a seguir ilustra uma face perversa desse poder: *“Teve um caso também que veio pra cá que a mãe né, a mãe cria as filhas, também são menores, uma de 13, agora tem 14 né? E a mãe alicia as filhas e as amigas né”* (COMCEX, 2013, p. 64).

Nesse sistema, a instituição do casamento juntamente com os valores da sexualidade controlada e da monogamia cumpre a função de preservar a autoridade masculina, pois a partir a mulher passa a ser considerada propriedade do homem, com a tarefa de produzir filhos. Para isso foi estabelecida uma relação de proteção e submissão do feminino, onde a mulher obedece ao marido, que a protege e a sustenta (AUAD, 2003). Na pesquisa sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na BR 163, quando se abordam as possibilidades de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, uma das ideias centrais que se destaca é a de que *“é preciso colocar as crianças e adolescentes para trabalhar e repreender com ameaças”*. A argumentação é que *“quantas meninas nós poderíamos tirar de circulação aí pra educá-la como ser humano, pra ser futura mãe, uma futura dona de casa”* (COMCEX, 2013, p.86). Note-se a naturalização da função de mãe e dona de casa como destino mais certo para as mulheres.

O patriarcado, além de fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres, pois imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo, desempenhando as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. (SAFFIOTI, 2004)

(...) Nas discussões em casa, a mãe dizia à Paula para sumir, ir embora, que não prestava, que era vagabunda e oferecida, entre outras ofensas. A mãe alegava não dar conta de criar a filha, pois ela era rebelde e não parava em casa, só queria saber de namorar. (...) A adolescente disse inúmeras vezes em atendimento que odiava a mãe(...) (COMCEX, 2011, p. 26)



Note-se que nas três pesquisas citadas os homens aparecem como usuários dos serviços sexuais, como exploradores sexuais, como patrões, como trabalhadores. É importante ressaltar que também a maioria das entrevistadas gestoras e trabalhadoras das políticas sociais possivelmente são mães, ou seja, também podem ser reprodutoras das relações patriarcais nos ambientes domésticos e, podem também, estarem vivendo as mesmas condições das mães.

Tanto na Pesquisa Fronteira, quanto na Pesquisa BR, fica evidente que se confere à mãe o papel de contenção, afeto e educação e, quando este não é desempenhado conforme a sociedade lhe designou, independentemente das condições, a culpa dos desvios sociais chega somente até elas.

8.5 Quem é protagonista?

Quando falamos de protagonismo feminino estamos abordando práticas que são exercidas pelas mulheres, mas ainda desconhecidas e/ou não reconhecidas pela coletividade. Seria a prática de tomar as rédeas da própria vida, fazer suas escolhas, tomar as decisões que julgar mais acertadas, tendo-se a si mesma como sujeita de seus projetos.

Se no sistema patriarcal a sociedade consente que os homens exerçam o poder por ela instituído, mesmo que para tal se utilizem da força física, onde ficaria o protagonismo das mulheres, e meninas? Além disso, em uma sociedade pautada pelo consumo e pelo mercado, onde as mulheres são assujeitadas pela mídia para tornarem-se mercadorias ou objetos de consumo masculino, muitas vezes como possibilidade mais fácil de sucesso, onde fica o protagonismo das mulheres e meninas? A fala a seguir ilustra esse debate.

(...)O homem perguntou e apontou para uma menina, com aparência de 13 a 15 anos, que passava em frente ao bar. A garota estava de short e blusa. “Ela tá indo pra um ginásio aqui perto”, disse o homem e emendou: “Essas meninas, hoje em dia, estão todas gostosinhas. Dá vontade até de ir preso”(…) Ele afirmou que as



meninas da escola “provocam demais”. Contou, ainda, que um guarda, amigo dele, apaixonou-se perdidamente por uma estudante, que teria, no máximo, 15 anos. “Ele chegou de ficar doente por causa dessa menina. Ela sabia que ele gostava dela; aí que ela provocava mesmo. Mas na hora não queria nada com ele”(…) (COMCEX, 2010, p. 36)

(…)Os dois homens (o trabalhador da usina e o guarda) fizeram comentários sobre a existência de muitas adolescentes no mercado do sexo. Ao se referirem a essas garotas, usavam o termo “putinhas”. “Aqui tá cheio de putinhas. E elas moram com a própria família, que nem sabe ou faz que não sabe”, disse o guarda (COMCEX, 2010).

Na visão dos atores da rede de garantia de direitos “*as adolescentes são protagonistas dentro do esquema da exploração sexual*” pois “*são elas que seduzem e escolhem os clientes, bem como a forma como se dará o serviço sexual*” (COMCEX, 2013, p. 66)

Muitas pessoas entrevistadas acreditam que as crianças e adolescentes são tão responsáveis quanto os adultos pelo que estão fazendo.

(…)Em relação a eles ficarem com meninas eu acho que tem relação mais com a sem-vergonhice. Sem-vergonhice, sim, e das próprias meninas, né, do que por eles. Ora, eu ‘to aqui na minha a menina vem aí e tal’. Pra mim não justifica a mãe ou o pai que, por exemplo, percebe, em algum momento, porque a criança dá sinais, de que ela tá indo pra exploração sexual, pro abuso. Então, as meninas se habituaram a se prostituir, independente se é velho, se é moço, com quem elas quiserem, o que tiver na reta, isso é natural pra elas. É uma opção delas, às vezes (...)é o meio de vida delas sabe, vai lá, mostra o corpo, e aí tira o dinheiro que ele tem, e ele passa a necessidade durante um mês. E não é só culpa de quem praticou da violência, aquele que foi violentado também tem culpa, isso você pode ter certeza absoluta. Não é só eles que fazem a cabeça, elas estão tão com tanta vontade de ter esse sexo que elas fazem a cabeça dos rapazes também. Foi porque quis ir, né (...). Se você perceber é bem provocativo (...) (COMCEX, 2013, p 70 e 71)



E ainda,

(...)A criança tem desejos. As adolescentes, elas têm a primeira iniciação sexual depois ela sente livre para fazer o que quiser, aí vem um intruso, oferece alguma coisa. Então, pra elas que estão acostumadas com esses valores trabalhar como empregada doméstica, passando roupa e aguentando “encheção” de saco né... aguentando gritos e tudo mais ganhando 50 reais, 500 reais, não é interessante. Tudo bem que lá fazendo programas eles têm isso, tem que se submeterem a certas coisas horrorosas, né(...) (COMCEX, 2013, p. 71)

Safiotti (2004) aponta que na estrutura patriarcal capitalista das ocupações, as mulheres não figuram como trabalhadoras, mas tão-somente como mulheres e a sua exploração econômica faz-se conjuntamente com o controle da sexualidade, dado que o capitalismo se apropriou da desvantagem feminina. Quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram e continuam sendo vítimas.

Seguindo essa ótica, as crianças e adolescentes, majoritariamente do sexo feminino, encontram-se em desvantagem em relação aos homens adultos, pois são utilizadas como objeto de prazer sexual ou como mercadoria para satisfazer as necessidades masculinas.

(...)A base maior desse problema todo é o financeiro, questão econômica e o choque de renda entre duas comunidades distintas. A nossa sociedade é muito perversa. Ela é excludente. Há uma concentração de renda nas mãos de poucos e a maioria não tem acesso aos bens materiais mínimos. É uma sociedade que a essência dela é o consumo. (...) Poder aquisitivo. Pobreza. (...) Eles veem aquelas coisas na televisão e querem ter, ter... E os pais não têm condições. E aí que elas vão sair com o tio e o tio paga uma roupa pra elas, então elas estão bem, porque o pai e a mãe não podem pagar isso. Elas não têm essa consciência que nós temos da prostituição, do mal que é isso. E é assim, normal(...) (COMCEX, 2013, p. 73)

A sexualidade das meninas pendula entre a vitimização econômica e a capacidade de autonomia para sedução dos homens. O



controle da sexualidade não considera o processo de desenvolvimento porque passam as meninas e, por isso, aos homens (e também as mulheres) é permitida o julgamento sobre onde, com quem e o que fazem as meninas. Não se percebe nos discursos, sentimentos de sensibilização pela condição de serem adolescentes e, portanto, necessitarem de atuação de proteção. Ao conferirem um valor de “autonomia sexual” às meninas, este está carregado de culpabilização pelo não cumprimento de regras socialmente estabelecidas pelo patriarcado: ou estarem controladas no âmbito das famílias ou serem vítimas e, portanto, destituídas de quaisquer manifestações de sexualidade.

Os direitos sexuais, em todas as pesquisas, não são explicitados pelos gestores e trabalhadores das políticas sexuais e fica evidente que estes são compreendidos, em grande parte, como inexistente ou como “perigosos” à ordem social.

8.6 Considerações Finais

Vivemos em uma sociedade que foi forjada nos moldes do capitalismo, do machismo, racismo e do adultocentrismo. Uma sociedade que não proporciona espaços iguais para as pessoas, posto que considera alguns com mais direitos que outros, em que pesem as garantias legais. Essa construção desigual leva ao distanciamento dos diversos grupos, à distribuição desigual de oportunidades, de bens, de acesso a direitos. Também leva à não responsabilização do Estado pelos resultados dessas desigualdades e, portanto, a falta de políticas públicas que enfrentem as suas raízes.

No caso das pesquisas que analisamos a desigualdade entre homens e mulheres é evidente, assim como entre adultos e crianças e adolescentes. A responsabilização ou culpa pelos danos da exploração sexual recai sempre sobre as mães ou sobre as próprias crianças e adolescentes, ou sobre o homem individualmente, enquanto caminhoneiro, cortador de cana, turista, etc. mas nunca da ausência de políticas públicas.



Fala-se de prostituição como senso comum, desconhecendo todas as formas de organização desta, desconhecendo-se (ou por conveniência) o conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes e estas como pessoas em desenvolvimento. Reafirma-se o pensamento machista quando o pai dessas crianças jamais é citado, recaindo sempre sobre a mãe toda a responsabilidade. Finalmente trata-se as crianças e adolescentes como protagonistas de uma situação que é fruto da exploração do próprio machismo/capitalismo, na qual um ser humano serve de objeto de prazer sexual para outro ser humano, os quais não tem direitos iguais.

Será que crianças e adolescentes podem ser consideradas sujeitos políticos, responsáveis pela escolha de praticar a atividade sexual como trabalho? Será que os direitos de cidadania dessas sujeitas estão garantidos? Onde fica o Estado na sua responsabilidade de cuidar dessas sujeitas de direito, inclusive atuando na mudança cultural e enfrentamento das assimetrias de gênero? E o ECA, onde define os limites para atividade sexual de crianças e adolescentes, como garante seus direitos sexuais?

Estamos diante de vários desafios. Neste caso talvez o maior deles seja se e de que forma a discussão sobre os direitos das mulheres ganharão capilaridade nas políticas públicas, já que são elas reprodutoras, mas também reificam, reforçam, sistematizam na mente das atendidas a “ideologia do patriarcado”.

Talvez um caminho seguro fosse a escola, pois se ela é quem cria e reproduz estereótipos, não gerando espaços e oportunidades iguais para alunos e alunas, ela mesma pode construir novos valores, cumprindo a função de transformar conceitos, melhorar a qualidade das relações, por meio de uma educação com igualdade de gênero.

Proporcionando o questionamento de ações e práticas podem-se construir novos referenciais. Uma escola com profissionais formados em um processo reflexivo terá condições de incentivar toda a sociedade a estabelecer novas relações, e a partir das quais construir o futuro desejado. Uma prática profissional transformadora com profissionais conscientes da sua ação social, partindo da aceitação da parcialidade que leva ao reconhecimento das diferenças trará novos processos sociais e novas vivências, novas identidades e novas subjetividades.



Para que a escola esteja preparada para fazer uma reflexão que possibilite a alunos e alunas compreender as implicações éticas e políticas das diferentes posições sobre as relações de gênero e construir sua própria opinião, educadores e educadoras necessitam de subsídios para realizar a prática pedagógica com oportunidades iguais. Dessa forma terão condições de realizar uma educação que busque promover a igualdade entre homens e mulheres, proporcionando igualmente oportunidades de exploração de seus potenciais, respeitando a liberdade de pensamento e de consciência. Isso significa criar novos grupos de pensadores e pensadoras, pautados no reconhecimento e na valorização da diversidade.

Uma escola com professores e professoras formados na perspectiva de gênero é capaz de transformar conceitos, e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida das pessoas, realizando uma educação com igualdade de gênero, a qual oportunizará a discussão dessas relações na família, na escola, no trabalho, na sociedade. Dessa forma, a escola pode contribuir para a reconstrução das funções sociais de homens e mulheres, respeitando todas as diversidades do ser humano.

Uma escola que forme crianças, jovens e trabalhadores das políticas públicas indignados com as desigualdades de gênero, desejosos de mudanças e preparados para re-criação de cotidianos questionadores e vividos com respeito às diferenças e potencialmente justos.



Vai Passar

Chico Buarque

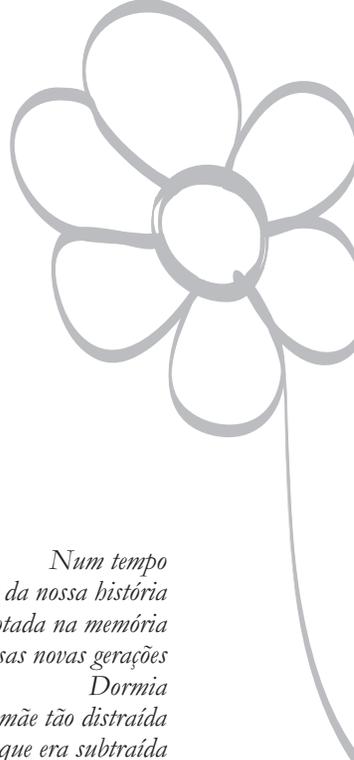
*Vai passar
Nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram sambas imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais*

*Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações*

*Seus filhos
Erravam cegos pelo continente
Levavam pedras feito penitentes
Erguendo estranhas catedrais
E um dia, afinal
Tinham direito a uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava carnaval
O carnaval, o carnaval
(Vai passar)*

*Palmas pra ala dos barões famintos
O bloco dos napoleões retintos
E os pigmeus do bulevar
Meu Deus, vem olhar
Vem ver de perto uma cidade a cantar
A evolução da liberdade
Até o dia clarear*

*Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório geral vai passar
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório geral
Vai passar*



CAPÍTULO 9

ESPERANÇAS REBELDES BORDAM HOJE, O AMANHÃ

Estela Márcia Rondina Scandola



9.1 Do tempo, espaço e sentimentos que emergem esperanças

Escrever o capítulo final de um livro é como pegar muitas e diversas linhas, com um traço de bordado ainda não feito e colocar-se ao trabalho. A juta tem cor que não ajuda, a lida foi dura e faz doer o corpo arcado pelos ataques à esperança. Mas da cadeira de fios, sentada prá esvaziar as ocupações negativas, há um entardecer que se transcolore e me oferta o encontro com sianinhas, lãs, fio 10, sutaches, rendas e chitas... E aí, retomo a esperança que, como diz Freire, não por “por pura teimosia mas por imperativo existencial e histórico.” (1992, p.4).

Este texto é resultante de análises sobre as conclusões das três pesquisas realizadas no âmbito do COMCEX-MS (Comitê Estadual de Enfrentamento a violência e defesa dos direitos sexuais da criança e do adolescente): Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes no Mato Grosso do Sul (COMCEX-MS; IBISS-CO, 2010); Exploração sexual de meninas e meninos brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia em Mato Grosso do Sul, (COMCEX-MS; IBISS-CO, 2011) e Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento: representação da rede de garantia de direitos (COMCEX-MS; IBISS-CO, 2013), as quais denominaremos doravante de Sucroalcooleiro, Fronteiras e BR 163. As reflexões, portanto, não são as mesmas que compõem os relatórios finais, mas avançam com a maturidade de uma pesquisa que foi proporcionando aprofundamento de conhecimentos sobre as anteriores.

Por outro lado, é também a busca de pensar sobre os caminhos necessários a serem percorridos por grupos e movimentos no sentido de

manter em pauta os assuntos inerentes à violação de direitos de crianças e adolescentes, cuja ação dos próprios agentes públicos, por vezes, diminui a sua importância enquanto movimento mais geral da sociedade.

A decisão de trazer Paulo Freire e sua *Pedagogia da Esperança* para este capítulo não é uma muleta em tempos de caminhada em ruelas cobertas por cascalho, mas é considerar que é possível descortinar possibilidades de coletivamente seguir, talvez mais devagar, mas seguros em direção à utopia que proposital e necessariamente colocamos distante de nós.

Neste atual estágio estrutural do capitalismo, com a malvadez que se expressa pela mundialização concentradora de poder e renda e políticas sociais refilantropizadas com máscara de racionalidade neoliberal, é como se os espaços locais não existissem como reprodução da vida, mas somente à serviço das regras econômicas. O sentimento que tudo é muito maior do que conseguimos entender, nos afasta do querer mudar a realidade. É do capitalismo “a desesperança [que] nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo.” (FREIRE, 1992, p.4)

A este tempo do capital que se materializa nos territórios colocados em sua função, é fundante sua ressignificação posto que “hay que tratarlo com especial cuidado, para evitar sobre todo la confusión entre el tempo cronológico, vacío de significado social, y el histórico, que solo encuentra en lo social su significado”. (CASTRO, 2008, p.59). O autor ainda afirma que está exatamente no tempo-história as reservas mais profundas de nossa cultura e etnicidade que faz possibilitar re-conhecer-nos em “nuestro proceso de formación, y se expresa día con día en la labor de volver a constituirnos.” (CASTRO, 2008, p.68)

As respostas que queremos, nós a podemos construir a partir da histórica resistência operada pelo próprio povo que vive neste centro da América do Sul que, a despeito de todos os ataques genocidas, estes não lograram êxito na sua essência, somente fizeram repactuar as estratégias de navegação pelos rios que irrigam as planícies, serpenteiam serras e guardam histórias dos bororo, guarani, kaiowa, terena, guató, kadiwéu, ofaié e negros trazidos para as guerras.



A organização deste capítulo é o exercício do bordado entre discursos da Rede de Garantia de Direitos - RGD, captados nas diferentes pesquisas e reflexões, aprenderes e desaprenderes sobre (des)esperança. É um bordado que tem muitas antas que quebram a dormência das sementes, pensamentos esperançosos de gentes que se descolonizam todos os dias e um desenho feito de carvão e que, ao bordar, pode ter nasceres e pores-do-sol colorindo o cerrado e o pantanal povoado.

9.2 Quando a pergunta é O QUE fazer no enfrentamento da ESCA

O processo de alienação no trabalho dividido em serviços focais oferecidos nas políticas públicas não toma somente seus trabalhadores mas também os movimentos sociais que fizeram avançar a garantia de direitos. Por isso, o mais comum é sempre responder sobre o quê fazer e isso remete a uma série de atividades que podem ou não ter ligação entre si, mas geralmente pontuais, locais e dirigidas a públicos específicos, ou seja o que fazer para outros se “enquadrarem” no enfrentamento a esta ou aquela problemática.

É comum que cada movimento tome para si a atuação visando mudar uma dada realidade como se ela existisse em si, descolada dos liames que ligam todas as problemáticas evidenciadas no cotidiano: as feministas, os direitos das mulheres; os ambientalistas, o ambiente; os indígenas, os seus direitos; os negros... os lgbtt... o movimento da infância. O processo de usurpação de direitos, no entanto, tem uma origem que vem da histórica dominação de classe que se engendra com demais assimetrias de poder e, que, tudo junto e misturado compõem um caldo de violação de direitos e desigualdades.

Conforme afirma Ceceña (2008, p.30), os povos têm aprendido que o poder é “multicéfalo y tiene largas correas de transmisión, reproducción e control que comunican funcionalmente los microescenários com los centros de concentración y ejercicio de los macropoderes”. Enquanto os poderes de dominação se comunicam, os



poderes dos dominados são organizados por tema e à serviço da manutenção das dominações e, separados entre si e, em grande parte, ainda em disputa por espaços concedidos à coesão.

Talvez seja por isso que a pergunta que mais se ouve quando realizamos a exposição das pesquisas e promovemos o seu debate, a primeira pergunta é: o que fazer? E, em espaços quase que exclusivamente da rede de garantia de direitos, há sobejamente a presença daqueles vinculados aos direitos dos infantes, sem a participação de outros movimentos ou outros serviços.

Ao buscar as respostas de forma linear para a ESCA, localiza-se o enfrentamento da ESCA nela mesma e, mais especificamente no controle de quem deveria ser protegido. É como um ato de desesperança na medida em que descrê da capacidade de mudar a sociedade, propondo-lhe pequenos remendos de retalhos rotos e linhas gastas. É afastar-se da capacidade de humanamente atuar no mundo que o cerca. Por isso, é comum que a resposta a pergunta sobre o que fazer (alienante) passe a ser também de alienação, focalização e, portanto, de acomodação ao que está dado, como por exemplo:

a) Investir na fiscalização das migrações de meninas e mulheres e coibir a prostituição, fiscalizar os homens:

Pra resolver deveria fechar todas (casas de prostituição). Deveria cassar o alvará do estabelecimento, que aí era menos uma boate. Tem que se ter uma fiscalização rigorosíssima nessas BRs em relação a esse trânsito de adolescentes e essa migração de mulheres adolescentes, sobretudo de mulheres. Tem que fazer o controle, não de forma proibindo, mas de forma a identificar aquelas pessoas que estão se prostituindo ali no ponto ou com seu cliente porque acaba prevenindo o aliciamento.

Então tem que fazer um trabalho com esses homens, conscientizar eles, porque eles acham que tomar um copo de cerveja com uma adolescente não é maldade.



b) Controlar as crianças por meio de medo, ameaças e trabalho

Se na adolescência é privado de trabalhar isso aí é uma coisa negativa. Porque se eu adoto uma... emprego uma menina pra cuidar da minha casa, um trabalho leve, que não vai machucar ou interferir alguma coisa, ela está dentro de uma família que tem princípios, que está interessado em ajudá-la a crescer num ambiente bom. Mas então porque essa lei privar a gente de fazer isso? Quantas meninas nós poderíamos tirar da circulação aí pra educá-la como ser humano, pra ser uma futura mãe, uma futura dona de casa. Vai aprender alguma coisa positiva não o que ela ta aprendendo na rua.

Porque não tem uma penalidade justa sabe, tem que botar um medo nessas crianças também porque se está rolando um dinheiro é porque quer, o outro está pagando. Não tem uma coisa assim, que repreenda esses moleques. Oh, fala que vai dois dias na casa abrigo, ou vai ficar três dias, que vai ter que pagar serviço comunitário, vai capinar, fazer uma horta ali na creche.

c) Investir nos valores familiares e religião:

Temos que começar é trabalhar a base, trabalhar os valores da família. Nosso objetivo é sempre tentar resgatar a família. Não digo que a religião vai resolver, mas 70% dos problemas são resolvidos.

Essas três ideias e seus discursos, inicialmente, deveria nos fazer “bater em retirada”, como diria a cabocla da terra. Afinal, é a rede de garantia de direitos que propõe da violação de direitos de forma vil. Mas, como diz Freire (1992, p.20) uma coisa é trabalhar com os grupos populares que já estão engajados na luta, “outra é trabalhar com grupos populares que ainda não conseguiram ‘ver’ o opressor ‘fora’ de si”. E, ainda o autor diz que no processo educativo é preciso verificar não somente o conteúdo, mas as formas de abordá-lo, posto que a forma de aproximar deles e ir à essência está diretamente ligado aos níveis de luta.



Então, poderíamos dizer que o movimento da infância participa também de um movimento de violação dos direitos, ou pelo menos, intenciona fazê-lo?

Ao buscar a essência dos discursos acima, percebe-se que há uma moralização sexista das crianças e dos adolescentes afetando o cotidiano de meninas e mulheres, quando se sugere um controle do trânsito das mesmas em praticamente todas as pesquisas, imputando a elas a facilidade do trânsito na BR, nos municípios de impacto do setor sucroalcooleiro e nas fronteiras.

Essa moralização se traduz no cerceamento do direito de ir e vir dessas pessoas, isso porque, a regulação das migrações é associada à uma forma de coibição da prostituição, como se somente meninas e mulheres se prostituíssem e fossem as únicas responsáveis pela prostituição ou, ainda pior, necessitassem de controle pois não conseguem se proteger, conferindo a elas a ideia de vítimas indefesas. No caso das fronteiras, aparece ainda a ideia de fechamento delas com fiscalização para trânsitos diversos, como se isso fosse possível em territórios de cidades-irmãs.

Quando se vê o trabalho de crianças e adolescentes como a saída para o problema da ESCA instaura-se um verdadeiro dilema sobre tudo que existe a respeito de direitos da criança e do adolescente. Por outro lado, o controle dos corpos e dos sonhos de ir e vir de crianças e adolescentes passam a vigorar sob o jugo do trabalho, inclusive o doméstico (o que já sabemos das imensas violações que ocorrem nesses casos). Tal vertente de pensamento se consubstancia no conformismo da violação de direitos, colocando, no entanto, os direitos de não ser explorado sexualmente num patamar superior aos direitos que vetam o trabalho de crianças e adolescentes. Essa situação de estagnação, de sujeição aos ditames da violação de direitos demonstra uma face fragilizada da rede, que se apresenta como a institucionalidade que já não mais acredita no próprio trabalho, ou mesmo que não encontra saída a partir da garantia de direitos, evidenciando sentimentos de fraqueza e derrota.

Este sentimento, a desesperança, é ingrediente da manutenção da alienação sobre o processo de trabalho, a relação com o entorno do trabalho e os sentidos do próprio viver, ou seja, é quando a aderência do



oprimido ao processo opressor dificulta a tomada de consciência (Freire, 1992). Faz mais sentido olhar de longe uma realidade e manter-se firme como não sendo sua a ter que rasgar-se das tramas que são sua história. O discurso pode ser, neste sentido, o próprio restabelecimento do não sofrimento.

Um dos exemplos, é avaliar se se mantêm as regras patriarcais ou as enfrenta. O senso comum machista está arraigado no discurso em que a menina só será alguém na vida se vivenciar as convenções a respeito da família. Isto é, naquilo que denomina de “educação humana” sugere, nesse viés, que a menina está fadada ao papel de mãe e de esposa, e que qualquer outra forma de viver é passiva de condenação.

Os discursos assumem uma roupagem autoritária ao apontar a repreensão como forma de solução ou mesmo a redução das meninas ao projeto de vida de ser mãe e dona de casa, mantendo essa regra pelo medo e ameaça, usando desse mesmo medo para mantê-las afastadas da exploração. Seriam estas as experiências de vida das educadoras e educadores e, portanto, aquelas que, vividas, foram apreendidas e normalizadas?

Ainda sobre a percepção dos discursos sobre o quê fazer, surgiu a “aproximação com a religião”, como forma de conter a ESCA. A religião aparece em relação aos grupos subalternizados, ou seja, precisam de religião as meninas e meninos em situação de exploração sexual, portanto errantes e pecadores. As religiões são elevadas ao espaço (que penso que sempre tiveram) de entidade promotora de soluções ou colaborativa com a contensão dos “desmandos” da sociedade. Os valores morais ou dogmáticos religiosos são vistos como uma das saídas dos problemas relacionadas à exploração sexual, na qual, a simples presença desses valores é tida como capaz de afastar o mal da exploração sexual. Na verdade, esses valores afastam a discussão da sexualidade, colocando-a somente como uma questão de reprodução. Tal estratégia somente é funcional quando a própria sexualidade é entendida como um coisa ruim e a exploração sexual como reflexo de uma sexualidade ativa.

O controle dos abusos que os homens podem cometer com seus corpos sexuais também é uma estratégia muito difundida, ou seja,



controlar os homens como os cortadores de cana, os turistas, os caminhoneiros e os trabalhadores rurais. Este tipo de ação que geralmente ocorre por meio de fiscalização de bares e boates, palestras em canteiros de obra e em pontos de parada de caminhoneiros, em alojamentos de catadores, coloca em forma de culpa a ser controlada a partir de “ações educativas” transmissoras de valores que não consideram as condições de vida desses trabalhadores. Pode ocorrer, inclusive, nessas palestras, o reconhecimento das necessidades sexuais (incontroláveis) dos homens e, portanto, autorizativa da utilização de mercado sexual desde que não seja com meninas/os com menos de 18 anos. A maioria das ações são rápidas, sem tempo para ouvir os homens e compreendê-los no seu contexto.

No Colóquio “*Impactos da presença do setor sucroalcooleiro em MS*”, duas falas de gestoras municipais foram de difícil resposta por parte dos presentes:

Aqui a destilaria chegou há mais de 30 anos, nós já absorvemos os impactos, nenhum problema é novo e a gente já sabe como resolver e a outra.

Desde que a destilaria chegou que traz problemas e aí a gente tem que resolver. No caso das mães solteiras, nos conjuntos habitacionais a gente prevê casas, escola pros filhos... não adianta ficar procurando problemas, temos que encaminhar as demandas e pronto.

Essas afirmações ditas com firmeza por moradoras dos municípios denotam que diante de realidade de não garantia de direitos, muitas ações são encaminhadas pelos gestores locais sem considerar a responsabilidade das empresas diante dos problemas causados pelos empreendimentos. Neste tipo de posicionamento, é possível afirmar que os gestores públicos, em nome de manter a boa convivência com as empresas, absorveram os impactos e as absolveram das responsabilidades.

Ao responder o que fazer, tem-se, desta forma, distanciamento sobre as responsabilidades ampliadas em detrimento de sobrecarregar as políticas públicas locais, inclusive, assumindo os impactos causados pelas empresas em todas as áreas: saúde, assistência social, ambiente, segurança pública, quase como se fosse um preço a pagar para ter aquele território inserido na globalização.



A resposta à pergunta “O que fazer?”, cumpre uma lista de atividades que ainda não se sabe como nem para quê, mas que se faz na perspectiva que está se cumprindo metas, marcando um X no quadrado que indica REALIZADO. No entanto, embora a alienação seja o ingrediente quando se responde sobre o que fazer, essas ações ainda que focalizadas, são sinais que há pessoas que se mantêm implicadas no processo de enfrentamento, inclusive que pode ser de manutenção da realidade, ou seja, enviesndo o que podemos chamar de garantia de direitos.

O bordado feito a partir das respostas ao “O que fazer” é uma possibilidade de ponto-cruz, tela, chuleio, fechado, laçada que podem ou não combinar entre si. Não teve o risco do carvão nem a arte que se sonha para o final. Também não se define cores e tons, por certo, terão poucos, pois a criatividade está cerceada pela repetição do correto, do acerto, da combinação de fazer o que se está determinado. Pode ser um bordado que vem com o desenho pronto só para ser completado com as cores dos lápis que sobraram na caixa.

9.3 E se a pergunta é COMO fazer para enfrentar a ESCA?

A resposta ao COMO implica em pensar na rede de garantia de direitos, nas pessoas a serem envolvidas, nos movimentos. Ainda pode ser um conjunto de respostas de enfrentamento com viés altamente regulatório, ou seja, faremos juntos, na rede de garantia de direitos, não necessariamente a defesa dos direitos sexuais, mas é possível avançar no sentido de pensar em outros movimentos. Talvez, como diz Freire

Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada um e de cada um de nós (...) Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã. (1992, p.4)



É nessa expectativa que a rede de garantia de direitos dá responsabilidade a si mesma como por exemplo:

a) Investir nas políticas sociais básicas:

Se tivesse mais a cultura e o esporte, eu garanto que tinha menos (prostituição). Investimento em cultura, porque a cultura é atrativa. Toda essa contingência tem que levar aos poderes públicos a adotarem políticas voltadas pra dar melhores condições, pra minimizar a miséria, para educar o pai e a mãe, o filho, o adolescente”.

b) Realizar campanhas de sensibilização e mobilização:

Divulgação da responsabilização, que existe a lei, que precisa ser cumprida e fiscalizada, que as coisas podem começar a se resolver..., porque a nossa população, inclusive a gente, erra por não conhecer a lei. Tem que mobilizar inclusive os vereadores nas reuniões deles, pra eles assumirem o compromisso, o prefeito, primeira dama. Sempre nessas datas de mobilização, a gente ta fazendo essa adesivagem e falando da questão da exploração. Vamos encabeçar uma campanha “fique sabendo”. Cabe aos poderes públicos usarem os meios de comunicação para trabalhar, divulgar, falar nesses assuntos ruins. Tem que divulgar o que tem de ruim na exploração.

c) Aumentar a denúncia:

Eu acho que tinha que fazer uma mobilização, uma conscientização das pessoas, principalmente sobre a denúncia. Orientar as famílias, a comunidade. Que se desenvolva, através de mecanismos de formação, uma cultura de que a pessoa denuncie, que utilize mais os mecanismos de controle social: polícia, ministério público, e que a pessoa realmente denuncie, para que nós possamos tomar atitude.



Essas três ideias centrais dão tarefas aos próprios entrevistados na medida em que indicam a necessidade de políticas sociais básicas, campanhas e denúncias, sendo essas duas últimas aquelas que classicamente já tem lastro em todo o país. Ao observar os conteúdos dos discursos, no entanto, pode-se sugerir que mesmo propondo políticas sociais básicas, esta proposta ainda é um reflexo do discurso de culpabilização, mostrando que existe a necessidade de serviços que atraia crianças e adolescentes para atividades que os mantenha afastados da ociosidade, vista como perigosa. A “rua” é apresentada como uma figura metaforicamente demonizada, vilã, no contexto da exploração sexual, ou seja, a criança na rua é mais facilmente aliciada, tanto para a exploração quando para o consumo de drogas, além de estar mais suscetível a todas as violações, vistas moralmente como, “tudo que não presta” está fora dos “lares”. A localização do perigo a partir da rua e da ociosidade desloca a responsabilização para o imediato e o senso comum. A rua é, por excelência, o deslocamento e o direito de ir e vir, descobrir, vivenciar, socializar. A visão de possibilidades de a rua ser também o lugar do exercício de cidadania parece ser destinada somente aos adultos e às classes detentoras de algum tipo de poder.

Também o vínculo da exploração sexual com a ociosidade desconsidera a capacidade criadora exatamente a partir do ócio, o que não é bem visto pela rede de garantia de direitos. A ideia de vincular a cultura e o lazer (sendo este sempre com acompanhamento de adultos), faz dessas duas importantes áreas de formação da criança e do adolescente, somente como instrumento de controle social e não como direito da pessoa em desenvolvimento, conforme consagrado no ECA.

Políticas públicas de cultura e lazer de crianças e adolescentes podem contribuir para o desenvolvimento de potencialidades, havendo a necessidade de incentivo a esta população, à maior participação, como também a mudança de valores culturais que historicamente desconsideraram esses direitos como importantes para uma sociedade mais saudável. Tais atividades, em verdade existem, mas não atendem a demanda de crianças e adolescentes, como também são depreciadas em detrimentos das demais políticas sociais.

Outro discurso recorrente aduz que apesar das campanhas de sensibilização e mobilização existirem é necessário que tenham caráter



permanente, não se resumindo à determinadas épocas do ano ou datas especiais. Ocorre que, uma das faces da exploração se dá, conforme demonstrado nas pesquisas, dentro das elites, tanto econômicas quanto políticas que, direta ou indiretamente detém algum tipo de poder sobre a dinâmica dessas campanhas, inclusive não se sentindo afetadas por elas.

Dentro do próprio discurso da RGD é possível encontrar o discurso que as campanhas são isoladas e realizadas somente para cumprir calendários, não sendo compartilhadas entre os órgãos e, por isso não atinge os objetivos explícitos das suas existências. Neste sentido, a sensibilização da sociedade, visando a mudança de paradigmas, não pode ser resumida a campanhas, sobretudo deve compor o escopo do trabalho das políticas sociais e das organizações e grupos da sociedade de forma permanente e desenhada a partir dos públicos a serem atingidos.

A falta de denúncia também leva a um discurso da RGD que propõe medidas educativas, com a finalidade de que os canais que se têm para a realização de denúncias (Disque 100, 180, 190 ou Conselho Tutelar) ganhem mais publicidade e crédito frente ao fato de que, as pessoas são ignorantes em relação à sua existência e funcionalidades. Como também não há monitoramento dos casos denunciados e a sociedade não fica sabendo o que ocorreu com sua denúncia, há descrédito sobre a atuação e efetiva resolutividade dos casos denunciados. Há possibilidade, inclusive, desses canais de denúncia serem considerados por alguns, meros “contadores” de casos denunciados para fins estatísticos.

O que se percebe é que há uma expectativa de que os canais de denúncia funcionem como ator rápido e efetivo do combate aos casos denunciados. Em outras palavras, espera-se que após a denúncia uma equipe da RGD seja imediatamente acionada para a resolução final de determinado caso. Por outro lado, o questionamento também realizado no âmbito dos colegiados públicos é que uma situação pode ser apenas “uma criança de papel”. Uma denúncia que tramita por diferentes organismos como Ministério Público, Conselho Tutelar, CREAS, Polícias e Judiciário, sendo que todos eles fazem seus relatórios e encaminhamentos e, ao perguntar: “onde está tal criança?” A resposta poderá ser: “não sabemos!”, “como estão?”, a resposta poderá ainda ser pior: “não temos a menor ideia”.



Quando a RGD já conhece os casos, temos resultados bastante assustadores como na pesquisa “Fronteira” que, diante de todas as situações descritas, grande parte dos meninos e meninas continua em situação de violação de direitos. E na Pesquisa Sucroalcooleiro, onde estarão as indígenas e as paraguaias?

Campanhas de sensibilização sem lugar certo para registrar a denúncia é vã. Denúncia sem atendimento é só um número, não é pessoa. Atendimento sem prevenção é enxugar gelo. Por isso que há que se considerarem ações que tenham caráter mais permanente como:

a) Educar a todos para a sexualidade:

Quando se fala em trabalho com a família se entende só com famílias pobres, e na verdade não são. Tem que capacitar todo mundo. Trazer cultura, trazer teatro, trazer as coisas, leva lá ele vai entender. Uma coisa que a gente conversou foi a prevenção. A gente tem assim encaminhado as famílias para o tratamento do uso de drogas pra tentar cortar esse ciclo vicioso que tem se formado em cima da exploração sexual. Só que isso tem que partir desde lá dentro de casa. A gente tem orientado muito a comunidade quilombola. Tem conversado muito com as mães sobre como abordar as suas filhas, as suas sobrinhas em relação à sexualidade. Então se você quebrar esse tabu que existe na família, essa coisa de falar sobre sexo com o filho (vai ficar mais fácil. O pai ou a mãe(que) tem medo de falar, porque de repente se falar de sexo com a filha ela vai sair dando pra todo mundo, ou eu vou falar de sexo com o meu filho...Então tem que ter consciência dessa questão. Se você conversar com um aluno, existe essa polêmica sim. O filho chega na mãe e pergunta, pra ela é um absurdo, pra criança não.

b) Trabalhar a partir das crianças e dos jovens:

É ajudar a criança a se proteger, cuidar do corpinho dela. Orientar desde pequenininho, por que não adianta nada você esperar ela crescer. Ensinar que ela



tem que se cuidar, que o corpo dela é importante pra todas as fases da vida dela. Nós temos que fazer alguma coisa, não podemos ficar assistindo. Falar sobre sexo nas palestras, explicando pras crianças, não só para o pai e a mãe. Pode ter vida sexual? Pode. Mas desde que tenha todo um cuidado. Quando eu abordo esse tema de aparelho sexual, essas coisas, é impressionante a quantidade de nomes que aparecem. Então em relação a essas coisas... esse assunto mais diretamente relacionado a... (sexo). (tem que explicar) cuidando do seu corpo, o seu corpo é algo que ninguém pode tocar, que é só você mesmo. A partir do momento que se discute sexo do jeito que essas crianças falam, aquele tipo de aproximação de repente é até uma curiosidade. Eles querem ver até onde vai chegar aquilo, será que realmente é como eu... como as pessoas comentam? Não me interessa se é mais velho se é mais novo, se é meu padrasto, se é meu tio. Pra eles isso não importa muito não, então que que é isso? Eu acho que a gente tem que ser aberto em relação a essas coisas, sabe? É que as informações e a iniciação precoce hoje (é uma realidade) se não começa a se fazer um trabalho, nas aulas de ciências, a partir dos 12 anos...

Segundo os discursos, uma possibilidade de enfrentamento da ESCA é a educação sobre sexualidade, que é necessária, mas não pode ser banalizada ou mesmo deve ser cuidadosa. As famílias são apontadas como barreiras para essa educação, por julgá-la imprópria para crianças e adolescentes. No entanto, em discursos anteriores, também se reconhecem que a própria RGD também tem preconceito com a temática. Ao imputar às famílias a responsabilidade pela não educação sexual, os educadores afirmam que a decisão de não tratar de sexualidade nos serviços que atendem crianças e adolescentes, especialmente as escolas, deve-se à decisão familiar. Mantém-se assim os espaços das políticas sociais apenas como cumpridores das decisões familiares, sem necessariamente questioná-las e criar novos processos de negociação.

No entanto, há um equívoco importante quando afirmam que não há educação sexual, posto que ela existe em todos os lugares porque passam os infantes: família, igreja, escola, serviços de assistência social, saúde.. Esta educação realizada seja ela verbalizada ou não, é reflexo dos valores simbólicos presentes na sociedade e, em grande parte consiste em



criar e manter tabus, conceitos e valores que são proibicionistas e conservadores, ou seja, não tratam dos direitos sexuais de forma libertária e segura.

Também ao pautar a discussão da educação sexual na família e na educação, significa reconhecer que, juntamente com a Igreja, compõem um tripé importante de controle social e, neste sentido, fazem do controle da sexualidade na infância a partir do medo, do pecado, do errante mantendo “sob véus” o controle do real. A curiosidade, a descoberta, os relacionamentos passam a ser condenados visando manutenção da moral sexista e, a curiosidade, inerente à infância e adolescência passa a ser vista como desviante.

No caso da educação em todos os seus níveis de escolarização ainda pouco se articula com as demais políticas públicas que tratam da garantia de direitos de crianças e adolescentes com vistas ao enfrentamento das violações de direitos. É possível observar, por exemplo, que mesmo com a introdução do Programa de Saúde na Escola não houve um reconhecimento por parte da RGD de um aumento da participação das escolas neste enfrentamento. É a educação também um foco de ativa participação de determinados segmentos sociais ligados ao poder público e à vertentes religiosas conservadoras, simultaneamente, que inadmitem a existência de uma educação voltada à sexualidade nas escolas que não seja aquela contentora. Assim, a educação sexual nas escolas continua acontecendo por meio de projetos pontuais o que não se expandem tornando política permanente.

A escola pode ser uma das pontas que precisam bordar a rede mas, em si, é também um ponto de chegada dos preconceitos e vivência deles. Por isso, há um chamamento importante do Freire:

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa luta é uma luta suicida, e o corpo-a-corpo puramente vingativo. O que há, porém de castigo, de



pena, de correção, de punição na luta que fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão. (1992, p.5)

A escola formadora de crianças, adolescentes e jovens é a mesma que já formou os trabalhadores das políticas públicas, ou seja, o que temos agora é o reflexo do que já construímos no passado e o que podemos querer para o futuro. Como afirma o autor, é preciso considerar uma formação permanente, científica, a que “não falte sobretudo o gosto das práticas democráticas. (...)A educação sozinha, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica”. (FREIRE, 1992, p.10; 15)

A ideia mais ousada que apareceu nos discursos das três pesquisas expressa parte do que pode ser realizado em termos de políticas sociais básicas: investir na articulação e capacitação entre diferentes serviços, políticas e organizações e potencializar o que já existe, já tem experiência, como expressa o discurso a seguir:

É preciso que os órgãos interajam mais A gente precisa de capacitação. Não só para o conselho tutelar, mas todo mundo que faz parte da rede para todo mundo falar a mesma linguagem e que tem o mesmo entendimento pra hora de fazer o encaminhamento. A articulação importante é com a educação. Nós precisamos que a educação saia desse enclausuramento e venham participar dessas políticas públicas fora da escola. (o juiz)embora ele tenha que estar meio à parte, para estar numa condição de observar o nosso trabalho e a questão das vítimas, ele fortalece. Nós, enquanto conselho dos direitos da criança precisamos reunir com todos os outros conselhos: da saúde, da educação, pra gente mostrar a importância que tem da rede estar articulada.

A ideia de articulação da RGD ainda passa pelo fundamento de enfrentar a ESCA por ela mesma, ou seja, descolada da realidade violadora de direitos sociais, econômicos, ambientais e culturais, tão possíveis nesta região rica em natureza, gentes e cultura. É como se a ESCA acontecesse diversamente das demais violações de direitos. Mas é importante o avanço que se anuncia no discurso do seu enfrentamento a partir das diferentes



políticas sociais. Nesta perspectiva, talvez o crescimento em processos educadores seja o que Freire nos chama a:

assumir-se como educador significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. (1992, p.16)

O avanço da articulação da RGD não é somente para resolver os casos apresentados, sobretudo é para melhorar o trabalho coletivo, para aprender mais, para olhar as demais políticas e sentir-se partícipe delas, ou seja, é para tecer uma rede capaz de acolher, proteger, sobretudo pausar para um descanso e seguir na lida.

As perspectivas de enfrentamento à ESCA, a partir da Rede de Garantia de Direitos, está repleta de contradições, ou seja, é possível vislumbrar que não há um só pensamento, mas que há uma hegemonia do conservadorismo, como se houvesse a sugestão de uma sinérgica e permanente violação de direitos, sem aproximar-se das discussões estruturais como modelo de desenvolvimento que se mantém pela manutenção das desigualdades econômicas, pelo machismo, racismo, heterossexismo e adultocentrismo.

Especialmente na evidência do machismo e sua não aparência nas propostas de como enfrentar a ESCA, há discursos alicerçados na culpabilização das mulheres, sendo vítimas ou algozes e nestas mesmas mulheres, a responsabilidade de “participar” nas políticas visando a busca de direitos. Compõem, assim, um caldo de conflitos e violências em que são submetidos os grupos, que convivem com políticas míopes desta problemática. As mulheres mães, avós, tias, irmãs assumem as responsabilidades pelas crianças e adolescentes, mas não há ações de proteção a elas, ou seja, são somente provedoras sem serem apoiadas nas suas coragens do viver, inclusive quando levam a cabo as gravidezes solitárias.

É preciso considerar também que o movimento de defesa dos direitos da infância, atualmente, é constituído pelos próprios trabalhadores das políticas sociais básicas e suas redes de serviços governamentais e não



governamentais da educação, saúde e assistência social, acrescido de estudiosos e pesquisadores e ainda dos serviços de acesso à justiça como conselheiros tutelares e trabalhadores dos Ministérios Públicos e Poder Judiciário. Há pouca ou nenhuma permeabilidade do que poderíamos chamar de movimento popular, ou seja, a pressão externa sobre o Governo está praticamente anulada e, quando ocorre, é confrontada com os experts estabelecidos em saber e postos de poder.

No entanto, mesmo considerando esta realidade, os próprios trabalhadores das políticas constituem-se em movimento hegemônicos e contra hegemônicos de forma a fazer um bordado esquisito em que não há combinância de pontos, linhas e cores do que seja a garantia dos direitos da criança. A RGD é, portanto, um bordado que, embora muitos tenham feito o desenho em carvão nos anos de 1980-1990, hoje poucos se lembram do propósito do bordado e os riscos estão quase sumindo, correndo o risco de não saber mais qual era mesmo a ideia central: a garantia dos direitos da criança e do adolescente como prioridade absoluta.

Por isso, mesmo que a pergunta COMO enfrentar seja mais abrangente que O QUE FAZER, ambas são, respostas a uma realidade que ainda não foi pensada na sua essência, urgindo uma pergunta: PARA QUE queremos enfrentar a ESCA?

9.4 PARA QUE enfrentar a ESCA?

Enfrentamos a ESCA porque queremos um mundo melhor para nós e para aqueles que queremos bem. Por este mesmo motivo, nos envolvemos em diferentes movimentos, porque não somos pessoas que, tiradas de seu lugar, convivemos com apenas uma problemática. Aliás, todas elas estão no nosso dia-a-dia. Mas o questionamento inicial é se acreditamos que a nossa luta é mais importante que de outros movimentos. A meu ver, não é!

O imperativo da esperança que move o viver é descrito por Saramago (1998, citado por Aguilera, 2010, p.46) como “se não nos



movermos para onde está a dor e a indignação, se não nos movermos para onde está a proposta, não estamos vivos, estamos mortos”. A essência do viver é conviver com prazeres e dores e nos movermos neste mundo concreto, cuja base é o modo de produção e, este, em si, causa diferentes fraturas e todas elas nos atingem em maior ou menor escala, mas de todas recebemos flechas.

Exatamente é a condição humana que produz possibilidades. Como afirma Ceceña (2008, p.32-33), o grande aprendizado que estamos fazendo nestes tempos é que a planetarização que fracionou o sistema de poder existentes nos países, nos territórios locais, está sendo confrontada exatamente com a planetarização das lutas com a “fiesta de la diversidad”, valorizando as ações de cada coletivo particular como parte do processo mundial de “rebeldias y de construcción del mundo donde caben todos los mundos”.

Se o enfrentamento da ESCA é também para nos mantermos vivos, então é preciso enfrentar o discurso da caridade para com os pobres e as crianças, revertendo-o no sentido que nós próprias queremos a rebeldia esperançosa. É para nossa libertação que queremos práticas políticas não coloniais. A necessidade de fazer coisas, decidir como fazê-las não é suficiente, sobretudo porque precisamos saber PARA QUE estamos fazendo.

A prática pedagógica libertária significa repensar onde estamos e o que estamos fazendo, reconhecendo que

o domínio das estruturas sócio-econômicas, o conhecimento mais crítico da realidade, que adquirimos através do seu desvelamento, não opera, por si só, a mudança da realidade. (...) alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvela-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão. (Freire, 1992, p.15)

Esta prática de realizar pesquisa coletiva, juntando pensamentos, gente com letramento ou não, com títulos acadêmicos ou não é uma prática que quer responder a essas exigências de colocar a esperança



em caminho. Como afirma Korol (2008, p. 179), é uma produção coletiva de conhecimentos que traz em evidência as práticas históricas de luta, ou seja, não se conforma em um olhar pesquisante, sobretudo “rechazando los lugares alienantes que les son asignados”. Esta forma de pesquisar ressignifica noções de liberdade, justiça, autonomia, direitos e, ao juntar gentes, desenvolvem, em profundidade, uma dimensão pedagógica, na medida em que reflete criticamente a realidade, constrói formulações teóricas e práticas para caminhar e/ou desenhar caminhos.

A pedagógica pesquisa coletiva desenvolve o sentimento de poder: poder olhar o mundo, poder escrever sobre ele, refletir, falar sobre as mudanças que operou no seu olhar sobre o mundo. No entanto, esse movimento não ocorre sem dor aos educadores-pesquisadores e muitos, como afirma Freire (1992) terão sofrido neste processo. Sofrimento por descobrir-se partícipe do processo alienante e libertador ao mesmo tempo; sofrimento por descobrir que as explicações da realidade são objetivas e que não é obra do destino, do acaso, nem do sobrenatural a realidade de menos direito; sofrimento por descobrir que não haverá salvadores externos, mas as mudanças ocorrerão pelo envolvimento coletivo. A ideia de não haver heróis talvez seja a maior carga de sofrimento, mas também de libertação, posto que poderemos expressar, em profundidade, nossa condição humana de seres criativos.

Ao responder PARA QUE lutamos temos, no centro, a retomada da esperança, mesmo sabendo que ela não é suficiente que, como afirma Freire (1992, p.4) “ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia.” É pois rebelde, revolucionária quando coloca-se a caminho na acreditação que é possível mudar a realidade a partir do reconhecimento que já “carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência.” (FREIRE, 1992, p.15)

Os processos de resistência dos povos da latino-américa impõem dia-a-dia a necessidade de recriação de valores, conceitos, sobretudo práticas coloniais. É, no ajuntamento de tudo isso que se enfrentam os tempos atuais de avanço do capitalismo expropriador de direitos que, com todas as violações de direitos a partir das assimetrias de poder tem feito com que se crie a ideia do fatalismo. Não há de ser tempos cinzentos que nos impedirão de esperar e enxergar os coloridos nasceres e



pores-do-sol... com direito ao descanso, ao labor e ao bordado! E, “deixe-me dizer: ao risco de parecer ridículo, (...) o verdadeiro revolucionário é animado por fortes sentimentos de amor. É impossível pensar um revolucionário autêntico sem esta qualidade” (Chê, citado por Freire, 1992, p. 22).

É nossa profunda humanidade amorosa que nos faz disputar projetos de sociedade, manter a denúncia, anunciar as mudanças possíveis, necessárias e já a caminho. É nossa condição humana que nos mantém juntos, buscando outras antas caminhantes por rios, sobreviventes nas quedas e energizados pelas cachoeiras de esperança.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. (Org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Ventos, 1997. (Coleção Gênero)

AGUILLERA, F. G. *José Saramago nas suas palavras*. Alfragide-PT: Caminho S/A, 2010.

AUAD, D. *Feminismo: que história é essa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRECHT, B. *Antologia poética*. Disponível em: <http://chafic.com.br/chafic/moodle/file.php/1/Biblioteca_Virtual/Filosofia_e_Sociologia/Antologia_Poetica_de_Bertolt_Brecht.pdf> Acesso em: set. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria executiva. *Integração de Fronteiras: Possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde / Laís Costa (org), Ministério da Saúde, Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.*

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13 de junho de 1990. Campo Grande. Programa Escola de Conselhos – PREAE/UFMS, 2011.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

_____. Decreto 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 mar. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.



_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

_____. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n° 3.597, de 12 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.html>. Acesso em 26 maio 2014.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CANASAT. *Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra*. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/>>. Acesso: mar. 2010.

CARRASCO, C. Introdução para uma Economia Feminista. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro. ano 28/29, n. 103/104, dez./mar. 2005.

CASTANHA, N. (Org.). *Direitos Sexuais são direitos Humanos*. Brasília, DF: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008. (Caderno de textos)

CASTRO, G. H. *Para una historia del pensar de los latinoamericanos*. Ciudad de Panamá: CLACSO, 2008.

CECENÁ, A. E. (Org.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CHILDHOOD. World Childhood Foundation. *Vítimas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: indicadores de risco, vulnerabilidade e proteção*. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/vitimas-de-Explora%C3%A7%C3%A3o-sexual-decrian%C3%A7as-e-adolescentes.pdf>>

COMCEX-MS/IBISS-CO. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul. Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. *Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 2010. Disponível em: <http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2013_01_08/2013_01_08_11_01_57_0.pdf>

_____. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul / Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. *Exploração sexual de meninos e meninas brasileiros da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Bolívia*. Campo Grande, 2011. Disponível em:



<http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2013_09_19/2013_09_19_15_09_07_0.pdf>

_____. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul / Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. *Exploração sexual de crianças e adolescentes, a relação com a BR 163 e as possibilidades de enfrentamento - representação da rede de garantia de direitos*. Campo Grande, 2013. Relatório disponível em: http://www.ibiss-co.org.br/site/up/documento/2014_10_16/2014_10_16_14_34_35_0.pdf

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. *Boletim da cana de açúcar 2015*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_09_39_29_boletim_cana_portugues_-_abril_2013_1o_lev.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2015.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

DIÓGENES, G. (Org.). *Os Sete Sentimentos Capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2008.

DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes. *Fluxo diário da BR-163*, 2013.

DOMINGUES, A. T.; THOMAZ JR., A. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 34, v. 1, p. 138-160, jan./jul. 2012.

FARIA, N.; NOBRE, M. *Gênero e Desigualdade*. São Paulo: Cadernos Sempreviva, 1997. (Coleção História do Povo Brasileiro)

FALEIROS, E. Conceitos de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. In. *Simpósio Pesquisa, Extensão e o Enfrentamento da Exploração Sexual*. Goiânia, agosto de 2009. PUC-GO.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GADAMER, H. G. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HANY, S. *Encontro Marcado: Prestes en Puerto Suárez. Fronteira Viva, Más que nombre, uma razón de ser*. Corumbá, MS, ano 1, p. 24-25, maio 2011.

HORKHEIMER, M. Traditional and Critical Theory. In _____. *Critical Theory. Selected Essays*. New York: Herder and Herder, 1972.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

KASSAR, M. de C. M. (Org.). *Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá, MS*. Brasília, DF: OIT, 2005.

KOROL, C. 2008. La subversión del sentido común e los saberes de la resistencia. In. CECENÑA, A.E. (Coord.) *De los saberes de la emancipación e la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

LANE, S. T. M. A dialética da subjetividade versus objetividade. In. FURTADO, O; REIS, G. F. I. (Orgs.) *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFÈVRE F.; LEFÈVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. *Ciênc. Saúde coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1193-1204, ago. 2009.

LIBÓRIO, R. N. M.; SOUSA, S. M. G. S. (Orgs.). *A exploração sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007.

LOURO, G. L.. Teoria Queer - uma política pós identitária para a educação. *Rev. Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, Florianópolis, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. Campo Grande, 1999.

MINAYO, M. C. S (Org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Ucitec, 2010.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



NECKEL, J. F. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA NETO, N. *Promoção e defesa/proteção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, na perspectiva dos direitos humanos: generalidades e consensos mínimos*, 2011. Disponível em: <<http://wanderlino-nogueira-neto.blogspot.com.br/2011/10/sexualidade.html>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

OCAMPO, H. T. OPAS e a saúde nas fronteiras: uma proposta em prol do bem-estar da população e do desenvolvimento sustentável. In: Ministério da Saúde. Ministério da Integração Nacional. Organização Pan-Americana da Saúde. **Integração de Fronteiras: possibilidades Brasil-Bolívia na Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

OLIVEIRA, T. C. M. de. *Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*. Editora UFMS. Campo Grande, MS, 1998.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Convenção 182/1999*. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br/node/518>. Acesso em: maio de 2013.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

PECK, M. Scott. *O caminho menos percorrido*. Cascais: Sinais de Fogo, 2000.

RUBENS, Eder. Cultura: economia criativa a ser impulsionada na fronteira. *Ágil*, o guia da fronteira, Ponta Porã, MS, ano 2, 6 ed., 2012. Disponível em: <https://issuu.com/agilguia/docs/agl_edicao_6_web>. Acesso em: ago. de 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 2004.

SANCHES, S. C. P. *As relações interpessoais das profissionais do sexo feminino de Campo Grande no ambiente do Terminal Rodoviário*. 2003. 80 f. Monografia – (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.

SANTOS, Luciane dos. Moro no mundo e passeio em casa: vida e trabalho dos caminhoneiros. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SANTOS, B. R. *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

SARAMAGO, J. A globalização é o novo totalitarismo. *Revista Época*. Madri, 21 de janeiro de 2001. Entrevista de Ángel Vivas. Território, ambiente e saúde, 2008.

SASTRE, E. Fronteira é um espaço cinzento, onde tudo é possível. Entrevista concedida a Ivanise Andrade. *Correio do Estado*. Campo Grande, 29 ago. 2010.



SCANDOLA, E. M. R. Oferta, demanda e mercado sexual: aprendizados de educadora. *Revista Conversação*. ano IV, n. 7. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável (IBISS|CO), 2009.

_____. Impactos de grandes projetos na exploração sexual de crianças e adolescentes: O caso do setor sucroalcooleiro em Mato Grosso do Sul. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011. Salvador. *Anais Eletrônicos*. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307668470_A_RQUIVO_SetorSucrolaCooleiroeExploracaoSexualdeCA0106.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

SCANDOLA, E. M. R.; SANCHES, S. C. P. Mercado sexual e trabalho: conversa entre mulheres para compreender a realidade e atuar na garantia de direitos. *Composição. Rev. Ciências Sociais*. Edição especial: II SiGeSex – Corpos vigiados e Laicidade do Estado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, maio, 2015. p. 217-236. Disponível em: <http://www.revistacomposicao.ufms.br/Composi%C3%A7%C3%A3o_especial_II_SiGeSex.pdf> Acesso em: 26 nov. 2015.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução Maria Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo, 1989.

SEPROTUR, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e Turismo de Mato Grosso do Sul.

SILVA, G. A. M. de. O trabalho infantil na região da fronteira Brasil-Bolívia. 122 f. *Dissertação* (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2009.

SURFISTINHA, B. *O doce veneno do escorpião: o diário de uma garota de programa*. Panda books, 2005.

TOBAR, Y.; et al. *10 años de acción (1997-2007): la experiencia de organización de la Red de Trabajadores Sexuales de Latinoamérica y el Caribe*. Buenos Aires. REDTRASEX, 2007.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. Instituto Sangari, 2010.

WAS, World Association for Sexology. *Declaração Universal dos Direitos Sexuais*. XV Congresso Mundial, Hong Kong - China, 1999.

XAVIER FILHA, C. *Educação sexual na escola: o dito e o não dito na relação cotidiana*. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.



SOBRE OS AUTORES

Antonio Henrique Maia Lima. Advogado e Professor. Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Mestre em Desenvolvimento Local pela UCDB. Participa de pesquisas nas áreas de Direitos Humanos e Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente. e-meio: ahenriquemaia@gmail.com

Cássia Barbosa Reis. Enfermeira, especialista e mestre em Saúde Coletiva pela UFMS (2005), Doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela UFMS (2012). Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e coordenadora do Centro Regional de Referência sobre Drogas (CRR/SENAD/UEMS). e-meio: cassia@uems.br

Estela Márcia Rondina Scandola. Assistente social, educadora e pesquisadora da Escola de Saúde Pública e da Universidade Católica Dom Bosco. Doutoranda em Serviço Social. Feminista, militante dos direitos humanos, membro do CONATRAP pela Rede Feminista de Saúde. e-meio: estelascandola@yahoo.com.br

Giany Conceição da Costa. Assistente Social da Secretaria de Assistência Social de Campo Grande/ MS, atua no Centro de Referência Especializado para população em Situação de Rua (CENTRO POP), Militante dos Direitos Humanos, especialmente Criança e Adolescente e pessoas em situação de rua. e-meio: giany_costa@hotmail.com

Ivanise Hilbig de Andrade. Jornalista, Mestre em Estudos de Linguagens (UFMS), Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Integrante do CEPAD (Centro de Estudos e Pesquisas em Análise de Discurso), ex-conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso do Sul e do Comcex/MS. e-meio: ivaniseha@gmail.com

Karina Aparecida Figueiredo. Assistente Social e mestra em política social pela Universidade de Brasília. Atualmente é docente da Universidade Católica de Brasília, e Secretária Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. e-meio: karinasnz@uol.com.br



Maria Beatriz Almeidinha Maia. Fonoaudióloga da Secretaria Municipal de Saúde, especialista em saúde mental e militante dos direitos humanos da população em situação de rua e usuários de álcool e outras drogas. Feminista e redutora de danos filiada a ABORDA. e-meio: mbeatrizmaia@yahoo.com.br

Nancy Angélica Costa de Oliveira. Graduação em Educação Artística e Jornalismo. Educadora e ilustradora de livros infantis, pinturas com técnicas variadas. e-meio: nancyangelica.costa@gmail.com

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior. Graduado em Filosofia (1993) e Jornalismo (2001) e mestre em Ciências da Comunicação (2008). Jornalista e professor dos ensinos fundamental, médio e superior e pesquisador em violações de direitos sexuais de crianças e adolescentes. Tem suas raízes nas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) e na Pastoral da Juventude, além de atuação em movimentos de direitos humanos. e-meio: osvaldoppjunior@gmail.com

Paulo Robson de Souza. Professor de Prática de Ensino de Biologia/UFMS, Estudioso de Formigas e Poeta. e-meio: paulorobson.souza@gmail.com

Rosana Monti Henkin. Licenciada em História - PUC/RS com Especialização em Gênero e Políticas Públicas - UCDB/SPM e Mestrado Profissional em Educação – UEMS. Gestora de Ações Sociais - Governo do Estado de MS - SEDHAST - Subsecretaria de Políticas para as Mulheres. Atua com formação feminista. e-meio: rosana.henkin@hotmail.com

Rosana Santos de Oliveira. Terapeuta Ocupacional com pós-graduação em Saúde da Família. Atua no Instituto Casa da Cultura Afro Brasileira (ICCAB), militante da Defesa da Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e do movimento negro. e-meio: boaventura.rosana@hotmail.com

Silvana Colombelli Parra Sanches. Cientista social pela UFMS e pela UFSC, mestre em Saúde Coletiva pela UFMS, professora efetiva de sociologia pelo IFMT desde maio de 2012. Atualmente trabalha com a juventude do campo, na área de sociologia para ensino médio técnico e



superior no campus São Vicente do Instituto Federal de Mato Grosso.
emeio: silvana.sanches.if@gmail.com

Simone Beatriz de Rezende. Procuradora do Trabalho, Mestre em Desenvolvimento Local pela UCDB, coordenadora nacional do MPT socioambiental. emeio: sbarezende@gmail.com

Tânia Regina Comerlato. Psicóloga, pós-graduada em Gênero e Políticas Públicas. Militante dos direitos humanos de criança e adolescentes. Pesquisadora e Gestora de ações sociais da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Conselheira do CEDHU/MS, e do COMCEX-MS. emeio: taniacomerlato@yahoo.com.br

Tiana Sento-Sé. Pedagoga. Militante do movimento de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes Coordenadora da Rede ECPAT Brasil (End Child Prostitution Abuse and Traffic) - rede pelo fim da exploração, abuso e tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais. (*in memoriam*)

A pesquisa é verdadeiramente comprometida com as transformações necessárias à realidade de violação dos direitos humanos quando consegue fazer emergir a realidade a partir dos participantes do mundo tateado, aproximado...

Muitas pessoas estiveram junto para que essas pesquisas apresentadas no livro acontecessem e, além dos escrevedores dos capítulos, relatórios e artigos, queremos agradecer abraçadamente,

Alaíde Maria dos Santos; Cícero Pereira Rufino; Cláudia Souza; Diógenes Egídio Cariaga; Donizette Alves Oliveira; Gabriel Agarie; Ilídio Roda Neves; João Carlos Donatti; Juliana Viana da Silva; Justa Pastora Figueiredo; Kenedy de Souza Moraes; Larissa Bertin; Maria Balbina Costa; Mariela Nicodemos Bailosa; Maucir Pauletti; Roberluce Oliveira Braga.

E especialmente, queremos lembrar dos dois que moram em outras dimensões Elisa Vieira e Célio Boscardin que, como observadores de campo, em cada indignação colocavam novas forças na equipe para seguir ouvindo, analisando e caminhando pela BR-163, sem deixar nenhuma situação sem orientação, escutando sempre e falando muito!



Este conjunto de pesquisas coletivas só foi possível com o envolvimento de diferentes instituições que se disponibilizaram à cooperação e, efetivamente, se comprometeram com o desvelamento da realidade.

Aqui fica nosso registro das organizações comprometidas com os direitos sexuais de crianças e adolescentes e, especialmente o Ministério Público do Trabalho – PRT 24ª.R, que tanto apoiou a Pesquisa do setor sucroalcooleiro como, posteriormente, acreditou e pôs-se a construir este livro, inclusive destinando verba de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para sua impressão.

As instituições são constituídas de seres sociais que desenharam sua face. Por isso, essas estavam todas neste momento histórico.





Versão e-Book

Tipologia: Garamond, Futura

Grafix Gráfica Rápida e Comunicação Visual

Campo Grande - 2016



Apoio:

